

ISSN 1517-5901 (online)

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

POLÍTICA

TRABALHO

Ano XXXIV • Jul - Dez 2017

47

DOSSIÊ

**O corpo na
pesquisa social**

Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB
nº 47 - Julho/Dezembro de 2017
ISSN 1517-5901 (online)

CONSELHO EDITORIAL

André Berten (Université Catholique de Louvain, Bélgica); Ariosvaldo da Silva Diniz (UFPB); Armelle Giglio Jacquemot (Université Charles de Gaulle – L'Ille 3, França); Bryan S. Turner (University of Western Sidney, Australia); César Barreira (UFC); Cláudia Fonseca (UFRGS); Cynthia Lins Hamlin (UFPE); Edgard Afonso Malagodi (UFMG); Howard Caygill (Goldsmiths College, Inglaterra); Ilse Scherer-Warren (UFSC); Jacob Carlos Lima (UFSCAR); Jessé Souza (UFJF); Joanildo A. Burity (FUNDAJ); José Arlindo Soares (UFPB); Julie Antoinette Cavnac (UFRN); Maria Carmela Buonfiglio (UFPB); Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE); Paulo Henrique Martins (UFPE); Regina Novais (UFRJ); Rubens Pinto Lyra (UFPB); Sandra J. Stoll (UFPR); Theophilos Rifiotis (UFSC); Vera da Silva Telles (USP).

EDITORIA

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil

COMITÊ EDITORIAL

Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil
Giovanni Boaes, UFPB, Brasil
Marcela Zamboni, UFPB, Brasil
Monica Franch, UFPB, Brasil

SUPORTE E ASSESSORIA TÉCNICA

Hosana Helena (Secretária)
Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPd)
Mayrinne Meira (Bolsista PNPd)

REVISORAS

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista PNPd) e Mayrinne Wanderley (Bolsista PNPd)

DESIGN GRÁFICO

Fotografia de capa: Paulo Rossi, título: "Pedaço-de-mim"
Projeto gráfico de capa: Helton Nóbrega
Diagramação: Bruno Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 – João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: politicaetrabalho@gmail.com

POLÍTICA & TRABALHO

Revista de Ciências Sociais

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba
(Campus I - João Pessoa)**

Ano XXXIV

Número 47

Julho/Dezembro de 2017

ISSN 1517-5901 (online)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora: Margareth Diniz

Vice-Reitor: Eduardo Rabenhorst

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Isaac Almeida de Medeiros

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

Vice-Diretor: Rodrigo Freire

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenadora: Marcela Zamboni

Vice-coordenador: Roberto Vêras de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em
Sociologia – Vol. 1, Ano 34, n. 47(jul./dez. 2017). João Pessoa, 2017.
278p.
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

SUMÁRIO

9 Editorial

DOSSIÊ

O CORPO NA PESQUISA SOCIAL

- 15 EM CARNE E OSSO: apresentação do dossiê “O corpo na pesquisa social” |
João Batista de Menezes Bittencourt, Mônica Franch
- 23 CORPOS PRECÁRIOS: apontamentos para a relação entre corpo e cidade |
Simone Frangella, Taniele Rui
- 39 “BOTANDO A BASE”: corpo racializado e performance da masculinidade
no pagode baiano | *Osmundo Pinho*
- 57 DENTRO E FORA DO OCTÓGONO: corpo, consumo e êxtase nas tramas
do MMA | *João Batista de Menezes Bittencourt, Felipe Chaves Guimarães*
- 75 REVIGORAMENTO, REJUVENESCIMENTO E APERFEIÇOAMENTO
DO CORPO: culturas somáticas na sociedade portuguesa contemporânea |
Vitor Sérgio Ferreira
- 97 DISCURSO E PODER: a prescrição do controle corporal em blogs plus size |
Hellen O. Tavares, Ana Lúcia de Castro
- 121 A CICATRIZ DA CESÁREA (IN) DESEJADA: marca que significa corpos e
mulheres na atualidade | *Rosamaria Giatti Carneiro*
- 139 LARGE LABIA PROJECT – POR UMA ABORDAGEM NÃO-SEXUAL DA
VAGINA: um estudo sobre enunciados e estratégias de resistência na Internet
| *Marcelle Jacinto da Silva, Antonio Cristian Saraiva Paiva*
- 153 ANTROPOLOGIA DA FACE: alguns fragmentos | *David Le Breton*

ARTIGOS

- 173 *EMPREENDEDORISMO DE MULHERES ARTESÃS: caminhos entre o
capital social e a autogestão* | *Patrícia Morais Azevedo, Maristela Oliveira de
Andrade*

- 191 DA DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO À DIALÉTICA DA
DEPENDÊNCIA: o contínuo no descontínuo | *Lucas Trindade da Silva,*
Edemilson Paraná
- 209 CLASSES MÉDIAS E MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT NA
CIDADE DE SÃO PAULO: uma análise dos movimentos e manifestantes |
Gustavo Casasanta Firmino
- 229 ETNOGRAFIA NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e
possibilidades | *Lea Carvalho Rodrigues*

ENTREVISTA

- 249 OLHARES E EXPERIÊNCIAS SOCIOLÓGICAS PORTUGUESAS:
entrevista com João Teixeira Lopes | *José Roberto Feitosa de Sena, Giovanni*
Boaes

RESENHA

- 271 TURISMO, ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL: diálogos entre
saberes e fazeres | *Adriana da Rocha Silva Dutra*

CONTENTS

9 Editorial

DOSSIER

THE BODY IN SOCIAL RESEARCH

- 15 *IN FLESH AND BLOOD: a presentation to the dossier “Body in social research”*
| João Batista de Menezes Bittencourt, Mónica Franch
- 23 *BODIES IN PRECARITY: notes on cities and bodies* | Simone Frangella, Taniele Rui
- 39 *“FIGHTING STANCE”: racialized body and male performance in Bahia’s pagoda* | Osmundo Pinho
- 57 *INSIDE AND OUTSIDE OF THE OCTAGON: body, consumption and ecstasy in the plot of the MMA* | João Batista de Menezes Bittencourt, Felipe Chaves Guimarães
- 75 *INVIGORATION, REJUVENATION AND PERFECTION OF THE BODY: somatic cultures in contemporary portuguese society* | Vítor Sérgio Ferreira
- 97 *DISCOURSE AND POWER: the prescription of body control in plus size blogs* | Hellen O. Tavares, Ana Lúcia de Castro
- 121 *THE DESIRED (IN) CESAREAN SCAR: brand that means bodies and women today* | Rosamaria Giatti Carneiro
- 139 *LARGE LABIA PROJECT – A NON-SEXUAL APPROACH TO THE VAGINA: a study concerning statements and strategies of resistance on the Internet* | Marcelle Jacinto da Silva, Antonio Cristian Saraiva Paiva
- 153 *ANTHROPOLOGY OF THE FACE: some fragments* | David Le Breton

ARTICLES

- 173 *ENTREPRENEURSHIP OF WOMEN ARTISANS: paths between social capital and self-management* | Patrícia | Morais Azevedo, Maristela Oliveira de Andrade

191 *FROM DIALECTICS OF DEVELOPMENT TO DIALECTICS OF DEPENDENCE: the continuous in the discontinuous* | Lucas Trindade da Silva, Edemilson Paraná

209 *MIDDLE CLASSES AND PRO-IMPEACHMENT DEMONSTRATIONS IN THE CITY OF SÃO PAULO: an analysis of the movements and demonstrators* | Gustavo Casasanta Firmino

229 *ETHNOGRAPHY IN THE EVALUATION OF PUBLIC POLICIES: limits and possibilities* | Lea Carvalho Rodrigues

INTERVIEW

249 *PORTUGUESE SOCIOLOGICAL PERSPECTIVES AND EXPERIENCES: interview with João Teixeira Lopes* | José Roberto Feitosa de Sena, Giovanni Boaes

REVIEWS

271 *TOURISM, PROTECTED AREAS AND SOCIAL INCLUSION: dialogues between knowledge and action* | Adriana da Rocha Silva Dutra

EDITORIAL

A Revista *Política & Trabalho*, no seu número 47, traz-lhes dossiê organizado pelos Professores Doutores João Bittencourt e Mónica Franch, tendo como foco o corpo. Este tema já ganhou lugar consagrado nas ciências sociais, mas que embora venha sendo objeto de reflexão há bastante tempo, especialmente das chamadas Humanidades – Filosofia, Literatura, Artes –, e das ciências naturais, desde Galeno de Pérgamo, Leonardo da Vinci, André Vesálio, só experimentou sua entrada triunfal como tema digno de investimento das ciências sociais a partir da década de 1960, como bem enfatiza David Le Breton, um dos expoentes da Sociologia e Antropologia do corpo, cuja contribuição se faz presente neste número.

É bem verdade que neste campo não se pode desconsiderar as contribuições seminais, trazidas à luz entre o final do século XIX e começo do XX, por Marcel Mauss, George Simmel, Robert Hertz, assim como por Marx, Engels e Villermè, entre tantos outros. Afinal, não se pode pensar o mundo, quer seja pela ótica do natural ou do social, sem nos depararmos com o corpo, uma dimensão que se situa nas intersecções de várias esferas, entre o subjetivo e o objetivo, o natural e o cultural, o individual e o coletivo, o real e o simbólico, enfim, entre a matéria e o espírito, o que o torna as duas coisas ao mesmo tempo, contrariando os aforismos cartesianos do dualismo psicofísico.

Fenomenologicamente, é sob o corpo e sobre ele que se estabelece a condição humana. É o corpo que se mostra, que adocece, envelhece e morre. Mas é também nele que se investe na busca pelo desejo, pelo prazer e pelo outro. É com o corpo que se tece a malha de relações entre as pessoas, ele é base das configurações que tanto nos animam como pesquisadores em ciências sociais. Certamente, assim pensou um grande nome da sociologia como Norbert Elias.

Embalado por essa ênfase corporal, o dossiê a seguir traz oito artigos, além da apresentação. Considerando a alta relevância dos artigos recebidos, optou-se pela publicação de todo o corpus, indo além do número médio estabelecido pela Revista, de cinco a seis para compor os dossiês. Contudo, foi reduzido, na mesma proporção, o número de artigos do fluxo contínuo. Os editores avaliam que com isso, lucraram os leitores.

João Bittencourt e Mónica Franch possuem vasta experiência de pesquisa e reflexões sobre o tema. Ela, antropóloga com graduação na Universidade de Barcelona, mestrado na Universidade Federal de Pernambuco e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB e membro dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da mesma universidade. Bolsista de Produtividade do CNPq - Nível

2. Em 2017, fez estágio pós-doutoral (bolsa Capes) na *Universitat Rovira i Virgili*/Espanha. Líder do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura – GRUPESSC e membro do MARC (Medical Anthropology Research Center). Desenvolve pesquisas nas seguintes temáticas: antropologia da saúde, com foco no HIV/Aids; gênero e sexualidades; juventude e tempo social.

Ele, doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas e membro dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade, desenvolve pesquisas nas seguintes temáticas: Antropologia e Sociologia da juventude, Antropologia e Sociologia do corpo e Antropologia e Sociologia urbana. É autor do livro: “Sóbrios, firmes e convictos: uma etn-cartografia dos *straightedges* em São Paulo” publicado pela Editora Annablume em 2015.

Caberá aos dois especialistas, em texto que segue, a apresentação pormenorizada dos artigos que compõem o dossiê.

Quanto aos artigos de fluxo contínuo, no total quatro, que versam sobre temas diversos, temos abrindo a seção, o artigo “Empreendedorismo de mulheres artesãs: caminhos entre o capital social e a autogestão”, no qual as autoras tratam da experiência social e econômica das mulheres organizadas na Associação Mãos que se Ajudam, que tem sede no município de Lucena, Paraíba, à luz dos conceitos de capital social, participação e autogestão, com centralidade para este último.

Em seguida, Lucas Trindade e Edemilson Paraná, no artigo “Da dialética do desenvolvimento à dialética da dependência: o contínuo no descontínuo” repassam em revista, comparando-os, o pensamento de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, respectivamente expoentes das matrizes de pensamento histórico-estrutural da Cepal e da Teoria Marxista da Dependência (TMD), buscando sobretudo discutir suas correspondências teórico-conceituais.

O terceiro artigo, intitulado “Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes” produz uma análise combinada do perfil dos movimentos, o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre* (que se destacaram na realização dos atos em favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff), assim como analisa o público que compareceu às manifestações convocadas por essas organizações na cidade de São Paulo.

Fechando a seção, Lea Carvalho Rodrigues, com o artigo: “Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades”, problematiza as implicações do recurso à etnografia, como técnica e método de pesquisa, especialmente na avaliação de políticas públicas.

Além dos treze artigos que compõe este número, a Revista P&T oferece aos leitores uma resenha e uma entrevista. A resenha “Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres” apresenta e discute o livro “Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres”, organizado por Marta de Azevedo Irving, Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, Andrea Rabinovici e Helena Araújo Costa, publicado pelas Editoras Folio Digital e Letra e Imagem, em 2015.

Quanto à entrevista, intitula-se “Olhares e experiências sociológicas portuguesas”, tendo sido idealizada por José Roberto Feitosa de Sena e Giovanni Boaes, e realizada pelo primeiro na cidade do Porto com o sociólogo português, nascido em Angola, João Teixeira Lopes, um dos nomes mais expressivos da sociologia portuguesa na atualidade. Nela os interlocutores (entrevistador e entrevistado) abordam temas biográficos, profissionais e acadêmicos didaticamente relevantes sobre o fazer sociológico.

Boa leitura! Os editores.

Dossiê

O corpo na pesquisa social

**EM CARNE E OSSO:
apresentação do dossiê “O corpo na pesquisa social”**

***IN FLESH AND BLOOD:
a presentation to the dossier “Body in social research”***

João Batista de Menezes Bittencourt*
Mónica Franch**

O dossiê que o/a leitor/a tem em mãos é uma pequena amostra da produção sócio-antropológica sobre corpo no campo das Ciências Sociais. Contém contribuições de autores que, em maior ou menor medida, direcionam a centralidade de seus trabalhos para o corpo. Já os organizadores chegam ao tema proposto no dossiê por caminhos diversos – João Bittencourt a partir da juventude e das manifestações musicais, Mónica Franch pela via da antropologia da saúde¹. Este é um percurso bastante habitual, pois o corpo tem sido abraçado por autores que trabalham ao mesmo tempo em outras temáticas ou especialidades diversas, como as ciências sociais da saúde, o campo dos estudos feministas ou as artes (ESTEBAN, 2004, p. 19).

O aumento do interesse no corpo como objeto da reflexão antropológica e sociológica é atestado, no Brasil, pela existência de programas de Pós-Graduação com linhas de pesquisa e disciplinas que abarcam essa temática, como também grupos de pesquisas que vêm ajudando a difundir os estudos sobre corpo nas diferentes partes do país. Não devemos perder de vista, entretanto, que apesar da sua destacada importância nessa área do conhecimento, ainda se trata de um “fenômeno marginal”, se pensado em relação aos temas considerados hegemônicos na academia (trabalho, violência, pobreza e desigualdade, entre outros). Desse modo, entendemos

* Professor do Instituto de Ciências Sociais da UFAL e membro dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade/Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil. E-mail: joao.bittencourt@ics.ufal.br.

** Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB e membro dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e em Sociologia da mesma universidade/Brasil. Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ/Brasil. E-mail: monicafanch@gmail.com.

1 Desde o ano de 2014, ministro a disciplina Sociologia/Antropologia do Corpo e da Saúde com a Profa. Ednalva Neves, também da UFPB, a quem agradeço o estímulo, a parceria e as instigantes discussões, que em boa medida estão refletidas aqui.

que dossiês como este são imprescindíveis para a consolidação desse campo analítico tão fértil para a compreensão das práticas sociais e culturais dos agentes.

Refletir sobre a fabricação das corporalidades nos dias atuais torna-se tarefa urgente, uma vez que vivemos em um contexto onde cada vez mais os indivíduos se definem – e têm sua existência definida – pelos corpos que exibem. Do corpo milimetricamente desenhado dos praticantes de musculação ao corpo perfurado e marcado dos adeptos do *body modification*², passando pelo corpo-vitrine das modelos profissionais; todos expressam posições sociais que são classificadas por intermédio da relação que os indivíduos possuem com sua imagem corporal. O corpo também está no centro de embates políticos importantes no Brasil e alhures, usualmente em torno das questões de gênero e sexualidade, revelando-se como nó fulcral na articulação entre indivíduos, grupos e sociedades. Por outro lado, o corpo não se define hoje, apenas, enquanto objeto. Abordagens de base fenomenológica proclamam que ele é, sobretudo, lócus de experiência e de conhecimento. Nesse sentido, a formação de uma sociologia ou uma antropologia específica do corpo pode dar lugar a uma antropologia e a uma sociologia incorporadas ou *encarnadas*³ (*embodied*), feitas desde o corpo, no corpo, com o corpo.

Sabemos que a investigação sobre as práticas corporais nas Ciências Sociais não é nenhuma novidade, vide o clássico trabalho de Marcel Mauss *As técnicas do corpo*, publicado em 1936, onde ele argumenta que existem diversas maneiras de homens e mulheres se servirem de seus corpos nas distintas sociedades, ou a etnografia *Do Kamo*, publicada em 1947, na qual Maurice Leenhardt discute a noção de pessoa e a (inexistente) ideia de corpo entre os *canuaq*. Mas foi somente no final da década de 1960 que a temática passou a figurar de maneira mais consistente entre as preocupações de sociólogos/as e antropólogos/as, principalmente pela influência do feminismo, da chamada “revolução sexual”, como também da emergência de terapias que tinham como objetivo a produção de um bem-estar mediante o cuidado acentuado com o corpo, marcas de uma sociedade que caminhava rumo a um acentuado processo de individualização.

Autores como Jean Baudrillard, Michel Foucault, Erving Goffman, Norbert Elias, Pierre Bourdieu, Mary Douglas, David Le Breton, Thomas Csordas, entre muitos outros, escreveram seu legado no campo de uma sociologia e/ou antropologia do corpo, desenvolvendo abordagens a partir de diferentes ângulos no que diz respeito à relação dos agentes com o meio cultural e social que os cerca. Apesar da relativa novidade dessas abordagens, já contamos com um bom número de análises bibliográficas e estados da arte, sendo possível destacar as excelentes contribuições de Miguel Vale de Almeida (2004), Sônia Maluf (2001) e Vítor Sergio Ferreira (2009), para ficarmos apenas na língua portuguesa.

2 Modificações corporais produzidas pelos agentes em seus próprios corpos motivadas por razões não-médicas. Tatuagens, implantes de objetos de metal, madeira ou silicone e escarificações (cortes ou queimaduras) são algumas das técnicas mais utilizadas.

3 Tradução/interpretação proposta por Garía Selgas (*apud* ESTEBAN, 2004, p. 22). Estamos nos referindo, sobretudo, às abordagens de Thomas Csordas (2008).

Alguns dos levantamentos feitos propõem classificações e periodizações em relação aos estudos do corpo, traçando genealogias para uma antropologia e/ou sociologia do corpo. Responsável por uma das produções mais significativas a esse respeito na França, David Le Breton (2011) indica que a reflexão sociológica sobre as práticas corporais pode ser dividida em três etapas: *uma sociologia implícita do corpo, uma sociologia em pontilhado e uma sociologia do corpo* propriamente dita. A primeira compreende os trabalhos dos pensadores do início do século XIX que, se por um lado não desmereciam a importância da dimensão carnal em suas análises, por outro não se debruçavam de maneira profunda sobre a mesma. As principais referências seriam os trabalhos de Villermè, Marx e Engels, que expunham a condição miserável dos trabalhadores no contexto da Revolução Industrial. Para esses pensadores o corpo expressava a condição degradante à qual os trabalhadores estavam submetidos, mas não era visto como um objeto de estudo diferenciado. Os estudos que buscavam traçar diferenças entre as populações a partir de critérios biológicos também são dessa época. Estes se caracterizam por uma produção científica que relaciona as particularidades sociais e culturais dos grupos a uma morfologia dos corpos. Busca-se através de experimentos que incluem medições da caixa craniana, do cérebro, como também leitura de aspectos faciais, encontrar provas que justifiquem a degenerescência racial e a delinquência.

A *sociologia em pontilhado*, por sua vez, compreende o conjunto de análises que problematizam o corpo, enfatizando os aspectos simbólicos que compreendem a sua produção bem como seus diferentes usos. O corpo é o que seus signos são, e estes podem variar culturalmente, historicamente e socialmente. Robert Hertz, Marcel Mauss e Norbert Elias são importantes divulgadores dessa perspectiva, ainda de acordo com Le Breton. Já a *sociologia do corpo* propriamente dita inaugura um campo de estudos que se volta especificamente para este, buscando compreendê-lo em toda sua complexidade. Le Breton aponta alguns aspectos que atrapalham a consolidação da perspectiva, em virtude da própria dificuldade de concebermos sociologicamente um conceito de corpo, pois este não é um dado da realidade:

O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal (LE BRETON, 2011, p. 24).

A dificuldade que alguns pesquisadores têm em se desvencilharem de concepções que pensam o corpo como uma realidade objetiva, tal como postulam as ciências biomédicas, é outra armadilha apontada pelo antropólogo francês. Tal problema dificulta a compreensão de que os corpos variam nas distintas sociedades e de que não é possível utilizar a noção ocidental de corpo em pesquisas com povos não ocidentais, por exemplo.

Essas sociedades foram justamente o objeto da atenção da antropologia e do surgimento das primeiras apreensões sobre o corpo nessa disciplina. Byron Turner (1994) defende que, diferente do que ocorreu na sociologia, o corpo possui uma importância continuada para a antropologia desde o século XIX, enquanto peça

fundamental para enfrentar questões-chave para este ramo do conhecimento, como a relação cultura/natureza e universalidade/diversidade cultural. Ademais,

A antropologia, mais que a sociologia, desenvolveu uma teoria do corpo (ou, como mínimo, bastante interesse na investigação do corpo), porque nas sociedades pré-modernas o corpo é uma superfície importante na qual as marcas de condição social, posição familiar, filiação tribal, idade, sexo e condição religiosa podem se expressar fácil e publicamente (TURNER, 1994, p.15, tradução nossa).

De maneira semelhante a Le Breton, a antropóloga Margaret Lock no artigo intitulado *Cultivating the Body: anthropology and Epistemologies of Bodily Practice and Knowledge* (1993), apresenta um panorama dos estudos sobre corpo na perspectiva antropológica a partir de sete tópicos⁴. O primeiro compreende a dimensão da incorporação (*embodiment*), cuja principal referência é o trabalho de Pierre Bourdieu e a sua reformulação da noção de *habitus*, desenvolvida inicialmente por Marcel Mauss. O segundo tópico versa sobre a construção cultural do *Self* e do outro, onde ela destaca a importância do estudo das emoções na perspectiva da antropologia do corpo, fazendo referência ao trabalho de Michele Rosaldo e a sua ideia de emoção como pensamento incorporado. Já no terceiro tópico, chamado “corpos dóceis e resistentes”, a ênfase recai sobre o trabalho de Michel Foucault, especialmente a importância antropológica do conceito de biopoder. Lock reconhece a crítica feita à noção de microfísica do poder e a sua ausência de “materialidade”, porém, destaca que a obra do autor foi apropriada pela vertente da “reintrodução da história”, onde se destacam os trabalhos de Jonh Comaroff.

No quarto tópico aparece a abordagem da doença como performance cultural. Trata-se de uma perspectiva que analisa as doenças a partir das distintas experiências vivenciadas pelos indivíduos, o que confronta a concepção biomédica que pensa o corpo doente a partir de sintomas universais. O quinto tópico propõe uma discussão em torno dos conceitos de montagem, mimese, alteridade e agência. A principal referência é o trabalho de Michal Taussig e a sua crítica à exagerada “contextualização do outro”, realizada por alguns antropólogos. Para Taussig, esse “outro” é produto de uma relação de poder que institui diferentes posições entre os agentes e não se pode perder de vista a natureza colonial que fundamenta o encontro do pesquisador com a alteridade. No sexto tópico, intitulado *Epistemologia e corpos políticos*, Lock retorna a Foucault para demonstrar sua influência sobre a antropologia, especialmente a sua crítica à linguagem médica que produz sujeitos para análise. Ela apresenta alguns trabalhos que passaram a criticar os sistemas classificatórios elaborados pelos discursos médicos, questionando os limites desse conhecimento universal sobre os corpos a partir de um conhecimento local produzido pelos próprios pacientes.

4 O artigo desenvolve e aprofunda uma primeira classificação, proposta numa coautoria anterior com Nancy Scheper-Hughes, em que discutiam, a partir da literatura existente, os três corpos: o corpo individual, o corpo social e o corpo político (SCHEPER-HUGHES; LOCK, 1987).

Finalmente, no sétimo e último tópico, a autora discute sobre a normalização e reconstrução dos corpos, enfatizando especialmente os trabalhos de pesquisadores como Paul Rabinow e Marilyn Strathern. Ao problematizar o desenvolvimento das tecnologias no campo da biomedicina, Rabinow aponta para novos processos de normalização dos corpos, com especial destaque para a manipulação genética. Já Strathern, ao se debruçar sobre as novas tecnologias reprodutivas, mostra como essas afetaram as relações entre os seres humanos, especialmente as relações sociais de parentesco, que por muito tempo foram vistas exclusivamente como vínculos de natureza biológica, impactando, conseqüentemente, a produção dos binarismos ocidentais como natureza/cultura, por exemplo.

Como foi possível perceber a partir das múltiplas abordagens destacadas por David Le Breton e Margareth Lock, o corpo sempre esteve entre as preocupações das Ciências Sociais. Mesmo atualmente, diante do propagado desaparecimento do corpo em decorrência de uma “virtualização da vida” sob diferentes aspectos – seja aquele relacionada à maneira como a internet se apossou de nossa existência, ou ainda aquele expressada pelo crescimento das pesquisas no campo da genética – nos deparamos com um crescimento significativo de pesquisas preocupadas com a experiência carnal; *body modification*, processos de transgenitalização, performance de gênero, a busca incansável pela perfeição mediante cirurgias estéticas, corporalidades protéticas, são alguns dos fenômenos problematizados por cientistas sociais estudiosos/as do corpo em nossos dias.

O presente dossiê se situa nesta esteira. Ele conta com oito artigos de pesquisadores nacionais e estrangeiros que transitam entre os diferentes temas e abordagens teórico-metodológicas apresentadas acima. O artigo de Taniele Rui (UNICAMP) e Simone Frangella (ICS-Universidade de Lisboa), que abre o dossiê, apresenta uma reflexão entre a relação corpo e cidade, dimensões materiais e simbólicas que se entrecruzam e se influenciam mutuamente enquanto espaços de produção e enunciação de processos sociais e políticos. A preocupação das autoras se volta para a vida e os corpos das pessoas que habitam e trabalham nas ruas, corpos precários que transitam entre a abjeção e a resistência, evidenciando conflitos de ordem socioeconômica bem como a imposição do poder urbanístico.

Em seguida temos o texto de Osmundo Pinho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), que se volta para uma reflexão sobre a performance da masculinidade no pagode baiano. O trabalho resulta de uma etnografia com jovens estudantes negros do sexo masculino de duas escolas públicas localizadas nas cidades de Cachoeira e São Félix, ambas situadas na região do Recôncavo da Bahia. O antropólogo busca compreender os sentidos articulados em torno da performance corporal conhecida popularmente como “botando a base”, que faz parte do repertório coreográfico do pagode baiano.

Dando continuidade à discussão em torno da relação corpo e masculinidade, temos o artigo de João Bittencourt (UFAL) e Felipe Guimarães (UFAL), cujo foco etnográfico são as práticas corporais dos atletas e espectadores do esporte mundialmente conhecido como MMA (*Mixed Martial Arts*). A partir de uma pesquisa desenvolvida em academias e bares localizados na cidade de Maceió, os pesquisadores buscam refletir sobre o crescimento massivo do esporte a partir

de processos sociais mais amplos como a somatização e a exteriorização das subjetividades, bem como de processos de corporificação atrelados a significações de gênero.

O artigo de Vitor Sérgio Ferreira (ICS – Universidade de Lisboa) busca problematizar o desenvolvimento das culturas somáticas na sociedade portuguesa contemporânea. Para tal intento, o sociólogo procura pistas em diferentes recortes geracionais desde o Estado Novo – regime sob o qual Portugal foi governado entre 1933 e 1974 – até a atualidade. A partir desse recorte temporal, o autor teve acesso a diferentes culturas somáticas que revelam formas de vivenciar, pensar e utilizar o corpo na sociedade portuguesa. São elas: 1) uma *cultura de revigoração físico*, herdeira do Estado Novo; 2) uma *cultura de rejuvenescimento físico*, herdeira das culturas juvenis dos anos 60-70, e da expansão das indústrias de design corporal nos anos 80; 3) uma *cultura de aperfeiçoamento físico*, herdeira da cultura biotecnológica dos anos 90, e da radicalização da indústria de *design* corporal.

Já o texto de Ana Lúcia de Castro (UNESP) e Hellen Tavares (UNESP) possui como foco de investigação as relações de poder presentes nos discursos sobre a obesidade, a partir de blogs produzidos por/para mulheres obesas. As autoras argumentam que apesar de se perceber nessas narrativas virtuais uma defesa explícita do que se define como “orgulho gordo”, destacando a importância de pensar a pluralidade dos corpos, existem também tentativas de conformação a um “padrão gordo hegemônico”, onde se defende o direito a um corpo obeso, mas não exageradamente, em geral branco, bem cuidado e, acima de tudo, consumidor.

O artigo de Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) apresenta uma reflexão sobre o corpo das mulheres a partir de uma análise antropológica da cicatriz que resulta de intervenções cirúrgicas conhecidas como “cesáreas”. Influenciada pelo pensamento de Veena Das, a autora argumenta que a cicatriz é uma marca que sintetiza as dimensões corporal e cultural, um sinal que está inscrito na carne, mas que aglutina emoções, traumas, fracasso de projetos e outras experiências, especialmente entre aquelas mulheres alinhadas com o movimento de estímulo do “parto natural”.

Cristian Paiva (UFC) e Marcelle Jacinto da Silva (UFC) discorrem sobre os enunciados e estratégias de resistência acerca do corpo feminino mobilizadas por mulheres na internet. Trata-se de um estudo sobre o projeto *Large Labia Project*, criado por Emma P., cujo objetivo é divulgar “vaginas reais”, como referência para “mulheres reais”. A crítica ao mercado pornográfico que institui padrões de beleza hegemônicos, principalmente no tocante à região íntima das mulheres, é um dos objetivos apontados pela autora/idealizadora do projeto. Mirando nos ativismos que se expressam no espaço virtual, a proposta dos autores é pensar o poder que é potencialmente acionado por movimentos online como esse, buscando compreender os sentidos mobilizados visando desconstrução de padrões estéticos sobre o corpo feminino.

Finalizando o dossiê, temos o texto inédito do antropólogo francês David Le Breton (*Université de Strasbourg*). Trata-se de um ensaio onde o autor discorre sobre a face como o espaço do corpo humano que melhor marca a singularidade dos indivíduos. Local de reconhecimento seja pela atribuição de uma idade ou de um sexo, a face também garante a existência dos sujeitos. Perdê-la, diz Le Breton,

é “profanar o centro de si mesmo”. Passando por exemplos extraídos da Filosofia, Literatura e Antropologia, o autor demonstra a importância da face como espaço privilegiado de encarnação de identidade e cultura. Boa leitura!

Referências

- CSORDAS, Thomas. **Corpo, significado, cura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008
- ESTEBAN, Mari Luz. **Antropología del cuerpo**: género, itinerários corporales, identidade y cambio. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004.
- FERREIRA, Vitor Sérgio. **Elogio (sociológico) à carne**: a partir da reedição do texto “As técnicas do corpo” de Marcel Mauss. Porto: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009 (working paper).
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LOCK, Margareth. Cultivating the body: anthropology and epistemologies of bodily practice and knowledge. **Annual Review of anthropology**, v. 22, p. 133-155, 1993.
- MALUE, Sônia. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. **Esboços**, v.9, n.9, p. 87-101, 2001.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy; LOCK, Margaret. The mindful body. A prolegomenon to future work in medical anthropology. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 6-41, 1987.
- TURNER, Bryan. Los avances recientes en la teoría del cuerpo. **REIS – Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, n. 68, p.11-39, 1994.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. O corpo na teoria antropológica. **Revista de Comunicação e Linguagens**. V. 33, p. 49-66, 2004.

Recebido em 19/02/2018

Aceito em 19/02/2018

CORPOS PRECÁRIOS: apontamentos para a relação entre corpo e cidade

BODIES IN PRECARIETY: notes on cities and bodies

Simone Frangella*
Taniele Rui**

Resumo

O presente artigo parte da inter-relação analítica entre corpo e mundo social para se debruçar sobre a articulação entre o corpo e a cidade, duas dimensões materiais, geográficas, sociais e políticas que se perpassam e se influenciam como territórios físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos. Enfocando, sobretudo, as vidas e os corpos das pessoas que vivem ou trabalham em situação precária nas ruas, pontuamos que a produção e a reprodução da vida diária têm o espaço físico e as redefinições contínuas sofridas por ele como sua base e condição cotidiana de existência. Nesse sentido, o corpo aparece não apenas como presença imagética e material ou como metáfora de projetos urbanos, mas como uma experiência concreta, múltipla e influente na própria constituição da cidade. Nessa relação específica de escala entre corpo e cidade, portanto, a condição de precariedade aparece como fundamental, pondo a nu e de forma conflitiva como as condições socioeconômicas, bem como as imposições do poder urbanístico sobre determinados sujeitos, vão moldando corpos abjetos resistentes e tendo paisagens urbanas redesenhadas.

Palavras-Chave: Corporalidade. Habitantes de rua. Espaço urbano. Teoria Antropológica.

Abstract

This article discusses the analytical interrelation between the body and the social world, in order to focus on the articulation between the body and the city. Both are material, geographical, social and political dimensions; they constitute physical and cultural territories of production and enunciation social and political processes, permeating and influencing each other. Taking in particular account lives and bodies of people working or living in precarious situation in the streets, we claim that the production and the reproduction of daily life is conditioned by the physical space and its continuous redefinitions. In this sense,

* Investigadora de pós-doutoramento, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal. Este artigo foi produzido no âmbito do pós-doc. no ICS/Universidade de Lisboa, com bolsa da FCT Referência SFRH/BPD/111800/2015. E-mail: sifrangella@gmail.com.

** Doutora em Antropologia Social pela Unicamp/Brasil. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas/Brasil. E-mail: tanieler@unicamp.br.

the body emerges here not as an imagery and material presence and neither as an inspiring metaphor, but rather as concrete and multiple experience, influencing the own constitution of the city. In this specific scale relation between body and city, therefore, the condition of precariousness defines a fundamental marker, bringing up in a conflicting way how socio-economic conditions and urbanistic hegemonic forces mould abject resistant bodies and re-design urban landscapes.

Keywords: Corporeality. Street inhabitants. Urban space. Precariousness.

Introdução

O corpo e a cidade estão entrelaçados na experiência urbana contemporânea. Embora na história da civilização ocidental, tal qual narrada, por exemplo, por Richard Senett (1997), as vivências corporais específicas sejam produto e produtoras dos espaços urbanos, o momento presente parece indicar uma especificidade, a partir das profundas mudanças no contexto social e político urbano nas últimas décadas, e do consequente *boom* de análises teóricas sobre a corporalidade. Do mesmo modo, mudanças econômicas, sociais e políticas da virada do século XX elevaram o corpo a instrumento de transformação e base de projetos da modernidade, provocando, assim, a necessidade de rediscutir seu estatuto epistemológico (BUTLER, 1993; CSORDAS, 1994; FERREIRA, 2013; FOUCAULT, 1999; GIDDENS, 1993; HARAWAY, 2000; LE BRETON, 1990; TURNER, 1991).

Perceber a intensidade da relação dialógica entre as experiências urbanas e as corporais e entender o corpo na cidade requer focar sua presença imagética e material na arquitetura e na dinâmica urbana, não apenas como metáfora inspiradora de projetos urbanos, mas como uma experiência concreta, múltipla e influente na própria constituição da cidade. Em uma política de escala, o corpo ocupa seu primeiro nível (SMITH, 2000). Lugar primário da identidade pessoal, marca a fronteira com o Outro no sentido físico e social e nele se concentra a construção do espaço pessoal e fisiológico. Questões de gênero, raça, entre outras diferenças sociais, são construídas, sobretudo, em torno da identidade corpórea. Na tentativa de entender de que forma algumas construções corporais podem ser enunciadoras do diálogo entre o corpo e a cidade, o esforço primeiro nesta pesquisa é o de remeter à relação entre as perspectivas epistemológicas e metodológicas sobre a questão do corpo na Antropologia. Embora não seja o espaço para longas digressões, faz-se necessário iluminar as questões contemporâneas sobre o corpo e suas “incorporações” no debate teórico e, na sequência, refletir sobre sua dinâmica nas experiências urbanas contemporâneas, especialmente a partir dos mais marginalizados das urbes.

No debate que apresentamos, propomo-nos focar uma condição que expressa de forma intensa a relação entre as escalas espaciais do corpo e do espaço urbano: o corpo precário. Por precariedade entendemos o contexto global marcado pela incerteza econômica, dominação do estado, a erosão do mundo do trabalho e ameaça à própria existência pessoal. Trata-se de compreender não apenas essa experiência da precariedade, mas também perceber como essa mesma forma de vida desencadeia uma forma de governá-la e de assisti-la (FASSIN, 2015). O corpo interrogado neste artigo traduz a despossessão e a vulnerabilidade constitutivas das assimetrias de poder e dominação que ordenam a cidade.

Em seu constante processo de desumanização, sujeito a não ter sua fragilidade reconhecida (BUTLER, 2006), esse corpo encontra-se no limiar da exposição, da dor e da subtração. Porém, ao mesmo tempo, a potencial agência dessa corporalidade supõe táticas e interações nas quais sobreviver significa mais do que assegurar integridade física. Sobreviver, sugere Fassin (2010), propicia a transformação da vida física em política de vida que vai além da desposseção, e que pode se tornar instrumento político, recurso moral ou expressão afetiva.

De modo a articular os elementos indicados, na primeira parte deste artigo, faremos um breve mapeamento sobre os modos diversos como o corpo tem sido visto na teoria antropológica, observando seu estatuto epistemológico ao longo do tempo. Em seguida, analisaremos algumas possibilidades de articulação da literatura entre corpo e cidade, auxiliando na construção de um viés teórico a partir do qual estabelecemos um parâmetro para observação empírica. Por fim, mostraremos como nossos trabalhos etnográficos junto a moradores de rua e usuários de crack complexificam a proposta analítica de pensar corpo e cidade em seu entrecruzamento geográfico, político e social. É a partir da descrição de experiências e engrenagens sociais que podemos assinalar a corporalidade precária vivida a partir do próprio espaço urbano.

O corpo e a teoria antropológica

Como importantes balanços bibliográficos observam (ALMEIDA, 1996; CRAPANZANO, 2004; CSORDAS, 1990, 1994; VARGAS, 2001), o corpo como categoria analítica teve espaço central na Antropologia ao longo de seu desenvolvimento. No fim do século XIX e início do XX, a busca por atestar a universalidade do homem coloca o corpo como o ponto de partida, como o suporte biológico comum sobre o qual formas culturais e sociais diversas estariam ancoradas, formatando-se de acordo com seus contextos. Assim, o corpo como substrato partilhado ora seria a comprovação da universalidade humana (TURNER, 1991; VARGAS, 2001); ora, como o corpo do “outro”, funcionava como demarcador principal da alteridade (FERREIRA, 2013, p. 497). Além disso, o corpo também serviu como a medida fronteira (tanto nas discussões evolucionistas quanto nas referentes ao tabu do incesto), da distinção entre natureza e cultura, questão cara à teoria antropológica. Em ambos os casos, o corpo aparece nos primórdios da disciplina como uma base biológica dada, sobre a qual a cultura e as instituições sociais operam, destacando-o do mundo natural.

Reforçando, por outra via, a dimensão da cultura, a teoria antropológica desenvolvida nas primeiras décadas século XX concebeu o corpo como suporte sobre o qual a tradição social se projeta e se atualiza, uma construção social sobre a qual se mobilizam codificações simbólicas variadas. Na pioneira e incontornável formulação maussiana (MAUSS, 1974), o corpo surge, assim, como primeiro e mais natural objeto técnico, simultaneamente é ferramenta original com que os humanos moldam o mundo; e substância a partir da qual o mundo humano é moldado. O legado de Mauss e de outros autores clássicos (CLASTRES, 1978;

DOUGLAS, 1976 e 1978; HERTZ, 1907; LEACH, 1957; SEEGER *et al.*, 1980; TURNER, 1974; VAN GENNEP, 1978) desloca o peso de uma visão “naturalista”, que privilegiava a materialidade dos corpos, para uma visão “culturalista” que enfatizaria que os corpos são “construções sociais” que mobilizam codificações simbólicas variadas, criando uma Antropologia do corpo cuja base incide com “forte ênfase nos usos metafóricos e metonímicos dos símbolos naturais na reprodução da ordem social e na projeção do corpo como sistema classificatório” (ALMEIDA, 1996, p. 4). É nesse sentido que o trabalho exemplar de Mary Douglas (1976) firma o corpo como a fonte mais natural de alegorias de ordem e desordem, articuladas de forma a reiterar a ordem social.

O corpo aparece ainda como limite da relação entre civilização e natureza nas análises de Norbert Elias (1990, 2001), que se preocupam em indicar como a sociedade ocidental, da Idade Média até o século XX, conformou-se a um autocontrole criado a partir de uma estrutura que molda e limita as emoções e as maneiras do indivíduo a partir de códigos de comportamento, funções corporais, relacionamento entre sexos e controle da agressividade. Nas análises de Elias, reforça-se a individualização de corpos por meio da criação histórica de uma “distância civilizadora”. Porém, tal individualização só é possível quando o corpo é inscrito nessa rede de relações interpessoais e funcionais que o posiciona socialmente e favorece o comportamento racional, civilizado, socializador.

Parte da leitura contemporânea, no entanto, observa que se a perspectiva “culturalista” retirou o caráter instrumental e reducionista da perspectiva “naturalista”, incorreu, por sua vez, em um determinismo social dogmático (ALMEIDA, 1996) que operou a partir da dicotomia cartesiana corpo-mente. Sobre tal aspecto residirá o ponto mais forte das críticas contemporâneas pós-estruturalistas às abordagens sobre o corpo em Antropologia.

Em síntese, se até meados do século XX o corpo era tido como lugar depositário dos processos sociais e instrumentais da racionalidade civilizadora, nas décadas de 1970 a 1990 se inicia um redimensionamento de seu estatuto na teoria antropológica. Associadas a uma revisão epistemológica e metodológica sobre o tema estão as constantes “redescobertas do corpo” (SANT’ANNA, 2000), no contexto social e político, que o trazem revigorado para o centro dos debates contemporâneos da disciplina. Passando a possuir uma posição de destaque, o tema “corpo” moveu discursos e práticas sociais, políticas e econômicas a partir dos anos 1960 e 1970, que são repensados a cada década sequente, em seus limites e propósitos.

Para além dos desdobramentos teóricos, nas décadas de 1960 e 1970, o corpo tornou-se também o motor político de movimentos sociais, reivindicado pela manifestação favorável à possibilidade de inúmeras práticas sexuais, o fim de determinados tabus corporais, a liberação feminina, tornando-se um desafio às instituições criticadas como tradicionais (como a igreja). De forma bem sintética, poder-se-ia dizer que esse foi o momento em que o corpo emergiu como o epicentro de emergentes configurações políticas e de revoluções crescentes que foram se fazendo no decorrer dessas décadas no plano dos direitos individuais e sociais, dos limites entre o público e o privado, e das criações de novas identidades coletivas e individuais (WEEKS, 1998).

Nas décadas recentes, o corpo vem sendo objeto de vários estudos nas ciências sociais e humanidades (FERREIRA, 2013). Foram feitas investigações históricas sobre as sensibilidades corporais e o estudo do corpo no cotidiano; novos estudos apareceram sobre a história da saúde, da higiene e do corpo medicalizado. Atualizaram-se trabalhos de outras épocas como os de Mauss e Elias, e surgiram estudos sobre novas práticas e representações corporais. No contexto das artes, da publicidade, da ciência e da mídia tornou-se premente a necessidade de se reformular as concepções sobre o corpo. Nas artes e na educação física criou-se, sobretudo, a necessidade de se expandir as fronteiras corporais. Especialmente a teoria feminista projetou-se de forma contundente nesse momento e provocou uma mudança de direção na teoria social ao incluir na compreensão dos processos sociais as questões de diferenciação orgânica e a importância destas para a problemática social (BUTLER, 1993; FAUSTO-STERLING, 2001; HARAWAY, 2000). Nessa perspectiva, também os estudos filosóficos e genealógicos de Michel Foucault sobre corpo, sexualidade e suas imbricações com os aparatos e dispositivos de poder tornaram-se uma forte e inovadora referência no campo intelectual, atravessando as décadas com muitas filiações e críticas acadêmicas. A mesma centralidade vale para a noção de *habitus* trabalhada por Pierre Bourdieu.

As reconsiderações no plano acadêmico estão em correlação com transformações sociais de cada período. Como coloca Almeida (1996, p. 4), no momento histórico em que vivemos, “o corpo é um terreno privilegiado das disputas em torno quer de novas identidades pessoais, quer da preservação de identidades históricas, da assunção de híbridos culturais ou das recontextualizações locais de tendências globais”. As novas teorias buscam a quebra de dualidades; em particular, tentam superar a partilha ontológica entre corpo e mente; e tentam, igualmente, articular análises cognitivistas, semióticas e fenomenológicas, com propostas não necessariamente conciliáveis (ALMEIDA, 1996). Longe de esmiuçar essas diferenças no presente texto, cabe ressaltar que são as novas tendências que trazem à tona elementos significativos para a compreensão sobre corpo na sociedade contemporânea, seguida de uma ampla terminologia conceitual em elaboração (corporalidade, incorporação, encorporação, corporeidade, excorporação etc.). De mais importante, o corpo deixa de ser um objeto analítico ou empírico dado, essencializado, e passa a ser situado na história, simultaneamente como agente e objeto. Nesse debate, ganha projeção o corpo vivido, substância sensível e sensorial, *embodied* (encarnado) (CSORDAS, 1991). O corpo vivido “é vivido e construído em reação (que pode ser não apenas conformação) ao contexto tal como o percebe (material e simbolicamente) nas suas estruturas e organização” (FERREIRA, 2013, p. 520).

O corpo é, desse modo, visto contemporaneamente para além de uma entidade na qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação; mas como uma atividade simultaneamente física, material, social e política, que se constrói na relação com outros corpos. Nesse sentido, o corpo tornou-se um meio fundamental em torno do e através do qual ocorrem as transformações sociais e políticas do mundo contemporâneo. Nas palavras de Terence Turner (1994, p. 31), “o corpo tornou-se, portanto, um dos principais campos de batalha no qual a luta para forjar uma perspectiva crítica adequada às características mutantes da realidade contemporânea social, política e da realidade cultural está sendo batalhada”.

O corpo e a cidade

Nesse debate, entrevemos especificamente o corpo na sua relação com a cidade. No plano da experiência urbana contemporânea, a perspectiva corporal se destaca, na medida em que o meio urbano oferece contexto e possibilidades de conformação corporal. A cidade se torna “a condição e o meio no qual a corporalidade é social, sexual e discursivamente produzida” (GROSZ, 1999, p. 381).

De uma determinada perspectiva, Richard Sennett (1997) enuncia esse quadro. Partindo da construção de uma trajetória histórica sobre a relação entre a constituição dos espaços urbanos e as vivências corporais específicas de cada povo na civilização ocidental, o autor procura mapear um “corpo político”, cujas relações de poder pressupõem uma idealização da imagem corporal. Essa imagem, idealizada e imposta (legitimada ora por textos religiosos, ora por pressupostos iluministas), que amarra e pacifica o corpo, interferiu, modificou e tentou dar contornos à cidade. Sennett verifica a presença dessa relação em Atenas, em Roma, na Veneza Renascentista, no individualismo parisiense, a partir das expressões da arquitetura, do urbanismo e da vida cotidiana. Os mecanismos de pacificação e moldagem do corpo estariam em constante confronto com a própria experiência urbana que é a da diferença, da complexidade social, da estranheza.

O diagnóstico que Sennett faz da metrópole contemporânea traz dessa trajetória histórica seus elementos, particularmente a partir do século XVII, quando o corpo passou a servir de analogia para os princípios do individualismo moderno e para os planejamentos urbanísticos. A rua foi, na concepção iluminista, um espaço urbano importante, cruzando o centro da cidade ou as áreas residenciais, configurada a partir de um modelo de tráfego análogo às artérias e veias humanas e o contínuo deslocamento de sangue e de sua irrigação para os órgãos. Os pulmões também foram outra grande referência analógica. Os jardins e as praças passaram a ser concebidos, especialmente na Paris do século XVIII, como pulmões urbanos, densamente arborizados, prontos a garantir aos habitantes da cidade a ideia de respiração saudável, de amplitude, de livre circulação. Tais concepções se solidificaram no século XIX, inclusive nas reformas urbanísticas inglesas e francesas (SENNETT, 1997, p. 264), tendo como consequência os espaços reservados para indivíduos em locomoção, mais do que para multidões em movimento. Com a preocupação do perigo das multidões, incitou-se a circulação frenética e manteve-se o mecanismo de tornar os espaços da cidade cada vez mais amplos e visíveis.

Esse interessante resgate histórico mostra que características caras às metrópoles de hoje – o individualismo, a velocidade, e a circulação – compõem um pano de fundo para o diálogo entre as dimensões sociais corpo e cidade. A velocidade dos transeuntes e dos veículos de locomoção transformou a paisagem urbana e o processo de movimentação corporal (BENJAMIN, 2000). Por um lado, Sennett indica o quanto a dinâmica movente da cidade pode permitir a resistência à eterna pretendida imagem idealizada do corpo; por outro, esses mesmos projetos urbanísticos provocam a ausência de interação de corpos e a ameaça à interação social.

De forma genérica, pode-se identificar nas grandes metrópoles contemporâneas, o quadro que Sennett apresenta. As metrópoles vêm sofrendo

um processo relativo de esvaziamento. Praças e ruas vêm sendo transformadas continuamente em lugares de passagem, ao mesmo tempo que se ampliam as construções de condomínios fechados e shoppings, espaços privados que mimetizam o espaço público (CALDEIRA, 2000; DE CERTEAU, 1994; FRUGOLI JR, 2013; SENNET, 1997; ZUKIN, 1991) e a produção de enclaves de segregação, de controle e de cuidado (AGIER, 2006). Há um deslocamento de personagens sociais dos espaços que estão sob a mira da intervenção urbana. Áreas urbanas que estão sendo revitalizadas são uma indicação do processo de “limpeza”. A reformulação de tais espaços, tendo como perfil o consumo visual (ZUKIN, 1991), tende a expulsar, num processo de gentrificação, antigos moradores e segmentos da população que utilizam a rua para fins de trabalho ou de habitação.

Assim, as modificações urbanas deslocam personagens sociais em função de interesses financeiros e urbanísticos e têm ganhado batalhas nos esvaziamentos dos espaços e na formação de lugares públicos como códigos universais de consumo. Ocorre que há de se considerar o peso de uma relevante propriedade que Sennett enuncia, mas não explora: a pluralidade sendo a própria condição da existência da cidade. A racionalidade que pauta a ordenação urbana perde de vista a heterogeneidade historicamente constituída que concebeu a experiência urbana a partir dos passos cotidianos dos praticantes da cidade, cujo traçado indefinido e contingente se contrapõe e se desvia dos mecanismos e discursos da organização totalizante (DE CERTEAU, 1994).

A importância dessa característica está no fato de que, ao fundamentar a própria experiência urbana e criar uma geografia movente, contingente e inovadora, ela garante dinâmicas e características próprias a cada cidade e gera possibilidades de interações, conflituosas ou não, de corpos em meio a essa multidão, parte da dinâmica que o cotidiano – cuja política é inerentemente espacial (SMITH, 2000, p. 4) – produz nos lugares de passagens, nos espaços ainda pretendidos públicos, pois, como expressa De Certeau (1994), os transeuntes traçam seus passos pela cidade, criam outras espacialidades, movimentos contraditórios, caminhadas ilegíveis ao controle urbanístico, ressignificações constantes de ícones urbanos. Perfazem cidades dentro da Cidade. É uma mobilidade que cria singularidades e ressignifica locais, indicando uma movimentação de corpos para além de mera passagem, que a perpassa e muitas vezes a confronta. Se o espaço se transforma pelo movimento desses corpos, esses, por sua vez, expressam e reelaboram as interações sociais e políticas que o delinham.

Desse modo, o corpo como metáfora e referência para a construção de projetos urbanos é uma dimensão fundamental para pensar a cidade, uma vez que ele foi, de fato, um parâmetro essencial na construção das perspectivas urbanísticas dos últimos séculos. No entanto, a ênfase nessa dimensão perde de vista outras propriedades do corpo, simbólicas e materiais. Em uma avaliação crítica sobre as análises já realizadas entre corpo e cidade, Elizabeth Grosz (1999) indica de forma generalizada dois tipos de abordagens teóricas que assumiriam essa perspectiva: na primeira, que exprime em geral a perspectiva humanista, corpo e cidade possuem uma relação externa; a cidade seria reflexo ou produto dos corpos; estes seriam pré-datados à cidade, seriam a motivação para a construção da cidade. Nesse recorte,

refaz-se a dualidade entre corpo e mente e o corpo estabelece com o espaço urbano uma relação causal. Mas, de acordo com as teorizações contemporâneas destacadas no item anterior, a complexidade da interação entre a corporalidade e o espaço urbano requer que se tenha como referência o dinamismo dos dois termos.

Grosz sugere uma outra possibilidade de enfoque: o corpo é ativo na produção e na transformação da cidade, mas ambos não estão ligados de maneira causal, ao contrário, conformam-se mutuamente. Tal perspectiva ressalta o caráter fluido e constantemente descontínuo dos fluxos urbanos, nos quais os corpos se orientam e se organizam, são reinscritos e se reinscrevem, são transformados e transformam. Nesse sentido, ela recupera o corpo como praticante da cidade, a materialidade e a capacidade de agenciamento desse corpo se soma ou se confronta às suas projeções metafóricas e à sua imagem idealizada, visível na exposição midiática das imagens que jorram na cidade e nos discursos sobre o corpo, o ambiente de vida. A conjunção dessas propriedades parece ser a maneira do corpo estar na geografia urbana e simultaneamente alterá-la.

É interessante pensar, como ilustração, nos carrinhos com rodas de vendedores ambulantes de grandes cidades, utilizados para guardar o material que vendem, para cobrir longas distâncias nos pontos onde trabalham, para escapar do poder policial que os oprimem. Em São Paulo, uma estratégia é estender as mercadorias no chão sob um pano ou lona de modo a poder formar rapidamente uma bolsa em caso de escape da fiscalização policial (HIRATA, 2012). Trata-se de recursos que propiciam ao vendedor ambulante sua mobilidade na cidade, inclusive em espaços interditados para sua permanência, lugares que simbolizam e concentram poder, como é o caso de grandes avenidas que concentram setores financeiros das metrópoles (OLIVEIRA, 1998). A facilidade que esses artefatos “tecnológicos” criam para o deslocamento reforça a resistência do ambulante em se restringir a áreas restritas como os camelódromos e de poder exercer seu comércio com a característica que lhe é peculiar, a não fixidez.

De modo semelhante, as estratégias políticas da tecnologia são veículos de dominação, mas também de possíveis intervenções políticas diferenciadas no espaço. Neil Smith descreve um veículo chamado “Poliscar”, concebido pelo artista Krzysztof Wodiczko, para os sem-teto. Ainda que o carro seja mais um instrumento artístico e de protesto, ele possui uma utilidade prática; é simultaneamente simbólico e funcional. Os veículos permitiriam ao *homeless*, excluído e limitado no espaço público, superar, em parte, o deslocamento social que lhe é imposto. Ao oferecer proteção e privacidade – e até um sistema de comunicação que lhe permitiria vigiar através de câmeras o espaço em que vive –, o veículo ampliaria a possibilidade de sobrevivência do morador de rua (SMITH, 2000). Dessa forma, haveria a reformulação da relação entre o corpo do morador de rua e o espaço urbano, por meio da reapropriação dos mecanismos tecnológicos de informação e comunicação projetada no espaço geográfico.

Tais exemplos trazem à tona uma propriedade fundamental da vida urbana: a prática da política do cotidiano, inerentemente espacial, e que refaz continuamente os nexos entre as formas urbanas e as experiências corporais (SMITH, 2000, p. 135). Corpo e cidade, assim, perpassam-se e influenciam-se na condição de territórios

físicos e culturais de produção e enunciação de processos sociais e políticos (SMITH, 2000). Ambas, experiências urbanas e construções corporais, constituem fronteiras espaciais e culturais entre amplitudes geográficas heterogêneas que, inter-relacionadas, compõem o cotidiano. A produção e a reprodução da vida cotidiana têm o espaço físico e as redefinições contínuas sofridas por ele como sua base e condição de existência. “O cuidado com o corpo, o acesso físico ao corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais de disputa nessa escala” (SMITH, 2000, p. 145). Nesse sentido, o corpo está em interface com várias escalas, seja reiterando preconcepções impostas, seja criando formas de resistência. Há uma interface com o plano regional, nacional e global. O espaço urbano se define, nessa política de escala, sobretudo pelas possibilidades de deslocamento socioeconômico. É a esfera diária do mercado de trabalho, cuja diferenciação espacial é mediada pelo mercado imobiliário e pelo zoneamento urbano. A separação espacial de atividades comerciais, industriais, de lazer e outras são pautadas pelos níveis diferenciais de aluguéis, pela política do governo e pelas instituições privadas. Porém, uma vez que a extensão da escala urbana é mais demarcada pelas relações socioeconômicas que pelas fronteiras administrativas, são realçadas as delimitações socioculturais e os conflitos entre as fronteiras passam pela incitação ao deslocamento nesse mesmo espaço.

Ou seja, a estruturação espacial parece sempre ameaçada pelo desenvolvimento urbano rápido, pela variação dos aluguéis que segue os fluxos econômicos e as crises fiscais que continuamente expandem as próprias condições econômicas e ambientais que perfazem o crescimento da cidade. Esse contexto urbano tenso oprime e concentra determinados grupos econômicos – em geral, os que estão ligados às condições de trabalho exploradas –, ao mesmo tempo em que a demanda por expansão cria possibilidades de organização política desses mesmos grupos, assim como instiga constantes reformulações nas fronteiras urbanas. Corpo e cidade nessa mobilidade possuem uma relação que é primeiramente assimétrica porque são resoluções geográficas da experiência social com amplitudes diferenciadas; mas é simultaneamente dialógica, com zonas limítrofes permeáveis e mutantes. Corpo e espaço urbano relacionam-se a partir dessa interface, de forma dinâmica. É preciso entender a dinâmica fluída que acompanha suas fronteiras, encarando um modelo de relação que não os vê como duas entidades estanques, mas como territorialidades que se entrecruzam de forma fragmentada e temporária.

A rua e a construção do corpo abjeto

Nessa política do cotidiano, ao focar, sobretudo, as vidas e os corpos das pessoas que vivem ou trabalham em situação precária nas ruas das cidades, pontuamos que a produção e a reprodução da vida têm o espaço físico e suas redefinições contínuas como base e condição de existência. Nessa relação específica de escala entre corpo e cidade, portanto, a condição de precariedade aparece como fundamental. Ela evidencia a forma como as condições socioeconômicas, bem como as imposições do poder urbanístico sobre determinados sujeitos, vão moldando e sendo moldadas por corpos abjetos resistentes e tendo paisagens urbanas redesenhadas.

É a partir dos quadros analíticos enunciados ao longo deste artigo que pensamos o corpo precário na rua, base de reflexão de nossas pesquisas empíricas feitas ao longo de duas décadas e meia (1990-2015)¹. Embora o material etnográfico do qual emergem as considerações tecidas ao longo deste texto baseiem-se sobretudo nas experiências da população de rua e de usuários de crack (com ou sem vivências sobrepostas), a “corporalidade precária” pode também ser identificada, com algum grau de semelhança, nos atores sociais que trabalham nas ruas, como os vendedores ambulantes, os travestis, as prostitutas, os artistas de rua, os catadores de materiais recicláveis etc. Habitar as ruas fazendo delas o lugar de trabalho, de moradia e de sociabilidade é contrapor-se à cidade contemporânea, tal como projetada e ideologizada. Essa contraposição cotidiana, de um lado, tem perversos desdobramentos para essa população, que sofre um contínuo processo de desposseção e subtração material e simbólica (FRANGELLA, 2010). De outro lado, como espaço de vivência e sobrevivência, a vida nas ruas remete a novas inventividades territoriais e políticas constituídas por esses sujeitos a partir da própria condição de exclusão (RUI, 2014).

Nessa dinâmica, a imagem do corpo abjeto é produzida em função das condições materiais e simbólicas da precariedade referida. Nesse sentido, a abjeção apresenta-se como eixo analítico que permite entrever a interface entre corpo e espaço urbano a partir de uma corporalidade que se constrói no revés do projeto corporal da cidade contemporânea e em uma situação liminar; portanto, ambígua. Nessa condição, são corpos que, como coloca Rui (2014), perturbam ficções de identidade, sistema e ordem. O abjeto remete a projeções de alteridade controversas, simbólicas e morais; e sobretudo “refere-se, assim, ao desconforto diante dessa corporalidade” (RUI, 2014, p. 22), fazendo observar uma relação conflituosa desenvolvida com a cidade e com os atores urbanos.

Em seu cotidiano, habitantes das ruas circulam em meio a limitadas possibilidades de permanência, e torna-se importante perceber como as condições do espaço vão construindo os contornos da abjeção. O amontoamento e a mistura entre seus corpos, os materiais recicláveis, o contato corporal com os cachorros e os gatos de rua, com os ratos que invadem suas habitações provisórias, com o lixo circundante, fazem irromper cenas que sugerem um circuito de ambiguidades e fusões de inspiração medieval² (RODRIGUES, 1999, p. 116) e que ferem a legibilidade totalizante e hegemônica que pretende o olhar urbanístico.

As marcas estão impressas nas roupas, na qualidade da tez, nos dentes, no cabelo, nas unhas, na limpeza de olhos e ouvidos, no emagrecimento ou inchaço, no cheiro, na situação dos pés. Esses elementos são afetados, em maior ou menor intensidade, conforme o grau de despojamento na rua, do afastamento dessa

1 Essas reflexões acompanham os nossos trabalhos de mestrado e doutorado.

2 A inspiração referida neste estudo evoca a descrição do período medieval, feita por José Carlos Rodrigues, no qual se vivenciava continuidade e vizinhança entre coisas e pessoas, entre diversas classes sociais e mesmo entre o corpo vivo e o morto, entre corpo e alma. Essa convivência faz parte de uma mentalidade que só se altera a partir do século XVII (RODRIGUES, 1999).

população dos lugares propícios para cuidado, e conforme as condições ou os equipamentos que permitam manejar a fronteira entre os espaços sujos e limpos. Assim, nesse universo, a aparência corporal pode variar entre ser completamente dissimulada na movimentação das ruas (como é o caso dos frequentadores de albergue) ou exprimir a imagem expoente do desgaste corporal, por meio do qual costumamos qualificar os mendigos e “loucos de rua”. A vivência desse cotidiano expõe a condição de vulnerabilidade e degradação que esse circuito pode proporcionar.

Os habitantes das ruas estão constantemente marcados por sinais de pancadas, facadas, queimaduras, registros de conflitos cotidianos e explosivos. A pele é inegavelmente um instrumento relevante para decifrar a linguagem dos embates que cercam os moradores de rua. A sujeira e o asfalto aderem à pele mais exposta, principalmente a do rosto e dos braços, deixando-a encardida e confundindo-a com os cobertores cinza e com mau cheiro. Em alguns casos, o grau do encardimento propicia o mimetismo com as ruas, e gera um efeito ambíguo de repulsão e esquecimento. Esse mimetismo opera como uma transversalidade da superfície dessa paisagem de poder (OLIVEIRA, 1998). As práticas estéticas são difíceis e irregulares na rua. Uma mesma pessoa pode se acomodar na rotina dos banhos diários dos albergues e, semanas depois, ser encontrada dormindo suja nas ruas. Os corpos também carregam os cheiros da rua e variam em intensidade. Quanto mais próximo do asfalto – como dormir sobre papelões apenas – dos cachorros e da fumaça das fogueiras, mais marcante é o cheiro. O uso contínuo das mesmas roupas e o cobrir-se com os plásticos e papelões colhidos na rua aumentam o cheiro de suor. Em muitos dos casos, esse odor se soma ao do álcool consumido. A extensão dos cheiros aos corpos indica o grau de interpenetração entre estes e os limites espaciais sobre os quais permanecem.

Em relação específica aos efeitos corporais do uso contínuo do crack em situação de rua, observa-se, para além da sujeira, dentes incisivos superiores marcados; lábios constantemente secos, fraturados com microfissuras e queimaduras, ocasionadas pelo contato com os cachimbos ou alumínio aquecidos; dedos grossos, amarelados e bastante rachados; voz rouca. A essas marcas de superfícies, que fazem coligar “margens sociais” e “margens corporais” (DOUGLAS, 1978), soma-se o que é entendida pelos consumidores da droga como emblema máximo do “autoabandono”: a perda de peso que, gradualmente, produz um corpo demasiadamente emagrecido.

No entanto, os sinais associados a essa abjeção obedecem a um processo ambíguo: de um lado, imprimem-se marcas da sujeira, do envelhecimento, do emagrecimento, das doenças e dores, dentro do contexto de ausência de condições objetivas e subjetivas para o asseio diário do corpo. De outro, tais marcas podem ser atenuadas e transformadas pelos habitantes da rua, tanto para melhorar sua imagem quanto para estabelecer certas táticas corporais que ajam a seu favor. Essa diversidade está relacionada à heterogeneidade das formas de estar na rua, das condições de operar com seus recursos e sinalizar marcações de um corpo que se coloca continuamente em uma posição de resistência à sua subtração total, material ou simbólica.

Em oposição a essa aparência radical de despojamento e de desgaste corporal situam-se os frequentadores mais assíduos de albergue e de programas

assistenciais variados que têm acesso à lavagem diária de roupas, à alimentação regular, ao resguardo da exposição ao relento, ao corte de cabelo. Eles asseguram uma aparência na qual o estigma do morador de rua perde força. Afirmam-se aí distinções entre essas formas de estar na rua, formuladas a partir de representações feitas pelos próprios usuários sobre a diferença entre “abandonar-se na rua” e “querer sair dela”. E, entre essas duas categorias, há os que operam de forma mais difusa e contingencial com os limites entre a sujeira e a limpeza, assim como com a preservação corporal. A busca pela imagem do corpo limpo ou pelo abrandamento da condição abjeta atenua as agressividades físicas e verbais nas calçadas, auxilia na busca de serviços e facilita interações sociais.

Além disso, as práticas de ordenação e de limpeza de suas habitações são experiências da ordem doméstica trazidas para o espaço da rua. A preocupação com essas práticas carrega consigo uma experiência histórica dos costumes do “processo civilizador”, o qual elevou em primeiro plano a condição asséptica dos espaços urbanos e determinou como situação de incivilidade a entremeação das fronteiras entre corpos humanos, objetos, animais, restos, muito característica da Idade Média (ELIAS, 1990; RODRIGUES, 1999). E se a modernidade é também medieval (ALSAAYAD; ROY, 2009), na experiência urbana contemporânea, de forma paradoxal, os moradores de rua não estão apenas se opondo ao imaginário urbano corrente, mas por muitas vezes, esforçam-se incansavelmente para manifestar seus padrões de civilidade – o que faz com que a experiência da precariedade corporal não seja vivida individualmente como “transgressão” ou despojamento, mas, principalmente, como vergonha e autoabandono.

É certo, portanto, que a sujeira e a abjeção associadas à rua diagnosticam a desordem tanto para os moradores de rua quanto para os que vivem à parte desse universo. Nesse sentido, o controle sobre a deterioração corporal é fruto das restrições que o corpo social impõe sobre o corpo físico, como coloca Mary Douglas em uma medição de distâncias sociais entre “sujeitos poluentes” e “sujeitos puros” (DOUGLAS, 1978). Reconhecer esse constrangimento é reconhecer o corpo também como mergulhado em um campo político no qual as relações de poder o investem, marcam-no, sujeitam-no (FOUCAULT, 2008).

Porém, há representações e práticas contraditórias nesse universo. A diversidade de circuitos no espaço urbano e o corpo ativo e resistente dos moradores de rua torna o limiar codificador desses corpos mais flexível e desafia a dualidade classificatória que estabelece categorias de oposição integradas.

Os discursos e as práticas urbanísticas fragmentam e hierarquizam espaços urbanos, por meio da ampliação de espaços abertos de circulação: da higienização e assepsia do espaço público; e, sobretudo, da política contínua de intervenção urbana de banimento e separação do lixo, dos restos, do fedor sobre as ruas e lugares públicos. Esta política higienizadora estende-se do espaço urbano para a população que vive na rua. (RODRIGUES, 1999; SENNETT, 1997). Nesse sentido, a condição de falta de lugar está marcada no corpo (KAWASH, 1998). Se a não propriedade e o deslocamento contínuo que caracterizam essas vivências soam como uma ameaça aos controles e às definições do “público” normatizado no espaço urbano, o corpo abjeto, como coloca Kawash, materializa e expõe essa ameaça (FRANGELLA, 2010).

A descrição desse quadro não se encerra, entretanto, com a densa percepção dessas marcações corporais. É também interesse de pesquisa apreender o que a produção desses corpos abjetos gera no mundo social, urbano e político, pois, não sendo correto perceber a abjeção apenas em termos negativos, um esforço grande deve ser empreendido para igualmente observar seus efeitos políticos e espaciais. Rui (2014), por exemplo, observando o grande perambular de sujeitos com corpos enunciadores do consumo de crack nas ruas, descreveu as diferentes territorialidades urbanas que eles produzem, bem como a complexa trama de disputas terapêuticas, assistenciais e repressivas que se conforma em torno deles. De Lucca (2011) também se interessou por historicizar o processo sócio-histórico que configurou a população de rua como “questão social”, espécie de objeto técnico-político de gestão na cidade.

Disso se extrai, portanto, que não se pode perder de vista o quanto uma população de corpos abjetos que circula e se fixa nas cidades produz uma gama enorme de políticas. Internamente, tais corpos criam políticas para sobreviver, externamente, são criadas políticas para controlá-los, reprimi-los, vigiá-los, civilizá-los ou mesmo assisti-los, ajudá-los, salvá-los. Em torno da situação de rua, uma nova arena de disputa se estabeleceu entre saberes profissionais das áreas sociais e de saúde, práticas de cuidado e repressão do Estado, reorientada por mudanças legislativas. Para além disso, as drogas, e sobretudo o crack, tornaram-se, no Brasil atual, um debate que partiu igualmente das ruas para tomar projeção no espaço público, fazendo mover moralidades, governos, religiões e muito dinheiro.

Num cenário atual, em que, longe de ser mínima, é excessiva a presença de Estado na vida desses sujeitos, o paradoxo político é observar como esta presença não é, entretanto, capaz de se reverter em efetivas garantias de direitos. Sempre muito machucados e muito humilhados, sempre despossuídos dos seus próprios – e poucos – pertences, os que habitam as ruas têm de lidar em seu cotidiano com a descontinuidade dos programas sociais, com demissões e adoecimentos de funcionários aos quais se vincularam, com a supressão de seus veículos de trabalho, as carroças. Se contrapondo a esse processo, e tendo já assumido na cena pública o estatuto de “sujeitos políticos”, articulam, por meio do Movimento Nacional da População de Rua (mas não só), políticas de valorização – e não simplesmente de retirada das ruas (MELO, 2016).

Como se observou nesse item, a força e a fraqueza desses corpos precários nas ruas parece ser justamente a capacidade de insistirem em se contrapor às projeções urbanísticas contemporâneas, pois tais corpos e vidas, ao se aglomerarem principalmente nos espaços centrais das cidades, criam territórios ambíguos e liminares aos quais se mimetizam. Produzem espaços igualmente precários e abjetos que funcionam como locais de abrigo e proteção, mas também de perigo e violência. Por um lado, tal ocupação os torna vulneráveis ao embate constante com as forças urbanas da “ordem” e às violências das ruas. Por outro, uma vez se estabelecendo com frequência nesses espaços, criam e desenvolvem redes de relações e prestações sociais infinitas que lhes garantem bem mais que a possibilidade de sobrevivência física, mas a própria possibilidade de vida social e política. É, portanto, inscrevendo-se no espaço, e como Michel Agier (2011) já bem observou, que juntos os corpos precários promovem uma política cotidiana da vida que resiste.

Considerações finais

Este artigo é resultado de um exercício de reflexão analítica que começou por mapear o corpo na discussão antropológica, redimensionando seu estatuto epistemológico; seguido do desafio de esquadrihar a dinâmica entre a cidade e a construção das corporalidades. Esse debate, que muito orientou teoricamente o olhar em nossas pesquisas, foi, então, experimentado em nossas descrições etnográficas e complexificado por elas. As construções das corporalidades de habitantes das ruas e usuários de crack com os quais trabalhamos, revelaram como as dimensões fisiológicas e materiais, as afetivas e as sociais compõem uma experiência marcada pela fragilidade e pelo confronto espacial, mas também pela agência política e pela resiliência.

Diante da ausência do espaço da casa como uma territorialidade que permite outro nível de controle e de proteção da intimidade, bem como da exposição de fragilidades físicas, sociais e econômicas, o corpo dos habitantes das ruas articula-se em relação aos espaços que o confinam ou que ele conquista, às formas de redefinir espaços privados, de exposição de suas mazelas físicas. Se a forma, a norma e a estrutura dos mecanismos e dos movimentos do espaço urbano filtram e afetam os elementos que contribuem para a constituição da corporalidade, esta se realinha, reinscrevendo os domínios públicos e privados diante da espacialidade específica em que se encontra (FRANGELLA, 2010). Os habitantes das ruas redimensionam, (re) situacionam seus corpos (GROZS, 1999).

A problematização dessa corporalidade auxilia também a dialogar, a partir do plano empírico, com os desafios teóricos contemporâneos sobre o corpo. Ou seja, os constrangimentos e as potencialidades sociais e políticas são também, e talvez sobretudo, corporais, no sentido de que o corpo sofre e produz esses processos. Para além disso, a ação do corpo e sobre o corpo deve também ser vista do ponto de vista intersubjetivo na interface com outros corpos e a produção de diferenças sociais codificadas em categorias de representação e classificação (FERREIRA, 2013).

Nas cidades que escapam à totalidade do planejamento urbanístico e convivem com a “Cidade-conceito” (DE CERTEAU, 1994), o corpo precário atravessa experiências contraditórias nas urbes. No entanto, é a dinâmica entre a insistência dessas relações de poder e os desafios dos “praticantes da cidade” que permite a emergência de corpos vulneráveis, mas também resistentes.

É essencial apontar para as condições de dominação econômica, política e social que criam vidas precárias e sistemas de exclusão. Contudo, é igualmente necessário não deixar que tais sujeitos e corpos, associados geralmente a essa condição de *bare life* (excluídos, marginalizados, doentes, refugiados) sejam reduzidos a ela. Nesse sentido, ponderamos que é preciso levar em conta a produção de gestões e de limites da vida, os investimentos de sobrevivência qualificados por Fassin como sendo a vida mais intensa possível (desejo de vida), a vontade de criar biografias (FASSIN, 2010). Situar-se no nível dos corpos precários implica evidenciar a radicalidade da experiência do entrelaçamento entre existência física, espacial, afetiva e política.

Referências

- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Revista Tempo Social**, USP, v.18, n. 2, p. 197-215, 2006.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Corpo Presente: antropologia do corpo e da incorporação. In: ALMEIDA, Miguel Vale de (Org.). **Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo**. Oeiras: Celta, 1996, p.1-22.
- ALSAAYAD, Nezar; ROY, Ananya. Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, p.105-128, 2009.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive meanings of "sex"**. Londres: Routledge, 1993.
- _____. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. Londres: Verso Books, 2006.
- CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CLASTRES, Pierre. Da tortura nas sociedades primitivas. In: CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1979, P. 173-182.
- CRAPANZANO, Vincent. **Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical Anthropology**. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 2004.
- CSORDAS, Thomas. Embodiment as a paradigm for anthropology. **Ethos**, n. 18, p. 5-47, 1990.
- _____. Introduction: the body as representation and being-in-the world. In: CSORDAS, Thomas (Org.). **Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self**. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 1-24.
- DE CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- DE LUCCA, Daniel. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANES, Robert et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia em São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____. Los dos cuerpos. In: DOUGLAS, Mary. **Símbolos naturales: exploraciones en cosmología**. Madrid: Alianza Editorial, 1978, p. 89-107.
- ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, v 1.
- _____. **A Solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FASSIN, Didier. Ethics of survival: a democratic approach to the politics of life. **Humanity: an International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**, v. 1, n. 1, p. 81-95, fall 2010.
- _____. **At the heart of the State: the moral world of institutions**. Londres: Pluto Press, 2015.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2001/2002.
- FERREIRA, Vitor Sergio. Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual. **Análise Social**, 208, XLVIII (3), p. 494-528, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro, Graal, 1999, v 1.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.
- FRUGOLI, Heitor; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

- GROZS, Elizabeth. Bodies-Cities. In: PRICE, Janet; SHILDRICK, Margrit (Org.). **Feminist theory and the body**. New York: Routledge, 1999, p. 381-387.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 33-118.
- HERTZ, Robert. Contribution a une etude sur la representation collective de la mort. **Anné Sociologique**, 10, p. 48-137, 1907.
- HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, p. 13, mar. 2012.
- KAWASH, Samira. The *Homeless Body*. **Public Culture**, v. 10, n. 2, p. 319-339, 1998.
- LE BRETON, David. **Anthropologie du corps e modernité**. Paris: PUF, 1990.
- LEACH, Edmund. The epistemological background to Malinowski's empiricism. In: FIRTH, Raymond. (Ed.). **Man and culture: an evaluation of the work of Bronislaw Malinowski**. Londres: Routledge, 1957, p. 119- 138.
- MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, São Paulo: EPU & Edusp, [1934] 1974, v 2, p. 209-234.
- OLIVEIRA, Marcelo A. Nahuz. **Avenida Paulista: a produção contemporânea de uma paisagem de poder**. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- RUI, Taniele. **Nas tramas do crack: etnografia da abjeção**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. As infinitas descobertas do corpo. **Cadernos Pagu**, n. 14, p. 235-249, 2000.
- SEEGER, Anthony. **Os Índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- SENNET, Richard. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). **O Espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p.132-175.
- TURNER, Bryan. Recent development in the theory of the body. In: FEATHERSTONE, Michael; HEPWORTH, M.; TURNER, Bryan S. (Orgs.). **The body: social process and cultural theory**. London: Sage, 1991, p. 1-35.
- TURNER, Terence. Bodies and anti-bodies: flesh and fetish in contemporary social theory. In: CSORDAS, Thomas (Org.). **Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self**. Londres: Cambridge University Press, 1994, p. 27-47.
- TURNER, Victor. **O Processo ritual, estrutura e anti estrutura**. São Paulo: Vozes, 1974.
- VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas**. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. 2001.
- WEEKS, Jeffrey. The sexual citizen. **Theory, Culture and Society**, v. 15, n. 3-4, p. 35-52, ago./nov., 1998.
- ZUKIN, Sharon. **Landscapes of power: from Detroit to Disney World**. Los Angeles: University of California Press, 1991.

**“BOTANDO A BASE”:
corpo racializado e performance da masculinidade
no pagode baiano¹**

**“FIGHTING STANCE”:
*racialized body and male performance in Bahia’s pagode***

Osmundo Pinho*

Resumo

Neste artigo, faremos uma breve apresentação do Projeto Brincadeira de Negão, seus pressupostos teóricos, sua metodologia e uma pequena mostra de seus primeiros resultados etnográficos. Estamos trabalhando na região do Recôncavo da Bahia, nas cidades de Cachoeira/São Félix, em uma escola pública, com jovens estudantes entre 14 e 24 anos. Buscaremos aqui descrever a postura corporal (performance) “botando a base” e seus significados correlatos no universo em questão, marcado reflexivamente pela relação dos sujeitos com a cultura popular, notadamente o chamado Pagode Baiano. Diríamos que o “botar a base” aparece como: 1) uma performance (no sentido discutido tanto por Diana Taylor quanto por Victor Turner) do cotidiano no plano das interações interpessoais; 2) uma estilização dessa performance atualizada como modo de dançar na “agitação” do pagode; 3) uma síntese – “estrutura de sentimento” – da postura masculina, corporal, destemida e associada à favela e aos seus códigos culturais próprios. Na circulação entre esses diferentes registros culturais – que se interpretam reciprocamente – o significado da postura parece se realizar.

Palavras-chave: Masculinidade. Escola Pública. Pagode. Baiano. Performance.

Abstract

In this article we will make a presentation of the Brincadeira de Negão (Nigga’s Play) Project, its theoretical assumptions, methodology and a small sample of its first ethnographic results. We are working in the

1 Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada na “Brown Bag Series” do *African and African Diaspora Department Studies* da Universidade do Texas em fevereiro de 2014 em Austin, TX, assim como no “Seminário Brincadeira de Negão 2.0”, realizado em agosto de 2014 na UFRB em Cachoeira, BA. A maior parte deste artigo foi redigida quando o autor era Bolsista Estágio Sênior da CAPES no *African and African Diaspora Department Studies* da Universidade do Texas, em Austin/EUA. Agradeço aos comentários de João Costa Vargas, Luciane Rocha e Daniela Gomes.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e no Mestrado Profissional em História da África e da Diáspora da UFRB/Brasil. Professor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA/Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil. E-mail: osmundopinho@uol.com.br

Recôncavo of Bahia region, in the cities of Cachoeira / San Felix, in one public schools, with young black students (from 14 to 24 y.o.). From that we seek to describe the body posture (performance) “botando a base” (Boxing Fighting Stance) and its related meanings in the universe in question, reflexively marked by the relationship of the subject with popular culture, notably the so-called “Pagode Baiano”. We would say that the “Botando a Base” appears as: 1) a performance (in the sense that both Diana Taylor and Victor Turner discuss) of the everyday in terms of interpersonal interactions; 2) a stylization that relocated the performance as a way to dance in the “excitement” of the pagode; 3) a synthesis – “structure of feeling” – of the bodily and fearless male posture, associated with the slum and its own cultural codes. In the circulation among these different cultural levels - who interacts with each other - the meaning of the posture seems to develop.

Keywords: Masculinities. Public School. Pagode. Baiano. Performance.

Introdução

Neste artigo, faremos um resumo do Projeto Brincadeira de Negão, que estamos desenvolvendo no interior da Bahia, em uma Escola Pública em São Félix², com a participação de uma equipe interdisciplinar de estudantes³ de Cinema e Ciências Sociais, e de seus pressupostos teórico-políticos e metodologia, assim como apresentaremos uma pequena mostra de seus primeiros resultados.

Inicialmente, gostaríamos de dar ênfase ao esforço de superação de dicotomias conceituais que paralisam a abordagem crítica de processos sociais. As oposições enrijecidas entre, por exemplo, “cultura” e “economia política”, “agência” e “estrutura”, “indivíduo” e “sociedade” não nos parecem satisfatórias para descrever adequadamente processos sociais concretos, nem a formação de sujeitos sociais/ posições de sujeito, para além das políticas de identidade. Tomemos duas dessas oposições mais pertinentes aqui.

Em primeiro lugar, a oposição mecânica entre “economia política” e “cultura”, particularmente perniciosa para os estudos das relações raciais, do racismo e da cultura negra no Brasil (PINHO, 2008)⁴. Em segundo lugar, a oposição entre “agência” e “estrutura”, que pode ser reconceituada como a oposição entre “indivíduo” e “sociedade”⁵.

2 A cidade de São Félix tem uma população total de aproximadamente 15.000 habitantes, desse total, mais de 80% são negros (pretos e pardos) de acordo com o IBGE (GIUGLIANI, 2011). O Projeto, desenvolvido desde 2013, combina pesquisa e extensão.

3 Em diferentes momentos, Paulo Roberto dos Santos, Gimerson Roque, Valdir Alves, Jefferson Parreira, Amanda Dias, Maiana Brito e Lucas Santana, sob coordenação de campo de Beatriz Giugliani. Agradecemos também à professora Rita Lima pela colaboração.

4 Óbvio que aqui está implicada uma crítica ao próprio conceito antropológico/funcionalista de cultura, assim como aos modelos estruturalistas da lógica classificatória.

5 A desconstrução dessa dualidade tem substantiva trajetória na teoria social, em Giddens, Bourdieu, Foucault, e em modalidades recentes de uma teoria da prática, como em Ortner (2006).

Gostaríamos de pensar, alternativamente, em termos de processos de subjetificação constituídos como a *agency* intersubjetiva em ambientes estruturados. Abandonar uma oposição essencialista entre “sujeito” e “estrutura” nos permite considerar como processos sociais são vividos e tornados reais pela ação dos sujeitos, organizada reflexivamente e mediada por estruturas simbólicas. Como “estruturas de sentimento”, atuadas de modo performativo, ou seja, sem a pressuposição de um sujeito transcendente anterior às próprias práticas ou discursos (GIDDENS, 1989; WILLIAMS, 1979; BUTLER, 1999).

Pensando assim, entendemos que a suposta crise das masculinidades negras no capitalismo periférico é uma crise da própria sociedade brasileira, tal como vivida subjetivamente por homens racializados (SILVA, 2006). É por isso que estamos interessados na subjetividade desses agentes, entendida de modo processual e conflitivo, estruturada, e ao mesmo tempo estruturante de processos e cenários socioculturais.

Os processos de subjetificação sob o regime da modernidade periférica que vivemos no Brasil teriam como suas balizas fundamentais o mercado e o Estado (SOUZA, 2000). Interessa-nos perceber então como o Estado (em suas margens, e em sua violência genocida essencial) e o mercado (estabelecido em torno da centralidade da forma-mercadoria como “gramática” do Capital) são o recurso estrutural para os contraditórios processos de subjetificação desses jovens.

Outro aspecto, que podemos referir aqui brevemente, refere-se ao nosso compromisso com a descolonização do poder/saber na América Latina. A formação da pessoa e as conexões reguladas entre corpo, pessoa, ordem social que conhecemos na Europa foram impostas, com a maior violência imaginada, sobre os corpos colonizados na América Latina. Epistemologias alternativas, múltiplas modalidades cambiantes de sexualidade, *gendering*, identidade, práticas, cosmologias foram duramente combatidas e violadas no processo colonial. Não é preciso desenvolver aqui o modo como o corpo e as práticas sexuais foram objetos centrais desse massacre e dessa engenharia sociológica que persiste como colonialidade de poder (inclusive nas políticas de respeitabilidade e no ideal de família burguesa e patriarcal). Ora, não apenas os corpos e as práticas foram colonizados, mas os modos vernáculos de percepção, e as formas epistemológicas fundamentais, soterradas sob a mão de ferro do pensamento cartesiano. A vitória da epistemologia colonial não foi completa, nem total, nem é definitiva, entretanto. Nesse sentido, nesse projeto, buscamos também abordar as formas alternativas e insurgentes de sexualidade e produção do corpo, como focos de resistência à imposição de padrões morais, políticos e subjetivos eurocêtricos (MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2007).

Metodologia: persona cultural, Facebook e *thug life*

Além das estratégias de pesquisa mais clássicas, temos posto em prática estratégias alternativas de investigação. Por exemplo, fazemos uso do facebook como instrumento de pesquisa. Criamos uma página na internet para o projeto, como um espaço de interação com os sujeitos, registro de nossas atividades e de nossa reflexão

coletiva.⁶ Buscamos enfatizar, assim, o aspecto público e aberto do processo de pesquisa. Estamos também acompanhando e documentando informações dos perfis de nossos informantes principais e de outros jovens com perfil análogo, pertencentes ou não à rede de nossos interlocutores. Um destes é o Ronald, “Catchamer Barril Frenético”, de quem falaremos mais tarde. Temos também realizado oficinas de produção audiovisual. Dois dos estudantes da equipe de pesquisa são alunos de Cinema e Audiovisual⁷. Fizemos duas oficinas e uma destas, ocorrida em São Félix, resultou no curto filme “Quem é o patrão?”⁸. O roteiro do vídeo foi construído coletivamente com os estudantes, baseado em uma peça de teatro escolar que abordava questões da gravidez na adolescência, e que os próprios jovens escolheram. O referido *Catchamer* fez o papel do “patrão”. No filme, enfatizamos a posição de sujeito do “patrão” que aparece no universo do funk e do pagode, como uma idealização dos valores da masculinidade juvenil popular. O “patrão” é sexualmente hiperativo e dominante, se veste bem, valoriza roupas de marcas caras e tem “disposição” para a violência. Tudo isso se combina para produzir uma imagem de poder masculino juvenil, estruturada pelo discurso da sexualidade, da violência e do mercado. Obviamente, o nosso interesse em campo é discutir as contradições de tal modelo. Sobre o filme, ressaltamos que o roteiro e as imagens capturaram as discussões internas de equipe em seu diálogo como os sujeitos. Isso aparece na descrição do espaço escolar como cercado por grades, como uma prisão. Na centralidade do pagode como estrutura de significação. Na importância do futebol no dia a dia e imaginário dos rapazes. Na diversidade de posições de sujeito *gendered* e sexuadas em ambientes populares.

Figura 1 – Frame do Vídeo “Quem é o Patrão?” 2013



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=VwLV7lqk0tA>

6 Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Brincadeira-de-Neg%C3%A3o-Subjetividade-e-Identidade/709907039023580?fref=ts>>

7 Estes estudantes são bolsistas de educação tutorial do Pet-Cinema UFRB, que trabalham integrados à equipe.

8 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=VwLV7lqk0tA>.

Três questões mais gerais de caráter teórico-metodológico que se conectam ao debate do vídeo, merecem breve consideração preliminar: 1) o uso da noção de “persona cultural”, como expediente para descrever processos de subjetivação por meio dos *proxy* das representações, no caso, a música e os vídeos de pagode e funk; 2) a relação entre análises de textos, representações ou imagens e os tradicionais métodos etnográficos; 3) a questão da autenticidade e da estereotipização do jovem homem negro.

Começemos pela última. Robin Kelley (2008) discute extensamente a produção estereotipada da autenticidade da cultura do gueto no contexto norte americano. Ele cita um informante de John Gwaltney: “Eu acho que essa antropologia é apenas uma outra maneira de me chamar de crioulo” (KELLEY, 2008, p. 16).⁹ Ora, é também nossa a preocupação, de não produzir determinada imagem genérica do homem jovem negro na Bahia (em São Félix) como um violento degenerado, obcecado com a autoestilização de si em termos de uma performance “bandida”, “vida loka”, um predador sexual, ou o “patrão”, que coleciona aventuras sexuais e oferece perigo para a sociedade; muito menos generalizar a percepção que parece cristalizada como a “persona” “vida loka” para todos os homens jovens negros, ainda que alguns pareçam de fato confortáveis com tal identificação.

As condições de desindustrialização que produziram as piores condições imagináveis para a vida das populações negras nas cidades americanas, dando lugar ao *hiper-ghetto*, produziram a imagem do *thug* ameaçador, descrito sem muitas nuances pela sociologia conservadora que apontava para o homem negro como a causa de todos os males da América Negra, baseados, ao fim e ao cabo, nas famílias negras “disfuncionais”, porque carentes de presença masculina e de modelos paternos de respeitabilidade como discute e critica Edmund Gordon (1997, p. 37). Ou como diz Michael Jeffries: “As marcas do hedonismo no hip-hop – violência e sexismo – refletem os valores do patriarcado capitalista e supremacista branco que é a América” (JEFFRIES, 2011, p. 12)¹⁰. A procura pelo *real nigga* seria dessa forma uma réplica racializada, na literatura sociológica, de uma imago produzida na superfície racista do mercado de cultura, que explora a imagem do negro, mas é dominado por homens brancos.

Importante perceber as similaridades do contexto e do cenário, e a analogia entre os *thugs* e os pagodeiros baianos ou funkeiros cariocas. Na verdade, tal analogia nos obriga a considerar o nosso interesse com relação aos “pagodeiros” com muita atenção. Ocorre, entretanto, que a questão da autenticidade das formas culturais que queremos analisar se impõe porque reconhecemos que o pagode e/ou o funk consolidam vetores determinados de masculinidade, que portam categorias determinadas e que seriam representativos de determinadas contradições fundamentais de nossa sociedade que podem ser assim discutidas desde o ponto de vista dos sujeitos (PALOMBINI, 2013, 2014).

9 Traduzido pelo autor: “I think this anthropology is just another way to call me a nigger.”

10 Traduzido pelo autor: “The hallmarks of hip-hop hedonism – violence and sexism – reflect the values of the ‘white supremacist capitalist patriarchy that is America’.

Esse vetor “pagodeiro”, se não é exclusivo ou homogêneo, é bastante difundido, como é fácil perceber em qualquer festa popular em Cachoeira ou Salvador ou em uma rápida consulta aos números de acesso de vídeos, ou ao sucesso de programas locais de TV como “Universo Axé” e outros. Assim, há relevância cultural no pagode e no funk no contexto em questão. Nem os pagodeiros, nem nós, entretanto, podemos carregar a *burden of representation*, assumindo toda responsabilidade por representar com autenticidade a “verdadeira” cultura popular ou negra do gueto ou favela (MERCER, 1994). Não elegemos, assim, o “pagodeiro” ou o “vida loka” como representativo do autêntico jovem negro do gueto porque seria incorreto e ideologicamente enviesado, mas buscamos interrogar esses modos de subjetivação como um vetor radical que in-corpora¹¹ as contradições do “capitalismo racializado hetero-patriarcal”.

Os dois outros pontos apresentam um caráter mais nitidamente metodológico. Ao lado de estratégias mais tradicionais como realização de entrevistas e grupos focais (até o momento 09 entrevistas e 06 grupos focais), e em virtude da própria natureza da pesquisa que estamos propondo, buscamos utilizar não apenas métodos de observação direta, ou de inscrição do registro discursivo dos agentes (entrevistas e grupos focais), mas também buscando interpelar representações que circulam no espaço público e que compõem repertório cultural para esses jovens, quer seja em uma rede social como o facebook, mas também o que aparece representado em letras de música, vídeos disponíveis na internet e imagens.

Em seu trabalho sobre masculinidade e hip-hop nos Estados Unidos, Michael Jeffries emprega recurso semelhante ao que nós utilizamos, quando, por exemplo, em Grupos Focais exibimos vídeos de pagode e pedimos que os sujeitos comentem e discutam conosco o significado do que veem. O que ele chama de análise textual. A definição e exegese de categorias “nativas” que parecem, dessa forma, ser relevantes para estrutura do significado e constituição das práticas, podem ser estabelecidas nessa mobilização efetivamente dialógica entre as percepções dos nativos e do pesquisador contextualmente informado e situado. Ora, é a articulação dessa produção/localização que buscamos justamente flagrar por meio dos processos dialógicos de interação em nossa experiência de pesquisa.

De outro lado, o estudo de Mark Edberg sobre os *narcocorridos* na região da fronteira México/Estados Unidos desenvolve modelo analítico que nos interessa. *Narcocorridos* são reinterpretações de um tradicional gênero musical do México rural, os *corridos*, que celebram a vida de glórias e perigos de populares heróis revolucionários, e mesmo de pessoas relativamente comuns¹². Tais *corridos* são modernamente reinventados para celebrar a vida, e muito significativamente, a morte de narcotraficantes da região da fronteira e de outras partes do México (EDBERG, 2004).

Interessa-nos destacar o que o autor chama de modelo cultural da “persona cultural” como um modelo produzido na interação com estruturas sociais, e que

11 Sobre incorporação ver Schechner (2013).

12 Agradeço a Justin Perez por me chamar atenção para os “corridos” pela primeira vez.

se estabelece como uma junção de significados e como um protótipo para a ação prática. A interação com tais modelos é expediente para processos de subjetivação e/ou produção de si, na exata medida em que “tornar-se um self envolve um diálogo entre a experiência particular dos indivíduos e representações coletivas para a experiência” (EDBERG, 2004, p. 258)¹³.

Assim, alguns jovens de Ciudad Juarez imitam os modos de vestir, de se mover e de falar dos narcotraficantes, o que alimenta e é alimentado por toda uma iconografia da *narcocultura*: as roupas, os vídeos, as capas dos discos e o modo vernáculo de produção de si dos jovens *cheros* (abreviatura de *rancheros*). A invenção de símbolos retroalimenta-se, definindo espaço para atribuição de sentido a práticas individuais. Os *supercheros* que exageram na performance narco ao tentar tomar emprestado algo do glamour associado à vida perigosa hipermasculina dos narcotraficantes, são ainda ridicularizados por serem excessivos e pretensiosos. De todo modo, há uma produção vernácula de imagens e significados que circula como plataforma de subjetivação em relação com o mercado de bens simbólicos de modo análogo ao que ocorre para os *thugs* do Hip-Hop americano ou para os “vida loka” da cultura funk ou pagode no Brasil:

Apropriar-se subjetivamente da persona pode envolver roupas, uma hexis corporal, uma atitude diante da morte e do risco, uma preocupação em projetar poder e importância, e outras formas por meio das quais a persona é articulada na vida cotidiana (EDBERG, 2004, p. 272).¹⁴

Desse modo, o que propomos, sem essencializações, é tomar a produção de “personas culturais” no contexto do “pagode baiano” como *proxy* para processos de subjetivação e definição de estruturas de sentimento, masculinas e racializadas. Como discutiremos a seguir, para o caso do “botando a base”.

Botando a Base

Gostaríamos agora de nos referir a uma categoria que emerge do diálogo etnográfico e que se caracteriza como “estrutura de sentimento”, incorporada como certa performance da masculinidade. Essa incorporação é literal, na medida em que o significado da masculinidade aparece condensado em uma pose, culturalmente regulada como a manifestação/realização de um sentido possível para o que é ser homem. “Botar a base” significa uma postura corporal física, assumir uma posição de combate. Como faz *Catchamer*, com luvas de boxe, em uma das imagens do seu perfil no Facebook.

13 Traduzido pelo autor: “Becoming a self involves a dialogue between individuals particular experience and collective representations for experience.”

14 Traduzido pelo autor: “Subjectively appropriating the persona may involve clothes, a ‘bodily hexis’, an attitude toward death and risk, a preoccupation in projecting power and importance, and other ways in which the persona is articulated in daily life.”

Figura 2 – *Catchamer* bota a base, 2014. Perfil no facebook



Fonte: arquivo pessoal do autor.

A pose mobiliza um sentido metafórico claro para os coparticipantes do universo cultural, implicado numa afirmação da própria masculinidade e no desafio à masculinidade do interlocutor, como aparece na cena final de “Quem é o Patrão?”. Insistimos que a postura tem algo de fundamentalmente “teatral” ou performático. Trata-se de uma encenação, na qual se encena o destemor como atributo fundamental do que é ser homem.

Em uma tarde quente em Cachoeira, Gimerson Roque¹⁵ me contava sobre show do cantor de pagode Igor Kannário, ocorrido na noite anterior em São Félix. Conhecido como “Príncipe do Gueto”, Igor é visto na Bahia como branco e pinta o cabelo de louro, daí talvez o “canário”. A devoção à sua figura é enorme entre os jovens da periferia e, provavelmente, se refere à conexão que ele faz em suas músicas, e em suas apresentações, entre o “pagode” e o “gueto”, a favela. Essa conexão é, todavia, e sem nenhuma dúvida, moldada em termos masculinos, e atualiza a mesma retórica da violência teatralizada. Nesse sentido, ele é visto por alguns como promotor de violência, e amplo pânico precede os seus shows. O nosso conhecido *Catchamer* comenta sobre o “Kannário”:

Porque tem gente que ouve o Kannário: “Ah, esse cara não tem letra, não sabe cantar”; Não tem letra porque você não sabe ouvir a música, a mensagem que o cara tá passando. É que nem no reggae: tem gente que diz que reggae é coisa de louco, de maluco, de drogado. Reggae não é coisa de drogado. Reggae é uma mensagem que o cantor está passando para aqueles que curtem reggae, aqueles que sabem entender a mensagem do reggae. Igor Kannário faz isso, mas não com o reggae, com o pagode... Ele passa mensagem; ele é a voz da favela; ele

15 À época, bolsista de iniciação científica no Projeto, agora estudante de Doutorado.

fala em voz alta pra todo mundo ouvir, o que várias pessoas da favela tentam falar e ninguém ouve. Por isso que em qualquer favela do Brasil, Igor Kannário é abraçado; ele consegue falar o que a favela quer” (informação verbal).¹⁶

Gimerson, então, me contava como o show havia sido ótimo, vibrante, e que vários dos rapazes que ao show assistiam dançavam “botando a base”, o que me despertou a atenção para a categoria.

A simulação da violência, sua teatralização, ameaças frequentes de agressão e o próprio enfrentamento físico são elementos constantes do universo cultural dos agentes. Nossa intuição provisória é que a retórica da violência, e sua performance, é mais frequente que a violência ela mesma, exercendo um elemento de dissuasão (ainda que a violência intersubjetiva efetiva não seja estranha ao contexto).

Na primeira visita formal que fizemos ao campo, no caso a escola em São Félix, testemunhamos espetacularmente um microdrama no qual esses valores masculinos estiveram em cena. No dia em que fomos nos apresentar à direção da escola, eu e Beatriz, pesquisadora no projeto, e discutir o trabalho, a nossa reunião com o atencioso vice-diretor foi intempestivamente interrompida. Enquanto conversamos, um conflito invadiu a sala. Um garoto de aproximadamente 14 anos, pele muito escura e um pouco acima do peso, foi conduzido à sala, discutia com um colega de idade semelhante. Havia brigado, ele e mais três, ao que parece. O adolescente repetia: “Isso é homem? Vir de galera?”. E seguiu, muito suado e agitado, ameaçando o oponente, que estava fora da sala, sem se preocupar com a nossa presença, muito menos com o vice-diretor. “Vou pegar ele lá fora, o morro vai descer”. Então o vice-diretor, para o nosso espanto, passou a questioná-lo: “cadê a faca?”. E pede que o garoto de 13, 14 anos que levante a camisa – na sala de direção de uma escola pública do ensino fundamental – para mostrar que não está armado. O segurança da escola foi prontamente chamado. E sim, na escola há um segurança, e o vice-diretor relatou que às vezes é necessário chamar a polícia para que os professores possam deixar a escola à noite, porque presumidos bandidos, do morro ao lado, esperam do lado de fora. O vice-diretor pede ao segurança que procure a faca, enquanto observávamos incrédulos. Logo ele retorna com o objeto mortal: “achei jogada no chão”.

O vocabulário da violência parece ser dessa forma, uma das linguagens privilegiadas da masculinidade no cenário em foco. Como enfatiza, de modo algo distinto, para um contexto diferente Fátima Cecchetto (2004). Em nosso caso essa “incorporação de valores guerreiros” de que fala Cecchetto, parece sintetizada na postura física, enunciado corporal de “botar a base”. Como elemento de uma gramática incorporada que é, nesse sentido, performada.

No âmbito da tradição antropológica os estudos de performance podem ser identificados à obra de Victor Turner (1982). Este autor ajudou a definir a noção de *social drama*, como a encenação estruturada de contradições sociais que podem tornar-se visíveis e passíveis de manipulação, ou seja, objetivas, por meio do comportamento estereotipado. Os dramas sociais, ademais, são carregados de

16 Entrevista realizada por Gimerson Roque, em São Félix, em 2013.

intensidade emocional e simbólica, admitindo uma dimensão catártica e obrigando os antagonismos sociais a perfilarem-se em formato agonístico. Como expediente metodológico para a prática etnográfica, Turner (1982) recomenda a atenção a momentos de elevada intensidade dramática, a um só tempo definidos, de modo estrutural, por estágios elaborados. Rituais religiosos, dramatizações teatrais, jogos de criança podem ser tomados nesse sentido como textos simbólicos, que dizem algo sobre a cultura em questão, notadamente suas contradições e tensões. O modelo de Turner permite tomar quase qualquer forma de comportamento coletivo padronizado como expressão de rituais, quer sejam religiosos ou laicos e interpretá-los como vias de acesso a estruturas centrais da cultura em questão.

Richard Schechner (2013) recentemente também nos lembrou do potencial heurístico dos estudos de performance, afirmando que qualquer coisa poderia ser analisada como uma performance, se tomada como encenação, pondo em ação comportamentos simbolicamente significativos. Fundamental para isso seria a incorporação da performance como modo de estabelecer, transmitir e questionar conhecimento. Este é um ponto ao qual Diana Taylor (2003, 2006) irá se dedicar.

Taylor está preocupada em como performance, definida como *expressive behaviour*, pode transmitir e armazenar conhecimento, notadamente em contextos não ocidentais ou “não letrados”. Nesse sentido, performances socialmente reguladas, como rituais ou encenações histórico-dramáticas como as que ela analisa em Tepoztlan, México, podem ser consideradas como modos incorporados de transmissão de saber. Considerar a performance implica em redirecionar a atenção de modalidades discursivas ou letradas e passar a levar em conta a dimensão da presença corporal e do cenário como estruturas de transmissão de conhecimento.

As modalidades letradas de conhecimento histórico-cultural estão associadas ao que Taylor chama “arquivo”. As modalidades “corporais” ela entende como baseadas no “repertório”. Modalidades corporais que demandam a presença, são características de sociedade não letrada, mas não apenas, é óbvio. E mesmo no mundo da escritura, elas permanecem, produzindo, armazenando e transmitindo conhecimento. No contexto da sociedade de classes *racialized* podemos facilmente concluir que distinções sociais e de poder interagem de modos criativos com ambas as modalidades, como acreditamos reconhecer no caso do “botando a base”, no qual uma ideologia de gênero e raça toma corpo (TAYLOR, 2003, 2006).

Poderíamos nos referir a dois outros significados derivados do “botar a base”, como performance ou *expressive behaviour*, além da *hexis* corporal “guerreira” e que circulam com maleabilidade entre diversos registros. Primeiro, há um modo de dançar, que é masculino, mas não apenas performado por homens, que simula uma briga. Os agentes dançam, por exemplo, no carnaval, que em Salvador lota as ruas com centenas de milhares de pessoas, ou em festas populares e em shows ao ar livre, “botando a base”. A simulação da briga, por diversão, muito comum entre amigos, acaba, às vezes, em brigas de verdade. Que são exibidas espetacularmente nos canais locais de TV, em programas de grande apelo popular como prova da selvageria das massas e justificativa para violência policial.

Figura 3 – Jovem “bota a base” no carnaval de Salvador.

Frame de vídeo - “Bocão News” - do Youtube



Fonte: <https://www.youtube.com/channel/UCX0Vx0wU6oFGOkqGuHKj-tw>

Igor Kannário e outros artistas gravaram músicas de pagode em que se referem ao “botar a base”. Uma destas, de grande sucesso, é justamente chamada “Bota a base” (NA KEBRADA, 2010):

*Tô na kebrada negão
 Segura a pancada ladrão
 Não olhe pra mim confusão
 Que aqui o bicho pega negão
Bota base bota base negão
 Bota base bota base negão
 Bota base bota base negão
 Só quero agitar
 Não quero confusão.*

Na canção, como acreditamos, no imaginário popular, há uma associação entre a postura masculina condensada no “botar a base”, a “realidade” do “gueto” ou favela, e a condição racial, como disposição para o enfrentamento, justamente forjada no cenário cultural da favela. Uma junção entre corpo (negro), cenário (favela) e performance (a base), operada por uma categoria como uma “estrutura de sentimento” masculina e racializada: “bota base negão”.

E, nesse sentido, podemos enxergar o terceiro significado adicional associado ao “botar a base” que é um sentido político autorreflexivo, também atuante entre esses diversos registros dinâmicos de cultura, porque, como aparece em outra canção do grupo “Fantasmão”¹⁷, também de grande sucesso, “botar a base” é um atributo

¹⁷ Sobre o “Fantasmão” ver Lopes (2013).

masculino para enfrentar contradições e assumir o papel de “homem”, no contexto da favela, como a canção “Não vá que é Barril” descreve:

Ô tiradinho a miserável não bota a base atrás do trio
 Não vá que é barril, não vá que é barril...
 Se um estuprador, pedófilo, na depressão caiu
 Não vá que é barril, não vá que é barril...
 Ô carnaval, Alto das Pombas, Nordeste, Boca do Rio
 Não vá que é barril, não vá que é barril, não vá que é barril, não vá que é barril.
 Troca tiro com a Rondesp, dá de testa com a Civil
 Não vá que é barril,
 Não vá que é barril, não vá que é barril, não vá que é barril, não vá que é barril.
 (FANTASMÃO, 2009)

Quando falamos em um sentido político, não nos referimos a nenhuma institucionalidade ou intencionalidade programática, mas à expressão prática de uma contradição, mediada por estruturas simbólicas disputadas em uma sociedade conflagrada pela desigualdade social e pelo racismo. Tal mediação é também corporal, na medida em que o corpo como *vessel of meaning* está simbolicamente carregado por essas mesmas contradições que constituem assim os sujeitos (HARTMAN, 1997).

Diríamos, por fim, que o “botar a base” aparece como: 1) uma performance do cotidiano no plano das interações interpessoais; 2) como uma estilização dessa performance atualizada como modo de dançar na “agitação” do pagode; 3) como uma síntese – estrutura de sentimento – da postura masculina, corporal, destemida e associada à favela e aos seus códigos culturais próprios, onde o alcaquete não tem vez e “dar testa” a polícia é “barril”¹⁸. Na circulação entre esses diferentes registros culturais – que se interpretam reciprocamente – o significado da postura parece se realizar.

Hot Boys: diáspora, performance e agência

O grupo de rap de New Orleans, *Hot Boys*¹⁹, formado por Lil Wayne, B.G., Juvenile and Turk, lançou em 1997, em seu primeiro álbum, *Get It How U Live!*, o single *We on Fire* (HOT BOYS, 1997). No vídeo clipe os artistas se revezam perguntando *What kind a Nigga...?* em meio a uma espetacular perseguição policial.

18 “Perigoso, difícil, não recomendável.”

19 De acordo com o “Urban Dictionary”, *Hotboys* significa: “1. Substantivo. Uma pessoa que curte cometer um monte de crimes ou uma pessoa que atrai muita atenção dos tiras, 2. Verb. Define um crime que pode lhe trazer facilmente problemas com a polícia”. Traduzido pelo autor: “1.noun.a person who likes to do a lot of crimes or a person who attracts a lot of attention to the cops. 2.verb. defining a crime that you can get in trouble w/ the cops very easily”. Disponível em: <<http://www.urbandictionary.com/define.php?term=hot+boy>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Juve, que tipo de nigga quer ser como eu
 Um nigga que quer pegar o nove jeep lexus, Lil' Wayne
 Oh oh, que tio de nigga tem 10 em volta do pescoço, o que!
 20 no seu pulso, o que!, faz grana com a automática, huh

Se ligue, que tipo de nigga tem dois rolex no seu pulso
 Que tipo de nigga vai pirar e bater na sua puta
 Juve, que tipo de nigga não dá a menor
 Chega na parada atira em quatro e vê o outro fugir
 Que tipo de nigga usa tênis Reebok
 Tirando a camisa só pra mostrar as tatuagens

Os HotBoy\$, os HotBoy\$, (em chamas), eles são os HotBoy\$
 (HOT BOYS, 1997).²⁰

A bravata masculina de destemor diante do perigo e da disposição para a violência e para o crime, o sucesso com as mulheres, o poder, o dinheiro, a ostentação de relógios Rolex e do corpo tatuado, tudo isso compõe o repertório do *real nigga* descrito por Jeffries (2011), como uma (re)invenção do mercado fonográfico para satisfazer o fetichismo racial do público americano. Os próprios garotos enfatizam a própria espetacularidade com as roupas, o modo de falar, as tatuagens, as joias e os problemas com a polícia (Lil Wayne foi preso duas vezes, por porte ilegal de armas e, supostamente, tráfico de drogas). A fascinação com bens de luxo, dinheiro, carrões e lindas mulheres é similar no funk ostentação paulista e às vertentes similares do pagode baiano. Assim também a encenação da periculosidade e da violência como marca da autenticidade dos *hot boys*.

A recorrência desses elementos em diversas formas expressivas musicais e na construção de personas culturais em localidades tão diferentes e em diálogos com tradições sociais tão fortes, *thugs*, *cheros* ou o “vida Loka” exigiria algum tipo de interpretação. Uma primeira hipótese, difundida, de certa forma, no senso comum, aponta para mera imitação cultural ou a recorrência como resultado da globalização. Vale dizer, a prevalência de modelos culturais e do imperialismo cultural, hegemonia da indústria cultural dos Estados Unidos sobre o mundo. Mas tal hipótese não explicaria porque justamente esses elementos e não outros, encontrados na música negra americana, seriam preferidos. E vale ressaltar que no caso do funk carioca ou paulista, assim como no pagode baiano, o mercado fonográfico teve, e ainda tem, relativamente pouca participação no sucesso dos grupos e desses

20 Traduzido (muito livremente) pelo autor: “Juve, What kinda nigga wanna be like me/A nigga that wanna go get that new lexus jeep, Lil' Wayne/Uh oh, what kinda nigga got 10 around his neck, what/20 on his wrist, what, money by the tech, huh.../Check it, what kinda nigga got two lex [rolex] on his wrist/What kinda nigga that'll freak out and beat his bitch/Juve, what kinda nigga just don't give a you know/Hit the set and shot 4 one more see 'em go/What kinda a nigga wear Reebok tennis shoes/Takin off his shirts just to show his tattoes./Tha HotBoy\$, tha HotBoy\$, (We On Fire) Them Niggaz is the Tha HotBoy\$, tha HotBoy\$, (We On Fire) Them Niggaz is the.”

estilos. Inversamente, durante muito tempo o funk e o pagode foram solenemente ignorados pela indústria e pelo gosto hegemônico, só quando o sucesso por meios alternativos – como a divulgação “pirata” – alcançou a casa de milhões, o mercado estabelecido passou a interessar-se pelo gênero. Grande parte dos CDs, músicas e vídeos do pagode baiano estão disponíveis para download gratuito. Assim, a teoria conspiratória da manipulação pelo mercado tem limites óbvios (OLIVEIRA, 2001; PALOMBINI, 2014).

Outra hipótese apontaria para condições de vida semelhantes ou similares produzindo respostas culturais análogas, assim, à representação do racismo e da exclusão social, e a produção da negritude em termos do “perigo” do homem negro e de sua hipersexualidade explicariam as semelhanças. Mas tal hipótese não levaria em suficiente atenção as diferenças nacionais, culturais, históricas, além de que pareceria ver na cultura expressiva mera reação automática a condições infraestruturais, esvaziando o espaço para consideração da agência dos sujeitos envolvidos e sua própria constituição em contextos históricos determinados.

Nesse sentido, as abordagens que elegem o performativo como dispositivo para constituição da agência podem nos ajudar a superar a dicotomia mecânica entre super e infraestrutura ou ajudar a entender como padrões da Diáspora são construídos pelos próprios atores. Nessa abordagem, os sujeitos agem performando a si próprios tal como o discurso produz seus objetos, o que implica dizer que a identidade é o efeito da performance e a ação produz o sujeito numa cadeia retroativa e recursivamente monitorada. Performance é, do mesmo modo, reiteração e, por isso, performances são entendidas como práticas recorrentes e reiterativas que ao se repetirem recorrem à inovação ou à criatividade para vencer as resistências da estrutura social ou de estruturas semiológicas parciais (BUTLER, 1999).

A partir deste ponto de vista, a identidade pode ser compreendida como um efeito da performance e não o inverso, ou seja, a agência, simbolicamente orientada e determinada complexamente em relação a práticas e estruturas desenvolve, digamos, a identidade como “um processo de materialização no qual constrangimentos da estrutura social são reproduzidos e parcialmente transcendidos na prática dos agentes”²¹ (MCNAY, 1999, p. 177). A identidade é, assim, a repetição criticamente diferida, significativa e, por isso, representada, atuada, performada.

Discutindo a formação de corpos *gendered*, Judith Butler coloca:

[...] Atos, gestos e o desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas produzem isso na superfície do corpo, através do jogo de ausências significantes que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos, enunciados, geralmente interpretados, são performativos no sentido de que a essência ou identidade que de outra forma pretendem expressar são construções sustentadas através de sinais

21 Traduzido pelo autor: “A process of materialization in which constraints of social structures are reproduced and partially transcended in the practices of the agents.”

corpóreos e outros meios discursivos. Que o corpo *gendered* seja performativo sugere que não há status ontológico para além dos diversos atos que constituem sua realidade (BUTLER, 1999, p. 136).²²

A agência, tal como reportada aqui, surge como um modo de “subjetivação”, sem profundidade ontológica, que ressignifica as práticas através da reiteração sempre diferida e da atualização sempre relocalizada de textos culturais (ou estruturas).

Ora, uma teoria da diáspora deveria dar conta e transcender as duas hipóteses anteriores, preservando ao mesmo tempo a agência dos sujeitos, a historicidade do racismo e da negritude globais e prevalência da forma-mercadoria como paradigma estrutural das formas simbólicas sob o capitalismo global. Tudo isso sem recorrer a essencializações ou à “metafísica da presença” o que, entendemos, o modelo da performance justamente nos ajuda a fazer.

Paul Gilroy (2001) desenvolveu um modelo para a teorização da diáspora africana e para o apelo da música como uma estratégia de relocalização e de elaboração da experiência da escravidão e da marginalização como elemento estruturante da diáspora africana, como uma tradição viva e autoconstituída. Como salientam Edmund Gordon e Mark Anderson (1999), entretanto, a noção de Diáspora Negro/Africana que lhes parece adequada move-se para muito mais além da imobilidade e unidade imposta a sujeitos dominados por meio de sua interpelação racializada como “negros”. Inversamente, desloca o foco para a agência negra em seu processo de autoconstituição. Como insistem, a problemática da masculinidade no interior da diáspora geralmente interpelada em termos psicológicos e sociológicos (‘hipermasculinidade’, ‘desvio’, ‘imoralidade’, ‘delinquência e criminalidade’) deveria ser, ao contrário, pensada em termos políticos (GORDON & ANDERSON, 1999, p. 47). Ou, diríamos, em termos necropolíticos (MBEMBE, 2011).

A agência engendrada seria abordada, da perspectiva eleita aqui, como instância estrutural de processos de subjetivação, o que valeria dizer que não pressuporíamos oposição absoluta entre processos e estruturas sociais exteriores e o lócus de uma subjetividade autônoma, mas inversamente, e por isso tanto as noções de “estrutura de sentimento” como a de “persona cultural” são importantes por nos permitirem ressaltar a articulação entre a ordem social e o sujeito.

Como Butler (1997) e outros apontam, a própria percepção de uma autonomia e precedência lógica do indivíduo ou da sociedade, é efeito das estruturas de reprodução social que produzem historicamente e por mecanismos políticos a

22 Traduzido pelo autor: “Acts gestures, and desire produce the effect of an internal core or substance, but produce this on the surface of the body, through the play of signifying absences that suggests, but never reveal, the organizing principle of identity as a cause. Such acts, gestures, enactments, generally construed, are performative in the sense that the essence or identity that they otherwise purport to express are fabrications sustained through corporeal signs and other discursive means. That the gendered body is performative suggests that it has no ontological status apart from the various acts which constitute its reality.”

oposição entre um “interior” subjetivo e uma realidade externa “objetiva”. Ou, como diz de outro modo M. Strathern (2014, p. 239):

As relações sociais são intrínsecas, e não extrínsecas, à existência humana. Assim, ao considerarmos as pessoas como objeto de estudo antropológico, não podemos concebê-las como entidades individuais. Infelizmente, a culpa disso é da própria ideia de sociedade.

Nossos sentimentos e medos, prazeres e emoções são tão objetivos e históricos quanto é subjetiva a máquina, mecanismo que reinstala padrões sociais. A questão principal seria, então, como encarar e descrever adequadamente processos de subjetificação, sempre já determinados pelo poder, não como uma exterioridade, mas como verdadeira condição de possibilidade. O processo de tornar-se um sujeito é, assim, um processo de submeter-se a um poder, afirma Butler (1997), seguindo Foucault (1982). Não se trata meramente de uma internalização, mas da definição de estruturas de mediação e reprodução de si como reprodução da própria sociedade. E ou da reprodução social como a reprodução de ideias e valores, modos de afetividade, *hexis* corporais que aparecem como subjetivas, tal como o processo de incorporação materializado no “botando a base” parece sublinhar.

Referências

- BUTLER, Judith. **The psychic life of power: theories in subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997.
- _____. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York; London: Routledge, 1999.
- CECCHETTO, Fátima R. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- EDBERG, Mark Cameron. **El narcotraficante: narcocorridos & the construction of a cultural persona on the U. S. - Mexico Border**. Austin: University of Texas, 2004.
- FANTASMÃO. Não vá que é barril. Intérprete: Fantasmão. In: CD A Nova geração. 2009. Faixa 1. Disponível em: <https://www.suamusica.com.br/leejackson96/fantasmao-cd-a-nova-geracao-2009-reliquia-principe-dos-guetos>> Acesso em: 16/02/2018.
- FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Eds.). **Michel Foucault: beyond structuralists and hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago, 1982, p. 209-226.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GILROY, Paul. **O atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: UCAM/Editora 34, 2001.
- GIUGLIANI, Beatriz. **Um olhar etnográfico sobre a escola e a formação de identidade cultural: reflexões entre contextos pluriculturais e educação**. Cachoeira. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 192. p.
- GORDON, Edmund T. Cultural politics of black masculinity. **Transforming Anthropology**, v. 6, n. 1-2, p. 36-53, 1997.
- GORDON, Edmund; ANDERSON, Mark. The African diaspora: towards and ethnography of diasporic identification. **Journal of American Folklore**, v. 112, n. 445, p. 282- 296, 1999.
- HARTMAN, Saidiya V. **Scenes of subjection: terror, slavery, and self-making in Nineteenth-Century America**. New York: Oxford University Press, 1997.

-
- HOT BOYS. We on Fire. Intérprete: Hot Boys. In: Hot Boys. **Get It How U Live!** Nova Orleans: Cash Money Records, 1997. 1 CD. Faixa 2.
- JEFFRIES, Michael P. **Thug life**: race, gender, and the meaning of hip-hop. Chicago: University of Chicago, 2011.
- KELLEY, Robin D. G. Looking for the “Real Nigga”: social scientist construct the ghetto. In: _____. **Yo’ Mama’s Disfunktional: Fighting the Culture Wars In Urban America**. Boston: Beacon, 2008, [1997], p. 15-42.
- LOPES, Maycon Silva. “Fantasmas existem”: a aparição da música de protesto no pagode baiano. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 65-75, 2013.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: _____. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-168.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.
- MCNAY, Lois. Subject, psyche and agency: the work of Judith Butler. **Theory, Culture & Society**. Special Issue on: Performativity and Belonging, London, v. 16, n. 2, p. 175-193, apr. 1999.
- MERCER, Kobena. **Welcome to the jungle: new positions in black cultural studies**. New York; London: Routledge, 1994.
- NA KEBRADA. Bota a Base. 2010. Vídeo do Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LX40KnbJto8>> Acesso em: 16/02/2018.
- OLIVEIRA, Sirleide Aparecida de. **O pagode em Salvador: produção e consumo nos anos 90**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- ORTNER, Sherry. **Anthropology and social theory: culture, power, and the acting subject**. Durham: Duke University Press, 2006.
- PALOMBINI, Carlos. **Funk proibido**. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/5268654/_Funk_proibido_e-book_>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- _____. Funk carioca and música soul. In: _____. **Bloomsbury encyclopedia of popular music of the world: genres: Caribbean and Latin America**. London: Blommsbery Academic, 2014. p. 317-325. v. IX.
- PINHO, Osmundo. Introdução: a antropologia no espelho da raça. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008. p. 9-24. v. 1.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: _____. CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: [s.n.], 2007, p. 93-126.
- SCHECHNER, Richard. “Pontos de Contato” revisitados. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 23-66, 2013.
- SILVA, Sergio Gomes da. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2006, vol.26, n.1 [citado 2017-12-26], p. 118-131. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&nrn=iso .
- SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UnB, 2000.
- STRATHERN, M. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naif, 2014, p. 159-210.

TAYLOR, Diana. **The archive and the repertoire**: performing cultural memory in the Americas. Durham; London: Duke University Press, 2003.

_____. Performance and/as History. **The Drama Review**, v. 50, n. 1, p. 67-86, 2006.

TURNER, Victor. **From ritual to theater**: the human seriousness of play. New York: PAJ Publications, 1982.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Recebido em 08/10/2017

Aceito em 03/01/2018

**DENTRO E FORA DO OCTÓGONO:
corpo, consumo e êxtase nas tramas do MMA**

***INSIDE AND OUTSIDE OF THE OCTAGON:
body, consumption and ecstasy in the plot of the MMA***

João Batista de Menezes Bittencourt*

Felipe Chaves Guimarães**

Resumo

O presente artigo busca discutir o fenômeno social e esportivo conhecido como MMA (*Mixed Martial Arts*), a partir de uma reflexão sobre os usos dos corpos e as práticas de consumo dos espectadores e praticantes desse esporte na cidade de Maceió/AL. A pesquisa etnográfica foi realizada em três espaços distintos: um bar que reunia fãs e/ou adeptos do esporte, uma academia de musculação que oferecia treinos de MMA e um evento com lutadores profissionais chamado *Coliseu Extreme Fight*. Por intermédio da observação participante e entrevistas realizadas com espectadores e praticantes do MMA em Maceió, foi possível compreender os diferentes sentidos elaborados pelos consumidores desse esporte-entretenimento.

Palavras-chave: Corpo. Consumo. Êxtase. MMA.

Abstract

This article aims to discuss the social and sportive phenomenon known as MMA (*Mixed Martial Arts*), from reflections on uses the bodies and consumption practices of spectators and practitioners of this sport in the city of Maceió / AL. The ethnographic research was realized in three distinct spaces: a bar that brought together fans and / or sports adepts, a bodybuilding gym that offer MMA training and an event with professional fighters called the *Extreme Fight Coliseum*. Through participant observation and interviews with spectators and MMA practitioners in Maceió, it was possible to understand the different senses elaborated by the consumers of this sport-entertainment.

Keywords: Body. Consumption. Ecstasy. MMA.

* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas/Brasil. Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil. E-mail: joao.bittencourt@ics.ufal.br

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas/Brasil. E-mail: felipe@felipeguimaraes.com.br

Introdução

Fenômeno esportivo e midiático de projeção internacional, o MMA é um dos esportes que mais tem crescido – econômica e popularmente nos últimos anos. Capitanado pela marca UFC¹ – uma das mais valiosas do mundo esportivo ao lado da NFL² e da NBA³ –, o MMA conseguiu atingir números surpreendentes. A maior prova do seu crescimento vertiginoso reflete-se no fato de que atualmente o UFC é o maior provedor de eventos *pay-per-view*, transmitido via TV aberta, a cabo e por satélite para mais de 145 países no mundo todo (LANCEPRESS, 2013). Por ano, o faturamento do UFC só com combates fica em torno de U\$\$ 500 milhões.

Esses dados já contêm elementos suficientes para atestar a grandiosidade do fenômeno, porém, a nossa proposta no artigo é explorar as significações sociais e culturais que são mobilizadas pelo MMA. Desse modo, fizemos opção pelo estudo das práticas corporais e de consumo dos espectadores e iniciados nesse esporte. É a partir da leitura dos sentidos mobilizados por esses agentes que buscaremos algumas pistas para entender a popularização desse esporte que no Brasil vem batendo recordes de audiência.⁴

Nossa pesquisa foi realizada na cidade de Maceió, onde tivemos a oportunidade de acompanhar os agentes em diferentes espaços e situações. Os locais escolhidos foram: o Bar Red & Blue localizado no bairro Jatiúca; a academia Donosti localizada no bairro Barro Duro; o evento *Coliseu Extreme Fight* que aconteceu em setembro de 2013 em uma famosa casa de shows da região. Essas incursões permitiram que tivéssemos acesso às experiências vivenciadas pelos praticantes e espectadores, pois, apesar de ambos terem em comum o gosto pelo esporte, não podemos perder de vista os aspectos que dizem respeito aos usos dos corpos em distintos contextos.

Antes de adentrarmos nos pormenores da pesquisa empírica, apresentaremos alguns elementos teórico-metodológicos que orientaram nossas reflexões, situando-as na tradição de uma socioantropologia do corpo.

Primeiramente é importante destacar que os estudos sociológicos e antropológicos sobre o corpo são bastante recentes e datam da segunda metade do século XX. Apesar de alguns textos clássicos terem sido produzidos na primeira metade, como por exemplo, “A preeminência da mão direita” de Robert Hertz (1980)

1 *Ultimate Fighting Championship*.

2 *National Football League*.

3 *National Basketball Association*.

4 Guimaraes (2014) indica que o número de assinantes *pay-per-view* do “Canal Combate”, especializado em artes marciais e oferecido pela Globosat para a televisão fechada, reflete o interesse do público brasileiro pelas lutas. Em 2006, o canal possuía 13 mil assinantes. O número aumentou para 87 mil em 2010, atingiu os 130 mil assinantes em 2011, passou para 240 mil em 2012 e fechou o ano de 2013 com 360 mil assinantes.

– originalmente publicado em 1909, “A noção de técnica do corpo” de Marcel Mauss (2003), de 1936, ou ainda o Processo Civilizador de Norbert Elias (1990), cujo ano de publicação é 1939, não existia dentro do pensamento social uma vertente exclusiva de estudos que se debruçasse sobre as experiências e práticas corporais. O antropólogo David Le Breton (2011) indica que uma Sociologia do Corpo só foi possível quando este passou a figurar no conjunto das preocupações sociais vigentes, e segundo o autor, isso só aconteceu no final dos anos 1960, influenciado pela luta feminista, pela revolução sexual, o desenvolvimento da expressão corporal, a emergência de novas terapias etc.

O corpo, lugar do contato privilegiado com o mundo, está sob a luz dos holofotes. Problemática coerente e até inevitável numa sociedade de tipo individualista que entra em uma zona turbulenta, de confusão e de obscurecimento das referências incontestáveis e conhece, em consequência, um retorno maior a individualidade (LE BRETON, 2011, p. 10).

Desse modo, assistimos no final dos anos 1960, a “entrada triunfal do corpo nas ciências sociais” (LE BRETON, 2011) a partir de abordagens que priorizavam aspectos que podemos definir como mais “individuais”, pois se debruçavam sobre as experiências dos agentes produzidas no e pelo corpo. Autores como Jean Baudrillard, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Michel Foucault e Erving Goffman são alguns importantes representantes dessa vertente de pensamento que começava a ganhar forma nesse período. É importante destacar que não houve a institucionalização de uma disciplina ou de uma área do conhecimento, mas sim, o aparecimento de pesquisas que passaram a se preocupar de maneira mais incisiva pelas práticas corporais, o que possui relação com o desenvolvimento de perspectivas teóricas que tendem a priorizar as trajetórias individuais, os processos de subjetivação bem como os processos de formação do *self*.

O aparecimento na década de 1980 de abordagens nas Ciências Sociais que traziam em seu arcabouço conceitual ideias como “agência”, “prática” e “reflexividade” inaugurou um novo momento da Sociologia e Antropologia do Corpo. Se já havia uma preocupação com as experiências incorporadas dos agentes, estas passaram a ser imprescindíveis para uma leitura mais robusta da realidade social. Essas abordagens, que têm entre seus principais representantes nomes como Pierre Bourdieu (1972), Anthony Giddens (1984), Marshall Sahlins (1987) e Sherry Ortner (1984) despontam como possibilidades de ruptura com o binarismo que por muito tempo organizou o pensamento social em pares de opostos, tais como: “estrutura x sujeito”, “indivíduo x sociedade” ou “estrutura x agência”. Para esses autores, não existem dimensões essencializadas, seja numa perspectiva macro ou micro, e sim interação e complementaridade. Os agentes ocupam posições sociais que se situam dentro de uma estrutura organizada hierarquicamente, porém, eles atuam de maneira ativa e reflexiva, valendo-se de um repertório de significados que eles utilizam quando confrontados com situações cotidianas diversas. O corpo, por sua vez, é o espaço privilegiado de intersecção entre o dentro e o fora; entre o interior e o exterior. É através dele que os dispositivos de poder (FOUCAULT, 1988)

subjetivizam, normalizam e docilizam as práticas e o pensamento, levando a uma exacerbada padronização das condutas, mas também é por ele que a resistência a esses dispositivos se expressa. É impossível discutir o problema da agência sem levar em consideração o corpo, não apenas por este servir de ponte para a dialética carne/mundo, mas também por ser o espaço onde os agentes performatizam o que Sherry Ortner (2006) chama de “jogos sérios”⁵.

Dito isso, esclarecemos que a perspectiva teórica para a leitura das práticas corporais assumida nesse trabalho situa-se em uma zona intermediária entre estrutura e agência, pois, enfatiza tanto o impacto dos elementos estruturais na formação das subjetividades como também destaca a agência, situando-a enquanto condição decisiva da expressão humana em sociedade.

Do lado de dentro – as experiências mobilizadas pelos praticantes do MMA

Em um contexto de espetacularização promovido pelos meios de comunicação de massa, os corpos dos lutadores de MMA e os signos que eles exibem, passam a ser importantes referências para aqueles que buscam a prática do esporte, com o objetivo da profissionalização, ou mesmo visando apenas condicionamento físico. Uma das questões que tentamos responder em nossa pesquisa foi: “Quais os interesses mobilizados por aqueles que procuram praticar o MMA?”. Nossa hipótese se relacionava à crescente influência que o esporte vinha exercendo sobre os jovens⁶ nas diferentes partes do país. Porém, havia outras questões que precisavam ser ponderadas para não corrermos o risco de considerar um único elemento como responsável pela produção das escolhas dos agentes.

Ao longo das idas a campo, dois conceitos foram fundamentais para problematizar a fabricação dos corpos e os sentidos elaborados pelos praticantes do MMA. São eles: técnica do corpo (MAUSS, 2003) e capital corporal (WACQUANT, 2002). O primeiro foi elaborado no ano de 1936 por Marcel Mauss, em um texto que versava sobre as diferenças no que diz respeito aos usos dos corpos nas sociedades ditas “tradicionais” e “modernas”. As distintas formas dos homens e mulheres servirem-se dos seus corpos foram apresentadas através de inúmeros exemplos etnográficos sobre a prática do nado, da corrida, da marcha, do caminhar etc. Mauss pretendia com essa discussão mostrar que esses movimentos não são universais, eles fazem parte de um aprendizado, da incorporação de hábitos que “variam sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios” (MAUSS, 2003, p. 404).

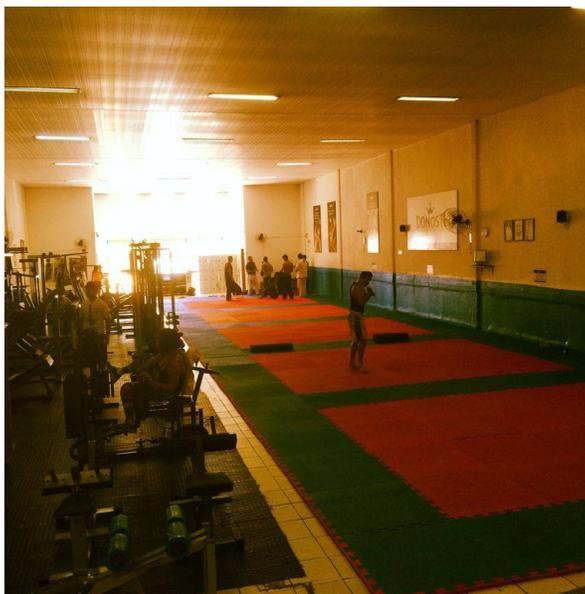
5 Para a antropóloga, a vida social é organizada a partir dos “jogos sérios”, ou jogos que os agentes consideram que valem a pena ser jogados. Estes, por sua vez, compreendem metas e/ou projetos que são produzidos culturalmente e envolvem práticas de rotina e ações intencionais.

6 É importante esclarecer que a categoria jovem não assume uma dimensão analítica em nosso trabalho, ou seja, não se busca compreender os sentidos investidos pelos indivíduos a partir de sua condição juvenil. Apesar de entendermos que se trata de um importante marcador social, escolhemos utilizar a categoria jovem por esta abarcar a faixa etária de nossos interlocutores, que varia entre 18 a 29 anos.

Já a noção de capital corporal compreende uma espécie de recurso que os pugilistas dispõem para garantir sucesso na profissão. Em sua famosa etnografia de um clube de boxe localizado em um bairro do gueto negro de Chicago, o antropólogo francês apresenta os corpos dos lutadores de boxe como máquinas que precisam ser bem cuidadas, afirmação extraída das falas dos próprios pugilistas. Wacquant sugere que o boxe, mais do que qualquer outro esporte, requer, uma gestão meticulosa do corpo que se expressa dentro e fora dos ringues. Nesse sentido, o corpo do lutador do MMA guarda muitas semelhanças com o do lutador de boxe, ele também precisa ser administrado de maneira adequada para aguentar a intensidade dos combates e, claro, precisa estar bem preparado, porque é um corpo que precisa corresponder ao alto investimento financeiro de empresários que faturam quantias exorbitantes com o mercado do MMA. Certamente, existem diferenças enormes entre a fabricação dos corpos de atletas profissionais e amadores, porém, a ideia de “gestão corporal” se faz presente em ambos os casos. Como poderemos observar a seguir.

A academia escolhida para o acompanhamento dos praticantes foi o Centro de Treinamentos Donosti, localizada no Bairro Barro Duro. Instalado em um amplo galpão à beira de uma movimentada avenida da cidade, oferece aulas diárias de *jiu-jítsu* e aulas de MMA duas vezes por semana, além de outras modalidades como *muay thai*, *karatê*, *boxe* e *krav maga*,⁷ além de musculação e pilates.

Figura 1 – Vista interna da Academia Donosti



Fonte: https://www.facebook.com/pg/Donostict/photos/?ref=page_internal.

Acesso em: março de 2013.

⁷ *Jiu-jítsu*, *muay thai*, *karatê*, *boxe* e *krav maga* são modalidades básicas para o MMA.

São muitas as motivações que envolvem a procura pela prática das diversas modalidades de artes marciais nas academias. Entretanto, desde 2008, a demanda pelo *jiu-jítsu*, *muay thai* e MMA tem crescido consideravelmente em Maceió. Para Rodrigo, 32 anos, proprietário da academia Donosti, o crescente interesse pelas modalidades que formam a base do MMA, e até mesmo o interesse pela prática do próprio MMA, reflete a popularização do UFC no Brasil:

O *jiu-jítsu* teve seu *boom* ao longo das décadas de 1980 e 1990. Naquela época, tal modalidade era encarada como a arte marcial mais eficaz durante os combates. Com a popularização do *jiu-jítsu*, os lutadores tiveram de incluir em sua performance golpes de outras modalidades. Atualmente, o lutador mais completo é aquele que domina as técnicas de várias artes marciais (Entrevista realizada em.20/12/2012).

Dessa forma, o sentido de artes marciais mistas ganhou ainda mais relevância, chegando a ser formatado como uma modalidade que pode ser ensinada àqueles que desejarem. Observando pela ótica conceitual, ofertar aulas de MMA não teria sentido, uma vez que o MMA é a junção de várias modalidades e pressupõe certo domínio de cada arte marcial. No entanto, o que identificamos ao observar as diversas aulas de MMA é que as academias criaram um produto para ser consumido por aqueles que desejam praticar as artes marciais mistas na condição de atividade esportiva e não na condição de arte marcial tradicional.

Aspectos como a falta de um ritual específico de saudação, a não obrigatoriedade do uso de uma vestimenta característica para a prática da aula (como o quimono), a inexistência de uma hierarquia disciplinar para com o mestre e a falta de cobrança de movimentos simétricos e precisos fazem do MMA um esporte híbrido. Nesse sentido, definitivamente, não podemos encarar o MMA como uma arte marcial. Com esse novo produto, o que importa é a atividade física em seu sentido mais abrangente, ou seja, de condicionamento das valências físicas e motoras. Nos tatames das academias que ofertam o MMA, o que importa é o corpo; este é tratado como o objeto a ser delineado.

A busca pela saúde e pela beleza, por meio da prática da atividade física, favorece tanto o foco no emagrecimento como o foco na definição dos músculos. O corpo belo, tonificado e milimetricamente definido torna-se um projeto pessoal para muitos homens e mulheres que lotam as academias. Aliado ao discurso da busca pelo corpo ideal, há também aquele que patologiza a obesidade, definindo-a como uma doença que precisa ser combatida.

Vivemos em um contexto sócio-histórico em que o corpo e o *self* se encontram entrelaçados. A divisão entre exterioridade e interioridade foi borrada e estamos assistindo a um processo de somatização dos movimentos de subjetivação que pode ser expressa pela frase “meu corpo sou eu”. Ortega e Zorzanelli (2010) sugerem que cada vez mais estamos definindo nossa subjetividade em termos corporais e biomédicos.

No horizonte desse processo, a otimização dos padrões corporais tornou-se um parâmetro de medida e de valor para o homem dito pós-moderno. Criaram-se modelos ideais de sujeitos baseados na performance física e se estabelecem novos parâmetros de mérito e reconhecimento cujas bases são as regras higiênicas. As ações individuais passam a ser dirigidas com o objetivo de obter melhor forma física, mais longevidade ou prolongamento da juventude (ORTEGA; ZORZANELLI, 2010, p. 75).

Os aparentes resultados de emagrecimento e tonificação do corpo têm motivado indivíduos a se matricular nas aulas de MMA e também em outras modalidades, como o *muay thai*. Pessoas que nunca antes tiveram relação com uma arte marcial, ou mesmo com qualquer tipo de luta, matriculam-se nas academias buscando a fabricação de um corpo que se adeque aos padrões estéticos emergentes. Em uma das entrevistas realizadas na academia Donosti, uma praticante de 26 anos fala sobre o que a motivou a escolher o MMA como esporte:

Quando eu comecei, eu comecei pelo físico. Eu vim ver uma aula primeiro e como eu sou da área de saúde – eu sou fisioterapeuta – eu vi que trabalhava bastante o corpo. Eu comecei por isso. Mas depois que eu comecei a fazer eu comecei a me interessar também por esta parte da luta em si (Entrevista realizada em: 20/11/2012).

Com discurso semelhante, um outro aluno de 20 anos, explica como foi seu processo de incursão na prática do MMA e posteriormente do *muay thai*:

Eu precisava emagrecer 15 quilos. Aí eu comecei fazendo MMA porque eu sempre me interessei por lutas. O judô e o caratê eu já tinha feito na época de escola, quando eu tinha 12 anos. Mas eu queria uma coisa mais moderna. Aí eu vim fazer uma aula experimental de MMA e gostei. Eu já via na TV e gostei quando testei a aula na prática. Eu fiz MMA uns dois meses, mas vi que eu gostava mesmo era mais da trocação⁸ do que da parte do chão, que é a parte do *jiu-jitsu*. Aí eu saí do MMA e fui fazer o *muay thai*. Sabe o Anderson Silva, né? Ele é mestre de *muay thai*, por isso ele dá aqueles chutes, tá ligado? Eu vou ficar um tempo no *muay thai* pra aprender melhor. Depois eu volto pro MMA pra melhorar o meu chão (Entrevista realizada em: 20/11/2012).

Para o nosso entrevistado, o MMA foi a porta de entrada para uma tentativa de praticar uma luta mais “atual”, mais “moderna”. Após treinar por cerca de 2 meses, o aluno decidiu migrar para o *muay thai* por entender que precisava desenvolver seus golpes, especializando-se primeiramente numa arte marcial única. Esse processo migratório é comum para os praticantes do MMA.

8 A “trocação” é o momento da luta em que os oponentes concentram os golpes em chutes e socos em pé. No mundo da luta, essa ação ficou conhecida como “trocar chutes e socos”.

Além do interesse na luta, ele também buscava uma atividade física que o ajudasse a perder peso. Realmente podemos notar que o processo de espetacularização que envolve as artes marciais mistas tem cumprido o objetivo de vender alguns valores simbólicos para seu público-alvo, que prontamente responde a tais ofertas com seus comportamentos de compra.

O sistema simbólico do UFC vende essa noção de saúde e beleza corporal. A lógica do culto ao corpo é notada de imediato ao analisarmos os lutadores. Do “peso-mosca” ao “peso-pesado”, o condicionamento físico dos atletas é expresso por meio do corpo. Tal qual mais um recurso de comprovação da eficiência desse esporte, a supremacia muscular fica evidente independentemente da categoria em que o atleta se enquadra.

Durante os eventos de pesagem⁹, em meio às provocações entre os atletas, os lutadores costumam tirar suas camisas para exibir sua musculatura tonificada como símbolo de força e supremacia físico-técnica. Sabemos, pois, que a utilização do corpo como uma vitrine repleta de significações estéticas insere-se no contexto das mais diversas modalidades de luta esportiva há tempos, e o MMA não foge a essa regra.

Em seu trabalho etnográfico junto aos lutadores de boxe, Wacquant (1998) pôde perceber o cuidado e também a idolatria daqueles homens para com o seu corpo, que é encarado tanto como um sistema de propagação da força do lutador quanto como sua ferramenta de trabalho propriamente dita:

Na cultura pugilística, não é o rosto que cicatriza o sentimento de identidade [...], mas sim o organismo inteiro e especialmente o torso, sede do “coração”, que no jargão profissional designa a mais reverenciada qualidade do autêntico lutador [...]. Exibir um físico firme, rijo, belicoso no ringue torna-se uma questão de intenso orgulho, tanto pessoal quanto profissional. [...]. A associação íntima entre porte corporal e trabalho corporal é uma outra maneira de comunicar a fusão da estética e da pragmática do pugilismo. O outro lado da moeda da eficiência resplandecente é a implacável obrigação de cuidados com o corpo e a angústia aguda relativa à decadência e ao abandono. Boxeadores, técnicos e treinadores trabalham em íntima colaboração para preservar e proteger o capital corporal do lutador, pelo treinamento consciencioso, a vida virtuosa e a seleção e o escalonamento adequados das lutas. “Cuido do meu corpo como se estivesse cuidando de meu próprio filho”, declara um meio-médio negro de 20 anos [...] (WACQUANT, 1998, p. 81 – grifos do autor).

Estamos diante de uma adesão cada vez maior por parte dos indivíduos do incremento da lógica de um capital corporal (WACQUANT, 2002). Numa sociedade em que cada vez mais o corpo é celebrado, seja por meio da prática de exercícios físicos, passando pelo controle da alimentação como meio para se chegar à beleza desejada, seja

9 A pesagem é um evento em que os oponentes se encontram para conferir se estão dentro da faixa de peso requisitada pela sua categoria. Tais eventos representam também um aquecimento mercadológico para a luta, sendo exibidos nos canais de luta e repercutidos nos veículos de comunicação e redes sociais.

por meio da realização de procedimentos estéticos em clínicas especializadas, o corpo-vitrine dos atletas profissionais abarca o sentido de sucesso desejado.

Ao problematizar aspectos relacionados à formação da autoidentidade no contexto contemporâneo, Anthony Giddens (2002, p. 76) indica que a “reflexividade do eu se estende ao corpo, onde o corpo é parte de um sistema de ação em vez de um mero objeto passivo”. Apoiados na perspectiva desenvolvida pelo sociólogo inglês, podemos dizer que as escolhas dos entrevistados pela prática esportiva visando à perda de peso ou o embelezamento corporal, fazem parte desse programa de monitoramento reflexivo realizado pelo agente. Essa argumentação confronta a ideia de que os corpos são construtos passivos agenciados por dispositivos de poder, seja o discurso médico, seja o discurso midiático. Entendemos que uma perspectiva não exclui a outra, uma vez que não podemos descartar nem a influência dos fluxos de saber-poder (FOUCAULT, 2009) sobre os corpos, nem o fato de que atualmente mudanças na balança nós-eu (ELIAS, 1994) produziram indivíduos mais reflexivos.

Do lado de fora – as experiências mobilizadas pelos espectadores do MMA

Juntamente com o aumento das academias de musculação que oferecem aulas de MMA, nos deparamos com outro fenômeno: a expansão de redes de sociabilidades construídas em torno do esporte. Seja em bares, em residências particulares ou em eventos que oferecem ao público lutas com atletas profissionais, encontramos pessoas que vibram excessivamente quando um lutador nocauteia seu oponente, levando-o à lona. Corpos excitados que encontraram nessa prática esportiva uma forma de lazer e diversão semelhante aos já conhecidos encontros de torcedores para acompanhar partidas de futebol.

Em Maceió, é grande o número de bares que optam por transmitir as lutas em dia de combates que envolvem brasileiros. Na Avenida Dr. Antônio Gomes de Barros, localizada numa área valorizada da cidade, quase a totalidade dos bares exibiram a luta entre Anderson Silva e Chris Weidman¹⁰ ocorrida no final de dezembro de 2013. Outras pessoas, entretanto, preferem se reunir em casas de amigos para desfrutar das lutas de forma mais à vontade e mais barata.

Naquele sábado, 28 de dezembro de 2013, no bar Red & Blue da Avenida Amélia Rosa em Maceió/AL, os aparelhos de televisão transmitiriam a luta a um público expressivo de clientes, comprovando a popularidade do MMA. A euforia tomava conta dos espectadores que naquela noite resolveram chegar horas antes do

10 Essa luta foi considerada uma tentativa de revanche para o brasileiro Anderson Silva, uma vez que ele havia sido derrotado por Chris Weidman no dia 6 de julho de 2013. A possibilidade de uma boa atuação do lutador brasileiro fez com que o evento ganhasse repercussão mundial, sendo considerada por muitos como “A revanche do século”. Porém, no segundo round, Anderson Silva sofreu uma grave fratura na perna esquerda, perdendo a luta e o título que estava em disputa. Ver: <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/12/anderson-silva-sofre-fratura-exposta-em-chute-e-weidman-mantem-o-titulo.html>.

evento mais esperado com o intuito de garantir um local privilegiado próximo aos televisores do bar.

Na mesa 21, Marcelo, 25 anos, alternava seu foco entre os golpes do combate e um gole de cerveja. Com mais cinco colegas – todos do sexo masculino – o estudante de administração assistia à luta da mesma forma como vem fazendo há cerca de três anos.

Há certo tempo os bares começaram a atentar para esse movimento. Nos dias de luta do UFC, é comum ver esses locais cheios, sobretudo quando há participação de um atleta brasileiro em algum confronto. Nas ocasiões em que existe uma disputa de cinturão, a concorrência para ocupar uma mesa com boa visibilidade para os telões e televisores é ainda maior.

Assistir aos combates do UFC em bares pela madrugada virou opção de lazer tanto para os que acompanham o esporte com certa periodicidade como para aquelas pessoas que não possuem intimidade suficiente com as lutas. Num comportamento muito parecido com o das reuniões entre amigos para assistir aos jogos de futebol, o fato é que indivíduos das mais variadas idades e classes sociais passaram a incluir as lutas de MMA em suas programações de lazer no fim de semana.

Em Maceió, nas noites de combate em que há disputa por cinturão, até mesmo casas de shows planejam suas atrações levando em consideração que vão perder boa parte de seu público para os bares que transmitem as lutas.

Do momento em que chegam até o horário de ir embora, os clientes consomem uma quantidade considerável de bebidas alcoólicas – basicamente cerveja – e variados tipos de entradas, ou “tira-gostos”. Para Maxwell, garçom do bar Red & Blue, nas noites de lutas do UFC, as vendas da casa aumentam consideravelmente: “Toda vez que tem luta do vale-tudo a casa fica cheia. Parece jogo de futebol no dia de domingo, só que é de noite e de madrugada. Quando tem um brasileiro forte para lutar, aí é que o negócio fica bom porque todo mundo quer ver” (Entrevista realizada em: 28/12/2013).

Esse comportamento se repete em várias cidades do Brasil. As lutas que envolvem os brasileiros campeões de suas categorias mobilizam milhares de pessoas em frente aos televisores de suas casas ou bares. Proprietários de bares e casas noturnas já identificaram o tamanho desse mercado e vêm investindo na compra de monitores televisivos, projetores e sistemas de áudio.

Ficar no bar por cerca de 5 horas, entre 21h e 2h, para assistir a todas as lutas do UFC tornou-se um hábito entre vários grupos de amigos. Os combates são a “saída da noite” para muitos daqueles que não querem ir a uma boate, como nos mostra Diego (23 anos):

A gente gosta de assistir o UFC no barzinho porque você já tem toda uma estrutura já pronta. E vem muita gente conhecida também. Hoje assistir o UFC é a saída da noite. Pra tu ver, tem mais gente que conheço que tá vindo assistir a luta do que tá indo pro Maikai [uma casa de shows em Maceió]. Hoje no Maikai só vai dar gente depois das 3 da manhã e olhe lá. [...] Eu gosto daqui porque você consegue ficar numa posição boa pra ver a luta e aqui a cerveja é gelada (Entrevista realizada em: 28/12/2013 – grifos nossos).

A combinação de cerveja com as lutas do UFC representa uma relação de euforia mediada pelo consumo do entretenimento entre amigos na mesa do bar. Aquele momento de consumo da luta, do ato de assistir ao combate, transforma-se no consumo do entretenimento no sentido do viver o espetáculo e tudo o mais que ele venha a proporcionar.

Nesse instante, a noção de arte marcial mista como esporte é deixada de lado para dar espaço a um complexo sistema de oferta de valores por meio de sistemas simbólicos que são inerentes à força dos confrontos entre os lutadores. A atividade atlética passa, então, para a condição de esporte-entretenimento amparado pela magia do espetáculo.

Esse misto construído a partir do momento em que o espetáculo do MMA passou a ser encarado como esporte, de modo a utilizar as práticas e as regras sociais da atividade esportiva, representa a produção social de uma estrutura simbólica do êxtase dos combates. É esse o ponto de diferenciação das atuais lutas do UFC em relação aos antigos campeonatos de lutas livres combinadas. Os torneios atuais de MMA possuem um elevado grau de realidade porque, de fato, são reais na medida em que dois oponentes se digladiam até alguém desistir ou ser finalizado ao longo de 3 ou 5 *rounds*.

O público consumidor do UFC, em casa ou nos bares, espera justamente que seu lutador favorito finalize o oponente com um golpe certo. Quando isso ocorre, podemos dizer que o ápice da luta foi atingido. Para Thiago, 23 anos, estudante de jornalismo, todos estão ali esperando que um golpe seja encaixado:

A melhor parte da luta é a quando o lutador acerta o adversário com um golpe que pega em cheio. Aí o adversário cai e o outro lutador sobe em cima dele e começa a descer o cacete até o juiz pedir pra ele parar. Quando o juiz pede pra o outro parar, a luta acaba. Também é bom quando um lutador encaixa um golpe de jiu-jitsu – uma chave de braço, um enforcamento, uma chave de perna. Aí o adversário é obrigado a desistir, senão ele pode se machucar feio e até quebrar um braço ou uma perna (Entrevista realizada em: 28/12/2013).

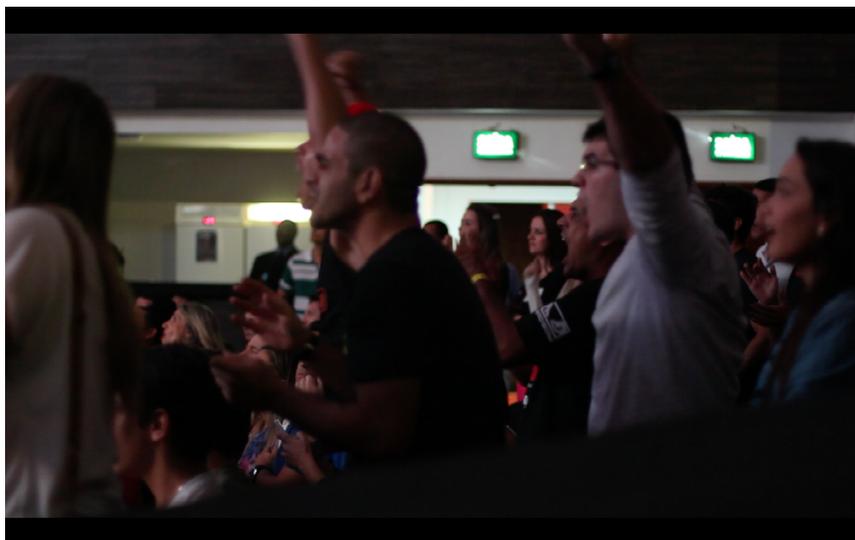
Norbert Elias e Eric Dunning (1992) argumentam que a busca da excitação-jogo se tornou uma marca das nossas sociedades, uma vez que as chamadas excitações sérias, que punham em risco a vida dos indivíduos diminuíram consideravelmente. A busca pelo prazer, pelo gozo irrefletido, acompanha a história da humanidade, porém, ela foi sofrendo mudanças ao longo do tempo em virtude de uma autorregulação individual dos impulsos mediante aprendizado.

Numa sociedade em que as inclinações para as excitações sérias e do tipo ameaçador diminuíram, a função compensadora da excitação jogo aumentou. Com o auxílio desse tipo de excitação, a esfera mimética oferece uma vez mais a oportunidade, por assim dizer, de um novo “desanuviar” no seio da sociedade que, pelo contrário, na vida social comum possui um conteúdo uniforme. (ELIAS; DUNING, 1992, p. 113).

A categoria de esporte-entretenimento passa a ser criada na condição de principal mercadoria de um sistema de oferta do êxtase, cuja dimensão do espetáculo respeita os limites daquilo que é aceito como civilizado. As sensações trabalhadas por tal espetacularização são projetadas para um público que consome o desferimento dos golpes por entender que se trata de um conflito controlado.

A espetacularização do lazer por meio da atividade esportiva – ou mesmo a esportivização do lazer – inerente à estrutura simbólica dos combates de UFC, propicia a livre sensação de excitação que segundo Norbert Elias e Eric Duning, vem sendo tolhida dos indivíduos na sociedade contemporânea. O grito deflagrado, a contração dos músculos e a elevação da adrenalina de um espectador do MMA ao ver o encaixe perfeito de um soco no rosto do outro lutador representa a consolidação do êxtase frente ao enquadramento social imposto pelas regras de conduta. Ortega e Zorzaneli indicam que a fruição sensorial também se tornou um imperativo na sociedade contemporânea, em que os indivíduos se tornam cada vez mais “vorazes por novidades e prazeres e pouco interessados em apegos fora de moda e compromissos duradouros” (2010, p. 93-4).

Figura 2 – Excitação em rosto



Fonte: Acervo da pesquisa, foto por Felipe Guimarães

Em nosso atual estágio não apenas dispomos de um prazer autorregulado pela introjeção de normas morais de caráter universalizante, como também nossas experiências sensoriais se misturam cada vez mais com o consumo de objetos que garantem nossa satisfação emocional. Jean Baudrillard (1970) chama de *fun-morality* essa disposição contemporânea para nos divertirmos a todo custo e explorarmos intensamente todas as emoções. A insatisfação é o motor da vida social

e a *fun-morality* é a insatisfação própria da *sociedade do consumo*¹¹. Desse modo, argumentamos que o êxtase produzido nos espectadores do MMA não se dá única e exclusivamente pela imersão na experiência da luta, seja ela ao vivo ou transmitida por um aparelho de TV. Ele é resultante de um conjunto de experiências atreladas ao universo do consumo, tais como a fruição associativa da cultura dos bares, o prazer gustativo proporcionado pelo consumo de alimentos e bebidas alcoólicas e não alcoólicas, como também as expectativas das trocas erótico-afetivas que podem vir a ser concretizadas no referido espaço como também fora dele.

A problemática da produção do MMA abrange a diversão como motivação para o consumo. Tais motivações se transformam em predisposições de consumo que abrangem o que chamamos de estética do êxtase. A dimensão do bem-estar, tal qual explanamos em algumas passagens deste tópico, sugere uma lógica social do consumo pautada na relação do indivíduo com essa nova proposta de esporte-entretenimento, relação que também é mediada por referenciais simbólicos que são utilizados na definição dos modelos idealizados de masculinidade.

Consumir a luta: ritual e prática masculinizante

Discutir o fenômeno da masculinidade torna-se questão imprescindível quando adentramos no universo do MMA, seja pelo fator “quantitativo”, uma vez que grande parte dos adeptos do esporte (praticantes e espectadores) é composta por homens, seja pelo fator “qualitativo”, pois nos deparamos com significações sociais que ao longo das mais distintas épocas vêm definindo percepções sobre o masculino. É importante esclarecer que ao utilizar a expressão “prática masculinizante” não estamos defendendo a ideia de que exista uma expressão masculina em essência, mas sim chamando atenção para aspectos referentes à diferenciação e desigualdade entre os gêneros no esporte em questão.

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de acção, como tal acessíveis a homens e mulheres. Se assim não fosse, não se poderia falar nem de várias masculinidades nem de transformações nas relações de género. O carácter móvel e contingente da relação entre masculinidade, homens e poder toma-se claro quando analisamos etnografias que prestam atenção ao diálogo e conflito entre masculinidades hegemónicas e subordinadas, ou que prestam atenção quer à variabilidade individual das identidades masculinas, quer às alterações destas num só indivíduo ao longo do ciclo de vida ou consoante diferentes situações de interacção (ALMEIDA, 1996, p. 161).

11 O sociólogo Jean Baudrillard cunhou o termo *sociedade do consumo* para explicitar um estágio diferenciado da sociedade capitalista onde já não se consome coisas, mas signos. Com o intuito de tornar a mercadoria atraente associa-se a ela significados diversos que dão estatuto diferenciado a mesma. Sob a ótica de Baudrillard, essas marcas simbólicas substituiriam a funcionalidade da mercadoria, tornando-se mercadoria-signo.

Na citação acima, o antropólogo português Miguel Vale de Almeida, problematiza as definições de masculino e feminino como metáforas de poder e de capacidade de ação, sugerindo que ambas não pertencem por associação direta e de maneira exclusiva a homens e mulheres, ou seja, elas são negociadas a partir de diferentes contextos e situações.

No fenômeno aqui investigado, especialmente neste tópico, nossa atenção se volta para as relações entre homens e mulheres costuradas pelas tramas do MMA. Sem querer descon siderar a agência feminina nesses espaços e eventuais subversões de hierarquias, foi possível constatar que muitas dessas relações reproduziam estruturas de poder que reforçavam estereótipos de gênero atrelados aos corpos, atribuindo aos mesmos distintos valores. Apesar das críticas¹² dirigidas ao conceito de *masculinidade hegemônica* (CONNEL, 1995), entendemos que ele ainda pode ser útil para pensar a desigualdade entre os gêneros, pois, uma das suas principais utilizações foi em pesquisas no campo da Sociologia do Esporte, abordando a popularização dos chamados esportes de contato e confronto (onde o MMA se insere) bem como a problematização da violência e da homofobia em contexto esportivo (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013).

É inegável que as mulheres também estão inseridas na condição de praticantes e espectadoras dessa prática esportiva, mesmo que ainda representem uma fatia muito pequena do chamado “público-alvo”. Seja dentro dos bares, nas academias, ou mesmo no octógono, cada vez mais vem aumentando o número de mulheres imersas na rede de consumidores e consumidoras do MMA, e um elemento decisivo para essa expansão foi a visibilidade produzida com a entrada delas nas categorias competitivas profissionais¹³.

No entanto, apesar dessa aproximação feminina, não conseguimos perceber mudanças significativas no que diz respeito aos processos que envolvem a dinâmica simbólica das artes marciais mistas, uma vez que o complexo de significações desse novo esporte-entretenimento continua imerso em uma lógica binária hierarquizante que atribui valores distintos aos corpos dos homens e das mulheres.

Do próprio conflito da luta, passando pelo comportamento no bar, podemos vislumbrar uma rede de representações que evidenciam e favorecem a desigualdade de gênero. Tais práticas se valem de todo o aparato cultural e de características sociais de cada indivíduo que se reflete em comportamento de compra. Em nosso caso, dos comportamentos de compra que permeiam o MMA, a masculinidade construída socialmente reforça a ideia de êxtase que tal luta propicia. Bourdieu (1998), ao comentar sobre a diferenciação de gênero na sociedade Cabila, indica que:

12 Algumas dessas críticas referem-se à ausência de uma maior complexidade para pensar as hierarquias de gênero, pouca importância atribuída à agência feminina, bem como a ausência de interseccionalidade entre os níveis global, local e regional para pensar os novos registros de masculinidade. Uma proposta de reformulação do conceito de masculinidade hegemônica pode ser vista em Connel e Messerschmidt (2013).

13 A participação de atletas profissionais do sexo feminino no UFC teve início no ano de 2013, para ser mais específico, no dia 23 de fevereiro, quando houve a primeira luta feminina da história desse torneio.

[...] a somatização de diferenças de gênero socialmente instituídas age pela organização simbólica e prática dos usos diferenciados do corpo (mobilidade e postura) e de ritos que efetuam a virilização dos meninos e a feminização das meninas (BOURDIEU, 1998, p. 21).

De maneira semelhante aos cabila, as sociedades ditas ocidentalizadas também possuem uma organização simbólica e ritos que demarcam a diferenciação e a desigualdade dos gêneros mediante a “virilização das condutas masculinas” e a “feminilização das condutas das mulheres”. Nesse esquema de reificação dos sistemas simbólicos, o pêndulo do poder se move em direção aos homens, reforçando estereótipos e naturalizando condutas.

O debate atual acerca da masculinidade nos apresenta justamente esse movimento de significativa relevância do *habitus* como construtor das práticas sociais. A supervalorização da figura masculina, que envolve também o consumo das lutas de artes marciais mistas, é potencializada, inclusive, pelas representações simbólicas que fazem parte da proposta de oferta do MMA.

Uma vez que tal oferta é consumida, cria-se o fortalecimento de uma “configuração masculinizante”¹⁴ específica desse novo tipo de esporte-entretenimento como negócio e o bar é um desses ambientes que potencializam essa diferenciação como item do escopo principal do processo de consumo das artes marciais mistas.

O corpo é uma peça fundamental nesse sistema simbólico de propagação do êxtase e da construção social da masculinidade. Para as artes marciais mistas, o corpo tem um papel extremamente relevante no processo de representação simbólica tanto do ponto de vista do esporte quanto do ponto de vista do entretenimento e, conseqüentemente, do negócio.

Na lógica simbólica de promoção do MMA há aspectos que reforçam a construção do corpo como componente específico de um sistema de valor pautado pela “beleza” física, pelo sensual e pelo erotismo. A mulher na posição de “Octogon Girl” ou “Ringue Girl” surge para intensificar a propagação do êxtase masculino. Ela não fala nem interfere na luta, apenas desfila entre um intervalo e outro com a placa que informa o número do *round* que está por vir. Desse modo, as mulheres são percebidas como produtos de um espetáculo a ser consumido majoritariamente por homens, o que demarca a desigualdade dos gêneros no que diz respeito às diferentes posições ocupadas por homens e mulheres no campo do MMA.

No evento *Coliseu Extreme Fight VII*, realizado em Maceió, Alagoas, as “Ringue Girls” foram anunciadas como atrações ao lado dos lutadores. Na ocasião, estavam presentes a “Miss Bumbum São Paulo”, a “Miss Bumbum Rio de Janeiro” e a modelo Aryane Steinkopf, conhecida popularmente como a “mais bela *ringue girl*”

14 A ideia de “configuração masculinizante” sugere um esquema de percepções e ações elaborado a partir de uma visão de mundo assentada sob uma perspectiva assimétrica dos gêneros. Não se trata de atribuir a esses sentidos uma essência masculina, e sim indicar, que eles são devedores de uma lógica que associa corpo, gênero e performance.

do Brasil”. A cada intervalo da luta, uma delas subia ao octógono para informar aos que estavam ali presentes o número do próximo *round*. O público, por sua vez, especialmente os homens, prestava rigorosa atenção e vibravam com os movimentos daquelas que possuíam pouca roupa.

Figura 3 – O corpo feminino no MMA: as “Ringue Girls”



Fonte: Acervo pessoal, por Felipe Guimarães.

O papel dessas mulheres no contexto do UFC favorece a lógica simbólica que estamos chamando de propagação do êxtase, que, nesse caso específico, possui como referência o público masculino, pois, este é o grupo que incorpora de maneira mais intensa o “sentido do jogo” (BOURDIEU, 1996). Essa intensidade a que estamos nos referindo compreende as demonstrações exageradas de euforia diante de um golpe bem aplicado durante uma luta ou diante da exibição de um corpo feminino com pouca roupa. O que não significa afirmar que mulheres também não podem dar vazão a essas emoções, porém, durante a pesquisa de campo, percebemos demonstrações “mais contidas” ou “menos entusiasmadas” por parte do público feminino, mesmo em situações em que a luta era entre mulheres.

Mais uma vez, esclarecemos que essa diferenciação não possui relação com supostos atributos ou disposições que seriam inerentes à condição masculina e feminina. Ela compreende processos sociais e culturais mais abrangentes que são incorporados por homens e mulheres, influenciando de maneira decisiva nas ações desses agentes. Concordando com a argumentação de Butler (2016), entendemos que não existem performances que sejam essencialmente masculinas ou femininas, e sim corpos sendo agenciados por significações que estabelecem princípios normativos para essas expressividades, logo, enquanto pesquisadores, cabe a nós buscarmos pistas para a compreensão dos processos responsáveis pela produção dessas estruturas de sentido.

Considerações finais

Conforme apresentamos ao longo do artigo, o MMA é um fenômeno complexo que articula elementos do plano macrossocial (estrutura econômica, fluxos midiáticos) e microssocial (emoções, desejos) cuja síntese se expressa corporalmente. Apoiados em argumentos sociológicos e antropológicos, entendemos que ao longo das diferentes épocas, o corpo foi sendo moldado a partir das mudanças estruturais e dos seus registros simbólicos. O processo de individualização, a latente desvinculação das tradições comunitárias e populares em detrimento do discurso médico-científico, a expansão do pensamento reflexivo e o distanciamento da natureza impactaram diretamente em nossa atual concepção de corpo, e mesmo que estejamos baseados em dados extraídos localmente, não podemos perder de vista esses aspectos mais gerais.

A partir dessa articulação entre aspectos globais e locais, propomos algumas reflexões sobre os sentidos elaborados pelos praticantes e espectadores do MMA, destacando aspectos relacionados às práticas de consumo, desigualdade de gênero no esporte e a produção do êxtase. A dimensão corporal possui importância significativa para a construção do imaginário e a perpetuação dos valores de consumo propostos que compreendem justamente as construções simbólicas que são elaboradas para repercutir o tal novo esporte-entretenimento na sociedade. O corpo torna-se, então, objeto de representações que intensificam o desejo do público-alvo.

As etnografias realizadas nas academias, nos bares e em um grande evento esportivo permitiram que tivéssemos uma visão mais detalhada do fenômeno investigado, bem como das percepções dos agentes que estão dentro (praticantes) e fora (espectadores) do octógono. Apesar de termos feito essa classificação entre os distintos públicos, entendemos que ambos são consumidores do esporte e reproduzem a lógica simbólica que o fundamenta.

Referências

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 95, p. 161-190, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Gallimard, 1970.
- BOURDIEU, P. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Lib. Droz, 1972.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius, 1996.
- _____. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papius, 1998, p. 11-27.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CONNEL, Raewyn. *Masculinities*. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.
- _____; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, jan./abr./2013.

- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988, vol 1.
- _____. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, Tempo e Presença, n.6, p. 99-128, 1980.
- GUIMARÃES, F.C. **Práticas sociais do consumo pelo êxtase**: artes marciais mistas, masculinidade e o novo esporte-entretenimento. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.
- LANCEPRESS. **Os 20 anos do UFC**: a trajetória do maior evento de MMA do mundo. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.lancenet.com.br/minuto/UFC-nascimento-evento-MMA-mundo_0_1028297164.html>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- LE BRETON, David. **Sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 399-422.
- ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela. **A saúde como salvação**: contexto cultural de ascensão do corpo como valor na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ORTNER, Sherry B. Theory in anthropology since the sixties. **Comparative Studies in Society and History**, n. 26, vol.1, 126-166, 1984.
- _____. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY P. H.(Orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. Goiânia: Nova Letra, 2006, p. 45-80.
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.
- WACQUANT, Loïc. Os três corpos do lutador profissional. In: LINS, Daniel (Org.). **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papius, 1998, p. 73-96.
- _____. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

Recebido em 08/10/2017

Aceito em 14/02/2018

**REVIGORAMENTO, REJUVENESCIMENTO
E APERFEIÇOAMENTO DO CORPO:
culturas somáticas na sociedade portuguesa contemporânea¹**

***INVIGORATION, REJUVENATION
AND PERFECTION OF THE BODY:
somatic cultures in contemporary portuguese society***

Vítor Sérgio Ferreira*

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as condições sociais que proporcionaram o processo de desnaturalização do corpo na história recente da sociedade portuguesa, desde o Estado Novo – regime sob o qual Portugal foi governado entre 1933 e 1974 – até a atualidade. Para tal, proceder-se-á à identificação, descrição e compreensão sociológica das diferentes culturas somáticas que informam distintas formas geracionais de usar, pensar e viver o corpo, presentes na sociedade portuguesa contemporânea. Nesta narrativa, serão tomadas como dimensões de análise as instituições mais relevantes na socialização corporal, bem como as estratégias de incorporação e os modelos de corporeidade que lhes estão subjacentes. Considerando essas dimensões analíticas, apresenta-se uma tipologia que identifica três culturas somáticas na história recente da sociedade portuguesa, as quais informam diferentes condições geracionais de usar, pensar e viver o corpo: 1) uma *cultura de revigoração físico*, herdeira do Estado Novo; 2) uma *cultura de rejuvenescimento físico*, herdeira das culturas juvenis dos anos 1960-70 e da expansão das indústrias de *design* corporal nos anos 1980; 3) uma *cultura de aperfeiçoamento físico*, herdeira da cultura biotecnológica dos anos 1990 e da radicalização da indústria de *design* corporal. Para além de fazer um estado da arte sociologicamente interpretado da pesquisa histórica sobre corpo feita em Portugal, o artigo sistematiza achados no âmbito de diversos projetos de pesquisa desenvolvidas desde 2002, de onde provêm as fontes históricas e entrevistas individuais que ilustram a narrativa.

Palavras-chave: História social. Cultura somática. Indústrias de *design* corporal. Privatização do corpo.

Abstract

The purpose of this article is to analyse the social conditions that provided the process of denaturalization of the body in the recent history of the Portuguese society, since the New State - under which Portugal was governed between 1933 and 1974 – up to present. For this, I will proceed to the identification, description

1 [N.E.] Mantivemos o estilo original do manuscrito, em português lusitano.

*Doutorado em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. E-mail: vitor.ferreira@ics.ulisboa.pt

and sociological comprehension of the different somatic cultures on the basis of distinct generational forms to use, think and live the body, in contemporary Portuguese society. In this narrative, I will take as dimensions of analysis the most relevant institutions on body socialization, as well as their incorporation strategies and corporality models. Considering these analytical dimensions, I will present a typology that identifies three somatic cultures in the recent history of the Portuguese society, which one inform different generational conditions of use, think and live the body: a *culture of physical invigoration*, legacy of the New State; a *culture of physical rejuvenation*, heritage of youth cultures of the years 60-70, and the expansion of body design industries in the years 80; and a *culture of physical perfection*, inheritance of the years 90 biotech culture, and the radicalisation of body design industry. In addition to a state of the art sociologically interpreted on the historical research done about the body in Portugal, the article explores findings under different research projects developed since 2002, from which come from the historical sources and individual interviews that illustrate the narrative.

Key words: social history. Somatic cultures. Industries of body design. Privatization of the body.

Introdução

Recentemente resgatado pela Sociologia às ciências da vida, essa estrutura *viva* e em *devir* que é o corpo orgânico, é também um *corpo vivido*, na primeira pessoa e entre outras pessoas (FERREIRA, 2013). Embora habitualmente entendido como matéria individual e natural, o corpo humano é experienciado de formas distintas não apenas devido às propriedades físicas específicas de cada um, mas também considerando os diferentes contextos sociais e culturais onde nasce, cresce, se modifica (voluntária e involuntariamente) e morre. Como constatou Boltansky nos anos 1970, a vivência do corpo é condicionada,

Em primeiro lugar pelo sistema de relações entre o conjunto de comportamentos corporais dos membros de um mesmo grupo e, em segundo lugar, pelo sistema de relações que unem aqueles comportamentos corporais e as condições objetivas de existência próprias àquele grupo (BOLTANSKY, 1975, p. 208).

É nessa perspectiva que retomo um velho conceito desse autor, o de *cultura somática*, enquanto sistema de regras, condutas e códigos de produção, percepção e consumo corporal específico, quer a uma formação social particular, quer às diferentes condições objetivas que estão na base dos sistemas de diferenciação e desigualdade social característicos dessa formação (classe, idade, geração, género, etnicidade etc.), com repercussão nas diversas formas de viver socialmente do corpo (BOLTANSKY, 2004, p. 135-173).

Recupero o conceito de cultura somática considerando a relevância heurística que adquire enquanto operador descritivo e compreensivo de um conjunto de associações e disjunções relativo às formas como o corpo é usado, tratado, pensado e classificado por diversos atores sociais (institucionais e informais) em determinadas formas culturais situadas no tempo e no espaço (geográfico e social). Esse conceito permite perspetivar historicamente o presente contexto de *histeria do corpo* (CRUZ, 2000)

– marcado pela proliferação social de discursos, imagens, atividades e inquietações vivenciais ou institucionais sobre a dimensão carnal da vida – e ultrapassar a sua compreensão por referência a uma suposta discricção ou *ausência* histórica do corpo na vida quotidiana.

Com efeito, como sugerido por Neves (2004, p. 66), a presença do corpo sempre foi “espantosamente obsessiva na história do mundo ocidental”. O que acontece, na verdade, é que recentemente um conjunto de processos sociais veio transformar a estrutura simbólica da cultura somática contemporânea relativamente às do passado, alterando as condições de *socialização* (incorporação), de *reflexividade* (corpo pensado) e de *experiência* (corpo vivido) corporal das mais jovens gerações relativamente às gerações passadas.

Em que sentido isso aconteceu? Como refere Crespo (1990, p. 8), em relação a um passado em que o corpo era assimilado a um “objeto real, existindo por si próprio, na sua materialidade biológica”, hoje, “o corpo não é um dado imutável, antes se revelando na sua historicidade, sendo a origem e o resultado de um longo processo de elaboração social”. Na progressiva emancipação do corpo face à sua aparente condição natural, está implicado um conjunto de transformações estruturais de natureza sociocultural, política, económica e tecnológica, que passam pela intensa racionalização, mercantilização, individuação e privatização do corpo na recente história social.

Nessa perspetiva, o objetivo deste artigo é analisar as condições sociais que proporcionaram o processo de desnaturalização do corpo na história recente da sociedade portuguesa, desde o Estado Novo – regime sob o qual Portugal foi governado entre 1933 e 1974 – até a atualidade. Para tal, proceder-se-á à identificação, descrição e compreensão sociológica das diferentes culturas somáticas que informam distintas formas de usar, pensar e viver o corpo, formas essas que, coexistindo na sociedade portuguesa contemporânea, assumem, em grande medida, um recorte geracional. Nesta narrativa, serão tomadas como dimensões de análise as instituições mais relevantes na socialização corporal, bem como as estratégias de incorporação e os modelos de corporeidade que lhes estão subjacentes.

Considerando essas dimensões analíticas, apresento uma tipologia que identifica três culturas somáticas em presença na sociedade portuguesa contemporânea: 1) uma *cultura de revigoração físico*, herdeira do Estado Novo; 2) uma *cultura de rejuvenescimento físico*, herdeira das culturas juvenis dos anos 1960-70 e da expansão das indústrias de *design* corporal nos anos 1980; 3) uma *cultura de aperfeiçoamento físico*, herdeira da cultura biotecnológica dos anos 1990 e da radicalização da indústria de *design* corporal. Passarei agora à descrição e compreensão sociológica de cada uma dessas culturas somáticas, com base num estado da arte sociologicamente interpretado da pesquisa histórica sobre corpo feita em Portugal, bem como na sistematização de alguns achados realizados no âmbito de diversos projetos de pesquisa, de onde provêm as fontes históricas e entrevistas individuais que ilustram a narrativa histórica.

Cultura de revigoroamento físico

Não descurando a imagem, os movimentos, as emoções e a energia física dos seus cidadãos, o Estado Novo – regime autoritário inspirado no fascismo e na doutrina social da Igreja Católica –, desde a sua instauração, tentou socializar, regular e disciplinar as formas de parecer, agir e expressar as apetências, os sentimentos e as capacidades corporais dos portugueses. António de Oliveira Salazar, líder do Estado Novo, concedeu ao corpo um lugar de visibilidade do seu projeto político. A manutenção do corpo individual sustentava a manutenção do corpo social, e, mesmo na mais recolhida privacidade do lar e do leito, nos mais básicos cuidados, estéticas e comportamentos, os corpos deveriam obedecer e reiterar a ordem coletiva, refletindo e engrandecendo os valores morais e políticos do regime: um ideal físico de virtude e pudor, obediência e disciplina, sobriedade e austeridade, higiene e robustez. Um corpo dedicado a Deus, à Pátria, à Família e ao Trabalho (REIS, 1990a).

No sentido de adequar o modelo corporal prescrito – puritano e austero no aspeto, humilde e cerimonioso na pose, robusto e vigoroso no movimento –, o Estado Novo munuiu-se de um conjunto de instituições e mecanismos de controlo, vigilância e socialização do corpo, no sentido de docilizá-lo nas aparências, movimentos e emoções, bem como de potenciá-lo na sua força e energia (DRUMOND, 2013; GOMES, 1991). O alvo privilegiado foi o corpo dos mais jovens. Consciente de que estes poderiam ter acesso a espaços mundanos de circulação de ideias e ideais potencialmente perigosos para o regime, o Estado Novo não cedeu a exclusiva responsabilidade pela socialização dos jovens nas mãos da escola, da família ou da Igreja, e criou as suas próprias organizações para a “formação integral da juventude”.

Considerando diferentes estatutos e missões físicas para os jovens corpos masculinos e femininos, criou, em 1936, a Organização Nacional Mocidade Portuguesa (MP) para rapazes e, no ano seguinte, a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) para moças. Essas duas organizações de juventude estabeleciam uma clara clivagem na doutrinação social de homens e mulheres e nas estratégias de adestramento dos respetivos corpos. Tal clivagem era visível, desde logo, na imposição de limites morais à exposição do corpo feminino, apertado num conjunto de interditos tanto mais severos quanto esse corpo fosse publicamente exposto. Nesse domínio, são exemplares as restrições impostas às roupas de educação física e de praia das filiadas na Mocidade Portuguesa Feminina, talhadas nos moldes da moral cristã (PIMENTEL, 2001, p. 348-349). O próprio comprimento das saias era motivo de acesa discussão na imprensa especializada da época, os seus detratores invocando razões morais e de elegância, os seus defensores, razões económicas, higiénicas e pragmáticas (CARDIM, 1998, p. 316).

A política de controlo do corpo feminino não passava apenas pela questão do recato no vestir, mas também pela regulação do exagero na postura. Essa deveria caracterizar-se pela correção e elegância dos movimentos, assim como pela contenção na expressão pública de certos gestos e expressões faciais, como rir ou

falar alto, tagarelar ou mostrar esgares de impaciência ou desconfiança. Exigia-se às senhoritas autodomínio, polidez e discrição nos espaços de convivência social:

Uma verdadeira rapariga não usa penteados complicados, modas espantosas, decotes exagerados. Não toma posições estudadas como “as estrelas”. Não se faz interessante com gritinhos e “graças” que dão nas vistas. Uma verdadeira rapariga distingue-se pela naturalidade e correção. É a simplicidade que faz a elegância da moda e das maneiras (MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA, 1949).

A estratégia era, portanto, invisibilizar ao máximo o corpo feminino no espaço público. Todos os indícios, expressões e adornos que pudessem provocar a captação de olhares deveriam ser evitados ou encobertos – preocupação também presente em muitos dos manuais de civilidade e cortesia da época. O corpo da “mulher de virtude” deveria ser tratado como um “templo da alma”, sacralizado, conservado e guardado nos “dons” e atributos “naturais” que Deus lhe terá proporcionado. O corpo da moça era socializado sobretudo para reproduzir, para desempenhar o seu papel de “mãe de família”, devendo para isso “ater-se ao espaço doméstico” e “não maquilhar, não rir, ser culta, discreta, inteligente, disciplinada, educada de maneira e de porte” (BRASÃO, 1999, p. 134).

Já o investimento político na socialização física dos corpos masculinos era orientado no sentido da exaltação da pátria. A força e a tonicidade do corpo masculino, bem como ordem e disciplina coletiva, que demonstravam quando das marchas públicas dos jovens filiados na Mocidade Portuguesa, serviam para projetar simbolicamente a força do Estado. No seu quotidiano, a expressão corporal masculina deveria transmitir a imagem do “chefe de família”, clássico e sóbrio, maduro e anónimo, asseado e bem cheiroso, de cabelo apumado e brilhantado, fato impecável e colarinhos engomados. Não deveria ser dado a modas e a modos, sendo este um terreno deixado aos cuidados da esposa. As recomendações sobre os cuidados a se ter no masculino surgiam esporadicamente e eram feitas sobretudo em revistas femininas, tornando claro o papel da mulher enquanto responsável pela apresentação do marido.

Em suma, tanto no homem como na mulher, eram valorizadas corporeidades silenciosas, contidas e discretas ao nível da expressão gestual e imagética, regidas segundo os cânones do “bom gosto” e “bons costumes”. Qualquer gesto que evidenciasse a sua presença pública poderia denunciar um excesso e tornar-se alvo de crítica, tal como o uso de adornos inúteis ou de vestuário que sublinhasse ou exibisse determinadas partes do corpo. Assim, se tentava doutrinar mais eficazmente os filhos das elites cidadinas e mais escolarizadas, nem sempre dóceis, obedientes e acríticos. A pensar na socialização dos corpos dos filhos dos trabalhadores, sobretudo dos mais carenciados e, por isso mesmo, mais distantes das instâncias de controlo corporal, o regime criou também, em 1935, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), no sentido de lhes proporcionar a prática de atividades físicas que implicassem condições de contato com o sol, o mar e o campo.

Na medida em que os males físicos eram simbolicamente representados como sintomas de fraqueza moral e, quando propagados, de fraqueza nacional, diversas estratégias eram desenvolvidas no âmbito das instituições no sentido de transformar potenciais corpos definhados, enfezados e raquíticos em corpos robustos, corados e verticais, capazes de enfrentar quaisquer adversidades a bem da Nação: paradas, atividades ao ar livre, acampamentos, colónias de férias, banhos de mar e, sobretudo, educação física. No âmbito desta última, foi institucionalmente adotado o sistema de Ling, também vulgarmente conhecido por “ginástica sueca” (CARVALHO, 2005; CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, 2002; CRESPO, 1977; HASSE, 2001). Tratava-se de um sistema racional de movimentos localizados e sequencialmente cadenciados, promotores da respiração, da verticalização, do aprumo e da correção do corpo. Executados em coletivos sincronizados e uniformizados de branco, sugeriam uma imagem de disciplina e ordem, de pureza física e moral, de cooperação e de exortação nacional, que esbatia e determinava as singularidades de cada corpo físico em nome do corpo social.

O objetivo de retificação corporal do regime não ia, portanto, de encontro a uma cultura física *atlética*, com propósitos narcísicos de satisfação pessoal, mas de uma cultura física *moralizadora*, no sentido de cumprir o desígnio de Juvenal: *mens sana in corpore sano*, “máxima essa que em salazarismo escorreito queria dizer: formação da consciência na e através da disciplina e submissão dos corpos” (GOMES, 1991, p. 109). O projeto nacional de *revigoroamento físico do povo* tinha como móbil principal, portanto, a regeneração moral da mocidade da época, sobretudo dos jovens urbanos mais favorecidos, adeptos de um certo relaxamento de costumes ou resistência associada à vida boémia.

A cultura de revigoroamento promovida pelo regime pretendia ainda zelar pela economia dos corpos. Concomitantemente a objetivos de ordem moral, as estratégias de socialização corporal empreendidas pelas instituições oficiais desenvolviam-se também no sentido de evitar o desperdício de energias desse segmento populacional em festas, divertimentos ou atos de violência. Com o incremento da educação física, pretendia-se também promover o “melhor rendimento” do “trabalho útil” dos corpos dos trabalhadores, no sentido da “diminuição das verbas orçamentais para a saúde pública” (PEREIRA, 1941).

Ainda nesse sentido, o corpo foi colonizado por várias disciplinas científicas e submetido a normas racionalizadas em termos de saúde e higiene. A ação política sobre o corpo, nessas matérias, deixa de ter um conteúdo eminentemente religioso para tomar contornos económicos, reclamando comportamentos mais racionalizados do ponto de vista do conhecimento da gestão da doença. Para esse efeito, cooperavam entre si, na vigilância e controlo dos corpos, bem como na validação científica das operações, autoridades médicas, pedagógicas e policiais, numa atuação conjunta das áreas da motricidade humana, da saúde pública e da profilaxia social.

Confrontadas com realidades sociais de extrema carência fisiológica, alimentar e civilizacional, na época, aquelas instâncias visavam à promoção da saúde pública e à melhoria das condições alimentares e de salubridade dos portugueses mais pobres. Essa maioria mal nutrida, com corpos debilitados, gretados, sujos e cansados, correspondente a cerca de três quartos da população rural em 1950:

“assalariados rurais, pastores, ferreiros, moleiros, taberneiros, constituíam as personagens centrais de um universo dominado por uma miséria impensável” (MÓNICA, 1996, p. 220).

A promoção do “culto da água e do sabão” e a punição de “todos os que se abaixassem ao ar livre” eram objetivos aclamados pela Direção Geral da Saúde em 1950 (ANÓNIMO, 1950). Intensificaram-se também as campanhas de educação sanitária inauguradas pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS), com o objetivo de divulgar princípios civilizacionais de convivência e de higienização progressiva dos espaços públicos até então difíceis de penetrar na mentalidade dos portugueses. Entre as muitas campanhas realizadas pela LPPS, contam-se a “campanha de combate ao pé descalço” – aquela que foi uma das suas mais longas campanhas (1927-1965) – assim como a “campanha contra o hábito de escarrar e cuspir na via pública”, prática de tal modo legítima, segundo os códigos sociais vigentes, que “não era raro vermos pessoas de posição social, mesmo senhoras, incorrer nesta grave irreverência ao código das boas maneiras, infringindo-o censuravelmente” (LPPS, 1944).

Nesse processo de racionalização, o corpo era institucionalmente pensado e projetado como *utensílio de produção*. Por meio do seu conhecimento, vigilância e disciplina, em termos de hábitos de higiene, alimentação e atividade física, tentava-se promover a eficiência e o rendimento do corpo como gerador de força de trabalho. Numa sociedade em que o sistema de produção se baseava intensivamente na mão de obra humana e animal, o capital físico era o único recurso que garantia a subsistência de uma população desprovida de quaisquer outros (RAPOSO, 1991, p. 34). Mesmo para os inúmeros camponeses que, no decorrer dos anos 1950, começaram a migrar para a cidade ou para o estrangeiro, o corpo, na sua força, energia e vitalidade, continuava a ser o único capital a vender, como operários nas grandes indústrias em desenvolvimento ou como empregadas domésticas nas casas burguesas.

O valor do trabalho e do esforço físico que acarretava está na base de um certo discurso social do Estado Novo que reprovava a indolência das “classes ociosas”, amantes do prazer e da vida fácil. Estas, contudo, não tinham que se preocupar com a sobrevivência; viviam mais preocupadas com as aparências. O corpo da “alta sociedade” acabava por espelhar a ideologia do regime. Muitas das suas doutrinas corporais eram adotadas para tornar visíveis as distâncias sociais. Ainda que o discurso oficial do Estado Novo reprovasse sofisticadas formas de modificação corporal, para além daquelas que promovessem a “naturalidade” e “espontaneidade” de um corpo vertical, sadio, limpo e cortês,

na verdade, o que este jogo do espontâneo não esconde é todo o trabalho incessante do “corpo social” sobre o “corpo real”, uma conformação canónica aos rigores da moda, uma ânsia de transformar o destino biológico do corpo num instrumento simbólico de *status*, de valor (PAIS, 1990, p. 339-340).

Tendo acesso a um conjunto de recursos materiais e sociais vedado a outras camadas da população, os corpos das elites burguesas civilizavam-se por imitação dos modelos distintivos estrangeiros: quer os que eram usados por gente

endinheirada que havia se refugiado em Lisboa, fugindo à Grande Guerra e que circulavam por entre sociabilidades exclusivas e seletivas, quer os modelos da moda internacional, sobretudo francesa, institucionalizada como paradigma do “bom gosto”, “elegância” e “sobriedade”, confeccionados por mãos de costureiras particulares e de grandes casas de costura a partir de *toiles*².

A profusão dos meios de comunicação social, no entanto, fez estender os ideais e as expectativas de “estar na moda” a camadas sociais cada vez mais largas. A popularização do cinema e, mais tarde, o surgimento da televisão, em 1957 (REIS, 1990b), tiveram o seu peso nesse processo, proporcionando a difusão de novas formas de viver e de produzir o corpo. “Estar na moda” passou a ser, para as moças “modernas”, copiar não os modelos senhoris das suas mães, mas as formas sedutoras das divas de Hollywood, vistas nos ecrãs dos cinemas e nas revistas que exploravam o *glamour* dos corpos e das vidas dos mitos cinematográficos emergentes.

Cultura de rejuvenescimento físico

Alguma ousadia e desejo de rutura nas atitudes e cuidados com o corpo ganharam ênfase nos anos 1960 por entre os jovens mais urbanos. Estes produziam os seus corpos já não tanto por referência às instâncias socializadoras oficiais do regime, mas considerando as corporalidades mais mundanas que se davam quotidianamente a ver nas revistas, cinema e televisão.

A “mulher moderna” afirmava-se gradualmente no domínio público – em liceus e universidades, na indústria e em escritórios, em espaços mundanos como cafés ou lugares noturnos. Outrora recatadas nos seus movimentos, ocultas nas suas aparências e oprimidas nas suas emoções, muitas mulheres começaram, então, a mostrar um corpo cada vez mais vaidoso, garrido, dançante e sensual. Nas suas vivências, o prazer e a autodeterminação são possibilitados pela comercialização da pílula anticoncepcional, em 1958. Nas suas aparências, existem uma descontração e uma liberdade oferecidas pela emergência do pronto-a-vestir.³

O corpo feminino raramente tinha a oportunidade de ser contemplado nu, nem mesmo na intimidade. Nos anos 1960, porém, o corpo da “mulher moderna” foi-se despiando de roupas e preconceitos, desvelando-se ao olhar alheio, na praia, na noite, na vida quotidiana. A minissaia teve um êxito estrondoso, e a imprensa feminina destacava o “novo sentido” das suas cores e formas, “espetacular” e “divertido para os olhos e para o espírito” (ANÔNIMO, 25-11-1967, p. 22-23). Para além das saias subirem bastante acima dos joelhos, os decotes ficaram pronunciados, as linhas rígidas foram abandonadas a favor de uma silhueta leve, alegre e confortável, e o uso das calças difundiu-se, marcando as formas femininas. Apesar

2 Nome dado aos moldes especiais que os costureiros franceses vendiam às modistas e aos costureiros portugueses, comprados nas grandes casas de moda parisienses.

3 [N.E.] Refere-se às roupas não mais feitas sob medida, mas àquelas produzidas em larga escala, à disposição dos clientes em lojas de confecções.

de oficialmente interdito, no fim dos anos 1960, o biquíni começou a tomar conta das praias portuguesas. Em 1966, a revista *Modas & Bordados* apresentava um anúncio publicitário da mais recente novidade, em Portugal, no âmbito da higiene feminina – os tampões – para que a mulher se sentisse “livre na praia durante todo o Verão”. Este anúncio é revelador de que algo estava a mudar em Portugal nas atitudes perante a exposição do corpo feminino nos espaços públicos:

o corpo descerra-se, mostra-se, exhibe-se, ganhando uma nova eficácia funcional. [...] A gordura deixa, então, de ser formosura, para passar a ser uma tenebrosa preocupação para quem tem de exhibir um corpo elegante e isento de massas supérfluas, não somente nos trajas de banho, como também nas *toilettes* de noite (PAIS, 1990, p. 340).

Os homens, por sua vez, começam também a mudar a sua imagem corporal, havendo mais propostas relacionadas ao vestuário e uma maior democratização do traje. A tradicional indústria da alfaiataria entra em crise com o surgimento do pronto-a-vestir, uma realidade que também conquista o consumidor masculino (CARDIM, 1998). Este passa ainda a assimilar tendências de moda em penteados, barbas e bigodes, que se alongam e se tornam mais espontâneos. A laca e a brilhantina, que outrora formatavam o cabelo, cedem ao desalinho de uma “moda jovem” que se afirma nacional e internacionalmente.

“A moda é hoje um fenómeno de juventude”, constatava-se em 1967 (SAMPAIO, 1967, p. 26). Os anos 1960 foram, com efeito, anos de *rejuvenescimento* dos corpos, com a adoção de uma imagem visual mais informal e colorida por parte das gerações mais novas. O pronto-a-vestir impunha-se nas ruas e revistas de moda portuguesas, (des) cobrindo um corpo jovem que, na cidade, tinha adquirido alguma capacidade de consumo e autonomia. Um corpo que se tentava libertar dos modelos e convenções oficiais, nomeadamente das convenções de género. A moda *unissexo* começa a surgir, mesmo que sob acusações e lamentos de que já não se conseguiam distinguir rapazes e moças: ambos frequentavam as mesmas lojas e cabeleireiros, usavam cabelos longos ou curtos, *jeans* de boca de sino, blusões de cabedal, adornos variados.

A diferença individual e a rebeldia social eram valores que os corpos dos mais jovens pretendiam expressar, até por inspiração de várias “subculturas” juvenis que, em outros países da Europa e dos Estados Unidos da América eram reconhecidas por meio de indumentárias espetaculares: *rocka’billies*, *teddy boys*, *hippies*, *rockers* e outras subculturas juvenis da época. O corpo também se libertava na dança, por intermédio de movimentos efusivos e desgarrados da presença de um par que buscava a excitação dos sentidos. O *ié-ié*, uma adaptação do fonema inglês *yeah*, representativa da Beatlemania que se sentia no país, inflamava vibrantemente os corpos que preenchiam o palco e a plateia do Teatro Monumental, em Lisboa, quer nos concursos de novos valores da música moderna, quer nos concertos de algumas estrelas internacionais que ali aconteciam.

As referências dominantes de produção da imagem corporal dos mais jovens já não passavam pela sofisticação das estrelas de cinema, mas pela irreverência

dos astros nacionais e internacionais da canção ligeira, *rock* e *pop* que surgiam. As ondas da rádio e os ecrãs de televisão abriam-lhes horizontes para outras realidades sonoras e imagéticas, outros produtos e valores, propagando sinais de e para uma nova geração com corpos, sentidos e mentalidades diferentes do passado. Os vários estilos musicais que esses meios de comunicação difundiam, traziam consigo estilos de vestir, de dançar e de se comportar que inspiravam muitos jovens urbanos das camadas médias e altas da sociedade portuguesa.

As transformações iniciadas expandiram-se nos anos 1970, tendendo a generalizar-se após a revolução de 25 de abril de 1974. Essa foi uma conjuntura em que a sociedade portuguesa viveu transversalmente um período de exaltação revolucionária, celebrativa da liberdade social conquistada. Nos corpos engalanados de colarinhos pontiagudos libertariamente desabotoados ou de pernas escancaradas, era experimentada uma euforia coletiva a que Portugal estava pouco habituado:

O país está de pantanas, e Lisboa é o espelho deste caos que precede os novos tempos, com o coração do Rossio infestado de hippies e punks e refugiados políticos radicais [...]. Gente muito jovem, vestida de todas as cores do arco-íris, do mais escuro ao mais berrante. Rapazes e raparigas de túnicas e casacos afegãos, jeans rasgados, puídos, remendados – caríssimos e importados! –, saias compridas, mini-saia ou *hot pants* (GONZAGA, 2006, p. 141).

Ainda que nem tudo tivesse passado a ser permitido, muito foi reivindicado. A informação diversifica-se e muitos dos temas anteriormente tabu – como a vida sexual, o aborto ou a homossexualidade – são tratados e discutidos nos meios de comunicação social, nas escolas e na vida política, enquanto direitos sobre uma propriedade que começa a ser reivindicada como privada: o corpo. Nos anos 1980, independentemente da classe social ou do sexo, os jovens portugueses faziam-se distinguir das gerações suas predecessoras pelo fato de darem maior importância ao corpo, às atividades físicas e à vida sexual, bem como pelos gostos muito diferentes em matéria de vestuário (CONDE, 1989, p. 198-210; SCHMIDT, 1985, p. 1062).

Ao contexto de liberdade sexual herdado dos anos 1970, junta-se a vontade individual de se tornar atraente e diferente, tal como aqueles corpos mundanos com que os portugueses contactavam quotidianamente por meio da mídia e da publicidade. “Originalidade” e “estilo” são valores que atravessam as produções corporais que demarcam as novas “tribos juvenis” que emergem nos espaços urbanos portugueses. A fantasia criativa que caracteriza as modas e os modos em meados dos anos 1980 veio transformar o corpo, na maneira como é vestido, calçado, penteado ou adornado, num inestimável recurso de personalização entre as mais jovens gerações (FERREIRA, 2003, p. 341).

A moda começa a ceder ao estilo, em que o valor da diferença individual, mais do que o de distinção social, é corporalmente explorado. O absolutismo da alta-costura é derrubado com a expansão da indústria de pronto-a-vestir que, cada vez mais inventiva, assimila a variedade das tendências internacionais e torna-as mais acessíveis a um maior número de pessoas. A ditadura sazonal de uma só linha que incluía um visual completo com todos os detalhes de beleza, penteado e

acessórios é desmultiplicada, e as normas de produção corporal assumem-se mais indicativas do que diretivas (GOMES, 2005, p.158; LIPOVETSKY, 1989a, p. 59).

A par da expansão da indústria da moda, cresce também uma indústria de *design* corporal que vem disponibilizar uma pletora de produtos, técnicas e serviços de manutenção corporal. Novas lojas, empresas e serviços nacionais e internacionais vêm afirmar-se no mercado português, prometendo o ajustamento aos cânones estéticos do momento e, simultaneamente, produzindo a ilusão massificada de cada um poder planear e esculpir o próprio corpo dentro de um padrão de beleza globalmente estabelecido.

Por entre a florescente indústria de *design* corporal, crescem as iniciativas comerciais de atividade física, quer ao nível do investimento em produtos para utilizar em espaço doméstico – desde sistemas de exercícios, periódicos especializados, roupa e calçado, até equipamento caseiro diverso –, quer ao nível do investimento em espaços coletivos (FERREIRA, 2011a). Esses espaços começaram por assumir a forma de ginásio “de bairro” nos anos 1980, onde as pessoas acediam a modernos equipamentos ergonómicos onde podiam exercitar individualmente o seu corpo ou exercitá-lo coletivamente experimentando novas e apelativas atividades físicas de grupo importadas dos EUA, como a ginástica aeróbica, a par de outras modalidades que foram sendo criadas e importadas sob o conceito de *body training systems* ou *group fitness programs*⁴.

Posteriormente, nos anos 1990, os “ginásios de bairro” viram-se ameaçados pelos *health clubs*, espaços multifuncionais depositários de valências diversas nas áreas da estética, da saúde, da alimentação e do lazer corporal, muitos deles representantes de cadeias internacionais que se instalaram em algumas das principais cidades portuguesas. O processo de crescimento e de diversificação comercial das atividades físicas *indoor* beneficiou-se de uma conjuntura económica favorável, caracterizada pelo aumento do poder de compra da população portuguesa e pela melhoria das condições de vida de alguns dos seus sectores e grupos sociais, nomeadamente das suas classes médias. A proliferação de ginásios e *health clubs* foi ainda favorecida pelo prolongamento quer da esperança média de vida, quer dos processos de escolarização e de transição para a vida adulta, dinâmicas que fizeram dos aposentados e jovens estudantes dois públicos-alvo fundamentais desses espaços.

O paradigma higienista da “mente sã em corpo são” deu lugar a outros mais imagéticos, ilustrados pelas máximas “look good, feel good” ou “be some body”. “Estar em forma” implica mostrar (determinadas) formas. A manifestação mais valorizada do “corpo saudável” deixa de ser o seu rendimento, força e resistência, para passar a ser a sua aparência. A saúde cosmetiza-se e torna-se num fenómeno estético: não basta mantê-la, mas fazer transparecê-la, nomeadamente por meio da conservação de uma imagem corporal rejuvenescida:

4 Como o *body pump*, *body balance*, *body combat*, *body step*, *body attack*, *body jam*, *body jump* ou o *spinning* – RPM.

Se os ginásios de “educação física” tinham como vocação disciplinar o corpo para formar melhores cidadãos, mais saudáveis e competentes, preparando-os para os desafios das novas sociedades surgidas com a industrialização, os atuais *health clubs*, por seu lado, associam a juventude, a beleza e a saúde do corpo à auto-confiança, à auto-estima e ao bem-estar, oferecendo produtos e serviços destinados a “moldar o corpo” à medida das necessidades culturais e preocupações de cada indivíduo (FORTUNA; FERREIRA; DOMINGUES, 2002, p. 54).

Com efeito, toda a panóplia de produtos, serviços e técnicas disponibilizada pela florescente indústria de *design* corporal acena com promessas mercantis de *rejuvenescimento* dos corpos, alimentando a mitologia de um eterno “corpo jovem”, atraente, saudável e enérgico. Promovida a valor de referência e reverência, esta corporeidade corresponde a um imaginário corporal que se materializa no desejo de obter uma tensão máxima da pele e uma silhueta conforme a biologia juvenil; de manter um corpo ativo e sempre apto, longe da ameaça de doença ou do prenúncio de morte; de construir um corpo sedutor e sensual, sempre desejável e ávido; de explorar um corpo hedonista e desejanete, que proporcione gozo e prazer imediato.

O “corpo jovem” assomou como realidade ideal(izada), passando a alimentar ansiedades e expectativas de muitos, jovens e menos jovens. As atitudes e práticas corporais cultivadas pelos mais jovens de facto refletiram-se na vivência corporal da geração dos pais, pressionados no sentido da manutenção da jovialidade dos seus corpos: “operou-se uma inversão maior nos modelos de comportamento”, diz Lipovetsky, justificando essa afirmação com as palavras de Yves Saint-Laurent: “outrora, uma rapariga queria parecer-se com a mãe. Atualmente, é o contrário que se verifica”. E, nesta ótica, “o culto da juventude e o culto do corpo caminham a par” (LIPOVESTKY, 1989b, p. 166).

Pode-se assim afirmar que a cultura de rejuvenescimento do corpo emerge, em grande medida, do processo de mercantilização que a produção social do corpo passa a exigir. O capitalismo continua a obra de colonização do corpo humano enquanto recurso a ser *capitalizado*, mas agora em progressiva emancipação da penosidade do trabalho braçal e dos constrangimentos físicos do dever laboral. Entrega-se às férias e aos tempos livres próprios de uma sociedade de consumo, ao *sport, sun, sex and sea* (SANT’ANNA, 2001, p. 58), ao culto do prazer, do bem-estar, da boa forma, um corpo que se deseja (e é desejado) sem calos e signos de trabalho, jovem, atraente, atlético, saudável, energético.

Nesse contexto, o corpo pós-democrático passa a ser socialmente investido e valorizado não como *corpo produtivo* mas como *corpo produzido*, “o mais belo, precioso e resplandecente” de todos os objetos de consumo (BAUDRILLARD, 1975, p. 212). Ao mesmo tempo em que perde o seu valor funcional como *utensílio* gerador de força de trabalho, cresce o seu valor simbólico como *acessório* de presença de si no mundo (LE BRETON, 1999, p. 42), o signo cultural mais estreitamente associado à pessoa e à expressão da sua identidade pessoal, demarcando e distinguindo socialmente cada indivíduo enquanto sujeito uno e único (FERREIRA, 2008a).

O corpo vislumbra-se, assim, emancipado da sua suposta “condição natural”. No contexto das inúmeras possibilidades de produção e modificação corporal disponibilizadas, o corpo passa a ser socialmente pensado e vivido já não como um destino herdado e intocável, mas como um recurso projetado e modificável, sujeito a atos de vontade que expressam expectativas e desejos identitários do seu proprietário, dentro da diversidade de possibilidades de *design* corporal no momento, bem como da desigualdade de possibilidades materiais para lhes aceder:

em tempos pensado como sendo *locus* da alma, depois como centro de necessidades obscuras e perversas, o corpo tornou-se mais disponível para ser “trabalhado” pela influência da modernidade tardia e, como resultado destes processos, as suas fronteiras alteraram-se. Todo o seu exterior, ou o que é visível, tornou-se permeável às “ofertas” emanadas da sociedade (GIDDENS, 1997, p. 201).

Cultura de aperfeiçoamento físico

As condições de socialização, uma, segmentada e sofisticada indústria de *design* corporal cada vez mais diversa, em cumplicidade com canais mediáticos cada vez mais especializados em matérias corporais, criam a ilusão social de onipotência do indivíduo sobre o corpo, tanto na sua aparência exterior como no seu próprio funcionamento interno. Essa ilusão, porém, hoje em dia, vai muito além dos anseios e expectativas de conservação de um eterno presente. Mais do que apenas o rejuvenescimento do corpo, sonha-se com o seu *aperfeiçoamento*. Ao imaginário de “corpo jovem” sobreleva-se o ideário de “corpo perfeito” como corporeidade de referência e reverência.

De fato, os bens, serviços e as tecnologias recentemente disponibilizados pela indústria de *design* corporal que já não atuam apenas ao nível mais superficial e holista do corpo no sentido da sua manutenção – como os sistemas de atividade física disponíveis nos anos 1980 – mas introduzem a hipótese da sua correção por meio de técnicas e produtos cada vez mais focalizados, pormenorizados e invasivos das fronteiras interiores do corpo. A produção e a modificação corporal já não acontecem apenas no seu *todo* e de forma padronizada, mas, cada vez mais, nas suas mais *ínfimas partes* (SEALE; CAVERS; DIXON-WOODS, 2006; SHARP, 2000; SHEPER-HUGHES, 2001). Nesse contexto, o corpo contemporâneo é pensado e vivido cada vez mais como uma realidade passível de ser construída, fabricada, “um *kit*, uma soma de partes eventualmente destacáveis à disposição do indivíduo” (LE BRETON, 1999, p. 24), cada uma impelindo a formas especializadas de consumo no sentido de conseguir corresponder aos ideais de *perfetibilidade* de cada corpo.

O crescimento exponencial da indústria de *design* corporal hoje, vai efetivamente muito além do “império das vaidades” das modas e da cosmética, com a medicina, as ciências da nutrição e da motricidade, a tecnologia e a engenharia genética, entre outras áreas, a associarem-se na produção de uma multiplicidade de técnicas e tecnologias que invadem cada vez mais o corpo na sua vida quotidiana.

Os recursos que a atual indústria de *design* corporal desenvolve e disponibiliza no mercado compreendem esferas cada vez mais diversas, com produtos cada vez mais diversificados, criativos e personalizados.

No segmento do *bem-parecer*, a par dos produtos cosméticos que atuam na superfície da pele, desenvolve-se todo um conjunto de recursos dietéticos, químicos e biológicos que intervêm nos processos biológicos e mecanismos internos do corpo, no sentido de modificar formas e silhuetas corporais (dietas específicas, suplementos alimentares, diuréticos, esteroides-anabolizantes etc.); à joalheria e à maquiagem, que decora efemeramente sobre a pele, junta-se outra que a invade permanentemente, como as tatuagens e vários tipos de *bodypiercing*; nas academias e *health clubs*, os sistemas de exercícios coletivamente realizados e padronizadamente coreografados articulam-se com serviços que assumem formas de resposta personalizada perante ambições, problemas, riscos e características fisiológicas e morfológicas de cada corpo, com a proliferação da figura do *personal trainer*⁵; a cirurgia plástica populariza-se no sentido de “corrigir” ou valorizar partes específicas do corpo, muito além da renovação ou esticamento da epiderme no sentido de disfarçar as marcas da idade⁶; os desenvolvimentos nos campos da genética e da biotecnologia abrem a possibilidade de se agir diretamente sobre a fórmula celular dos tecidos e/ou órgãos dos sujeitos.

A par do segmento da indústria de *bem-parecer*, desenvolve-se o segmento do *bem-fazer* corporal, constituído por bens, serviços e tecnologias que afixam os elevados padrões de desempenho, saúde e vitalidade exigidos ao corpo humano na sociedade contemporânea, que se quer sempre dinâmico e ativo: bebidas e produtos energéticos que possibilitam enfrentar um estilo de vida cada vez mais acelerado; químicos que se tomam ora para dormir, ora para acordar, ou que asseguram longos períodos de atividade, aumentando a capacidade de esforço e vencendo a fadiga ou o sono; produtos que aperfeiçoam a memória ou garantem a obtenção de um melhor desempenho e rendimento sexual, verdadeiros elixires do alongamento e do prolongamento... Esses são algumas das próteses farmacológicas ou “naturais” hoje disponíveis para corrigir e regular cada corpo, considerando as necessidades de desempenho para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Por último, desenvolve-se ainda uma esfera dedicada ao *bem-estar corporal*, que compreende produtos, serviços e tecnologias que, muito além da preocupação higienista com o asseio, prometem o prazer e a satisfação pessoal por meio do corpo: toda uma gama de acessórios que prometem o relaxamento e a estimulação

5 Um profissional da atividade física requisitado para fazer um programa de treino adequado a determinado corpo particular e acompanhar individualmente a sua execução, símbolo por excelência do *egobuilding* (LIPOVETSKY, 1994, p. 129).

6 Veja-se, por exemplo, o artigo de Rodrigues (2012) sobre a cirurgia plástica nas vaginas, onde a preocupação com a melhoria de determinadas funções fisiológicas terá sido ultrapassada pela preocupação com a estetização morfológica do órgão, reconfiguração motivacional que será transversal à cirurgia plástica hoje realizada em muitos outros órgãos do corpo humano.

prazerosa dos sentidos (velas, sabões, óleos essenciais e espumas de banho perfumadas); terapias diversas colocadas ao serviço do corpo ou nele ancoradas ao serviço da psiquê, como spas, terapias bioenergéticas e de meditação, bem como os inúmeros tipos de massagens ou outras atividades de importação oriental; ou as próteses farmacológicas que regulam, dominam e/ou transformam o humor, isto é, a tonalidade emocional da relação do indivíduo com o mundo, quer em contexto de mal-estar patológico, como os antidepressivos e ansiolíticos, quer em contextos lúdicos, como muitas substâncias psicotrópicas hoje consumidas entre jovens (LE BRETON, 1999, p. 53-58).

A par do desenvolvimento da indústria de *design* corporal, em grande parte suportando-o e promovendo-o, emerge também na sociedade portuguesa uma crescente tematização e difusão mediática de imagens e informações sobre corpo, não só por meio da publicidade, mas também de outros formatos jornalísticos:

revistas, programas e canais temáticos de televisão, jornais, publicidade e debates médicos públicos difundem informações mais ou menos especializadas sobre alimentação e exercício físico, apresentando soluções que prometem a saúde física e psicológica ou a transformação do corpo (GOMES, 2005, p. 152).

Esbatendo a fronteira entre ficção e realidade, as mensagens midiáticas desses meios especializados tendem a difundir a convicção de que, seguindo à risca as instruções de um determinado produto ou serviço, é possível atingir o ideal de perfetibilidade corporal ambicionado. Ao mesmo tempo, tornam os indivíduos mais conscientes da sua aparência externa e mais reflexivos sobre ela, confrontando-os com ícones que enformam (e conformam) ideais de perfeição física, “corpos de sonho” que saem do reino da exceção e invadem a vida quotidiana.

Ao explorar largamente imagens corporais que estabelecem elevados padrões de atratividade e desempenho corporal, a ação da mídia e do mercado potenciam sentimentos de insatisfação e incompetência física na imagem que cada um desenvolve sobre o próprio corpo: em Portugal, na viragem do milénio, mais de 1/3 dos jovens entre 15 e 29 anos manifestava o seu desejo em melhorar a sua forma e aspeto físico, sendo cerca de 20% a proporção daqueles que afirmavam sentir com regularidade (muitas ou algumas vezes) não gostar do seu corpo tal como é (FERREIRA, 2003, p. 275-280).

Esses são efeitos que se materializam, entre outros comportamentos, na intensificação de estratégias de vigilância sobre as formas e funções do corpo, bem como, muitas vezes, numa gestão corporal “de risco”, quando a adesão a determinadas práticas de modificação corporal, como as dietas ou a atividade física, por exemplo, é feita de uma forma radicalizada (FERREIRA, 2011b). É nesse contexto que alguns comportamentos tidos como distúrbios de natureza psicopatológica têm aumentado na sociedade portuguesa, nomeadamente entre os mais jovens, como a anorexia ou a vigorexia.

Contava-me a V., uma jovem de 28 anos, acerca da anorexia que viveu entre os 15 e os 22 anos⁷, que:

Tinha tudo um bocadinho a ver com o ideal de perfeição. Porque tudo rodava em função disso, o ser a melhor aluna, o ser perfeita no corpo, tinha tudo a ver com esse padrão. Portanto, eu era a melhor aluna, era elogiada porque escrevia bem, e falta-me uma coisa que era ser bonita, ser perfeita. Como as modelos que via na televisão e essas coisas todas, como algumas amigas minhas que não se esforçavam minimamente e que eram como eu gostava de ser.

Explicava-me o B., um jovem de 28 anos, praticante de musculação, a propósito do corpo hipermusculado que cultivava desde os 19 anos⁸:

Comecei a tomar suplemento, uma proteinazinha, uma creatinazinha. Entretanto, falaram-me sobre os esteroides anabolizantes, e eu tentei experimentar... [...] Espetacular, mesmo! Uma pessoa atinge mesmo um nível... mesmo muito bom! É uma qualidade brutal! Por isso é que dizem que a malta que começa a fazer essas coisas, depois aquilo tornam-se vícios. [...] Eu viciei-me naquilo. Viciei-me mesmo em ginásio... Se não fosse, para mim era como uma doença... Tinha que ir treinar... Era mesmo obcecado com aquilo... [...] Tinha um objectivo, queria ficar grande. E fiquei! [...] O (corpo) ideal era... sim, o objectivo era chegar àquele corpo como o dessa malta que a gente vê aí, nessas revistas, sei lá, todo tratado... [...] Tipo o Schwarzenegger, por exemplo, que foi Mister Universo...

É nesse contexto que os usos de muitas das técnicas de modificação do corpo hoje disponíveis no mercado, ou os resultados corporais que permitem, são socialmente perçecionados, sobretudo entre as mais velhas gerações, como “abusos” do corpo, “excessivos”, “exagerados”, “extremos”, “desnecessários”, “mutilações” ou “desfigurações” corporais realizadas em nome de motivações estéticas supostamente superficiais e fúteis. No entanto, quando adornam a sua pele com tatuagens ou *piercings*, tomam anabolizantes ou fazem dietas radicais para modificar a sua silhueta, só para dar alguns exemplos sobre os quais pesquisei (FERREIRA, 2008b, 2011a), mesmo que incorram em riscos, os jovens fazem-no convictos de que estão no pleno exercício de um direito fundamental: o usufruto sobre um patrimônio

7 Entrevista individual coletada no âmbito do projeto de investigação «Corporeidades Hiper-Disciplinadas: vivências e sentidos juvenis», desenvolvido entre 2007 – 2012 para o Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (REF. SFRH/BBD/27158/2006).

8 Entrevista individual coletada no âmbito do projeto de investigação «Corporeidades Hiper-Disciplinadas: vivências e sentidos juvenis», desenvolvido entre 2007 – 2012 para o Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (REF. SFRH/BBD/27158/2006).

individual que percecionam como sua propriedade privada e sobre a qual entendem ter plena autoridade.

Afirmava-me calorosamente o M., um jovem de 25 anos cujo corpo estava coberto de tatuagens⁹:

Ninguém me poderá dizer o que é que eu faço ou o que é que eu deixo de fazer com o meu corpo! É meu, acima de tudo! Não é da minha mãe, não é do meu pai, que são os responsáveis por eu estar vivo. Eles muito menos são aqueles que poderão controlar o que eu faço ou não faço. Apenas eu, mais ninguém, pode dizer o que é que eu faço com o meu corpo!

Descrescia-me também a este propósito a A., uma jovem de 24 anos, estudante de medicina que, desde a adolescência, desenvolve um quadro de restrição alimentar que ela própria conota com a anorexia, nunca havendo sido diagnosticada e acompanhada clinicamente¹⁰:

Eu achava sempre que estava a controlar tudo [no processo de emagrecimento] [...]. Achei que tinha de controlar aquela maneira de estar e aquele peso [que tinha]. [...] Achava que queria controlar-me, mas que ninguém me ia controlar, porque eu controlava-me a mim própria. [...] Achei que não iam ter mais domínio sobre mim, porque eu é que sabia aquilo que queria e ia para a frente com isso. [...] E pensamos que estamos a controlar, mas não estamos.

No frenesim da adequação a um “corpo perfeito”, esses jovens sujeitam voluntariamente o seu corpo a regimes quase sacrificiais de desporto ou restrição alimentar na ilusão de estarem a dominar mecanismos biológicos. E baseados no sentimento de controlo do seu próprio corpo, esses jovens constroem um sentimento subjetivo de empoderamento sobre o seu corpo e a sua identidade. Uma ficção que, não raras vezes, vem questionar a própria sustentabilidade biológica e pôr em risco o equilíbrio homeostático do organismo. Modificar o corpo configura, assim, uma tomada de posse de si próprio sobre si mesmo, celebrando perante os outros o poder de (auto)determinação e (auto)controle sobre a sua própria ação – poder esse que os jovens sabem frágil e vulnerável perante os condicionamentos que lhes são impostos na sociedade contemporânea. Os depoimentos mostram-nos como, de facto, muitos jovens encontram no corpo o lugar performativo de expressão e desempenho de um

9 Entrevista individual coletada no âmbito do projeto de investigação «Expressões ‘Radicais’ do Corpo em Contextos Juvenis», desenvolvido entre 2002 – 2006 para o doutoramento no ISCTE-IUL, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (REF. SFRH/BD/5264/2001).

10 Entrevista individual coletada no âmbito do projeto de investigação «Corporeidades Hiper-Disciplinadas: vivências e sentidos juvenis», desenvolvido entre 2007 – 2012 para o Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (REF. SFRH/BBD/27158/2006).

ideário de liberdade e autonomia individual, face a formas de controlo social a que estão sujeitos na sua vida quotidiana.

Os sentidos investidos nos usos de estratégias de aperfeiçoamento do corpo não são de ordem meramente estética, mas também emancipatória. São usos e abusos do corpo que vêm muitas vezes no sentido de desafiar as instâncias que, em vários domínios da vida social (familiar, escolar, profissional, médico, jurídico etc.), estão tradicionalmente autorizadas a exercer o poder de produzir e regular a figura e o gesto corporal. O corpo surge, assim, capitalizado como um património individual na luta do sujeito pelo seu lugar no mundo, pelo controlo sobre si próprio e a sua vida.

Esse é, aliás, um dos principais traços que marcam a cultura somática contemporânea, demarcando a novidade da atual civilização do corpo relativamente ao passado. Decorre, em grande medida, um processo estrutural que designo de *privatização social* do corpo, ocorrido ao longo da segunda metade do século XX na sociedade portuguesa (FERREIRA, 2011c), tal como em muitos outros contextos das sociedades ocidentais contemporâneas. Quer isso dizer que, em termos de reflexividade e vivência do corpo, ao mesmo tempo que se assiste à sua gradual exposição e desnudamento no espaço público, bem como à sua aparente liberalização de uso e mesmo de abuso, o corpo vem sendo socialmente entendido como um bem privado e individual, uma propriedade sobre cuja intervenção, opções e escolhas cada pessoa entende ter pleno direito e autoridade individual.

Tal não aconteceu sem controvérsia. Um conjunto de lutas sociais surgiu no sentido da reivindicação do poder de autodeterminação e controlo pessoal sobre o corpo próprio, nomeadamente contra o Estado. Se algumas dessas lutas ficam pela informalidade de manifestações e reações individuais limitadas ao mundo de vida de cada um, outras vieram a adquirir formas de cidadania mais amplas e organizadas, desenvolvidas no âmbito de associações ou movimentos sociais (como os movimentos feministas, ou os movimentos LGBT, por exemplo), até chegar às agendas dos partidos políticos.

As causas têm sido diversas como o “direito” à contraceção e ao aborto, ao prazer e a uma sexualidade livre, ao aluguer ou à venda de órgãos, tecidos e fluidos corporais, à livre modificação de qualquer parte do corpo – desde a colocação de um simples *piercing* ou tatuagem, à alteração cirúrgica dos seus órgãos –, até à reivindicação limite de tirar a vida ao corpo apelando ao reconhecimento legal de figuras jurídicas, como o “testamento vital” ou a “eutanásia”, quando as condições físicas e/ou mentais do indivíduo não lhe permitem exercer a vontade sobre si próprio.

Por outro lado, considero ainda que o processo de privatização do corpo não é consubstanciado apenas nas lutas pela reivindicação pelos direitos ao livre uso, expressão e autoridade individual sobre ele. Repousa ainda sobre uma dinâmica coletiva de responsabilização individual sobre o corpo próprio, organizadora de uma nova economia psíquica que tende à regulação íntima das emoções, das maneiras e das aparências. Se cada um, à partida, tem pleno direito sobre o seu corpo, é igualmente responsável pelo cumprimento de um conjunto de deveres sociais sobre esse bem. Deveres que passam não apenas por cuidar da respetiva aparência,

vitalidade e humor, mas também zelar pela respetiva duração e qualidade de vida, assumindo um papel preponderante no controlo e na identificação atempada dos sintomas de patologias diversas (cancro, problemas cardiovasculares etc.), na prevenção de condutas de risco (nomeadamente por meio da redução do álcool e do tabaco, da obrigatoriedade do exercício físico ou de sexo protegido), ou no evitamento de excessos (alimentares, de exposição ao sol, de medicalização etc.).

Assim, se à primeira vista o processo de privatização do corpo parece corresponder a um progressivo desaparecimento dos interditos normativos, descobre-se que, na realidade, é expressão de uma nova e mais subtil distribuição social dos constrangimentos e das disciplinas corporais, porque voluntária, desmultiplicada e discreta. As sucessivas formas de liberação corporal que têm vindo a acontecer traduzem não um eclipse dos constrangimentos exteriores sobre o corpo, mas o seu deslocamento para a esfera individual, operando por meio de mecanismos mais impercetíveis, sedutores e eficazes de interiorização e reprodução de novas normas e padrões corporais.

Conclusão

Embora discreta, a luta pelo controlo sobre os significados, comportamentos e prazeres do corpo tem sido crucial nas últimas décadas, ou não fosse o corpo o lugar onde o social é mais convictamente representado como individual e as políticas mais bem disfarçadas enquanto natureza. Era este o projeto político da cultura de revigoração físico empreendido pelo Estado Novo: construir um corpo disfarçado de “naturalidade” que espelhasse os seus valores mais profundos e agisse na conformidade e no interesse do regime. Um corpo pensado e vivido como *utensílio* a cuidar enquanto força de trabalho, socialmente valorizado pelo rendimento laboral que proporciona e como instrumento de expressão moral de um coletivo, socializado na dependência de um projeto coletivo nacionalista, e vigiado segundo padrões ético-morais muito estritos e conservadores.

Os espaços de socialização diretamente criados e controlados pelo poder (a escola e as mocidades portuguesas, masculina e feminina, em aliança com as instituições de formação religiosa) cultivavam o corpo como um espaço de interdições, sagrado, intocável, apenas retificável na medida do que se entendia ser a sua “naturalidade”: um corpo discreto, aseado e saudável, pronto para servir ao Estado no trabalho, na reprodução e na moral da época. Para tal, recorreu à respeitabilidade dos conhecimentos e da ação de profissionais da medicina, da educação física e da religião, como forma de habituar o corpo dos portugueses a novas modas e modos. Esses agentes procederam a um trabalho de correção e de vigilância em consonância com um conjunto de valores políticos e sociais, segundo estratégias diferenciadas em função de públicos muito definidos: as gentes simples dos campos, as gentes viciosas e ociosas das cidades, a mocidade ameaçada por tentações de vária ordem.

Desde meados do século XX, porém, que forças sociais diversas, não só políticas (como o movimento feminista), mas também mundanas (como o mercado

e os meios de comunicação social), começaram a sujeitar o corpo a um trabalho de desnaturalização, emancipando-o da postura que o tomava como destino geneticamente herdado que apenas urgia manter na sua vitalidade. Nas condições sociais, culturais e económicas herdadas pelo 25 de Abril, o corpo, na forma como é conservado, rejuvenescido ou aperfeiçoado, converteu-se num importante acessório de presença de reconhecimento social do indivíduo no mundo, projetável segundo o seu desejo, empenho e recursos. Um património privado que cabe a cada um explorar, gerir e capitalizar o melhor que puder e souber, considerando os novos imperativos estéticos e éticos determinados pelos mercados do bem-parecer, bem-fazer e bem-estar.

Se, sob a égide da cultura de revigoroamento físico, o controlo dos excessos nos gestos, nas aparências e nas emoções era claramente realizado por meio da ação de instituições como a polícia, a medicina, a religião ou a escola, encarregues de fazer aplicar e vigiar os múltiplos interditos corporais institucionalizados, a cultura de aperfeiçoamento do corpo responsabiliza o próprio indivíduo por essa mesma regulação e controlo, em constante atenção sobre a sua apresentação, forma, desempenho e disposição. Os indivíduos são responsabilmente convidados a disfarçar marcas de envelhecimento, a erradicar sintomas de degradação física, a melhorar ou a conservar a forma, a corrigir defeitos, a melhorar desempenhos e humores. Perpetuamente submetido ao olhar de si próprio sobre si mesmo, constantes estratégias de autovigilância e autodisciplina são por ele “naturalmente” assumidas, incorporadas e transformadas em automatismos e obrigações a cumprir na esfera da vida privada, frequentemente sob o epíteto de “estilo de vida saudável”. E assim, esse tal corpo publicamente apresentado como pessoal e livre descobre-se, afinal, um corpo privadamente socializado e disciplinado.

Referências

- ANÓNIMO. As linhas com que se cose Mary Quant. **Magazine Semanário Feminino**, n. 51, p. 22-23, 25 de novembro de 1967.
- ANÓNIMO. **Cartilha de sanidade para a conduta do povo português**. Lisboa: Serviços de Saúde e Assistência Social, 1950.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1975.
- BOLTANTSKY, L. Les usages sociaux du corps. **Annales: économies, sociétés, civilisations**, v. 26, n. 1, p. 205-233, 1975.
- _____. **As classes sociais e o corpo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- BRASÃO, I. **Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo**. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1999.
- CARDIM, V. C. **Fashion, design, cultura e identidade: a costura social da moda em Portugal no século XX**. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural e Social) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1998.
- CARVALHO, L. M. Explorando as transferências educacionais nas primeiras décadas do século XX. **Análise Social**, v. 40, n. 176, p. 499-518, 2005.

- CASTANHEIRA DE OLIVEIRA, J. **A educação física na escola primária do Estado Novo**. Coimbra: Edições Tenacitas, 2002.
- CONDE, I. **A identidade social e nacional dos jovens**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais; Instituto da Juventude, 1989.
- CRESPO, J. História da educação física em Portugal: os antecedentes da criação do INEF **Ludens**, v. 2, n. 1, p. 45-52, 1977.
- _____. **A história do corpo**. Lisboa: Difel, 1990.
- CRUZ, M. T. A histeria do corpo. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 28, p. 363-375, 2000.
- DRUMOND, M. Ao bem do desporto e da nação: relações entre esporte e política no Estado Novo português (1933-1945). **Revista Estudos Políticos**, n. 7, p. 298-318, 2013.
- FERREIRA, V. S. Atitudes dos jovens portugueses perante o corpo”. In: PAIS, J. M. & CABRAL, M. V. **Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo**. Oeiras, Celta Editora, p. 265-366, 2003.
- _____, V. S. *Be some body*: modificação corporal e plasticidade identitária na sociedade contemporânea. In: CABRAL, M. V., WALL, K., ABOIM, S. & CARREIRA DA SILVA, Filipe. **Itinerários**. A investigação nos 25 anos do ICS. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, p. 671-689, 2008a.
- _____, V. S. **Marcas que demarcam: tatuagem, body piercing e culturas juvenis**. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008b.
- _____, V. S. Pesos, halteres e sentidos dos corpos (h)alterados: um século de musculação em Portugal. In: NEVES, J. & DOMINGOS, N. **Uma história do desporto em Portugal**. v. III, Vila do Conde, Quidnovi, p. 231-257, 2011a.
- _____, V. S. O ‘jovem radical’ contemporâneo: novos sentidos de um qualificativo juvenil. **Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política**. v. 1, n. 2, p. 107-127, 2011b.
- _____, V. S. Modas e modos: a privatização do corpo no espaço público português. In: NUNES DE ALMEIDA, A. **História da vida privada em Portugal: os nossos dias**. Lisboa, Círculo dos Leitores, p. 242-276, 2011c.
- _____, V. S. “Resgates sociológicos do corpo: esboço de um percurso conceptual”. **Análise Social**. v. 48, n. 208, p. 494-528, 2013.
- FORTUNA, C.; FERREIRA, D.; DOMINGUES, M. **Cultura, corpo e comércio**: tendências socioculturais relacionadas com a estética e o bem-estar. Lisboa: Observatório do Comércio, 2002.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta, 1997.
- GOMES, R. Poder e saber sobre o corpo: a educação física no Estado Novo (1936-1945). **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 2-3, p. 109-136, 1991.
- _____. Novos corpos para novas personagens: ensaio sobre a ‘manutenção da forma’ e o cuidado de si. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 30, p. 151-162, 2005.
- GONZAGA, M. **António variações**: entre Braga e Nova Iorque. Porto: Ancora Editora, 2006.
- HASSE, M. O outro corpo. Ingrid de Figueiredo (Fröken) e o desenvolvimento da educação física em Portugal (1938-1981). **Ex Aequo**, n. 4, p. 41-56, 2001.
- LE BRETON, D. **L’adieu au corps**. Paris: Métailié, 1999.
- LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D’Água, 1989a.
- _____. **O império do efêmero**. Lisboa: Dom Quixote, 1989b.
- _____. **O crepúsculo do dever**: a ética indolor dos novos tempos democráticos. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- LPPS - Liga Portuguesa de Profilaxia Social. **Escarrar, cuspir**: um hábito perigoso e nojento. Porto: Edições LPPS, 1944.

- MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA. **Menina e moça**, n. 24, 1949.
- MÓNICA, M. F. A evolução dos costumes em Portugal, 1960-1995. In: BARRETO, A. (Org.). **Situação social em Portugal: 1960-1995**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1996, p. 215-231.
- NEVES, H. Ausência presença do corpo na cultura ocidental: o corpo (des) apropriado. **Manifesto**, n. 5, p. 66-78, 2004.
- PAIS, J. M. Austeridade e moralismo dos padrões estéticos. In: REIS, A. (Org.). **Portugal contemporâneo (1926-1958)**. Lisboa: Alfa, 1990. v 6. p. 349-352.
- PEREIRA, C. M. **Problemas da Mocidade Portuguesa**. Angra do Heroísmo: Tipografia Angrense, 1941.
- PIMENTEL, I. F. **História das organizações femininas no Estado Novo**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- RAPOSO, P. **Corpos, arados e romarias**. Lisboa: Escher, 1991.
- REIS, A. Os valores salazaristas. In: _____. (Org.). **Portugal contemporâneo (1926-1958)**. Lisboa: Alfa, 1990a. v 4. p. 333-338.
- _____. A televisão: arma do poder e janela para o mundo. In: REIS, A. (Org.). **Portugal contemporâneo (1958-1974)**. Lisboa: Alfa, 1990b. v 5. p. 203-206.
- RODRIGUES, S. From vaginal exception to exceptional vagina: the biopolitics of female genital cosmetic surgery. **Sexualities**, v. 15, n. 7, p. 778-794, 2012.
- SAMPAIO, Sérgio. **Magazine Semanário Feminino**, n. 51, p. 26-27, 25 de novembro de 1967.
- SANT'ANNA, D. B. **Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- SCHMIDT, L. A evolução da imagem pública da juventude portuguesa: 1974-1984. **Análise Social**, v. 21, n. 87-89, p. 1053-1966, 1985.
- SEALE, C.; CAVERS, D.; DIXON-WOODS, M. Commodification of body parts: by medicine or by media? **Body & Society**, v. 12, n. 1, p. 25-42, 2006.
- SHARP, L. A. The commodification of the body and its parts. **Annual Review of Anthropology**, n. 29, p. 287-328, 2000.
- SHEPER-HUGUES, N. Bodies for sale – whole or in parts. In: SHEPER-HUGUES, N.; WACQUANT, L. **Commodifying Bodies**. Londres: SAGE, 2001. p. 1-8.

Recebido em 13/10/2017

Aceito em 22/01/18

**DISCURSO E PODER:
a prescrição do controle corporal em blogs plus size**

**DISCOURSE AND POWER:
*the prescription of body control in plus size blogs***

Hellen O. Tavares*
Ana Lúcia de Castro**

Resumo

Buscando contribuir para a compreensão acerca das relações de poder que envolvem os discursos relacionados à obesidade, este trabalho analisa três blogs voltados às mulheres obesas: *Mulherão*, *Beleza sem tamanho* e *Entre topetes e vinhos*, conhecidos como “blogs de beleza *plus size*”. Nesses espaços, encontramos a veiculação de um discurso que apregoa um certo *orgulho gordo*, fornecendo elementos para defesa do direito à diferença representada pela obesidade, mas que, num olhar mais cuidadoso, revela-se reforçador do padrão de beleza hegemônico: defende-se o direito a um corpo obeso, mas não exageradamente, em geral branco, bem cuidado e, acima de tudo, consumidor. Em resumo, uma obesidade *aceitável* e devidamente *adaptada e inserida*. Assim, o artigo discute o tipo de significado que estes blogs vêm construindo a respeito do corpo obeso das leitoras, como estes significados estão inseridos na lógica da sociedade capitalista de consumo e, por fim, como as relações de poder atravessam esses discursos.

Palavras-chave: Corpo. Obesidade. Cultura de consumo. Discurso.

Abstract

Seeking to contribute to the understanding of power relations involving the discourses of obesity, this study analyzes two blogs focused on obese women: *Mulherão* and “*Beleza sem tamanho*”, known as “*beauty blogs plus size*”. In these spaces, we find the placement of a speech that touts a certain *fat pride*, providing elements for defending the right to represented difference by obesity, but which, on closer look, turns out to be reinforcing the pattern of hegemonic beauty: defends it right to an obese body, but not overly, usually white, well maintained and, above all, consumers. In short, an acceptable and well adapted and inserted obesity. Thus, the article discusses the kind of meaning that these blogs has been building about the obese body of readers, as these meanings are embedded in the logic of capitalist consumer society and, finally, as power relations traverse these speeches

Keywords: Body. Obesity. Consumer culture. Discourse.

* Doutora em Ciências Sociais/UNESP/Brasil. E-mail: hellenrt@uol.co.br

** Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Doutora em Ciências Sociais/UNICAMP/Brasil. E-mail: castroanalucia75@gmail.com

Introdução

Nas sociedades ocidentais capitalistas, os corpos se configuram como objetos de consumo e *locus* preferencial da construção identitária. A magreza e a juventude tornam-se ideais propagados como indicadores de beleza, saúde e bem-estar. A obesidade, ao contrário, é associada à lentidão, à feiura e à doença, características rechaçadas em um contexto em que as noções de velocidade, eficiência e perfeição imperam. Cotidianamente somos seduzidos pelas imagens de mulheres esbeltas nas capas de revistas e comerciais de televisão. Entretanto, o debate sobre a *beleza real* e o surgimento de uma certa “contra-tendência” – mobilizada especialmente pela internet e representada pelos discursos acerca dos movimentos de *fat pride* e *plus size* (ou “orgulho gordo” e “tamanhos grandes”) – chama atenção para a maneira como o corpo feminino vem sendo concebido e instrumentalizado, bem como para a influência destes discursos sobre os processos de identificações construídos em torno do corpo obeso.

Estes movimentos, que demandam uma politização do corpo e contestação dos ideais de beleza como sinônimo de magreza, surgiram especialmente pela comunicação através da internet, por meio das mídias sociais que são apropriadas como forma de expressar vozes pessoais não editadas, tornando estas mídias, dentre elas os blogs, instrumentos de reivindicação e construção da própria identidade.

Devemos ressaltar que, assim como outros movimentos, há diversas perspectivas relacionadas ao ativismo *antigordofobia*. Assim como não é possível falar de uma “mulher universal”, ou um “negro universal”, não podemos falar de um “gordo universal”. Há homens gordos e mulheres gordas, há gordos e gordas de diversas classes sociais e grupos culturais. Podem ser sedentários, ativos, saudáveis, portadores de comorbidades ou não, com hábitos alimentares considerados saudáveis ou devoradores de *fast food*. Gordos que querem emagrecer, gordos que querem ser como são. Há gordos e gordas dos mais variados grupos étnicos, de todos os locais do globo, frequentadores das mais diversas religiões, de culturas diferentes, de universos diferentes. Há uma gama inimaginável de pessoas acima do peso e, portanto, uma diversidade de vozes heterogêneas que narram suas experiências pela internet.

Neste trabalho, buscamos compreender um determinado *orgulho gordo*, encontrado nos chamados “blogs de beleza *plus size*”, que têm se proliferado pela rede e são focados em temas como o mundo da moda, produtos de beleza, tutoriais de maquiagem e penteados, montagens de *looks*, dicas sobre comportamento, saúde, relacionamentos e viagens, com foco no universo e experiências cotidianas de mulheres que estão acima do peso.

Os blogs escolhidos foram o *Mulherão*, cuja autora, Renata Poskus, que criou e incentiva a *Fashion Weekend Plus Size* é, provavelmente, a primeira blogueira *plus size* do Brasil; o *Beleza sem Tamanho*, pertencente à blogueira Kalli Fonseca, com cunho de militância política mais presente; e *Entre Topetes e Vinis*, da blogueira Ju Romano, com tom mais despojado. A pesquisa realizada, de natureza qualitativa,

situa-se numa perspectiva sócio-antropológica, a partir da qual os blogs foram observados, sistematicamente, entre 2012 e 2015, embora também sejam analisadas postagens anteriores a este período¹. Durante o período de observação dos blogs, foram selecionadas para análise aquelas postagens que se aproximavam das questões de interesse neste trabalho (insatisfação/aceitação corporal, consumo e experiências cotidianas de mulheres acima do peso). O material selecionado foi submetido a uma análise temática de conteúdo.

Assim, os questionamentos que se buscou responder estão relacionados ao tipo de significados que estes blogs vêm construindo a respeito do corpo obeso das mulheres, como estes significados estão inseridos na lógica da sociedade capitalista de consumo e como as relações de poder atravessam esses discursos.

Blogs *plus size* e o corpo na cultura de consumo

Os *weblogs*, ou simplesmente *blogs*, são redes sociais que criam espaços de fácil acesso para a escrita e a produção de conteúdos (COBO ROMANÍ; PARDO KUKLINSKY, 2007), em que qualquer pessoa, sem exigência de especialização sobre a área, publica informações, muitas vezes traduzindo-as para o grande público. São recursos tecnológicos que permitem potencializar a geração de comunicação entre pessoas, assim como a participação social e de interatividade por meio da produção e difusão de conteúdos.

Os blogs de moda *plus size* são, antes de tudo, focados em um pretense universo de “interesse” das mulheres, como maquiagem, beleza e moda, em que se valoriza a beleza e o corpo da mulher obesa. Os discursos reproduzidos nesses espaços virtuais afirmam que qualquer corpo é belo, e não apenas aqueles considerados pelo discurso hegemônico da magreza das grandes mídias. Esses blogs reforçam, cotidianamente, a importância da autoaceitação e da autoestima da mulher obesa, tentando desconstruir a imagem da mulher obesa como indolente, feia e indesejável. O mote das postagens reside na ideia de que as mulheres gordas são livres para serem quem quiserem, e não devem mais se prender a padrões estéticos.

O blog *Mulherão*, por exemplo, em sua apresentação, se denomina como “O Manual de Sobrevivência para mulheres acima do peso”, se propõe ensinar à mulher obesa formas de ser feliz e se tornar um “mulherão”, aceitando e valorizando o próprio corpo.

1 O endereço do blog *Mulherão* é: <http://blogmulherao.com.br/>. O blog *Beleza sem Tamanho* pode ser encontrado em: <http://belezasemtamanho.com/>. O endereço do blog *Entre Topetes e Vinis* é: <https://juromano.com/>.

Figura 1 – Apresentação do blog *Mulherão*

Fonte: <https://blogmulherao.com.br>. Acesso em: dezembro de 2014

As publicações temáticas deste tipo de blog circunscrevem o tema do corpo obeso, abordando-o de diversas formas, como comportamento, beleza, moda, celebridades *plus size*, sexo, saúde, preconceito e relacionamentos, sempre tangenciando a esfera do consumo. O principal recurso comunicativo é a imagem, tanto por meio de fotos quanto de vídeos, acompanhados nas postagens por textos curtos, de caráter opinativo ou informativo. O blog é o centralizador de canais em outras mídias sociais, como Instagram, Youtube, Facebook e Twitter, cujos conteúdos complementam o que nele foi postado. Segundo Adriana Amaral, Raquel Recuero e Sandra Montardo (2009), a categoria de blogs que trata sobre estes temas pode ser classificada como um misto de entretenimento, publicação de informações e marketing.

Os blogs têm sido considerados como uma forma de comunicação cuja finalidade é interagir com os utilizadores de internet e os consumidores em escala global. A relação entre os blogs e seus leitores é muito estreita e os blogueiros gozam de grande credibilidade, inclusive no que tange ao incentivo ao consumo, já que a opinião dos leitores é influenciada pela opinião exposta nos blogs. A partir de relatos pessoais, inclusive sobre consumo, os blogueiros se aproximam de seus leitores, gerando identificação e interesse.

Os blogs *plus size* trazem novidades e informações adaptadas ao contexto do corpo obeso, de forma que os itens apresentados sejam inseridos a um estilo de vida próprio. De acordo com Manuel Castells (1999), as comunidades encontradas na internet se configuram e estabelecem relações da mesma maneira como operam fora do mundo virtual, o que significa que os sujeitos ingressam nessas comunidades e estabelecem vínculos de acordo com seus interesses e valores pessoais. Assim, o principal público frequentador do blog são mulheres adultas, entre 25 e 45 anos, de classe média, com capacidade de consumo e acima do peso, que buscam encontrar produtos e informações a respeito do universo *plus size*.

Vale destacar, por outro lado, que a internet é uma interessante ferramenta para ampliar e fidelizar os clientes. As redes sociais criam líderes de opinião que intermedeiam a relação entre o mercado e os consumidores. No blog *Mulherão*, por exemplo, a apresentação de marcas de produtos de moda e beleza, especialmente aqueles voltados para a moda *plus size*, é recorrente. A blogueira Renata é, inclusive,

organizadora do maior desfile *fashion* de marcas de roupas tamanho grande, o *Fashion Weekend Plus Size*, que ocorre em São Paulo, duas vezes ao ano.

Os blogs são, portanto, fonte de informação sobre produtos que se deseja consumir e sobre quais marcas são alinhadas com o posicionamento de aceitação do corpo obeso por eles propagado. Neste sentido, as fronteiras entre a posição política de aceitação do corpo obeso e do mercado se borram. Tanto as marcas exclusivas para tamanhos grandes como grandes lojas de *fastfashion*, a exemplo da *Marisa*, incorporam certos elementos dos discursos antigordofobia e enfocam o nicho de mercado das mulheres acima do peso, tornando-se articuladores de ações que estimulam a autoestima das pessoas obesas e a formação de uma identidade positivada.

Figura 2 – Modelos desfilam coleção *plus size* da loja Marisa, de incidência nacional, no *Fashion Weekend Plus Size*



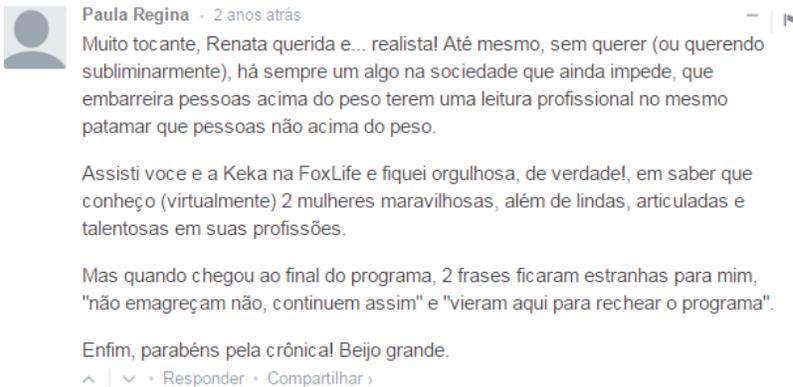
Fonte: <https://blogmulherao.com.br>. Acesso em: fevereiro de 2015.

A partir das blogueiras, o público se identifica com as marcas, e estas conseguem se inserir na dinâmica deste mercado e ganhar prestígio e fidelidade das compradoras. Jesús Martín-Barbero (1987) aponta que os meios de comunicação interferem (ainda que não determinem) na elaboração das identidades, em um modelo analítico que também considera os conflitos e a dimensão simbólica. Nesta perspectiva teórica, conhecida como *teoria das mediações*, a relação de dominação não possui um lado passivo e outro ativo, mas relações de poder com abertura para a resistência e a negociação, sendo que as mídias são dispositivos de convencimento, em que a mediação permite a expressão do social, atravessada pela cultura.

A contemporaneidade é caracterizada por um indivíduo relativamente mais autônomo, que exerce controle sobre suas próprias ações na composição da sua biografia pessoal e autorrealização. Neste sentido, David Le Breton (2003, p. 31) aponta que “o próprio sujeito é o mestre-de-obras que decide a orientação de sua existência”. Podemos pensar os blogueiros influentes, como Renata Poskus, Ju Romano e Kalli Fonseca – respectivamente dos blogs *Mulherão*, *Entre Topetes e Vinis*, e *Beleza sem Tamanho* – como sujeitos que corporificam valores, se apresentando como intermediárias entre as leitoras e o mercado, permeadas por um discurso que remete a um certo ativismo político em prol da aceitação do corpo gordo.

Assim como os ídolos famosos das capas de revistas, os blogueiros com grande número de seguidores são admirados e possuem alta popularidade. Fred Inglis (2012), ao falar sobre as celebridades, aponta que os ídolos apresentam um estilo de vida, uma forma de estar no mundo que influencia a forma como seus admiradores constroem seus valores. Nos blogs, é comum encontrar comentários de leitores que se sentem “amigos” dos blogueiros, acompanham suas trajetórias pessoais e se identificam com o discurso produzido, uma vez que a imagem desses sujeitos públicos cria uma espécie de sensação de pertencimento.

Figura 3 – Leitora comenta participação das blogueiras em programa de televisão e demonstra sentimento de “amizade virtual”. Comentário da postagem “Moda é coisa de gente fútil”, de março de 2014



Fonte: <https://blogmulherao.com.br/>. Acesso em: março de 2014

As imagens públicas dos blogueiros incorporam significados de sua época, como sucesso, riqueza, generosidade, espontaneidade e simpatia (INGLIS, 2012, p. 27). Para Zygmunt Bauman (2008), as redes sociais satisfazem uma necessidade contemporânea de intercâmbio de informações pessoais, em que os usuários desejam revelar detalhes íntimos. Os blogs simulam um modo de expressão

baseado na publicização de si, em uma relação construída entre enunciador e coenunciador de maneira pessoal. A imagem pessoal construída nas redes sociais promove uma mercadoria sedutora e desejável. Ao longo das postagens, as autoras dos blogs vão delineando sua imagem como mulher obesa bem-sucedida. No blog *Mulherão*, a autora se descreve como jornalista, escritora, consultora de moda, modelo *plus size*, empresária, blogueira e criadora do Dia de Modelo, o *Fashion Weekend Plus Size* e da Loja Mulherão Online. Suas fotografias mostram uma mulher poderosa e decidida, uma “mulher com ‘m’ maiúsculo”, como se apresenta em sua autodescrição².

Figura 4 – a) A criadora do blog, Renata Poskus na postagem “Como me tornei uma modelo *plus size*”, de abril de 2015, b) Renata posa em Editorial Plus Size, em setembro de 2015



Fonte: <https://blogmulherao.com.br>. Acesso em: setembro de 2015.

² A autora se apresenta como “Renata Poskus: paulistana, criadora do Blog *Mulherão*. Jornalista, escritora, cronista, consultora de moda, modelo *plus size*, empresária, assessora para assuntos aleatórios, mulher com ‘m’ maiúsculo, viciada em temas pertinentes ao universo feminino. Há um bom tempo acima do peso. Quase sem neuras. Eu disse quase, não se iludam!?”. Disponível em: <<http://blogmulherao.com.br/o-blog/>>. Acesso em: dez. 2015.

Os blogueiros, como figuras públicas, surgem como força integradora que determina a forma como as leitoras significam suas realidades, e consequentemente, seus corpos. Para Rojek (2008), celebridades mantêm uma imagem pública encenada, um espetáculo que valoriza o superficial, com ênfase no consumo e no culto à beleza e ao corpo. As blogueiras *plus size* realizam uma mediação entre o mercado e suas leitoras/consumidoras, que comumente disseminam uma cultura de consumo, a qual aprisiona e controla os sujeitos.

Ao considerarmos o blog como um meio de comunicação, podemos pensá-lo como um dispositivo de convencimento (MARTÍN-BARBERO, 1987), havendo participação de seu público na construção de sua imagem pública como mulher admirada. As blogueiras aparecem como produtoras de sentidos, corporificando características importantes para a cultura de consumo, como carisma, sucesso, riqueza e beleza. Seu corpo obeso, desejado e invejado, é considerado um modelo de beleza natural, poder e sensualidade. Suas imagens tornam-se um espelho, no qual suas leitoras se refletem. Sua atuação no blog ajuda a filtrar as apropriações sobre o corpo obeso e o reconhecimento de uma identidade *plus size* em que o corpo gordo é visto positivamente, e não como sinônimo da exclusão e do estigma.

As imagens do corpo gordo produzidas e reproduzidas nos blogs não dizem respeito diretamente à conquista de possíveis consumidores, mas à construção de um determinado estilo de vida, de uma imagem ideal do que é ser uma mulher gorda. São também aos sentidos produzidos em um sistema de significação que remete à própria sociedade do consumo, para além do que se mostra. A mensagem transmitida é daquilo que está sendo mostrado e vendido, é o que todos almejam alcançar. A partir disso, cada indivíduo buscará a sua identidade dentro de uma gama de signos e ideais de referência gerados e que representam um determinado código social. Ao se parecerem com as blogueiras, representantes idealizadas do corpo gordo – seja vestindo-se como elas, utilizando os mesmos produtos de beleza, o mesmo corte de cabelo ou mesmo reproduzindo suas opiniões –, suas seguidoras aderem a um determinado grupo de ideais e valores. Cada postagem ou foto publicada é carregada de significados e possibilidades.

Não sem sentido, os blogueiros, instabloggers, youtubers, entre outros produtores de conteúdos online, têm sido chamados de “influenciadores sociais”, e são vistos como pontes entre as empresas e os seus seguidores. Para as marcas, a influência social abre espaço para uma maior capitalização de mercado, e ainda atinge públicos que de outra maneira seriam inacessíveis. Os influenciadores são porta-vozes das novidades de seu meio, e estão nas redes sociais emitindo posicionamentos, ou seja, são aqueles que transmitem uma mensagem que tem impacto nas ideias e práticas de outras pessoas. Blogueiros com maior influência são celebrizados por seu sucesso na internet, e estão sempre próximos de seu público, uma vez que os relacionamentos na rede são pautados na agilidade e na interatividade.

Figura 5– Comentários na Fanpage do Facebook do Blog *Mulherão*, sobre um ensaio sensual feito pela blogueira Renata Poskus, publicado na postagem “Meu ensaio sensual *geek plus size* pela Naked Fotografia”, em junho de 2015



Fonte: Página do facebook do blog *Mulherão*. Acesso em: outubro de 2015.

Há milhões de blogs, criados em diversas operadoras ao redor do mundo, e representam, assim como outras mídias, os processos de significação e as redes de poder da sociedade contemporânea, articulando saberes a respeito dos significados do corpo e de formas de ser e estar no mundo. Os conteúdos desses espaços virtuais são resultados das *práticas discursivas*, às quais fazem parte da cultura em que os sujeitos estão inseridos.

Podemos considerar a internet, entre outras coisas, como um artefato cultural que educa e molda os corpos, dita comportamentos e formas de ser. Conforme Rosângela Soares e Dagmar Meyer (2003, p.136), problematizações como essas “podem ser produtivas para se pensar como os artefatos culturais – revistas, programas de televisão e filmes, por exemplo – estão ajudando a constituir formas de ser e viver, na contemporaneidade”. Neste sentido, podemos entender os blogs como artefatos culturais que produzem significados e *ensinam* determinados comportamentos.

Assim, podemos compreender o conteúdo desses blogs *plus size* a partir das experiências, práticas e crenças lá compartilhadas, como parte dos sistemas

de significação, estruturas de poder e instituições sociais. As blogueiras *plus size* representam o perfil e o estilo que deve ter uma mulher obesa e, como pessoas públicas e influentes, fazem parte do imaginário e representações socioculturais e mercadológicas sobre o corpo gordo. Cabe, portanto, compreender como os discursos sobre o corpo da mulher obesa são construídos nos blogs *plus size*.

Corpo: constructo histórico-cultural

O corpo, desde o nascimento, é educado e, como bem demonstrou Marcel Mauss (2003) em suas pioneiras reflexões, os códigos culturais de cada sociedade se revelam nos cuidados com o corpo. As concepções sobre o corpo, especialmente o feminino, estão em constante mudança, e seus ideais modificam-se de acordo com os interesses presentes em cada período histórico. O corpo, como aponta Mary Del Priore (2000), é um produto cultural e histórico que se fragmenta e recompõe ao longo do tempo, ou seja, ele é social e cultural e, portanto, deve ser relativizado quanto a seu contexto. Felix Guattari e Suely Rolnik (2000, p. 278) afirmam que “nos atribuem um corpo, produzem um corpo para nós, um corpo capaz de se desenvolver num espaço social, num espaço produtivo, pelo qual somos responsáveis”. O corpo é investido de cultura, revela hábitos e costumes, se modifica ao longo dos processos sociais. O corpo revela mais do que um invólucro, expressa comportamentos e valores de uma dada sociedade. Ao observarmos culturas e sociedades distintas ao longo da história, percebemos, também, corpos distintos.

As representações de beleza, necessariamente histórico-culturais, se modificam ao longo do tempo, em cada sociedade. Desde a Antiguidade, os indivíduos se valem de artifícios para promover ou manter a beleza corporal. Os primeiros recursos relacionados à maquiagem datam de 5000 a.C. Em 1300 a.C., as mulheres egípcias tinham vários cuidados em relação ao corpo (ROUSSO, 2000).

No período do Renascimento, na Europa, a partir do século XV, as mulheres tinham, predominantemente, formas opulentas, com ancas largas e seios fartos, e os corpos gordos eram admirados. Na Idade Moderna, com o modelo cartesiano que substitui a fé pela razão, surge um modelo que separa mente e corpo, e este passa ser visto a partir de sua funcionalidade técnica e útil (ULLMANN, 2004).

Se a ciência e a moral modernas baseiam-se, sobretudo, nos ideais iluministas, cartesianos e sanitaristas, o conceito de beleza das sociedades capitalistas deve também ser compreendido a partir destes preceitos. De tal maneira, a beleza é associada a tudo aquilo que é considerado proporcional, equilibrado, harmônico e limpo. Esta associação vem sendo operada desde o Renascimento, quando foram resgatados os valores estéticos e morais da Antiguidade Clássica, momento em que o belo era considerado como algo de existência objetiva, ordenada, racional e universal.

Com o advento da Revolução Industrial, um novo *ethos* social começa a se formar, marcado pela crença no progresso e nas novas conquistas da ciência, que difundia práticas de “higienização” e comedimento no uso dos corpos. O corpo revela em seus gestos, que são aprendidos e internalizados, a história da sociedade a qual pertence, revelando regras e costumes de ordem social. Para Soares,

A ciência deste período dirige um certo tipo de esquadramento da vida em todas as suas dimensões, pretendendo estabelecer uma ordem lógica nas atividades e um adequado aproveitamento do tempo ou, mais precisamente, uma economia de energias. A ginástica é constitutiva desta mentalidade. Destaca-se pelo seu caráter coordenativo, disciplinador e metódico (SOARES, 2005, p. 19).

Os saberes e técnicas do início do século XX, em relação ao corpo, começam a se sofisticar com a “intenção de livrar os corpos das doenças, promover a disciplina alimentar, numa palavra, controlar os corpos não apenas para bem administrar uma cidade, mas, igualmente, para obter mais saúde e prazer” (SANT’ANNA, 2001, p. 4). Joana Vilhena Novaes (2005) mostra que os sujeitos, em especial as mulheres, lutam contra seu próprio corpo, seu envelhecimento e sua forma natural, em prol de manter um determinado padrão de beleza, “se antes as roupas as aprisionavam, agora se aprisionam no corpo – na justeza das próprias medidas” (NOVAES, 2005, p. 33).

O corpo seria o primeiro lugar em que se estabelecem os limites sociais e psicológicos, onde a cultura inscreve todos os seus significados. Para Michel Foucault, o controle social sobre os indivíduos começa pela concretude do corpo:

o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo [...] foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica (FOUCAULT, 2004, p. 80).

Na contemporaneidade, os modelos de corporeidade estão, cada vez mais, relacionados às novas formas de subjetivação, intermediadas pela mídia, que como instância socializadora, propicia aos corpos, especialmente os femininos, a incorporação de certa normatização, em que discursos e práticas culturais relativos aos corpos são naturalizados e racionalizados. Como decorrência deste processo erige-se, por exemplo, a ideia de que a beleza e a vaidade são características intrinsecamente femininas.

Para Del Priore (2000, p. 92), a indústria cultural ensina para mulheres que “cuidar do binômio saúde/beleza é o caminho seguro para a felicidade individual. É o culto ao corpo na religião do indivíduo em que cada um é simultaneamente adorador e adorado”. O pós-guerra é analisado por Ana Lúcia de Castro (2008) como um ponto de inflexão na relação dos indivíduos com seus corpos, momento em que o culto ao corpo ganha novos contornos, impulsionado pela cultura de consumo e criando as condições para a proliferação das academias de ginástica e a consequente *cultura fitness*, na qual “malhar” torna-se um imperativo:

É curioso observarmos que o momento em que o culto ao corpo ganha espaço no interior da vida social é, coincidentemente, próximo do apontado como o ponto de inflexão das sociedades capitalistas ocidentais, que passam a ter uma nova configuração. Se a modernidade, a partir do pós-guerra, entra numa nova etapa e ganha contornos diferenciados, o mesmo ocorre ao culto ao corpo, ou à relação dos indivíduos com seus corpos (CASTRO, 2008, p.3).

Neste contexto, o cinema traz atrizes com corpos pequenos e curvilíneos, e os gestos tornam-se mais delicados. A partir da década de 1960, os corpos emagrecem e começam a representar elegância e poder, e as curvas começam a desaparecer dando espaço a um corpo esguio e retilíneo. Nos anos 1970, corpos excessivamente magros aparecem como objeto de desejo. Na década de 1980, despontam tratamentos estéticos, intervenções cirúrgicas e dietas alimentares que tentam garantir o alcance do padrão de beleza. Na década de 1990, as supermodelos viram ideal de beleza com seus corpos inatingíveis.

Kate Moss, ressuscitou a fragilidade física de Twiggy, desta vez com causa identificada: anorexia. A doença se alastra pelas passarelas e segundo os médicos, tem relação direta com a compulsão estética de um corpo magro estipulado às mulheres (ULLMAN, 2004, p. 96).

O corpo modelado nas academias aparece como o triunfo sobre a natureza. A exibição dos corpos revela “os signos de uma nova moralidade, que, sob a aparente libertação física e sexual, prega a conformidade a determinado padrão estético, convencionalmente, chamado de ‘boa forma’” (GOLDENBERG; RAMOS, 2002, p. 24-25). Surgem discursos que levam os sujeitos, especialmente as mulheres, a adotarem práticas corporais que incluem disciplinas rigorosas de alimentação e realização de atividades físicas, além de intervenções e tratamentos estéticos. A maior parte das mulheres investe grande parte de seu tempo em cuidados com o corpo, em prol de aperfeiçoá-lo e modelá-lo. Anseiam por um corpo disseminado nas mídias: magro, jovem e, muitas vezes, inatingível.

Nesse contexto, um corpo modelado passa a ser cada vez mais uma exigência. A pressão é exercida desde a infância, em um processo que realmente educa o corpo para a beleza. Em vez de brincar ou estudar, as meninas são incentivadas a usar batons e não engordar. As meninas aprendem a controlar e alterar o próprio corpo para atingir uma aparência perfeita.

As bonecas que imitam bebês perdem espaço, e as bonecas “manequim”, que valorizam as formas físicas e esguias ganham popularidade. O objetivo da brincadeira não é mais cuidar e alimentar uma boneca que representa uma criança, mas ser uma mulher adulta bela. A boneca “Barbie”, referência de beleza no mundo ocidental, foi criada no contexto pós-guerra, incentivando o consumismo capitalista, popularizando seu padrão corporal.

Estima-se que, desde a sua criação, um bilhão de bonecas Barbies foram vendidas em mais de 150 países [...] Com o status de boneca mais vendida do mundo, seu sucesso é sempre vinculado à beleza, à juventude e ao consumo. Devido às diversas adaptações visuais e à representação de diferentes etnias, a boneca norte-americana acompanhou as mudanças de tendência em moda, beleza e comportamento e construiu uma memória da cultura ocidental (CECHIN; SILVA, 2012, p. 2).

O advento do consumo de massa e a necessidade do aumento do consumo também estimulam uma mudança nos hábitos das mulheres. A mídia e as revistas femininas estimulam regimes e métodos para atingir a beleza, que é, cada vez mais, magra e jovem. A aparência corporal torna-se mais um fator de marginalização de alguns grupos. Para Del Priore (2000, p. 92):

[...] Mas o culto não é para todos. O tal corpo adorado é um corpo de “classe”. Ele pertence a quem possui capital para frequentar determinadas academias, tem personal trainer, investe no body fitness; esse corpo é trabalhado e valorizado até adquirir as condições ideais de competitividade de que lhe garanta assento na lógica capitalista. Quem não o modela, está fora, é excluído (DEL PRIORE, 2000, p. 92).

O ideal de corpo está, portanto, diretamente relacionado aos fatores socioculturais e interesses econômicos que alargam ou estreitam as fronteiras do corpo de acordo com o interesse dos grupos dominantes. As imagens do feminino são constantemente associadas à beleza e à obsessão em alcançá-la, especialmente por meio do consumo, que em certos momentos trata as mulheres como consumidoras, e em outros como objetos de consumo.

Ainda que o final do século XX e início do século XXI sejam marcados por uma obsessão coletiva pela magreza, e um consequente repúdio ao corpo gordo, que atravessa toda a cultura ocidental, e que o corpo gordo nunca tenha parecido ser tão rejeitado e evitado, seja em prol da saúde ou da beleza, surgem os discursos contrários ao costumeiramente posto nas sociedades que cultuam os corpos magros, entre eles, os encontrados nos blogs *plus size*.

Blogs *Plus Size*: o cuidado de si e a valorização do corpo obeso

É preciso considerar que os sujeitos não absorvem as transformações da sociedade de forma passiva e acrítica, sendo palco para paradoxos e conflitos, em que se busca a singularidade ou se tenta negar a diferença e alteridade dos corpos. Para Novaes (2005, p. 74), “como todo culto, toda moda, o impacto da moda do culto ao corpo sobre a sociedade só pode ser detectado a partir da compreensão da maneira como seus ditames são interpretados pelos indivíduos que, no interior de diferentes grupos sociais, lhe emprestam significados próprios”.

A criação de discursos sobre corpos hegemônicos e desviantes está inserida em uma relação de poder, que é instável e expressa uma constante disputa. Os grupos sociais são significados e representados no interior dessas relações de poder, em que os corpos são construídos e reconstruídos nos discursos, e adquirem materialidade.

Para Raymond Williams (1979), a hegemonia é um processo ativo, mesmo que não seja sempre dominante, já que não se pode esgotar as práticas e intenções humanas, havendo na prática, sempre espaço para resistências, disputas, subversões e surgimento de novos significados e valores, ainda que estes processos sejam limitados pela própria cultura.

Nos blogs de moda *plus size*, a questão política que se problematiza é a correlação entre gênero, corpo e obesidade. Os corpos femininos parecem, nos últimos anos, estar inscritos em uma rede mais aberta de discursos e saberes que permitiram a introdução e a propagação de outros modelos de vivência para a experiência do corpo obeso. Prega-se nestes espaços, a “livre escolha” no que diz respeito ao próprio corpo, seja na forma de cuidá-lo, de como exercer a sexualidade, vestir-se, quando e como apresentá-lo.

Estes saberes, todavia, regulam e controlam o corpo biológico e a intimidade das mulheres, dirigindo seus comportamentos, ao mesmo tempo em que parecem criar um sentimento de “autonomia”, em que essas mulheres seriam donas de si, de seus corpos e de seus gostos. Frases como “seja quem quiser”, “faça o que quiser”, “use o que quiser” são recorrentes nos blogs *plus size*, sempre aludindo a uma certa autonomia que as mulheres deveriam ter, ainda que sendo gordas.

Figura 6 – Postagem do blog *Beleza sem Tamanho*, de setembro de 2015, sobre autoestima e aceitação

12.09.15 ACEITAÇÃO AUTOESTIMA COLUNISTAS GORDA

GORDAS PODEM TUDO

E quando eu digo tudo, é tudão mesmo! Você pode ser feliz, amada, desejada, linda,ousada,estilosa, sedutora,sexy, invejável,yogi, atleta,dançarina, empoderada, dentre tantas outras coisas que qualquer mulher pode ser. Você pode! Você consegue! Acredite mais em você e duvide das opiniões negativas que só te colocam pra baixo! Aprenda e entenda que se alguém não te aceita, essa pessoas simplesmente não te merece! E seu valor não está no fato de estar ou não num relacionamento com alguém. Você não é definida por números, sejam eles da balança ou de redes sociais.



SINTA-SE LIVRE!

www.belezasemtamanho.com

Fonte: <http://belezasemtamanho.com>. Acesso setembro de 2015.

As questões que se colocam diante destas frases (“gordas podem tudo” e “sinta-se livre”, apresentadas na figura anterior) são se realmente estes blogs desconstruam as relações de poder, se estas mulheres realmente são donas de seus corpos e se agem, de fato, de maneira livre e autônoma. A construção do corpo é uma construção social e linguística, produto e efeito das relações de saber-poder como demonstra Foucault (1999). O obeso, portanto, também está inserido em formas de regulação social permeadas por relações culturais e históricas de saber e poder, pois a subjetividade se constrói no interior de processos sociais. Em resumo, os discursos nos blogs não são neutros e produzem efeitos na vida das mulheres obesas.

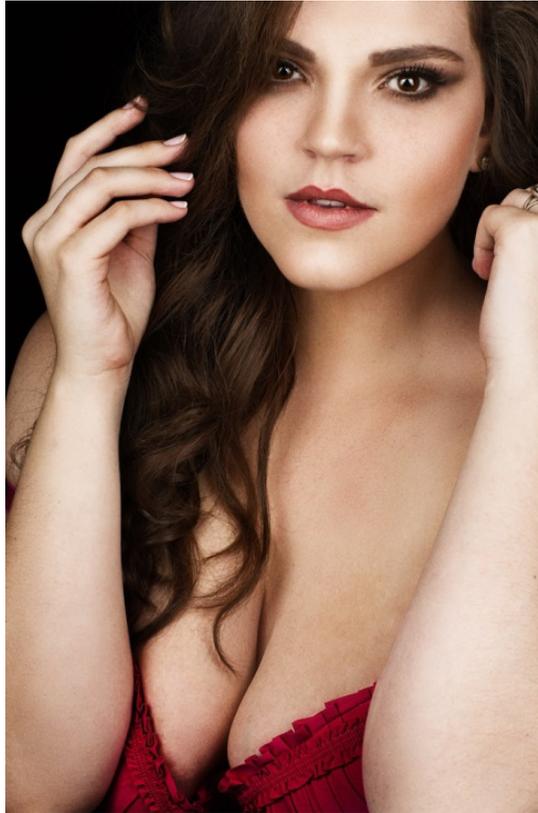
As práticas corporais apresentadas e incentivadas nos blogs de moda *plus size* também fazem parte da trama cultural confirmando o apontado por Foucault (2004, p. 27):

[...] pensamos que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares, e leis morais.

Os blogs *plus size* propõem um redescobrimiento dos corpos, propõem um olhar diferente daquele da exclusão, do constrangimento e do conformismo com um corpo que não se adapta. Eles sugerem que o corpo gordo também deve ser um corpo bem cuidado, saudável, bonito e atraente, e as mulheres devem manter as mesmas rotinas de cuidado e ascese que os corpos cultuados nas academias. Obesidade não aparece mais como sinônimo do desleixo e da preguiça, mas como um corpo diferente que é cuidado e modelado de acordo com um novo padrão: o *plus size*.

Embora os blogs proponham um discurso que não apregoe um corpo magro como ideal, ainda assim sinalizam um ideal de corpo: o corpo cuidado. Se as roupas não se adequam, use cintas; se o rosto tem marcas, cubra-o com maquiagem; e, até mesmo, se desejar, emagreça. A aceitação do corpo obeso reproduzida pelos blogs de beleza *plus size* não eliminam a ideia de cuidado de si e dos deveres de cada indivíduo consigo mesmo. Ainda que não desejem mais alcançar os corpos das magérrimas modelos das revistas, elas se inspiram em modelos gordas, mas não menos investidas dos artefatos lançados pela cultura do consumo para o embelezamento do corpo. Estas mulheres continuam se esforçando para aperfeiçoar seus corpos, ainda que o ideal a ser alcançado tenha se modificado.

Figura 7 – Foto da modelo Raphaella Tratsk, postada no blog *Mulherão*, considerada a atual revelação da moda *plus size* brasileira



Fonte: <https://blogmulherao.com.br>. Acesso em: setembro de 2015.

Foucault (2004) teoriza que o cuidado de si trata de técnicas que permitem aos indivíduos manipularem seus corpos, almas, pensamentos e condutas de forma que modifiquem a si mesmos para alcançarem um certo modo de perfeição. Os blogs *plus size*, assim como outros blogs de beleza, outras mídias sociais e até a mídia hegemônica, difundem uma ética que converte o *dever* de cuidar de si em um *prazer* em cuidar de si. Os blogs convocam as mulheres a cuidarem de si mesmas e ressaltam o corpo como sinônimo da identidade, devendo ser amado e tratado. Foucault (2005) aponta que o cuidado de si implica em ações sobre si próprio, em que o corpo deve passar por um processo de autoconhecimento e governo.

Os blogs estimulam e desafiam suas leitoras a prestarem mais atenção a seus corpos, a não os rejeitar, mas conhecê-los para cuidarem melhor de si mesmas. Os blogs são repletos de dicas para situações da vida prática, tais como: “gordas podem

ter parto normal?”³, “como ser uma gordinha sexy?”⁴, “9 dicas para quem está gorda e trava na hora do sexo”⁵, “qual o seu real manequim?”⁶ e, até mesmo “como ser gorda”⁷. Assim, ao longo das postagens, é possível perceber um processo visível que estimula as mulheres a conhecerem, explorarem, valorizarem e investirem em seus próprios corpos.

Denise Sant’Anna (1995, p. 123) aponta que cuidar de si implica “afinar a escuta em relação ao corpo próprio”. As práticas do cuidado de si são uma forma de pedagogia do corpo e da alma (FOUCAULT, 2004), como um cuidado permanente de si mesmo. A questão do corpo e dos cuidados de si orientam uma grande parcela das postagens dos blogs. Por serem socialmente consideradas desleixadas, as mulheres obesas são muito mais desafiadas nos blogs a administrar a própria vida, seus corpos e sua saúde, pois precisam provar que são conhecedoras e capazes de agenciar o próprio organismo.

Há uma educação do corpo gordo, que é tanto pedagógica quanto política, produzindo discursos de verdade que pressupõem um ideal de corpo obeso, uma vez que os blogs posicionam os sujeitos dentro destes discursos, de modo diferente das mulheres não obesas, mas não a partir de uma significação negativa.

A imagem a seguir, como tantas outras, evidencia e destaca o corpo obeso. A exaltação da opulência, focada nas costas e nádegas, transmite a imagem de que a mulher gorda é portadora de um corpo desejável e fortalece a ideia de que o corpo acima do peso é motivo de orgulho e de amor próprio. A lingerie, a pele, a maquiagem e os cabelos são destacados de forma a modelar uma imagem que educa uma nova visão sobre o corpo obeso. Este é o ideal de corpo propagado pelos blogs: um corpo cuidado e esquadrinhado.

Os blogs *plus size* apresentam uma infinidade de práticas corporais que prometem melhorar a saúde, o bem-estar e autoestima. Trazem novos interesses e conhecimentos sobre os corpos obesos, que passam a ser cuidadosamente controlados, tal como descreve Foucault (1988, p. 25): “corrigiram-se aos poucos as posturas; uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível e se prolonga, cria-se o hábito”, levando à formulação de um modelo de obesa cuidadosa, adaptada à orientação cultural hegemônica. As prescrições de cuidados com a beleza, com a alimentação, com os comportamentos, legitimam a ótica do cuidado, como um ato de responsabilidade perante si mesmas, e o descuido com o corpo é visto como uma forma de desleixo consigo mesmas.

3 Disponível em: <<http://blogmulherao.com.br/20619/gravida-gorda-pode-ter-parto-normal/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

4 Disponível em: <<http://blogmulherao.com.br/16827/como-se-tornar-uma-gordinha-sexy/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

5 Disponível em: <<http://juromano.com/home/9-dicas-para-quem-esta-gorda-e-trava-na-hora-do-sexo>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

6 Disponível em: <<http://belezasemtamanho.com/qual-o-seu-real-manequim/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

7 Disponível em: <<http://belezasemtamanho.com/como-ser-gorda/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

Figura 8 – Aline Zatar, para o site *Paparazzo*, republicado pelo blog *Entre Topetes e Vinis*



Fonte: <https://juromano.com>. Acesso em: março de 2015.

Figura 9 – Postagem no blog *Mulherão*, sobre não descuidar de si mesma

16 DE MARÇO DE 2011 22:47

Ser um mulherão com amor próprio não significa descuidar da saúde e engordar ainda mais

UNCATEGORIZED

Fazemos o Blog Mulherão para que todas as mulheres acima do peso se sintam bem consigo mesmas. Para que possam vislumbrar a felicidade independente de quanto sinalizam os cruéis ponteiros da balança. Entretanto (já disse isso várias vezes), ao recuperarmos nossa autoestima, voltamos a sorrir, a passear, a namorar, mas esquecemos de cuidar da saúde....

» CONTINUE LENDO...

 Tweetar  G+1  0  Curtir  0

 37 COMENTÁRIOS | COMENTAR

 por Benata Pozkus

Fonte: <https://blogmulherao.com.br/>. Acesso em: março de 2015.

Nos blogs *plus size* os corpos gordos são admirados, mas não sem a orientação de tentar otimizar suas potencialidades, cuidando de estrias, da flacidez, da hidratação, por exemplo, sem aceitar com resignação, os possíveis desgastes causados pelo excesso de peso. O corpo gordo é admirado desde que não exiba as marcas deste excesso. De acordo com Paula Sibilía (2004), trata-se de uma limpeza das impurezas que mantém o ideal de um corpo limpo e ascético, mesmo não estando no padrão hegemônico de magreza. A flacidez do corpo gordo não deve refletir uma “flacidez” na personalidade. Busca-se, a todo tempo, desvincular a imagem da obesidade a alguém que não sabe se controlar.

Figura 10 – Postagem estimulando as atividades físicas para mulheres obesas, no blog *Entre Vinis e Topetes*



Fonte: <https://juromano.com>. Acesso em: maio de 2015.

Estes discursos são característicos das sociedades de controle e reforçam a ideia de que a mulher é responsável pela própria vida e pelo próprio corpo. Essa dinâmica nos remete ao pensamento de Foucault (2002), sendo possível interpretá-la como correspondente a uma forma de adestramento mental e disciplinamento que normaliza o corpo e o ajusta aos padrões da sociedade de consumo contemporânea a partir das práticas disciplinares e das técnicas de cuidado de si. Os discursos sobre o cuidado de si são utilizados para sujeitar a subjetividade e normatizar as irregularidades, tendem a “controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

É possível perceber o poder disciplinador cotidianamente tentando conformar o corpo gordo. Nas sociedades contemporâneas, uma vigilância constante tenta normalizar os corpos, adequá-los a um determinado ideal de beleza, bem-estar, autocontrole e saúde através da disciplina e da biopolítica (FOUCAULT, 2004). Castro (2003) também aponta este processo de responsabilização e indica que os obesos são “pressionados moralmente”, sendo acusados de falta de “controle de si”. Para a autora:

Os manuais de auto-ajuda, a mídia e os conselhos dos experts em saúde levam os indivíduos a acreditarem em que as imperfeições e defeitos corporais são resultados da negligência e ausência de cuidado de si. Com disciplina e boa vontade, qualquer um poderia alcançar uma aparência mais próxima do padrão de beleza vigente. Àqueles que não o alcançam é reservada a estigmatização, o desprezo e a falta de oportunidades (CASTRO, 2003, p. 72).

A importância de controle do próprio corpo constantemente reforçada pelos blogs parece estar relacionada a uma sensação de poder, já que, ao dedicar-se a um estilo de vida com investimento no próprio corpo, o sujeito considera-se seguro, equilibrado e dono de sua própria realidade, capaz de tornar-se aquilo que desejar. Entretanto, esta adequação ao sistema parece ser, na verdade, um assujeitamento de seu corpo e seu modo de vida aos desígnios sociais. Ao invés de representar a liberdade de si e de seus desejos, o cuidado com o corpo obeso significa um aprisionamento moral e físico aos padrões estabelecidos socialmente.

As necessidades e prazeres corpóreos parecem estar subjugados às imposições de uma ordem *civilizada*. Norbert Elias (1990, 1993) afirma que o corpo reflete esta estrutura social contemporânea em que se busca o condicionamento do inconsciente pela razão, por meio do autocontrole e repressão aos impulsos espontâneos. Assim, os *desejos irracionais*, como o de comer alimentos calóricos e evitar exercícios físicos, devem ser *domesticados* intimamente e substituídos por padrões de comportamento ascéticos e ponderados, uma vez que a gestão social do corpo se dá por processos de autocontrole. Os corpos, comportamentos e estilos de vida devem ser submetidos a uma racionalização e consciência objetiva.

O processo civilizador moderno se reflete no corpo através da coibição da espontaneidade, baseado em uma dualidade que privilegia os aspectos mentais em detrimento do biológico. Este dualismo, pensado por Platão e Descartes, é central na modernidade e divide os sujeitos em uma subjetividade racional e um corpo material que aprisiona a mente. Segundo Le Breton (2003, p. 18), “os anatomistas antes de Descartes e da filosofia mecanicista fundam um dualismo que é central na modernidade e não apenas na medicina, aquele que distingue, por um lado, o homem, por outro seu corpo”. Descartes (1995) acreditava que o corpo deveria ser excluído do processo de produção do conhecimento, já que para ele a razão deveria ser separada de “perturbadores sensíveis”, a fim de se alcançar um conhecimento.

Os blogs *plus size* propõem a desconstrução da imagem carregada pelo obeso, de ser aquele que não conseguiu conter seus impulsos, que fracassa na busca por um corpo perfeito e permite que seus desejos primários se estabeleçam em detrimento de seu pensamento racional. A aparência corporal é fortemente associada ao seu caráter moral, pois corresponde à forma como este se apresenta cotidianamente, e cada vez mais, é representado pela forma de cuidado com o corpo. De tal maneira, o que os blogs buscam mostrar é que, ainda que estejam fora do *mainstream*, estão dentro de um padrão: o *plus size*.

Considerações finais

Na esteira de Mauss, Le Breton (2006) afirma que a propriedade primária da aparência se relaciona com as modalidades simbólicas de organização social e cultural à qual o sujeito é pertencente. Assim, a apresentação física de si corresponde socialmente à apresentação moral do indivíduo, determinando a quem serão direcionados os preconceitos e marginalizações. Neste sentido, percebemos que o obeso tende a buscar uma aparência mais próxima do padrão, eliminando, camuflando e escondendo as características que lhe distanciam do modelo aceito, renegando sua própria corporeidade e reforçando ainda mais os estereótipos relacionados à obesidade.

Na composição dessa nova imagem da mulher obesa, a definição de beleza e cuidado pessoal acompanha as demandas das sociedades de consumo. Essas mulheres buscam ser bem-sucedidas na carreira, nos relacionamentos, na maternidade, sempre elegantes, inteligentes e belas. Os blogs criam a imagem de uma mulher obesa realizada, forte, corajosa, participativa, atraente, constituindo um importante discurso que produz distintas identificações. Os blogs são, portanto, uma tecnologia de autogoverno que politiza o corpo obeso e cria “novos” discursos sobre a obesidade dentro da própria lógica das sociedades de consumo.

Em conclusão, podemos afirmar que os blogs *plus size* têm se destacado por questionar os padrões de beleza que relacionam magreza à perfeição corporal, especialmente no que se refere à indústria de moda e cosméticos. Contudo, embora estes blogs apareçam como espaços para uma mudança de valores em relação ao corpo, resultam em nortear um certo nicho de mercado, voltado para o público feminino. O mote de que todos os corpos devem ser belos parece, em um primeiro momento, libertar as mulheres das amarras sociais, entretanto, os discursos acabam muitas vezes reificando a imagem feminina e a estetização da beleza, apenas ampliando a gama de corpos considerados “aceitáveis”.

Nesses blogs, o consumo medeia a abertura dos espaços sociais para as mulheres obesas e o novo olhar sobre esse segmento de consumidoras. Ainda que lutem para que seus corpos sejam aceitos, os discursos das mulheres em blogs *plus size* continuam a manter ideais difíceis de serem alcançados, estimulando uma vida ascética e regrada, sem considerar diferenças culturais, étnicas, sexuais e econômicas, por exemplo. Os blogs assumem um papel mercadológico de manter o controle sobre os corpos obesos. Se antes estes eram considerados *outsiders*, por meio do cuidado de si e do consumo se tornaram parte do sistema. O consumo, a partir destes discursos, ganha conotação de ativismo e de consumo consciente, porém, em seu escopo, estes espaços virtuais reiteram, na verdade, as representações daquilo que combatem: um corpo que sofre na busca de adaptar-se a um padrão socialmente estabelecido.

Referências

- AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (Orgs.). **Blogs.com**: estudos sobre blogs e comunicação. São Paulo: Momento editorial, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- _____. Imagens do corpo e cultura de consumo. **ComCiência**, v.99, p. 1-4, 2008.
- CECHIN, Michelle Brugnera Cruz; SILVA, Thaise. A boneca Barbie na cultura lúdica: brinquedo, infância e subjetivação. **Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 1, p. 20-42, 2012.
- COBO ROMANÍ, Cristóbal.; PARDO KUKLINSKI, Hugo. **Planeta Web 2.0**: inteligencia colectiva o medios fast food. Barcelona, México, DF: Grup de Recerca d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic. Flacso México, 2007.
- DEL PRIORI, Mary. **Corpo-a-corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo no Brasil. São Paulo: SENAC, 2000.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- _____. **Vigiar e punir**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004.
- _____. **História da sexualidade 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo Silva. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Nu e vestido**: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 19-39.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2000.
- INGLIS, Fred. **Breve história da celebridade**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2012.
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas: Papyrus, 2003.
- _____. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Procesos de comunicación y matrices de cultura**: itinerário para salir de la razón dualista. México: Gustavo Gili, 1987.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 399-422.
- NOVAES, Joana de Vilhena. **O intolerável peso da feiura**: sobre as mulheres e seus corpos. Rio de Janeiro: PUC/GARAMOND, 2005.
- ROJEK, Chris. **Celebridade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 93-101.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. **Políticas do corpo, elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- SOARES, Carmem. **Corpo e história**. Campinas: Autores Associados, 2001.

SIBILIA, Paula. O pavor da carne: risco da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo.

Revista Famecos, Porto Alegre, n. 25, dez., p. 68-84, 2004.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues; MEYER, Dagmar Estermann. O que se pode aprender com a “MTV de papel” sobre juventude e sexualidade contemporâneas? **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 136-148, 2003.

ULLMAN, Dora. **O peso da felicidade**: (ser magro é bom, mas não é tudo). Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em 13/10/2017

Aceito em 12/01/2018

A CICATRIZ DA CESÁREA (IN) DESEJADA: marca que significa corpos e mulheres na atualidade

THE DESIRED (IN) CESAREAN SCAR: brand that means bodies and women today

Rosamaria Giatti Carneiro*

Resumo

Cresce no Brasil o número de mulheres adeptas do parto “mais natural” e/ou parto humanizado. Nesse universo, de camadas médias, nega-se a cesárea como método mais seguro de nascer e vigora a ideia de que o parto sem as rotineiras intervenções médicas pode ser libertário e transformador. Mas nem todas essas mulheres alcançam a experiência desejada, experimentando a cirurgia como via de nascimento. De minha incursão nesses grupos de mulheres, presenciais (CARNEIRO, 2015) e mais recentemente virtuais, percebo que a cicatriz deixada por esse procedimento se faz corporalidade e cultura, na esteira do pensado como *embodiment* (CSORDAS, 2008; MALUF, 2001). Enquanto “marca” física e emocional pode simbolizar trauma, fracasso de um projeto ou, então, avessamente, o motor para uma outra experiência. Algumas dessas mulheres viveram uma depressão pós-parto e esconderam-se de/a si mesmas; outras corporificaram a denúncia da violência em projetos imagéticos pessoais; enquanto outras seguiram depois, em outra gestação, em busca do *Vaginal Birth After Cesarean Section* (VBAC). Para pensar sobre os significados dessa cicatriz, inspirada em Das (2007), partirei de seus corpos entrecortados, a fim de refletir sobre sofrimento e pessoa.

Palavras-chave: Cesárea. Marcas. Sofrimento. Pessoa.

Abstract

The number of women who are more “natural” and / or humanized labor is growing in Brazil. In this medium-sized universe, cesarean delivery is denied as the safest method of birth, and the idea that labor, without routine medical interventions, can be libertarian and transformative, holds true. But not all of these women achieve the desired experience and experience surgery as the way of birth. From my foray into these groups of women, face-to-face (CARNEIRO, 2015) and more recently virtual, I realize that the scar left by this procedure becomes corporeality and culture, in the wake of the idea of *embodiment* (CSORDAS, 2008 and MALUF, 2001). While physical and emotional “branding” can symbolize trauma, failure of one project or, then, averse, engine for another experience. Some of these women experienced postpartum depression and hid from themselves; others embodied the denunciation of violence in

* Professora da Universidade de Brasília/Brasil, doutora em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp/Brasil. E-mail: rosacarneiro@unb.br

personal imagery projects; while others followed in another gestation in search of the Vaginal Birth After Cesarean Section (VBAC). To think about the meanings of this scar, inspired by Das (2007), I will depart from their broken bodies in order to reflect on suffering and the person.

Keywords: Cesarian. Scars. Suffering. Person.

Notas Introdutórias: fontes e contextos

Este artigo se dispõe a refletir sobre os significados da cesárea e de sua cicatriz para mulheres que a viveram, mas não a desejavam. Debruça-se mais especificamente sobre as estórias de parto e de pós-parto de mulheres que queriam um parto natural, sem intervenções médicas e farmacológicas, mas que, por uma série de questões, experimentaram o seu contrário na cirurgia. São mulheres, em sua maioria, de camadas médias e inseridas no movimento do parto humanizado (CARNEIRO, 2015). Para discutir se e de que modos a cicatriz e a cirurgia lhes dão outros contornos de corpo e de pessoa, explorarei distintas fontes de campo: trechos e passagens de minha etnografia entre mulheres paulistas que buscaram um parto mais natural entre 2007-2011 (CARNEIRO, 2015); *posts* de redes sociais de mulheres que viveram a cesárea, colhidos intermitentemente nos últimos 2 anos (2015-2017) em plataformas a serem citadas, e, por fim, teoria antropológica sobre corpo e/ou produções imagéticas que dialoguem ou explorem o sofrimento e a dor decorrentes da cirurgia, desde que provientes de mulheres que a sentiram.

Desse modo, diferentes e múltiplas serão as fontes consideradas. Todas, no entanto, no sentido de pensar sobre os significados da cesárea, de suas marcas no corpo e desenho de pessoa dessas mulheres. Elas têm temporalidades diferentes: a etnografia foi escrita entre 2007-2011. Estive em grupos de preparo para o parto e em partos entre as adeptas de outros modos de parir por quase 3 anos (CARNEIRO, 2015), tratando de mapear leituras de corpo, pessoa e sexualidade. A coleta de *posts* sobre os significados da cicatriz e da cirurgia nas redes e grupos virtuais aconteceu mais recentemente a partir do surgimento de casos como esses, pouco frequentes até então; enquanto os textos têm por base a atemporalidade dada sua potência analítica. Penso, entretanto, que essa diversidade só adensa o argumento, explorando tempos e espaços diversos; ainda que, novamente, importe ressaltar, toda a discussão a ser travada tenha por solo uma parcela das mulheres brasileiras: as de camadas médias e adeptas do parto mais natural (CARNEIRO, 2015) que experimentaram uma cesárea indesejada, tanto no Brasil, como nos EUA e na Europa.

Quem são e o que querem essas mulheres?

Cresce no Brasil o número de adeptas do que tenho denominado de ideário do parto humanizado (CARNEIRO, 2015). Se nas décadas de 1980 e 1990, pudemos assistir a prevalência das cesarianas como modo mais seguro, rápido e indolor de nascer, com o advento das críticas ao modelo de obstetrícia, sobretudo, a partir dos anos 2000, passou a existir um movimento contracorrente. Tal reação passou a indagar o alto índice de cesáreas realizadas no país, o conjunto de intervenções

desnecessárias no corpo feminino e do recém-nascido e as consequências de tais práticas no que tange à morbimortalidade materno-infantil. De início, esse coro reativo foi composto por profissionais de saúde, porém, pouco a pouco, foi engrossado por mulheres de camadas médias que buscavam um outro tipo de parto, diferente do “parto que corta” ou “não-parto”. Nesse mesmo período, despontou a Rede de Humanização do Parto e do Nascimento(ReHuNa)¹ e uma gama de grupos de preparo para o parto humanizado e listas virtuais de discussão sobre esse momento da vida das mulheres.

Tornou-se comum encontrar blogs que tematizam o parto e o pós-parto, imagens de parto, desabafos e críticas ao vivido por algumas mulheres, maternidade ativa e cesarianas indesejadas mais expressivamente na rede social Facebook². Dessa forma, fala-se e escreve-se mais abertamente sobre o parir e o nascer entre as mulheres e casais de camadas médias e de centros urbanos e, talvez por isso, pesquisas sobre tais temas também tenham se tornado mais presentes como a da Fundação Perseu Abramo (2010)³, que explorou a ideia de violência no parto e concluiu que a cada grupo de 4 mulheres, 1 declara ter vivido violência ao parir.

Entre as “adeptas do parto humanizado” vigora o desejo de um parto singular e não somente mais um parto “dentro do sistema”, a saber, com as rotinas de atendimento padrão (CARNEIRO, 2015). Questionam, por essa razão e a título de exemplo, a cesariana agendada; os procedimentos de recepção do recém-nascido (aspiração, banho, colírio, vitamina K, corte do cordão); os benefícios da episiotomia e do uso da analgesia peridural; criticam a falta de acolhimento nos hospitais e a separação da mulher de seus familiares e criança ao nascer. E assim, apontam para os limites e vícios de um olhar biomédico que estigmatiza o nascer e o parir, que o torna *a priori* perigoso e arriscado.

De forma bem geral, pois o cenário comporta todo o tipo de nuances, opera no Brasil atual a “cultura da cesárea agendada”, geralmente, entre 37 e 40 semanas; sem sinais de trabalho de parto; com o objetivo de “evitar a dor” ou “o sofrimento” ao recém-nascido. A cesariana é uma cirurgia de médio porte que conta com anestesia epidural, lenta recuperação da mãe e de risco materno aumentado em termos de infecção e hemorragia pós-parto. Ou então, coexiste um modelo de “parto vaginal”, alcunhado emicamente, de “parto frank” (cadernos de campo, 2008-2010), numa alusão a Frankenstein, em que a mulher é submetida ao “efeito cascata” (CARNEIRO, 2015): chega ao hospital, se desfaz de todos os seus aparatos e adornos pessoais, usa a camisola branca para uniformizá-la, tem os pelos pubianos raspados e o intestino “limpo” por meio de uma sonda; recebe ocitocina (hormônio) na veia para aumentar as contrações uterinas, é proibida de andar durante o trabalho de parto e/ou assumir outras posturas de parto, recebe anestesia e, por vezes, tem a sua bolsa rompida

1 Organização da sociedade civil que desde 1993 vem atuando em forma de Rede em todo o Brasil. Ver: <http://www.rehuna.org.br/>.

2 Muitos desses grupos são “fechados”, por isso não podem aqui ser mencionados, em razão de um pacto de confidencialidade.

3 Ver: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou>>

artificialmente; não suporta as dores e, assim, ou pare o bebê sem nenhum amparo e em tais condições. Ou ainda, quando pode, pede pela cirurgia por conta da agressão de todo esse processo.

Dessa forma, as mulheres que querem parir naturalmente dizem querer escapar desses modelos e, para isso, procuram informações, profissionais e alternativas de parto, como o parto domiciliar, por exemplo (CARNEIRO, 2015). Na etnografia realizada em grupos de adeptas do parto humanizado paulistas (CARNEIRO, 2015), percebi que antes de se consolidarem em um grupo com características muito definidas, compõem um conjunto bastante heterogêneo em termos de estilo de vida, idade, religião, profissão, conjugalidade, razões de escolha do parto natural etc. Porém, em outros sentidos, se aproximam ao terem acesso e contarem com a internet como ferramenta de articulação; serem críticas em relação ao modelo médico vigente e adensarem as camadas médias, ainda que com múltiplas configurações econômicas.

Em síntese, perseguem uma experiência de parto que “seja sua” e não somente a de mais uma mulher, passando pelo procedimento que se tornou padrão no Brasil. Entendendo o corpo feminino antes como possibilidade e menos como fragilidade e perigo, como ao que parece pensar a obstetrícia moderna desde o seu início (CARNEIRO, 2015).

A cesárea nessa roda de mulheres: quando a experiência é a indesejada

Vale refletir sobre como a cesárea, justamente o que se busca evitar, tem sido compreendida nesse universo feminino. Enquanto procedimento do qual nenhuma mulher estaria isenta, já que pode ser necessária para salvar vidas, pouco parece ser pautado nas reuniões de preparo para o parto natural. Segundo Joana, uma doula e coordenadora de um dos grupos de preparo para o parto por mim etnografados, “pouco se fala sobre a cesárea nas reuniões” (notas de campo, 2009). E “quando o tema é esse, o encontro parece não fluir” (notas do caderno de campo, 2010). Nesse sentido, a cirurgia, a princípio, figura como um “tabu”, algo a ser negado e que as mulheres costumam a trabalhar como algo que pode vir a acontecer. A cesárea, assim, seria “o não dito”, aquilo que se nega, mas que tampouco se aceita.

Em outros registros, quando acontece, ao menos do que pude depreender de meu trabalho com mulheres paulistas adeptas de outros modos de parir, a cesárea vem significada como “trauma”, “tristeza” e “indignação”, tanto para aquelas que já passaram pela cirurgia em uma primeira gestação, quanto as que a negaram veementemente como melhor modo de parir (CARNEIRO, 2015). Para algumas dessas mulheres, a cesárea representou uma expropriação, “o roubo de uma experiência” (CARNEIRO, 2015, p.154). Nesse grupo, concentram-se as mulheres que se decepcionaram com seus médicos e consigo mesmas por não terem evitado o corte abdominal. E que, em situações extremas, mas bastante comuns, vivenciaram uma depressão pós-parto, um *baby blues*. Ou dificuldade de relação com os filhos etc.

Mas pode ainda a cesárea representar “o corte”, “a ferida na alma” e a fragmentação da pessoa. Nesse registro, a incisão além de física parece ser também

emocional. Nesses casos, algumas mulheres se isolam, deixam de reconhecer a si mesmas, afastam-se do movimento de humanização do parto e ou, por muitas vezes, ao contrário, permanecem em silêncio. E outras que, bem diferentemente, fazem dessa desilusão o motor para o ativismo por outras mulheres (CARNEIRO, 2015) ou para uma outra experiência pessoal, tornando-se doulas, obstetrizas, parteiras. Ou então, perseguindo um VABC.

“Eu caí numa cesárea”: a segmentação do grupo

Eu já era enfermeira há 5 anos e me informei muito durante a gravidez, participava de grupos no Orkut, e mesmo assim **caí numa “desnecesárea”** quando completei 41 semanas, por falta de dilatação, bebê podia entrar em sofrimento a qualquer momento, a placenta podia envelhecer de repente, se entrasse em trabalho de parto no meio da semana poderia não ter vaga no hospital que escolhi etc. Enfim, **caí na faca** com 41 semanas e depois que digeri fui atrás de informação, virei ativista e me especializei para tentar fazer diferença na vida de outras mulheres, para que não passem pelo que passei (ANJOS, 2015b – grifos em negrito nossos).

É comum em rodas de parto escutarmos depoimentos pessoais. Entre os principais, quase sempre aparecem os relatos de partos em casa bem-sucedidos, mas também, entre um ou outro, aparece uma mulher com as seguintes palavras: “eu tentei de tudo, me preparei, mas caí numa cesárea”. Ou, “vivi uma desnecesárea”. Ou ainda, desoladamente, “perdi para o sistema!”, fazendo referência emicamente ao regime da cesariana regra de atenção no Brasil.

Esse “cair em uma cesárea” figura quase como cair numa armadilha. Ou então, sugere um fracasso, uma espécie de “nadar contra a maré, mas morrer na praia”. Interessante é que tais narrativas despontam depois de já aquecida a discussão nas reuniões dos grupos. Raramente abrem a roda de relatos e, para as que viveram a cesárea, aparecem, muitas vezes, como motivo de tristeza ou vergonha. Da cicatriz, então, ou pouco se fala, ou aparece como marca que fragmenta, corta e mutila a pessoa.

“Fiz todo o possível, mas no meu caso não deu ...”. Algumas dessas mulheres nem mesmo voltam aos grupos de preparo para o parto de origem para relatarem as suas experiências e outras tampouco escrevem em seus blogs. Muitas preferem o silêncio e o isolamento. E assim entre o desejo, o preparo para o parto em casa e o desfecho final aparece um hiato. Um hiato, ao que parece, de ser difícil de ser simbolizado.

Posto dessa maneira, no grupo maior das adeptas do parto humanizado, encontra-se hoje um grupo menor: o das mulheres que queriam um parto humanizado, mas vivenciaram uma cesárea. Nesse, entretanto, e por sua vez, pôde-se perceber uma subdivisão: o das mulheres que “caíram numa cesárea” (buscaram o parto natural, mas nem sempre passaram pelo trabalho de parto) e as mulheres que passaram por uma “transferência”, termo nativo que significa a migração de um parto em casa para o hospital, com ou em trabalho de parto, e

que pode terminar na denominada “cesárea intraparto”. A diferença entre ambos os grupos é fundamentalmente a vivência do trabalho de parto antes do desfecho final. Diferencial esse, contudo, que, como se verá, pode pesar na simbolização do vivido, posto que, para algumas mulheres que vivenciaram o trabalho de parto, a cesárea final pode ser compreendida como necessária. Enquanto que, para as mulheres que nem experimentaram as contrações, pode ser mais difícil a narrativa e a compreensão do vivido. Nessa chave, “ter tentado até o fim” aparece como justificativa da aceitação do procedimento cirúrgico e de uma “cesárea necessária” ou “realmente necessária” como se pode ler nos grupos e listas virtuais e presenciais.

[...] Me fica um pingo de frustração por não ter parido minha filha. Queria sentir o expulsivo, queria sentir ela saindo de mim através do nosso próprio esforço conjunto, queria pegá-la e acolhê-la.

[...] Sei que o trabalho de parto não foi em vão e isso me acalenta. Nenhuma “gota” de ocitocina (o hormônio do amor) é desperdiçada (ALAYA, 2013).-

Para além disso, ter vivido o trabalho de parto, para esse grupo de mulheres, figura também como respeito ao momento de o bebê nascer, a espera vivida e o tempo fisiológico, tão valorizado nesse campo. Muitas mulheres consideram ser fundamental para o vínculo com a criança e para a “descida do leite”.

Certamente a ocitocina que liberamos durante o trabalho de parto ajudou no nosso vínculo, ajudou na decida do leite, a estarmos preparadas. **No segundo dia no hospital eu já tinha leite -- é por que passei pelo trabalho de parto! Minha filha nasceu quando ela estava pronta**, quando ela quis, não foi arrancada de mim antes da hora. Não me arrependo do que vivi e do que planejei, e faria tudo outra vez (ALAYA, 2013 – grifos nossos).

Por fim, não é incomum que a cesariana vivida por esses dois grupos de mulheres termine significada pelos sentimentos de “culpa” ou de “fracasso” como se o corpo daquela mulher não tivesse sido capaz de parir. Falta de coragem, problema emocional ou corporal, falta de persistência são algumas das emoções e percepções que, em seguida, parecem circular entre tais mulheres. Ou então, para algumas, quando vivido o trabalho de parto (ou não necessariamente), a postura pode ser outra, como por exemplo:

Decidi não cultivar sentimentos de culpa ou fracasso. Quando uma mulher consegue parir, as pessoas a congratulam com adjetivos positivos sobre como ela é forte, empoderada, parideira... Teria sido eu fraca? Teria meu corpo falhado? Eu tinha algum defeito que me impediu de parir? Tinha alguma trava emocional que não soube identificar? **Toda minha experiência era inválida porque terminei em cesárea? Não! Eu não ia entrar nessa armadilha emocional** (ALAYA, 2013 – grifos nossos).

HomeBirth Cesarean in USA: a new category to think

No Brasil, ao que parece, dada a novidade do ideário do parto humanizado e do parto em casa urbano e contemporâneo, pouco ainda se discorre sobre as trajetórias de mulheres que buscaram um parto em casa, mas tiveram de migrar para o hospital e passar por uma cesárea. Nos Estados Unidos, entretanto, a partir de 2012, tanto o assunto quanto o grupo ganharam espaço e um termo específico para nomeá-lo: *Homebirth Cesarean*. Expressão usada entre e para as mulheres que buscaram parir em casa, mas que, por muitas razões, tiveram de ir para o hospital e vivenciar a cirurgia. O termo surgiu em 2011 por iniciativa de uma estudante de *midwife* (parteiras), Courtney Jareki, que teve de ser transferida para o hospital por conta da presença de mecônio (fezes do bebê no interior do útero), depois de quase 50 horas de trabalho de parto⁴.

Jareki inicia o grupo de apoio para mulheres nessa mesma situação depois de ter vivido um difícil pós-parto e ter contado com o apoio de suas parteiras para a elaboração do processo. Inicialmente, a proposta ocupava uma página no Facebook, mas, em seguida, surgiu o blog e depois um livro, que conta com um capítulo específico sobre a necessidade de transferência para os hospitais. Nele, Jareki chama a atenção para a necessidade dos próprios profissionais preparem as mulheres para essa possibilidade e ainda no pré-parto, mas também a si mesmos enquanto profissionais, pelo seguinte motivo,

[...] mãe no hospital abandona controle de seu trabalho, seu corpo, seu bebê, e agora ela deve lidar com inúmeras intervenções. Ela pode se sentir incapaz de parar o trem de loucura que ela percebe que seu nascimento está se tornando, e ela pode renunciar a sua tomada de decisão, de autonomia. Além disso, a equipe do hospital raramente percebe e reconhece a dor mental, espiritual e emocional de um transporte. Muitas vezes eles simplesmente veem uma mãe *homebirth* que pode ser difícil de trabalhar, porque ela está protestando intervenções. Mas quando o pessoal do hospital reconhece a angústia do transporte e outras escolhas de cuidado, sempre que possível, a mãe pode sentir que mantém a sua dignidade e o seu direito à autodeterminação (LOWE, 2015).⁵

4 Veja o depoimento completo em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J11DkcMvo8A>>.

5 Tradução da autora: "... mother in the hospital relinquishes control of her labor, her body, her baby, and now she must contend with numerous interventions. She may feel unable to stop the train of madness that she perceives her birth is becoming, and she may surrender her decision-making autonomy. Furthermore, hospital staff rarely recognize and acknowledge the mental, spiritual, and emotional pain of a transport. Often they simply see a homebirth mother who might be difficult to work with because she is protesting interventions. But when hospital personnel do recognize the distress of transport and other choices in her care whenever possible, the mother can feel that she maintains her dignity and her right to self-determination."

Esse grupo conta atualmente com mais de 3000 participantes e Jareki desenvolve também um trabalho de informação e de cuidados (oficinas vivenciais) com mulheres que vivenciaram uma cesárea indesejada. Em seu blog, encontra-se ainda bibliografia especializada, artigos, mídias e livros sobre o tema; espaço em que também circulam notícias de eventos e agenda de suporte para mulheres e famílias. O escopo maior parece ser evitar a depressão pós-parto, escutar tais mulheres e suas estórias e evitar problemas de vinculação com o bebê. E talvez, ainda mais, ou sobretudo, apontar para a existência desse grupo de mulheres.

Corpos marcados, sofrimento e trauma

Eu tremia muito de reação da anestesia raquidiana. Tremia de frio e tremia da descarga de adrenalina (assim me disse o anestesista que foi muito gentil me tranquilizando). Senti o bisturi elétrico traçando linhas no meu corpo, senti o cheiro da minha carne, a Rosana me abria ... (ALAYA, 2013).

“Eu senti o cheiro da minha carne”. Ou, “[...] era mais um corpo indo ser cortado, era mais uma”. Frases como essas desabafam sentimentos de sofrimento e, em certas situações, de trauma. Nesses casos, salientado pela cicatriz deixada pela cirurgia. Nos relatos virtuais e presenciais, as palavras nos falam antes do corpo, mas que é também pessoa. Corpos cortados, pernas adormecidas, líquidos escorrendo pelas costas, manipulação no ventre para a retirada do bebê. Curioso é que são sensações corporais, mas também imagéticas, já que “fisiologicamente” as mulheres estão anestesiadas e “nada poderiam sentir”. Talvez por conta desse “não sentir nada” ser exatamente a sensação do pesar e de tristeza, paradoxalmente, é sentido. Elabora-se pelo que se não sentiu. Enluta-se pelo não sentido. Mas ao mesmo tempo as palavras transparecem pura sensação, algo a ser pensado a partir da ideia de que o corpo é cultura e faz cultura (CSORDAS, 2008) e de que entre natureza e cultura (corpo/mente) existe muito mais relação, invenção e imbricamento do que *a priori* ou antecedência (WAGNER, 2010).

Dessa forma, como se viu no relato anterior, não sentir o período expulsivo do bebê, a dor e o parto vaginal é justamente o motivo do sofrimento. Nesse registro, deixar o corpo para outrem manipular é a razão do descontentamento e, por vezes, do trauma. Da cirurgia vivida certamente restam as lembranças (das quais pode-se, ou não, querer falar), mas um registro corporal e imagético: a cicatriz da cirurgia. Esta fala por si só e parece poder revelar algo que nem mesmo aquela que a porta gostaria de revelar.

Foi horrível. Meu marido filmou. Não consigo assistir sem chorar, mal consigo ver. Doeu muito. Doeu o pós-operatório, doeu não ser respeitada, dói a cicatriz até hoje, não no corpo, mas a que ficou na alma. O luto do parto roubado (ANJOS, 2015a).

Tais registros corporais podem, contrariamente, inspirar a verborragia. Como sustentado anteriormente, o corpo fala, o corpo faz falar e simbolizar, cria cultura. Por isso, mesmo nos casos em que cala, também fala. Para Venna Das,

antropóloga indiana que reflete a partir dos testemunhos e cotidiano de indianas que sobreviveram à partição da Índia,

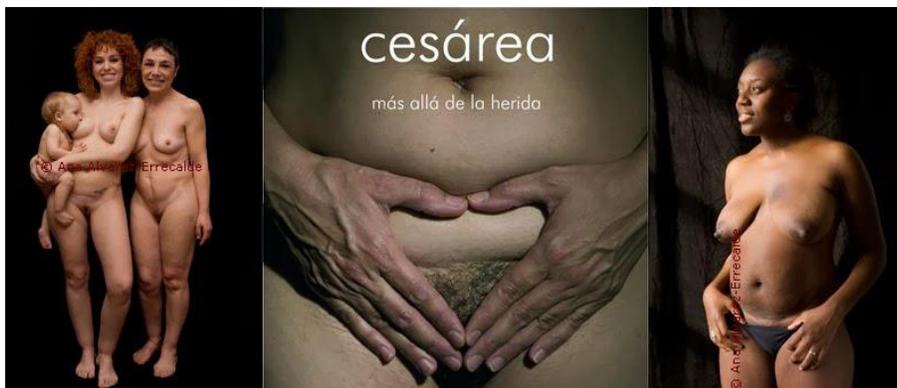
através de complexas transações entre corpo e linguagem, elas foram capazes de dar voz e de mostrar os prejuízos causados a elas e também de dar testemunho do dano causado ao tecido social como um todo – o ataque era à ideia mesma de que grupos diferentes fossem capazes de habitar o mundo conjuntamente (DAS, 2011, p. 11).

Mas toda a postura do corpo, ao oferecer critérios externos pelos quais os outros possam ler o “interno”, é um movimento cultural importante que está mergulhado, neste caso, na gramática da vivez na sociedade indiana. Inclino-me a dizer que o corpo se torna quase expressivo demais para carregar (DAS, 2011, p. 24).

No caso das mulheres que viveram uma cesariana indesejada, o corpo cortado, por vezes, também se torna expressivo demais para carregar e outros caminhos são trilhados no sentido de se retornar ao cotidiano, termo também pensado por Das. Eis então, por um lado, a importância do testemunhar e do narrar o vivido para dar vazão à dor e se anunciar enquanto pessoa a partir do extraordinário (cesariana indesejada).

Justamente com esse foco, existe um projeto fotográfico de Alvarez-Errecalde, uma fotógrafa argentina radicada em Barcelona que ilustra as marcas corporais deixadas por cesarianas indesejadas de um conjunto de mulheres espanholas. *Cesárea, más allá de la herida* (ALVAREZ-ERRECALDE, 2010) conjuga cicatrizes e textos/palavras das próprias mulheres sobre o experimentado. Nas fotos, as mulheres assumem posições, gestos e trejeitos como os que se veem abaixo, acolhendo a marca no corpo e expondo sua intimidade.

Figura 1 – Capa do livro *cesárea más allá de la herida*



Fonte: <http://alvarezerrecalde.com/portfolio/cesarea-mas-alla-de-la-herida/>

Se algumas imagens demonstram acolhimento e ressignificação, outras trazem à tona violência, cegueira e opressão como na imagem a seguir, que, em especial, parece nos remeter a um sofrimento e a uma sensação de expropriação dos próprios sentidos. De acordo com um vídeo disponível na internet⁶ que expõe o projeto, “a cesárea seja por alegria ou tristeza sempre deixa uma marca”. Mas, “a sociedade não permite que a mulher lamente a sua experiência”.

Figura 2 – Auto-retrato⁷



Fonte: <http://alvarezreccalde.com/portfolio/cesarea-mas-alla-de-la-herida/>

Em certas situações, o testemunho carrega ainda uma dor latente. Em outras, já há um processo de ressignificação do ocorrido. A primeira imagem denota um acarinamento com a cicatriz, enquanto que esta última e relatos como o que segue, arrastam a dificuldade de dizer-se e o sofrimento oriundo da experiência não desejada e simbolizada como trauma.

⁶ Veja o vídeo completo em: <<http://mamikanguro.com/blog/cesarea-mas-alla-de-la-herida/>>.

⁷ Em sua origem, esta imagem não possui título; o título aqui atribuído se restringe ao papel que ela desempenha neste texto.

Fui pra cesárea. Me senti a pessoa mais incapaz do mundo, frágil. Achava que tinha alguma coisa errada comigo, e por que justo comigo? Tantas pessoas ao meu redor marcavam cesárea, e eu, que queria ter normal, não podia, porque tinha algo errado comigo... Me senti péssima mãe, pois a médica tinha dito que meu filho já não estava bem dentro de mim. Me senti um monstro fazendo mal para o meu próprio filho... Como eu poderia ser capaz? (ANJOS, 2015a).

Pelo que se nota atualmente, essas imagens de corpos e os respectivos processos de testemunho podem ser/aparecer como individuais ou coletivos, por meio de blogs e relatos individuais nas redes sociais. Mas também em grupos coletivos, fechados e abertos, virtuais ou presenciais que abordem a questão. A imagem e o relato que seguem, por exemplo, pertencem a um grupo de discussão virtual sobre cesariana indesejada, funcionando como uma espécie de símbolo ou totem que aproxima mulheres que sofreram o mesmo trauma e que, no coletivo, se reconhecem e buscam por outros significados para a experiência. Dela se pode deprender cores e leveza, uma mulher com ventre cortado, uma cicatriz, lado a lado com seu companheiro e bebê, em uma cena de profundo acolhimento. Longe de retratar dor e opressão, traz à tona um processo de “aceitação” da experiência vivida, ainda que indesejada e, desse modo, fala dessas mulheres de outro modo que não o das mulheres que sofreram violência.

Figura 3 – Cesarean 2



Fonte: <https://www.mandalajourney.com/cesarean2>

Porque eu recebi o comentário “pelo menos o seu bebê é saudável” tão frequentemente, tão rapidamente, que eu imediatamente me sequestrei. Eu não queria ouvir aquela... frase. Senti-me inválida. Eu não queria olhar ninguém na cara. Não queria que ninguém visse os meus olhos chocados e aterrorizados e dissesse: “Mas você está viva!” Eu queria e precisava de alguém para dizer: “Você é incrível. Você é tão forte. Você é uma mãe. Obviamente você tem uma resistência e resiliência extraordinárias! “Ou melhor ainda, “Sim, dói. É uma merda que não tenha nascido em casa. Estou aqui para você”. Finalmente consegui dizer essas coisas para mim. Fiquei em trabalho de parto em casa por um tempo ridiculamente longo. Eu resisti. Eu tive uma resistência e uma tolerância à dor incrivelmente alta. E então eu fiz a coisa que eu menos queria fazer: fui para o hospital. Eu era corajosa o bastante para deixar alguém me cortar e fazer a cirurgia abdominal ACORDADA! Para que eu pudesse ser sua mãe. Eu sou uma guerreira.⁸

Em contrapartida, “Eu sou uma guerreira” também aparece nos relatos femininos publicados nas redes. Antes de reproduzir um discurso de vitimização já bastante difundido (SARTI, 2010; CARNEIRO, 2015), a mulher é elogiada e admirada por ter suportado viver o indesejado, aquilo que mais lhe casou dor física e emocional e que, portanto, lhe “exigiu muita coragem”. Esse é, por vezes, o discurso das mulheres, mas também de profissionais que as acompanharam, doulas, médicos, *midwives* e parteiras como se pode constatar a partir das palavras de uma outra fotógrafa, autora do projeto *Cord Mama*⁹, Monet Moutrie, em um texto intitulado *Three Truths About C-section Mamas*. Em suas linhas, “c-section mamas are brave”, “c-section mamas are strong” e “c-section are beautiful”. “Corajosas” por se deixarem cortar em nome de seus filhos; “fortes” por ofertarem cuidados e amor, quando nem se recuperaram de uma cirurgia, e “bonitas” em virtude de carregarem uma cicatriz emocional e física.

8 Traduzido pela autora: “Because I got the “at least your baby is healthy” comment so often, so quickly, I immediately sequestered myself. I did not want to hear that...line. I felt invalidated. I did not want to look anyone in the face. I did not want anyone to see my shell-shocked, terrorized eyes and say, ‘But you are alive!’ I wanted and needed someone to say, ‘You are incredible. You are so strong. You are a mother. You obviously have out-of-this-world endurance and resilience!’ Or better yet, “Yes, it hurts. It sucks you didn’t get to birth at home. I’m here for you.’ I finally was able to say those things to myself. I labored at home for a ridiculously long time. I endured. I had stamina and an unbelievably high pain tolerance. And then I did the thing I most didn’t want to do: I went to the hospital. I was brave enough to let someone cut me open and have major abdominal surgery AWAKE! so that I could be her mother. I am a warrior” (<http://commonhealth.wbur.org/2015/03/what-to-expect-when-youre-birthing-at-home-a-c-section-possibly>). Grifos nossos.

9 Saiba mais sobre o projeto acessando: <<http://www.cordmama.com/blog/2015/4/8/three-truths-about-c-section-mamas>>.

Tornar-se mãe deixa cicatrizes em todas nós. Algumas delas são emocionais, outras são físicas. As mães cesariadas (C-sections) frequentemente têm ambas as cicatrizes. E, ainda, suas cicatrizes são lembranças poderosas da força e da coragem que tiveram quando trouxeram seus filhos ao mundo. Essas cicatrizes foram as portas que seus filhos atravessaram quando passaram de um mundo para outro¹⁰ (CORD, 2015).

Figura 4 – A cicatriz da mãe¹¹



Fonte: <https://www.facebook.com/nossacasa711k/?fref=ts>¹²

Nesses espaços, a palavra externaliza o corpo e as emoções contidas de tristeza, frustração, raiva, indignação, alegria e gratidão, oscilando entre um polo e outro. Pode-se deparar com mulheres que são gratas à cicatriz, pois trouxeram os seus filhos para a vida. Outras, ainda muito machucadas, que negam a sua existência e sua real necessidade. Pela palavra, as pessoas se conectam, se reconhecem e encontram um lugar para sua fala e para si mesmas. Surge, assim, um novo grupo de mulheres, no interior do ideário do parto humanizado, e estas parecem passar a se reconhecer como pessoa a partir dessa experiência, presencial e virtualmente como bem se observa dos relatos aqui costurados e do que se depreende especificamente da imagem anteriormente referida.

10 Traduzido pela autora: “Becoming a mother leaves all of us with scars. Some of them are emotional, some of them are physical. C-section mamas often have both. And yet their scars are powerful reminders of the strength and bravery they possessed when bringing their children into the world. These scars were the door their children passed through as they left one world for the next.”

11 Em sua origem, esta imagem não possui título; o título aqui atribuído se restringe ao papel que ela desempenha neste texto.

12Foto original: <http://revistadonna.clicrbs.com.br/lifestyle/foto-de-mae-mostrando-cicatriz-de-cesarea-e-recem-nascido-divide-opinioes/>

Demorei um tempo pra olhar pra você mais a fundo. Conhecer seu traçado, sua cor, seu endereço. Era muito doloroso olhar. Passei um tempo te olhando de relance, assim, de vez em quando, às vezes pega de surpresa por um descuido ao passar em frente ao espelho. Na verdade, eu te evitava. Depois que se tornou menos doloroso olhar pra você, resolvi te tocar. Foi esquisito, confesso. Vim com a mão dando toques tão leves que parecia que você se abriria a qualquer momento. Senti sua textura, sua altura. Chorei. Senti um frio na barriga, uma leve agonia. Lembrei que você me acompanharia pelo resto da vida. Não gostei. [...]

Decidi que ao invés de abaixar a cabeça eu vou levantar. A gente vai continuar lidando, uma com a outra, tentando se entender. Mesmo me esfriando a barriga quando olho meu amor maior e penso que poderia ter sido diferente pra ele e pra mim. Mesmo assim. Mesmo voltando no tempo e pensando o que podia mudar, o que podia fazer, o que podia... O que podia, não se pode mais. E a gente vai se entendendo, quem sabe (COLETIVO MATERNAR, 2013 – grifos nossos).

VABC: um novo projeto de vida, foco e determinação

Vaginal birth after cesarian section é uma expressão que circula bastante no universo das mulheres que queriam um parto natural e vivenciaram uma cesariana. Ou que vivenciaram uma cesárea não questionada anos atrás. Refere-se a uma experiência posterior de parto, um parto natural, considerado humanizado, que acontece depois da cirurgia. Nesse jogo, o “consegui o meu VBAC!” vem atrelado ao “Eu pari!”. Parir, então, nesses grupos, aparece como sinônimo de parto vaginal e bem distante da cesárea, que, curiosamente, é muitas vezes nomeada por essas mulheres como o “não parto”.

Um VABC, nesse universo, parece ser motivo de comemoração, de brados de satisfação e de orgulho, sentimentos que transbordam nos relatos virtuais e presenciais, pois também acontecem em rodas de conversa sobre parto e pós-parto. Essas mulheres são consideradas corajosas por não se deixaram abater pela premissa médica, muitas vezes repetida, de que “uma vez cesárea, para sempre cesárea” (notas de campo, 2008) – uma ideia que faz a alusão ao perigo da ruptura uterina depois de uma cesárea prévia. Entretanto, mesmo assim, tais mulheres burlam tais recomendações pessimistas e não são nada raros os relatos que enaltecem a recuperação mais rápida do parto vaginal quando comparado à cirurgia.

Mas, igualmente, quanto ao vínculo com o bebê que nasce e com o que já havia nascido meses ou anos anteriormente, pela incisão abdominal. Em minha etnografia nos grupos de parto humanizado paulistas, recordo-me de uma situação em que a mulher dizia ter reestabelecido o vínculo com a primeira filha depois do parto em casa de seu segundo filho. “Nesse parto, nasceram duas crianças e uma mulher”. O parto vaginal depois de uma cesariana, então, havia funcionado como um ritual de passagem que firma nascimentos antes “não sentidos”.

Para que se possa ter uma dimensão desse processo que se torna projeto, vale recuperar que, no decorrer de minha pesquisa de campo em São Paulo, anos atrás, havia uma mulher que nem grávida estava, mas já frequentava os grupos de gestantes para preparar-se para um outro parto que não a cesariana frustrante que havia vivido na primeira gestação, quando já se encontrava com 10 cm de dilatação.

Teve uma hora em que ele [médico] me perguntou: “nossa, não sei porque você está chorando tanto, parece até que é sua primeira cesariana”. Minha filha passou por todos os procedimentos desnecessários que fazem de rotina com o recém-nascido e foi para o berçário. Ela ainda nasceu pequena para a idade gestacional, então, provavelmente, nasceu antes do tempo.

Me senti péssima. No fundo, eu sabia que não era necessário, que ele estava me enganando, mas não via uma saída para fugir daquilo ali. Não me senti nem coadjuvante, me senti o cocô do cavalo do bandido. Depois da segunda gestação, decidi me formar doula para poder ajudar outras mulheres a não passarem pelo que passei (ANJOS, 2015b).

A dor e os sentimentos de fracasso e frustração funcionam, portanto, como mola propulsora para o VABC. As mulheres passam a se informar e a ter outros profissionais na assistência para não repetir o vivido, para sentir com o corpo e no corpo o que imaginam ser o parir.

Para mim era o momento mais importante da minha vida, mas lembro de mim deitada naquela mesa fria, com aquela máscara enorme no rosto, corpo imóvel, lágrimas rolando e por dentro eu só pensava: “o que estou fazendo aqui? Não era pra ser assim, não foi assim que eu sonhei conhecer meu filho.” Para o meu azar, a anestesia não pegou na primeira vez e teve que aplicar outra. Aí, com a demora entre a primeira (que absorvi grande parte) e abrir e tirar, meu filho acabou absorvendo uma parte e nasceu com desconforto respiratório, ficou duas longas horas longe de mim, e não amamenteei na primeira hora (notas de campo, 2008-2010).

O VABC torna-se, assim, projeto. Um evento que quando alcançado vem na ordem do extraordinário, de um acontecimento que rompe o cotidiano e ressignifica a dor e o sofrimento anteriores. Mas, para além dele, parece existir também uma reelaboração feminina diária do acontecido, uma relação com o tempo constante e com o que existe de ordinário no cotidiano. Tais mulheres, como a que se viu no diálogo com a própria cicatriz, tomam contato diariamente com suas marcas da cesárea indesejada ao abrir ou fechar uma calça; quando se relacionam com seus filhos; cuidando-os, cuidando do corpo que se reestabelece da cirurgia indesejada; quando entraram em grupos que versam sobre o assunto; quando expõem a sua dor ou passam a trabalhar com assistência ao parto com o intuito de transformar algo do sistema de cuidado atual; quando fazem sexo depois da cirurgia ou quando trocam de roupa em espaços públicos, como a piscina, o clube ou a praia.

Essas mulheres, antes de perseguirem o extraordinário, o parto natural depois da cesárea, fazem do ordinário, do dia a dia, o seu espaço de fala, uma fala

que pode ser inclusive silêncio, na esteira do que Pereira (2010) aponta sobre a obra de Venna Das, mais especificamente, sobre o seu modo de fazer etnografia, a saber, acompanhando o tempo e o ordinário, os afazeres que as mulheres empreendem e que subvertem ou tratam de suas violências, traumas e dores. Essas práticas, ao final, significam a vida e conectam temporalidades e processos subjetivos que desenham pessoas. Dessa forma, no manejo do cotidiano e do presente, alinham o passado e constroem uma trajetória que passa a fazer sentido.

Por tudo isso, penso que uma etnografia sobre esse cotidiano, o de mulheres que vivenciaram uma cesárea indesejada, é de grande importância para a compreensão desses processos e da interface entre o feminino, a domesticidade, o corpo e as possibilidades de reinvenção de si (DAS, 2011).

A título de conclusão

Sem poder nada concluir, um ponto de costura entre todos os pontos trabalhados nesse artigo parece ser a ideia e a prática de corpo/corporalidade envolvidos nesses processos. Esses corpos que portam a cicatriz são ditos e dizem de si mesmos. Nesse jogo, o corpo, portanto, atua como “produtor de sentido” e aparece “dotado de agência própria” (MALUF, 2001, p. 89), moldando mais existências depois da incisão do que sendo moldado ou simplesmente impresso pela cultura.

Vi como essas mulheres passaram a viver subjetivamente marcadas pela cirurgia e como essa experiência corporal (ou não experiência) contornou percepções de saberes e de fazeres, propiciando espaço para a reflexão sobre a cultura em geral: saberes obstétricos, leituras de corpo e de feminino. Desse modo, é o corpo quem me permite ler e refletir sobre a cultura. Desta feita, antes de ser o corpo algo que recebe impressões sociais, me diz do cotidiano, das crenças, das emoções e dos valores sociais operantes. O interessante é que se o fazem com relação à cultura biomédica, acabam por fazê-lo também com relação ao próprio ideário do parto humanizado, haja vista pautarem a impossibilidade do parto mais natural, ainda que muito desejado, em muitos casos e situações, por uma gama de razões. Nesse sentido, tais corpos cortados funcionam como uma dobra ou mecanismo de compreensão da cultura contemporânea sobre as ideias de parto, nascimento e corporalidade feminina. Sugerindo-nos que o parto mais natural também pode tornar-se regra de ouro a ser buscada e, assim, excluir e isolar mulheres a partir de seus corpos e de suas experiências de parto.

No âmbito pessoal, esses corpos relatam dor e sofrimento e, assim, subvertem a relação das mulheres com o próprio corpo e consigo mesmas, impondo uma subjetividade que advém do corpo cortado, algo que dele brota e que não mais aparece como consequência social. Ao falarem sobre os seus corpos e marcas, essas mulheres falam de si mesmas como pessoas – desconstruídas, externas a um grupo, isoladas e, por vezes, tidas como fracassadas ou falhas. De algum modo, algumas passam a se reconhecer como mulheres que perseguem um VABC. Outras como as que se envolverão com a temática do parto também profissionalmente como doulas, por exemplo, fazendo do pessoal algo público.

Se avento tal possibilidade de leitura é para ao final refletirmos sobre a proficuidade de trabalharmos com a ideia de *embodiment* e de corpo como a base existencial da cultura. Nos dizeres de Maluf (2001, p. 96):

As implicações do *embodiment*, não apenas como forma de abordar o corpo na cultura, mas sobretudo como um novo paradigma teórico e metodológico para a antropologia são muitas: 1) o corpo não é mais um fato bruto da natureza nem um fato dado — nem para nós mesmos; 2) a objetificação do corpo é um processo construído histórica e culturalmente — e um segundo momento da experiência da percepção; 3) o corpo é sujeito e agente da/na cultura; 4) a cultura é corporificada (*embodied*) e não dada exteriormente à experiência do sujeito; 5) o outro também não é percebido como objeto, e sim como um “outro eu mesmo”; e por fim 6) a “objetividade não é a visão de nenhum lugar, mas uma visão de qualquer lugar onde o corpo possa tomar posição” e se colocar em relação às perspectivas de outros “eu mesmos”.

Diante disso, a vivência de uma cesárea indesejada, os relatos e as práticas que essa experiência tem ensejado na atualidade, nos abrem brechas para pensar sobre a centralidade do corpo, de suas marcas e de sua relação com a noção de pessoa, desconstruindo leituras naturalizantes. Se, evidentemente, a baliza for o processo de não objetificação.

Referências

- ALAYA: blog. **Relatos de parto**. 2013. Disponível em: <<http://alaya77.blogspot.com.br/p/relatos-de-parto.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- ALVAREZ-ERRECALDE, Ana. **Cesárea, mas allá de la herida**. Barcelona: Ed. Obstore, 2009.
- ANJOS, Anna Beatriz. As vozes caladas pela cultura das cesáreas. **Revista Fórum**, 30 jan. 2015a. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/01/30/as-vozes-caladas-pela-cultura-da-cesarea/>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- _____. As histórias de dor e superação de mulheres submetidas a cesáreas indesejadas. **Pragmatismo Político**, 14 fev. 2015b. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/historias-de-dor-e-superacao-de-mulheres-submetidas-cesareas-indesejadas.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CARNEIRO, Rosamaria. **Cenas de parto e políticas do corpo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- COLETIVO MATERNAR: blog. **A cicatriz**. 19 mar. 2013. Disponível em: <<http://coletivomaternar.blogspot.com.br/2013/03/a-cicatriz.html>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CORD. Three Truths About C-section Mamas. 10 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.cordmama.com/blog/2015/4/8/three-truths-about-c-section-mamas>>. Acesso em: 26 dez. 2016.
- CSORDAS, Thomas. **Corpo, significado e cura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- DAS, Veena. **Life and words: violence and the descent into the ordinary**. California: University of California Press, 2007.
- _____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 9-41, jul./dez. 2011.
- LOWE, Ananda. What to expect when you're birthing at home: a hospital c-section (possibly). 20 mar. 2015. Disponível em: <http://www.wbur.org/commonhealth/2015/03/20/what-to-expect-when-youre-birthing-at-home-a-c-section-possibly>>. Acesso em: 05/02/2016.

MALUF, Sonia. Corpo e corporalidade nas teorias antropológicas. **Esboços Dossiê Corpo e Historia**, v. 9, n. 9, p. 87-101, 2001.

PEREIRA, Pedro Paulo. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Venna Das. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 357-369, jul./dez. 2010.

SARTI, Cinthya. Corpo, violência e saúde: a produção da vítima. **Sexualidad, Salud y Sociedad**. Rio de Janeiro, n.1, p. 89-103, 2009.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

Recebido em 15/10/2017

Aceito em 09/02/2018

**LARGE LABIA PROJECT –
POR UMA ABORDAGEM NÃO-SEXUAL DA VAGINA:
um estudo sobre enunciados e estratégias de resistência na Internet**

***LARGE LABIA PROJECT –
A NON-SEXUAL APPROACH TO THE VAGINA:
a study concerning statements and strategies of resistance on the Internet***

Marcelle Jacinto da Silva*
Antonio Cristian Saraiva Paiva**

Resumo

Interessados em discutir e compreender práticas de resistência engendradas por ativismos na Internet que destacam a difícil relação entre corpo feminino ideal e corpo real, propomos refletir sobre um projeto chamado *Large Labia Project*, criado por Emma P. e que existiu entre 2013 e 2017, cujo objetivo era divulgar “vaginas reais”, como referência para “mulheres reais”. De acordo com sua idealizadora/autora, as mulheres não têm muitas oportunidades de conhecer a aparência da região íntima de outras mulheres “reais” nem de falar abertamente sobre o assunto, então, o projeto ajudaria a dissipar os modelos e mitos que cercam o assunto. A iniciativa visava protestar contra padrões veiculados pela indústria pornográfica *mainstream*, lançando, assim, olhar sobre o poder da (auto) representação de corpos e o investimento na abertura de espaços de discussão e contribuição por meio de depoimentos e imagens pessoais/íntimas de mulheres que se sentem oprimidas por modelos hegemônicos de beleza. Propomos, portanto, pensar o poder que é potencialmente acionado por movimentos online como esse e algumas estratégias de resistência e desconstrução de padrões estéticos sobre o corpo feminino.

Palavras-chave: Corpo feminino. Vagina. Regulação de corpos. Ativismos na Internet.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará/Brasil. Coordenadora discente do Núcleo de Pesquisas sobre Gênero, Sexualidade e Subjetividade – NUSS/UFC/Brasil. E-mail: marcelle.silva.cs@gmail.com

** Professor do Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará/Brasil. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará/Brasil. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Gênero, Sexualidade e Subjetividade – NUSS/UFC/Brasil. E-mail: cristianspaiva@gmail.com

Abstract

Interested in discussing and understanding practices of resistance engendered by activism on the Internet that highlight the difficult relationship between ideal female body and real body, we propose to reflect on a project called *Large Labia Project*, created by Emma P. and that existed between 2013 and 2017, whose objective was to promote “real vaginas” as a reference to “real women”. According to its creator/author, women do not have many opportunities to meet the appearance of the intimate region of other “real” women, nor to speak openly about it, then the project would help to dispel the models and myths surrounding it. The initiative was aimed at protesting against standards of beauty and female bodies conveyed by the mainstream pornography industry, casting a regard at the power of (self) representation of bodies and investment in open spaces for discussion and contribution through testimonials and personal, intimate images of women who feel oppressed by hegemonic models of beauty. We therefore propose to think the power that is potentially operated by such online movements and how they can organize some resistance strategies and the deconstruction of aesthetic patterns on the female body.

Keywords: Female body. Vagina. Regulatory bodies. Web-activisms.

Introdução

Em 2013, a Revista Glamour publicou uma reportagem sobre *autoestima vaginal*¹, a qual fazia a seguinte indagação: *como anda a sua?* (LARANJEIRA; STOPA, 2013, documento on-line sem paginação). O mote da reportagem foi como a *ditadura da beleza* havia chegado também à *vagina*² e as consequências no que se refere a importantes questões socioculturais envolvendo o corpo feminino e a forma como este é representado pelas mídias sociais³. O texto da reportagem também apontou como uma das consequências, a existência de *projetos*⁴ online elaborados com o propósito de militar a favor de rupturas de determinados estereótipos de

1 Os termos êmicos aparecem neste texto em itálico.

2 Termo genérico para designar a genitália feminina. O uso justifica-se pela referência constante no material colhido em campo, embora apareçam outros termos como “vulva”, “pepeca” e “buceta”. Schmitt (2014, p. 12-13) considera esse um obstáculo incômodo, tendo em vista que “mesmo na literatura especializada, autores optam por se referirem à genitália feminina apenas como “vagina”, esquecendo-se que a vagina em si engloba apenas o orifício que inicia no hímen e vai até o colo do útero, de acordo com a literatura médica. Dessa maneira, ao se referirem à genitália feminina apenas fazendo alusão ao canal vaginal, reproduz-se a ideia da anatomia da sexualidade feminina apenas como receptáculo”. Ecoa aqui a persistência do modelo galênico de sexo único, segundo o qual o corpo masculino é tomado como matriz de inteligibilidade para pensar a diferença sexual, tal como analisado por Laqueur (2001), produzindo-se invisibilidade e desconhecimento sobre o corpo feminino.

3 Entendendo mídias como meios de comunicação que fazem circular informação, fomentando as dinâmicas culturais.

4 O campo semântico do termo *projeto* envolve, conforme analisado por Boutinet (2002), os sentidos de intenção, desígnio, objetivo, finalidade, alvo, planejamento e programa. Assim, da ideia de *projeto* depreendemos um sentido militante no termo, um ativismo que propõe induzir e compartilhar novas percepções, representações e experiências sobre a relação das mulheres com seus corpos *reais*.

gênero, e apresentou dois endereços eletrônicos, do *Large Labia Project*⁵ e do *Pussy Pride Project*.⁶

Cada *projeto*, à sua maneira, destaca argumentos específicos a favor de ações para a elaboração de representações não hegemônicas do corpo feminino, criando alternativas a representações hegemônicas de *beleza* sobre pelos, formatos, tamanhos, cores e marcas corporais. Os projetos lançam mão de fotografias e ilustrações em conjunto com narrativas fortemente marcadas pela temática de gênero, tendo como espaço de mobilização as mídias digitais, mais especificamente a Internet fixa e móvel.

LLP, um dos *projetos* que mais chamou atenção nesse sentido, visibiliza o corpo feminino desnudo e insubmisso a normas que ditam como o corpo feminino deve ser e o que pode mostrar. Emma P., idealizadora/autora da página on-line norte-americana, aposta na estratégia da exibição de fotografias de vulvas, as *vulva selfies*, que são fotografias que as próprias contribuintes anônimas⁷ enviam de suas vulvas para Emma divulgar no blog, como estratégia de *empoderamento* e criação coletiva de *autoconfiança* feminina.

O *projeto* de Emma tem como um dos objetivos servir como uma forma de divulgar *vaginas reais* como referência para *mulheres reais*. A reportagem supracitada informa que Emma argumenta que as mulheres não têm muitas oportunidades de conhecer a aparência da região íntima de outras mulheres *reais* nem de falar abertamente sobre o assunto, então o *projeto* ajudaria a dissipar os mitos que cercam esse assunto (LARANJEIRA; STOPA, 2013, documento on-line sem paginação), tendo sido elaborado com o intuito de protestar contra a indústria pornô *mainstream* que no contexto do LLP é vista como um insulto, uma forma de subalternização das mulheres e veiculadora de estereótipos que constroem-nas, fazendo com que as mulheres *reais* sintam-se inseguras sobre a aparência de suas vulvas e sua vida sexual.

Os apontamentos que compõem este artigo são fruto de discussões e observações preliminares do objeto da pesquisa doutoral, enunciados performativos sobre a *vagina*, os quais Preciado (2014) chama de “tecnologia social heteronormativa” (formados por discursos médicos, midiáticos e militantes). A pesquisa, que se situa no contexto da crítica desse tipo de enquadramento do corpo feminino, teve início em fevereiro de 2015 e vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, no âmbito do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS). Os

5 Link: <www.largelabiaproject.org>. O nome do *projeto* aparecerá, daqui em diante, identificado pela sigla LLP.

6 Link: <<https://mollysdailykiss.com/pussy-pride-project/>>.

7 As pessoas que dividem suas experiências, no contexto que investigamos, não se identificam, movidas por motivações que não podem ser facilmente discriminadas. Elas optaram por se resguardarem, possivelmente pelo tabu que circunda o assunto. O que está ali posto é que as mulheres e suas vaginas são oprimidas e isso diz muito sobre como as mulheres ainda são silenciadas e educadas a não conhecerem seus corpos, seja em público ou na esfera do privado. Mesmo que não tenhamos acesso às autoras dessas vozes, temos acesso ao que elas dizem, o que aprenderam e pensam sobre suas genitálias.

trechos de depoimentos que constituem nosso corpus empírico foram coletados aleatoriamente do blog no mês de maio de 2015, com a permissão de Emma P., consentida através de conversas que tivemos ao longo do ano de 2015 via e-mail.

O uso de material empírico extraído da blogosfera na nossa pesquisa revela sua fecundidade para acessar discursos, signos e práticas culturais⁸. Cremos que a blogosfera se constitui como um fórum fecundo para acesso e compartilhamento de representações e experiências, principalmente entre grupos que são classificados como “minoritários”, “subalternos”, “desviantes”, que não dispõem dos grandes canais de autoexpressão (por exemplo, a mídia impressa etc.)⁹. É pensando no potencial analítico desse material que propomos refletir em primeiro lugar sobre alguns significados ocidentais acerca da *vagina*, para, em seguida, analisarmos algumas das falas que constituem o corpus do blog e, por fim, refletirmos sobre o que depreendemos preliminarmente do conteúdo dessas falas.

A vagina em foco

A genitália feminina tornou-se notável objeto de pesquisa científica (NUNES, 2000; ZWANG, 2000; LIVOTI, TOPP, 2006; WOLF, 2013; SCHIMITT, 2014; SILVA, PAIVA, COSTA, 2017) a partir do século XIX, especialmente quando relacionado ao crescente interesse pela medicalização do corpo feminino (PETER, 1981; SHORTER, 1984; BADINTER, 1985; NUNES, 2000; LAQUEUR, 2001; ROHDEN, 2002; VIEIRA, 2002; MARTINS, 2005; MARTIN, 2006; LIOTARD-SCHNEIDER, 2010; CASTRO, 2011), e, ao mesmo tempo, tem sido lugar de múltiplas experimentações e intervenções, sejam elas cirúrgicas ou não. Partindo desse corpus teórico, apreendemos que os genitais são, assim como a sexualidade, gênero, e nossas percepções sobre ambos, construções sócio-históricas.

As mulheres, historicamente, não foram incentivadas a conhecerem e tocarem seus corpos, nem a conhecerem sobre sexo e/ou suas sexualidades, muito menos sobre prazer e masturbação (NUNES, 2000; LOURO, 2013; CONNELL, PEARSE, 2015). Crescem acreditando que tudo o que tem relação com a *vagina* – e a própria

8 Máximo (2007, p. 28) ressalta que o formato do blog adquire nitidez a partir da década de 1990, quando da visibilidade e destaque do fenômeno da “expressão da experiência pessoal e cotidiana na Internet”, tendência que ganhou popularidade a partir dessa década, quando alguns “sites pessoais” passaram a mobilizar relatos sobre o cotidiano das pessoas, notadamente aqueles que se remetem à “vida privada” ou “intimidade”. É na esteira desse fenômeno que surgem demais plataformas que exploram essa possibilidade de publicização da intimidade das pessoas, os quais encontram cada vez mais adeptos, nos mais variados assuntos e estilos.

9 Poderíamos, inclusive, hipotetizar que as vivências de escrita e compartilhamento de signos e experiências da blogosfera prolongam o projeto de formação e de autoconstituição narrativa do sujeito moderno por meio da literatura, inaugurado no advento da modernidade. Essa nova modalidade de “escrita de si”, uma escrita “confessional”, também estaria, ao nosso ver, no coração de um projeto de fabricação de um “eu feminino coletivo”.

vagina – são coisas *sujas*. Os fluidos corporais são *nojentos*; menstruar é *ruim*, seu cheiro é *ruim*. A *vagina* não se toca, não se vê. As meninas aprendem desde cedo que precisam sentar de pernas bem fechadas, nada pode aparecer, suas *vergonhas* não podem estar à mostra¹⁰; são bombardeadas com discursos cuja pretensão de universalidade objetiva a unificação de experiências de *ser mulher* (MORAN, 2012), provenientes de determinadas “tecnologias de gênero” (LAURETIS, 1994; PRECIADO, 2014), que produzem e são produzidas a partir de histórias excludentes e essencialistas sobre o corpo das mulheres, que fabricam formas de opressão específicas como, por exemplo, que toda mulher deve ser mãe, dona de casa, cuidar dos filhos e do marido, ser dócil e submissa às figuras masculinas mais próximas.

Destacando aspectos relacionados à vagina na história e na sociedade, Naomi Wolf (2013, p. 16-17) atenta para o fato de “a vagina ter sido alvo de abuso, violência e controle durante a maior parte da história ocidental”. De acordo com a autora, o “controle social da vagina e da sexualidade das mulheres tem sido um veículo para controlar a mente e a vida interior das mulheres ao longo da história ocidental”, controle manifestado através de muitas forças que geraram/geram pressões repressivas, dentre elas, “comentaristas de jornais, manuais médicos e a ascensão da ginecologia como uma especialidade médica” (WOLF, 2013, p. 162), aparatos que são generificados e generificadores. Ainda de acordo com Wolf (2013, p. 161), “a concepção ocidental ‘moderna’ da vagina, tal como a conhecemos hoje”, carregada de vergonha e hiperssexualização, foi desenvolvida no século XIX, apontado como sendo o século do controle “medicalizado da sexualidade em geral. A vagina era medicalizada e controlada de maneiras altamente específicas nessa era como jamais havia sido, mas isso persiste desde então – e nos foi transmitido, frequentemente de forma intacta”.

Zordan (2003), por sua vez, ressalta a complexidade da “construção cultural dos genitais”, atentando para a existência de múltiplos campos de saberes e de especialistas de diversas áreas de conhecimento que “estão prescrevendo e ditando verdades sobre o corpo”. Nesse ínterim, os meios de comunicação são responsáveis por uma distribuição incessante de ensinamentos sobre o corpo que ditam o que deve ou não ser feito em prol da saúde e estilos de vida mais saudáveis, funcionando, assim, como propagadores de discursos sobre a sexualidade que geralmente se apoiam no “aval de especialistas”.

O ciberespaço teria, nesse sentido, sua importância na difusão desses ensinamentos. Tomando como foco de análise material de cunho “cientifizante sobre saúde, corpo e sexualidade”, veiculado em revistas voltadas ao público feminino juvenil, Zordan (2003, p. 273), assinala que existe certo imperativo de “conheça seu corpo” e suas partes “mais íntimas e secretas”, intrinsecamente relacionados ao

10 Alguns teóricos sociais mencionam que a contemporaneidade pode ser caracterizada pela experiência de “insegurança ontológica” sobre nossa identidade e sobre a escolha de nossos projetos autobiográficos (GIDDENS, 2002). Tomamos aqui a ideia de insegurança sobre os genitais, fazendo referência a essa experiência que envolve maior ou menor grau de ansiedade na relação que mantemos com o corpo e o sexo.

“conhecimento de uma verdade sobre si mesmo”. Ainda que os discursos que tivemos contato partir de nossa pesquisa tenha pontos em comum com esse conteúdo midiático sobre o qual a autora comenta, percebemos que *projetos* como o LLP propõem alternativas.

O LLP: “um lugar para ser vulnerável, mas não ser julgada”¹¹

O LLP é um blog que se define como um espaço de promoção da noção de *corpo-positivo*, tendo em vista a argumentação de que grandes lábios vaginais são normais e que têm sua beleza, principalmente quando são assimétricos e têm coloração, comprimento e textura diferentes. Emma P., sua idealizadora/autora, na descrição/apresentação do blog, menciona o quanto é importante que ele sirva de “suporte para aquelas pessoas que se sentem inseguras, autoconscientes, vitimadas ou vilipendiadas sobre seus grandes lábios” (LLP, 2015, documento on-line não paginado).

Emma compartilha inúmeros depoimentos de mulheres que sofrem com diversas experiências negativas sobre suas *vaginas*, vida sexual e baixa *autoestima*, muitos depoimentos sendo acompanhados de *vulva selfies*¹². A própria Emma P., ainda na descrição do blog, fala sobre como é a aparência de sua vulva (e também compartilha fotos suas), afirma que ama seus lábios e que compartilhar esse tipo de imagem de si pode ser um desafio e uma forma de empoderamento, com a finalidade de encorajar outras pessoas a mandarem as suas. Em seguida, trazemos um trecho de uma fala dela sobre o assunto:

Eu fui corajosa e decidida a mostrar os meus lábios, então eu sei como esse desafio que é também empoderador, catártico e libertador pode ser. Se você gostaria de enviar as suas fotografias, histórias, experiências e seus sentimentos sobre seus lábios também, então você pode se orgulhar, sabendo que sua contribuição está ajudando outras pessoas com lábios a se sentirem aceitas e normais (LLP, 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

11 Trecho de uma postagem publicada no blog LLP no dia 6 de maio de 2015. Tradução nossa.

12 Os teóricos dos novos movimentos sociais já destacaram várias especificidades desses movimentos em rede. Podemos, nesse sentido, entender o LLP como um desses movimentos rizomáticos que inauguram novos sentidos de **política** (por exemplo, ao conceber novos sentidos de espaço e de conteúdo passível de reivindicação política, tais como uma “política-vida”, uma “política do cotidiano”, uma “política do corpo”), novas modalidades de **participação** (por exemplo, ao reconhecer novos modos de “pertença comunitária”), de **programa** (sem dispor de uma “ideologia”, um “discurso” ou uma “voz” oficiais, as experiências e vivências singulares podem e devem ser agregadas na formulação coletiva desse programa) e de **transformação** (mediante a construção de formas de saber compartilhadas e que permitem visualizar um campo de agência que escapa ao dualismo submissão x subversão), tal como indicado por Mahmood (2011).

Nota-se que há uma preocupação de Emma em justificar que a proposta do blog é abordar a nudez genital em contexto não sexual, apesar de o site mostrar fotos e conter conteúdo escrito (histórias, problemas e experiências) com temas adultos. Entendemos que esse *não-sexual* seja uma alternativa que se diferencia da pornografia no sentido de não ser voltada ao “consumo”, apenas uma tentativa de tornar visível essa parte do corpo justamente por ser um *tabu*. Possivelmente em decorrência disso, Emma reforce a importância da interatividade e o compartilhamento das imagens, desde que as pessoas sejam maiores de 18 anos. Propõe-se, portanto, como um projeto “inclusivo e todas as pessoas com lábios são bem-vindas, independentemente de raça, idade, orientação sexual ou de gênero” (LLP, 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

A seguir, traremos algumas postagens do mês de maio de 2015 que tratam, em sua maioria, de depoimentos que mencionam principalmente o impacto do blog na vida das mulheres *reais*, as quais mencionam problemas diversos relacionados à aparência de suas vulvas e como o blog aparece como uma importante estratégia na construção de uma *autoconsciência* do corpo e da *vagina*, mas também evidencia uma falta de espaço para discutir com pessoas mais próximas (familiares, amigos/as e companheiros/as) esse tipo de assunto, que, de acordo com a proposta de Emma, representa a carência de referências *reais*.

Tenho 23 anos agora e eu amo meu corpo e tudo sobre mim, mas esta pequena parte de mim sempre me incomodou mais. Alguns dias atrás eu pesquisei “grande lábios” e aqui estou eu. Eu não posso expressar o quanto me senti aliviada quando vi os depoimentos de outras meninas e ouvi o que elas têm a dizer. Senti como se tirasse um grande peso dos meus ombros. Eu não sou estranha. Eu sou como qualquer outra pessoa. Obrigada, Emma. Você tem feito muitas meninas sentirem o mesmo que eu! Eu sinto que eu poderia olhar para os meus lábios por horas agora. Eu os acho bonitos e eles me lembram uma flor que eu nunca tinha visto antes! (LLP, 9 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

O trecho supracitado contém um teor positivo, mas nem sempre os depoimentos apresentam um conteúdo semelhante, de *aceitação*. A sensação de estranheza diante do próprio corpo é uma constante, assim como ausência *autoconfiança* e *autoestima*, como podemos observar a seguir:

Emma, eu quero a sua confiança. Eu quero ser como você. Você é incrível e este blog tem me ajudado muito. Eu não sei o que teria acontecido, se não tivesse já encontrado este blog. A única coisa que eu lamento é que eu não tenha encontrado anteriormente. Eu não posso amar minha vulva ainda, mas pelo menos eu não estou chorando. Obrigado por sua existência! (LLP, 6 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

Em algumas postagens, Emma reproduz o depoimento da contribuinte anônima e acrescenta em seguida seu comentário sobre/para o depoimento. Geralmente, como no trecho seguinte, ela faz questão de elogiar sua interlocutora:

Sua vulva parece bonita. Não se preocupe, não há nenhum problema em ter pigmentação mais escura em seus lábios. Cerca de 30% têm pequenos lábios que são ou tons de marrom, roxo, cinza, azul ou preto, ou uma combinação de tudo isso. Rosa no interior e uma cor mais escura do lado de fora é muito comum. E cerca de metade de todos com os lábios são mais escuros. Você não tem nenhuma necessidade de se preocupar. E o que você disse é lindo. É tão bonito que tenha uma sarda lá! Como uma mancha de beleza para a sua já bonita vagina. Repito: é apenas a pigmentação da pele! Não há nada com que se preocupar. Se você estiver com mais de 18, então eu adoraria que você compartilhasse a sua vulva aqui – isso é lindo! (LLP, 11 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

Na interessante postagem que reproduzimos a seguir, a contribuinte anônima fala sobre a importância do material do blog como forma de *empoderamento* e auxílio na *reconquista* da *autoestima*:

Oi Emma, eu sou tão grata que eu tropecei em seu blog. Eu tenho 17 anos e por muitos anos tenho sido autoconsciente que meus pequenos lábios são maiores do que o “normal”, acho que alguns meses eu posso aceitar como pareço, no entanto, logo que meninos ou meninas ou mesmo sites de mídia social usam a expressão “pedaços de bife” (para se referir a eles) eu acabo me sentindo deprimida e insegura sobre isso. Eles dizem como isso é nojento. Sinceramente isso é muito doloroso, mas o pior é ter de encobrir a dor (LLP, 11 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

O trecho anterior faz referência à *autoconsciência* da diversidade e do próprio corpo, além de citar o impacto de mídias na construção de uma imagem negativa da diversidade, no caso, o “excesso” de carne nos pequenos lábios. Muitas mulheres procuram intervenções médicas, as cirurgias íntimas, para “consertar” o que para elas parece ser um defeito.

De acordo com a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica, em 2011, aproximadamente 9.050 brasileiras procuraram “corrigir imperfeições” nos lábios vaginais. Um dos motivos da procura é a correção de supostas “alterações na genitália”, congênicas e/ou adquiridas, que prejudicam a vida sexual das mulheres, gerando ansiedade, depressão e baixa autoestima. Alguns discursos disponíveis na Internet ressaltam a importância desses procedimentos de correção como uma grande conquista para a “mulher moderna”, enquanto outros questionam a *fabricação* de vaginas, comparando-a a práticas de mutilação genital e/ou também objetivam desmistificar padrões estéticos impostos pela “ditadura da beleza”.

As partes externas da genitália mais mencionadas nos sites de blogs pesquisados são os pequenos e grandes lábios e o monte de Vênus chamado vulgarmente de “capô de fusca” (POSKUS VAZ, 2014). As alterações anatômicas relatadas são excesso ou falta de gordura, seja nos lábios vaginais ou no monte de Vênus, excesso ou “rarefação” de pelos, flacidez, assimetria, escurecimento, ressecamento, palidez, cicatrizes, alargamento do canal vaginal (em virtude de

um ou mais partos vaginais), “distopias” (prolapsos de útero, bexiga e reto) e incontinência urinária de esforço. Todos esses “problemas” são responsáveis por incômodos emocionais e/ou físicos, como vergonha em momentos íntimos, seja em relação à estética ou à dor (SILVA, PAIVA, COSTA, 2017, p. 270).

Tentando apropriar-se e compartilhar concepções de corpo e sexualidade como sendo marcados pela heterogeneidade e pela diversidade de formas, percepções e possibilidades com que podem ser vividos, o LLP encoraja a uma *autoaceitação* de suas leitoras. É nesse sentido que Emma procura contornar pensamentos negativos de suas contribuintes:

Não há melhor ou pior, apenas diferente. Há alguma cor do arco-íris mais normal do que as outras? Uma rosa é mais normal do que uma margarida? A ideia do normal simplesmente não se aplica quando há diversidade e beleza em cada variação. Se você pode entender que você está bem do jeito que você é, que você não é nem mais nem menos normal do que qualquer outra pessoa, e você pode apreciar que há tanta variação na aparência genital, talvez você possa começar a sentir que, no fundo, você está ok... Olhe ao redor, veja os arquivos deste blog e aprecie a maravilhosa diversidade, e todas as vulvas normais com lábios normais. Essa é a realidade... (LLP, 11 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

Com o LLP, Emma propõe uma *conscientização* que objetiva a promoção da ideia de que o tamanho da vagina e conseqüentemente sua aparência não deve ser motivo para interferir na vida sexual, que não é preciso mudar seu corpo, cirurgicamente, em decorrência de uma ideia negativa sobre o que seu parceiro sexual pode pensar. Vejamos o depoimento a seguir:

Querida Emma, muito obrigada pela existência de seu blog! Isso me fez sentir tão bem por me certificar de que minha buceta não é a única que é grande. Tenho 26 anos. Eu costumava ir regularmente para a piscina e eu sempre senti que eu tinha que esconder a minha buceta por ser maior do que as outras. Eu me masturbo muito regularmente e eu gostaria de poder fazê-lo mais. Eu também tive um monte de parceiros sexuais. Algumas das histórias eu me arrependo, mas agora sinto-me feliz por ter um grande amor por sexo. A masturbação também me acalma, ajuda a adormecer. É um medicamento. Então, basicamente eu estou feliz com esta parte da vida, mas eu sempre tive uma pequena sensação de que meus lábios são muito grandes. Mas agora eu acho que eles são apenas talvez um símbolo de meu apetite sexual vibrante... Obrigado pela possibilidade de compartilhar (LLP, 10 de maio de 2015, documento on-line sem paginação, tradução nossa).

O blog e o material compartilhado nos lançam pistas sobre como esferas digitais figuram cenários de sociabilidades nos quais há criação de espaços íntimos para elaboração conjunta e afetiva de narrativas e imagens sobre a *vagina*, onde as pessoas podem “revelar a própria intimidade sem perder a proteção do anonimato”,

pois confessar segredos anonimamente parece se revestir de propriedades terapêuticas. Consideramos possível dizer que “pela internet, essas pessoas estão mais independentes em relação aos profissionais da saúde” (SPYER, 2011, p. 126 - 144).

Resistência, autoconsciência e cultura afetiva

Parece-nos compatível com a análise que estamos a desenvolver sobre o compartilhamento de experiências proposto pelo LLP lançar mão da expressão, utilizada por Raymond Williams (1969, p. 325), de uma “comunidade de experiência”, da configuração de uma “cultura em comum” (p. 323) que se faz importante por remeter ao aprendizado a partir da experiência. Essas experiências partilhadas no espaço criado por Emma P. podem também significar a criação de uma “cultura afetiva”, aqui no sentido abordado por Le Breton (2009), que afirma que, para que “um sentimento (ou emoção) seja experimentado ou exprimido pelo indivíduo ele deve pertencer, de uma forma ou de outra, ao repertório cultural do seu grupo” (LE BRETON, 2009, p. 126).

Para Le Breton (2009, p. 113), a afetividade “simboliza o clima moral que envolve em permanência a relação do indivíduo com o mundo e a ressonância íntima das coisas e dos acontecimentos que a vida quotidiana oferece”. Nesse sentido, “as emoções são, portanto, emanações sociais ligadas a circunstâncias morais e à sensibilidade particular do indivíduo”, mobilizando “um vocabulário e discursos: elas provêm da comunicação social” (LE BRETON, 2009, p. 120); são “modos de afiliação a uma comunidade social, uma maneira de se reconhecer e de poder se comunicar em conjunto sobre a base da proximidade sentimental” (LE BRETON, 2009, p. 126-127). Continuamos com o antropólogo:

Uma cultura afetiva está socialmente em construção. Cada um impõe sua colocação pessoal ao papel que representa, com sinceridade ou distância, embora sempre reste uma tela de fundo que torna as atitudes reconhecíveis... compreender uma atitude afetiva implica desenrolar inteiramente o fio da ordem moral do coletivo, identificando a maneira como o sujeito que vive a situação define essa última (LE BRETON, 2009, p. 127).

A construção de uma cultura afetiva é, assim, uma estratégia de resistência e referência. Le Breton lembra que, de acordo com o senso comum, emoção é geralmente associada à irracionalidade, falta de autocontrole e vulnerabilidade, “uma imperfeição que se deve emendar, corrigindo-se seu rumo na direção de uma existência razoável” (LE BRETON, 2009, p. 114). Essa afirmação confirma o receio expresso na noção de que o LLP seria “um lugar para ser vulnerável, mas não ser julgada”. Contra o senso comum de que as emoções não têm o potencial de induzir a novas cognições sobre a existência social, entendemos que a análise da (s) cultura(s) afetiva(s) de uma sociedade, permite-nos, nas palavras de Le Breton, “desenrolar os fios da ordem moral do coletivo”.

No caso específico aqui tratado, a análise da cultura afetiva mobilizada mediante o compartilhamento de significações e experiências relacionadas ao corpo das *mulheres reais*, rizomatizadas em torno do LLP, permite-nos vislumbrar

as palavras de ordem à *autoaceitação* e à *autoconsciência* como intervenientes nos modos de relação das mulheres com seus corpos: essa *autoconsciência* e *aceitação* se transformariam, nesse contexto, em *amor ao próprio corpo*, por meio da expressão das emoções de suas interlocutoras anônimas sobre suas *vaginas*. Assim é que, por intermédio dessa rede de “identificações horizontais”, vão se constituindo novas referências sobre mulheres, corpos e *vaginas*, assim como vão se forjando resistências coletivas que articulam como fio condutor o corpo, como nos alerta Bourcier (2014, p. 13), lugar de opressão, mas também um “espaço de construção biopolítica”, um centro de resistência.

O LLP atende a demandas de leitoras de lugares diferentes do mundo, que possivelmente nunca se encontrarão fora daquele espaço, no qual encontram acolhimento, mesmo que momentâneo. Os textos e fotografias que ali aparecem tomam corpo nessa ambiência da Internet, questionando, a partir de um espaço técnico, a organicidade do corpo físico, que incorpora as mesmas tecnologias, seja tomando-as como inseparáveis de seus momentos de trabalho e lazer, seja incorporando-as por sobre a pele.

Considerações finais

Ensaíamos aqui a proposta analítica de abordar o *projeto* LLP como um dentre tantos espaços possíveis indutores de uma nova inteligibilidade na relação das mulheres com seus corpos e suas vaginas, como parte de uma rede que estimula a formação de um campo de ativismo a favor da *autonomia* feminina na rede, como espaço de compartilhamento de uma cultura afetiva que possibilite a ressignificação de experiências de subalternização das *mulheres reais* à regulação de seus corpos por uma norma médico-midiática. Dentro de um contexto amplo de mobilizações e repertórios de práticas de resistência, o espaço que Emma P. cria se encaixa no que podemos chamar de novos movimentos, não por trazer novas reivindicações, mas pela entrada das tecnologias de informação/comunicação como um dos instrumentos de ação/divulgação.

Acreditamos que se forma, assim, uma rede de cooperação e recriação coletivas configuradas por meio da Internet, a qual funciona, nesse sentido, como meio de disseminar o alcance do feminismo, ou algumas questões importantes de lutas femininas¹³ de uma forma mais visual¹⁴, viabilizando, assim, ambiente de troca e de produção de conhecimentos entre essas *mulheres reais*. Dessa forma,

13 Entre outras, a questão da legalização do aborto e o alto índice de estupro são algumas das problemáticas que envolvem a vivência e autonomia do corpo feminino, das opressões e violências de gênero.

14 Destacamos os trabalhos de Ribeiro, Costa e Santiago (2012) sobre o *movimento Riot Grrrl*, movimento de cultura juvenil que abrange música, feminismo, arte, literatura, cinema e política, e a dissertação de Wroblewski (2013) sobre o *coletivo Fierce Pussy*, que aborda a relação entre palavra e imagem no trabalho do referido coletivo. Outras autoras que trabalham a interface entre feminismo e arte: Trizoli (2008), Castanheira, Faria e Alvarenga (2013), Scandolaro (2013) e Tvardovskas (2011).

essas mulheres poderiam alargar o campo de identificações para produzirem suas identidades femininas, suas subjetividades e uma “cultura comum”, formando um aprendizado em rede, uma

[...] troca contínua de ideias e de sentimentos e como que uma assistência moral mútua, que faz com que o indivíduo, em vez de ficar reduzido a suas próprias forças, participe da energia coletiva e nela venha recompor a sua quando esta chegar ao fim [ou esteja abalada] (DURKHEIM, 2000, p. 259).

Apostamos na fecundidade de trabalhar essa rede pensando na importância do estudo de como “quaisquer tecnologias podem ter efeitos na produção de gênero”, e como o gênero “pode (e deve) ser pensado por meio de tecnologias que não apenas materializam instâncias normativas, mas são elas mesmas, parte de sua constituição” (GALINDO; SOUZA, 2012, p. 07), tendo em vista a análise da tentativa de criação de convenções não hegemônicas de “beleza”, por exemplo. Essa questão pode parecer menor, mas se revela como importante via de acesso à compreensão dos modos de controle do corpo feminino, considerando que a aceitação do próprio corpo representa problema central na vida de muitas mulheres, independentemente da idade, etnia, nacionalidade, classe social e posicionamento político.

Referências

- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BOURCIER, Marie-Hélène. Prefácio. In: PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n – 1 Edições, 2014, p. 09-15.
- BOUTINET, J. P. **Antropologia do projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CASTANHEIRA, M. A. M.; FARIA, L. M. C.; ALVARENGA, C. F. Mulheres: artes que contam, artes que desestabilizam. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013.
- CASTRO, Ana Lúcia. Saúde e estética: a medicalização da beleza. **RECIIS**. Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde (Edição em português. Online), v. 5, p. 11-20, 2011. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/765>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GALINDO, Dolores; SOUZA, L. L. (Orgs). **Gênero e tecnologias, tecnologias do gênero: estudos, pesquisas e poéticas interdisciplinares**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- LAQUEUR, Thomas W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-241. Disponível em: <http://marcoareliosc.com.br/cineantropo/lauretis.pdf>.

- LARANJEIRA, Livia; STOPA, Beatrice. Autoestima vaginal: como anda a sua? **Revista Glamour**, 2013. Disponível em: <<http://revistaglamour.globo.com/Amor-Sexo/noticia/2013/07/autoestima-vaginal-como-anda-sua.html>>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- LLP - LARGE LABIA PROJECT. Disponível em: <<http://largelabiaproject.org/>>. Acesso em: 22 maio 2015.
- LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- LIOTARD-SCHNEIDER, Frédérique. **Les experts de l'intime et les femmes, médecins et démographes en France de 1945 à 1975**. 2010. Tese (École Doctorale Milieux, cultures et sociétés du passé, Histoire du monde contemporain) - Université Paris Ouest-Nanterre La Défense, Paris, 2010.
- LIVOTI, Carol; TOPP, Elizabeth. **Vaginas**: manual da proprietária. Rio de Janeiro: Best Seller, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.07-34.
- MAHMOOD, Saba. Capacité d'agir, performativité et sujet féministe. **Penser à gauche**: figures de la pensée critique aujourd'hui. Paris: Éd. Amsterdam, 2011. Collectif (avec la **Revue internationale des livres et des idées**), p. 390-403.
- MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. A ciência dos partos: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia científica no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 645-665, 2005.
- MÁXIMO, M. Elisa. O eu encena, o eu em rede: um estudo etnográfico nos blogs. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 2, jul.-dez., p. 25-47, 2007.
- MORAN, Caitlin. **Como ser mulher**: um divertido manifesto feminino. São Paulo: Paralela, 2012.
- NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PETER, Jean-Pierre. Les médecins et les femmes. In: ARON, Jean-Paul (Org.). **Misérable et glorieuse**: la femme du XIXe siècle. Paris: Fayard, 1981, p. 79-96.
- PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 Edições, 2014.
- PUSSY PRIDE PROJECT. Disponível em: < <https://mollysdailykiss.com/pussy-pride-project/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.
- RIBEIRO, Jéssyka K. A.; COSTA, Jussara C.; SANTIAGO, Idalina M. F. L. Um jeito diferente e “novo” de ser feminista: em cena, o Riot Grrrl. **Revista Ártemis**, v. 13, jan./jul., p. 222-240, 2012.
- ROHDEN, F. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n.17, p. 101-125, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100006>. Acesso em: 24 dez. 2015.
- SCANDOLARA, Patricia Fabiola. Arte feminista: diálogos entre o mito da beleza e as obras de Jenny Saville. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, p. 1-10, 2013.
- SCHIMITT, Marcelle. **Sinus pudoris**: conformação de um padrão estético de genitália feminina através de cirurgias plásticas. Monografia. Curso de Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- SHORTER, Edward. **A history of women's bodies**. London: Pelican Books, 1984.
- SILVA, Marcelle Jacinto da; PAIVA, Antonio Cristian Saraiva; COSTA, Irlena Maria Malheiros da. A vagina pós-orgânica: intervenções e saberes sobre o corpo feminino acerca do “embelezamento íntimo”. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 259-281, 2017.

- SPYER, Juliano. **Conectado**: o que a internet faz com você e o que você pode fazer com ela. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- TRIZOLI, Talita. O feminismo e a arte contemporânea: considerações. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas: panorama da pesquisa em artes visuais, 17., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, p. 1495-1505, 2008.
- TVARDOVSKAS, Luana Saturnino. Teoria e crítica feminista nas artes visuais. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, p. 1-16, 2011.
- VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: 1780-1950. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- WOLF, Naomi. **Vagina**: uma biografia. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- WROBLESKI, Renata Biagioni. **A relação entre palavra e imagem nos trabalhos do coletivo Fierce Pussy**. 2013. 217p. Dissertação (Mestrado em Artes Virtuais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ZORDAN, Paola. Genitais femininos e os lugares da diferença. In: FONSECA, Tânia Mara Galli e KIRST, Patrícia Gomes. (Orgs.). **Cartografias e devires**: a construção do presente. Porto Alegre (RS), v. 1, p. 273-297, 2003.
- ZWANG, Gérard. **O sexo da mulher**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Recebido em 12/10/2017

Aceito em 22/01/2018

**ANTROPOLOGIA DA FACE:
alguns fragmentos¹**

***ANTHROPOLOGY OF THE FACE:
some fragments***

David Le Breton*

Resumo

Nenhum espaço do corpo é mais apropriado para marcar a singularidade do indivíduo e fazê-lo também socialmente como a face. Por meio de nossa face somos reconhecidos, chamados, julgados, nos atribuem um sexo, uma idade, uma cor de pele. Perder a face em práticas de racismo ou desfiguração é perder a existência, na medida em que perder a face é profanar o centro de si mesmo. Ao inverso, o amor ou o reconhecimento inventam uma face a outrem, que só poderá ser destruído por uma mudança no olhar que o construiu. A face é o lugar de encarnação da identidade.

Palavras-chave: Face. Identidade. Corpo. Individualidade.

Abstract

No place on the body is more appropriate to highlight the uniqueness of the individual and socially constitute him such as the face. Through our faces we are recognized, we are called, we are judged and assigned gender, age and skin color. Losing the face in racist practices or disfigurement is to lose the existence, in so far as losing the face means desecrating the center of oneself. Conversely, love or recognition invent a face to another, which can only be destroyed by a change in the look that built it. The face is the place of identity's incarnation.

Keywords: Face. Identity. Body. Individuality.

“A imagem que ele passava mais tempo a examinar se encontrava no canto do espelho, presa na moldura. Não havia nada que ele tenha estudado mais cuidadosamente que seu próprio rosto, nada lhe atormentava e (pelo preço de um esforço perseverante, é verdade) nada lhe parecia digno de confiança”
(Kundera, *La vie est ailleurs*)

¹ Traduzido do francês por Débora Allebrandt e Felipe Benedet Maureira.

* Professor de Sociologia e Antropologia na *Université de Strasbourg*, membro do *Institut Universitaire de France* e do *Institute d'Études Avancées de Strasbourg*. Autor de diversos livros traduzidos para o português, como a *Antropologia do corpo e modernidade* (2011), *A sociologia do corpo* (2006) e *Adeus ao Corpo* (2003). E-mail: david.le.breton@unistra.fr

A face como encarnação do sentimento de identidade

Com o passar do tempo, a face torna-se um lugar de reconhecimento mútuo, nós portamos mãos e rosto nus e oferecemos aos outros as marcas e os traços que nos identificam. Por meio de nosso rosto somos reconhecidos, chamados, julgados, nos atribuem um sexo, uma idade, uma cor de pele. Somos amados, desprezados ou tornados anônimos e afogados na indiferença da multidão. Conhecer o outro implica em lhe permitir ver e compreender uma face nutrida de sentidos e valores e, desse modo, espelhar na sua própria face um lugar igualmente pleno de significação e interesses. Disse Simmel, “Quem sabe os corpos se distinguem ao olho do mesmo modo como as faces, mas eles não são capazes de explicar a diferença do mesmo modo como o faz um rosto” (SIMMEL, 1988, p. 140). Nas nossas sociedades individualistas, o valor da face se impõe exatamente onde o reconhecimento de si ou dos outros se faz a partir da individualidade e não sobre as formas de pertencimento a um grupo ou ao lugar que ocupamos em uma linhagem. A singularidade da face responde à singularidade do homem. Dito de outro modo, a singularidade da face corresponde à mesma singularidade do artista, dos valores de sua existência, responsável e autônoma por suas escolhas. Nesse registro não existe mais o homem e a mulher do “nós mesmos”, como nas sociedades tradicionais, mas do “pessoalmente/ para mim/ eu”. Para que um indivíduo adote sentido cultural e socialmente, é preciso que exista um meio para o corpo se distinguir com tal força, com tamanha variação para significar, sem ambiguidade, a diferença de um indivíduo ao outro. É preciso que o corpo se transforme em um limite de si para com os outros e com o mundo externo. Trata-se do corpo como fronteira da identidade. É preciso também que o rosto se torne o território do corpo no qual se inscreve essa distinção individual. Nenhum espaço do corpo é mais apropriado para marcar a singularidade do indivíduo e fazê-lo também socialmente.

A face é um emblema de significações traduzido sob a forma viva e enigmática de uma diferença individual e ínfima. Lacuna infinitesimal, ela convida a compreender o mistério que contém, ao mesmo tempo próxima e elusiva. Ela permanece única entre um infinito de flexões sobre a mesma tela. A limitação do cenário da face não é de nenhum modo um entrave às múltiplas combinações. Uma infinidade de formas e de expressões nasce de um alfabeto de uma simplicidade desconcertante: expressões faciais, dos olhos, da testa, dos lábios etc. Evidentemente, a face liga uma comunidade social e cultural por meio dos modos e traços da expressividade. Gestos e movimentos enviam uma mensagem simbolicamente social e traçam uma via para demarcar a individualidade e traduzir sua unicidade. Quanto mais uma sociedade acorda importância à individualidade, maior é o valor do rosto e sua aparência.

Se o homem não possuísse um rosto para lhe identificar tudo seria igual, a confiança seria impossível e a ética não teria nenhum sentido. Um homem mascarado se torna um homem invisível, não devendo nenhuma satisfação a ninguém. Como ironicamente diz um personagem de Kôbo Abé (ABÉ, 1987, p.

43), “ele não é mais ladrão, nem policial, não é agressor, nem vítima. Não é minha mulher, nem a mulher de meu vizinho”. Dando prosseguimento à sua fantasia, ele imagina fabricar e comercializar uma série de máscaras e se queixa ao imaginar o tipo de subversão que utilizá-las traria ao ambiente social. Utilizando máscaras, ninguém saberia mais quem é quem, sobretudo com a possibilidade de trocá-las várias vezes ao dia. A noção de indivíduo se dissipa diante da noção de pessoa (*persona*: máscara, em latim).

De repente, uma pessoa desaparece, ao mesmo tempo em que outra se multiplica por dois, por três. A carteira de identidade não serviria a mais nada. O retrato falado do criminoso não teria mais nenhum valor informativo. Rasgaríamos a foto de nossa noiva. Conhecidos e desconhecidos seriam misturados e a concepção de um álibi seria destruída. Os homens não teriam mais confiança uns para com os outros (ABÉ, 1987, p. 156).

Para atestar a veracidade de suas características, os homens deveriam morder suas bochechas e oferecer o sangue como uma prova. A polícia deveria apalpar o rosto dos suspeitos para verificar se eles usam ou não uma máscara. “O romance policial perderia rapidamente sua popularidade e o romance familiar, tratando de duplas ou triplas personalidades, roubaria por certo seu tempo e seu lugar” (ABÉ, 1987, p. 158). É impossível conceber um mundo sem face sem percebê-lo como um universo de caos. Para fundamentar o lugar social é preciso singularidade de características para que cada um possa ser reconhecido e reconhecer as características de seu grupo. Um mundo sem rosto, dissolvido na multiplicidade de máscaras, seria um mundo sem culpados, mas também sem indivíduos.

A face como força de chamada

Na tradição platônica que cita Aristófanes em *O Banquete*, os homens originais tinham formas arredondadas e quatro braços, quatro pernas e duas faces opostas em uma mesma cabeça. Esses seres não precisavam uns dos outros. Eram homens, mulheres, andróginos, esses, por sua vez, eram compostos de uma metade “homem” e outra metade “mulher”. Nesse mundo sem outros, Aristófanes não nos diz quais são as alegrias ou os sofrimentos que ele conhecia. Mas essa falta atormentava moralmente toda essa espécie que decide desafiar deus ao escalar, em vão, o céu. A vingança de Zeus é terrível. Ele decide dividir ao meio cada um desses seres, profetizando uma busca eterna da sua metade perdida. Plotino fará da linguagem do sangue derramado na ferida do andrógino, a tentativa difícil e sempre renovada, de encontrar essas metades por meio da fala. A assimetria de traços de todo homem faz com que cada rosto seja composto de duas figuras ligeiramente diferentes, abrindo, assim, a porta para o imaginário. Todo homem será, nessa lógica, a fração da face perdida que buscará pela eternidade, buscando-a na face de outrem. O mito explica o amor e sublinha porque um olhar pode transformar completamente a existência, como uma revelação. O amor à primeira vista encarna o calor dos

sentimentos após o encontro das metades uma vez separadas pelo ciúme dos deuses. O momento de seu reencontro é conhecido pelos amantes. Eles se amavam sem jamais terem se visto. Tamanha é sua convicção. Mas a comunhão não é eterna e o andrógino se encontra novamente homem ou mulher, separado em busca de seu fragmento de face perdido.

O tema platônico do reconhecimento se encontra na ressonância mútua das faces e a fascinação que provocam. O momento no qual o mistério invade e confunde passado e futuro. Ele perpassa o passado e desenha o futuro. Casais e a literatura já demonstraram abundantemente essa experiência. “Ele conta suas melancolias na escola e como no seu céu poético resplandescendente se via o rosto de uma mulher, se bem que a vendo pela primeira vez ele a tinha reconhecido”, escreve Flaubert (1978, p. 295), comentando o amor de Frédéric por Madame Arnoux². “Eu o vi, eu corei, eu empaleci ao vê-lo”, disse Fedra ao ver Hipólito pela primeira vez. O encontro inaugural entre o jovem Rousseau e a Madame Warrens testemunha a mesma fascinação. Carne de um e carne do outro se confundem no auspício da face que traça um caminho de almas ou de sensualidade contagiante. Uma carta de recomendação de M. De Pontverre no bolso do jovem Rousseau segue de Gouffignon a Annecy até chegar a Madame Warrens. Uma efervescência lhe anima, sobre a qual ele diz no “Décimo devaneio” que “esse primeiro momento decidi toda minha vida e produziu um encadeamento inevitável do resto dos meus dias” (ROUSSEAU, 1982, p. 73). Rousseau ainda não conhecia a mulher na qual ele buscava proteção, ele a imagina mais velha e devota. Ela se prepara para entrar na igreja dos Cordeliers quando se dirige bruscamente em direção a ele, alertada pela voz intimidada do jovem homem. “O que eu me torno diante dessa visão!”, escreve Rousseau,

eu vejo uma face cheia de graça, lindos olhos doces, uma pele deslumbrante, um contorno encantador desenha seu pescoço... Aqueles que negam a simpatia das almas expliquem, se puderem, como, desde a primeira conversa, da primeira palavra, do primeiro olhar, Madame Warrens me inspirou não somente o mais vivo sentimento de afeição, mas uma perfeita confiança, que jamais foi desmentida (ROUSSEAU, 1982, p. 78).

O valor social e individual que distingue o rosto do resto do corpo se traduz nos jogos de sedução, na busca pela atenção na qual ele é o foco dos amantes. Existe na face da pessoa amada um chamado, um mistério e um desejo que sempre se renova. A literatura contém inúmeros exemplos nesse sentido. Disse A. Philippe “Um dos sinais do amor é a nossa paixão por observar o rosto da pessoa amada, a primeira emoção, ao invés de diminuir se prolonga, aumenta ao mover-se, um olhar se torna o fio de Ariane que nos conduz até o coração do outro” (TOURNIER, 1973, p. 146). Os amantes podem assim se perder em uma longa contemplação. Mas as significações que os atravessam são inesgotáveis. Os olhos permanecem sempre às portas de uma revelação e se nutrem com essa espera. A face parece ser o lugar onde a verdade é

² Essa obra remete também ao trabalho de Rousset (1984).

em vias de ser revelada. Sem dúvidas, o final de uma relação amorosa para um casal testemunha também a banalidade mútua que preenche os rostos, impossibilitando de descobrir os mistérios contidos nas características do outro. Com o passar da vida cotidiana, o sagrado se torna, pouco a pouco, profano. Ele perde sua aura. Mas enquanto dura a intensidade do sentimento, o rosto cumpre o papel de uma chave para abrir a porta para o gozo do ser que representa.

Proust disse admiravelmente ao escrever em *Swann* esse misto de confusão, lucidez e cegueira diante de uma mulher com quem ele tinha relações e que ele sabia que ela já não tinha mais o charme que quando se conheceram. O fascínio continua intacto diante da face que encarna em seus olhos todo o mistério de sua relação com Odette.

Fisicamente, ela atravessava uma fase difícil: ela estava mais espessa, e o charme expressivo e doloroso dos olhares surpresos e cheios de devaneios que ela tinha outrora parece ter desaparecido com sua juventude. De modo que ela se tornou tão querida a Swann precisamente no momento em que ele a considerava menos bela. Ele a observava incansavelmente para encontrar o charme que havia conhecido, sem sucesso. Mas saber que nesse novo casulo vivia a mesma Odette, sempre com a mesma fugacidade, indescritível e astuta, era suficiente para Swann para que ele continuasse a ter a mesma paixão em tê-la (PROUST, 1983, p. 347-348).

Da criança ao ancião, de um lado ao outro da existência, permanece na face a semelhança e o mistério que assinala a fidelidade do eu.

O racismo ou a aparência profanada

Como o rosto é o lugar sagrado, por excelência, da relação do homem para com ele mesmo e com o outro, a face é também objeto de tentativas de profanar, sujar, destruir para tentar eliminar o indivíduo, recusando sua singularidade. A negação do homem passa, de maneira exemplar, pela recusa de acordar dignidade a uma face. Expressões populares revelam esse princípio. Trata-se de ditos como “estar mal na foto”, “quebrar a cara”, “dar a cara a tapa”, “ser cara de pau” etc.³ Esses insultos animalizam o rosto ou tentam empobrecê-lo: cara de rato/macaco, cara de pau, fuças etc. O mesmo propósito do racismo mundano que evocava a “fisionomia” do estrangeiro e não pensava que esse tipo de vocabulário poderia ser utilizado de modo mais amplo. Somente o outro tem fisionomia. Esses são processos da destituição do homem que exige simbolicamente que nós o destituamos de seu rosto para melhor lhe rebaixar. A vontade de supressão de toda a humanidade no homem fala da

3 [N.T.] As expressões originais utilizadas pelo autor não correspondem a ditos populares da língua portuguesa. No texto original, o autor utiliza os seguintes termos: “perdre la face”, “faire mauvaise figure”, “ne plus avoir figure humaine”, “se faire casser la figure ou la gueule”.

necessidade de quebrar os marcadores de sua singularidade, de seu pertencimento a uma espécie – a saber, de sua face. Antropologicamente, oferecemos um exemplo impressionante da ambivalência do sagrado analisado por Otto (1969), no qual o amor eleva simbolicamente a face, o ódio do outro se associa às tentativas de pisoteá-lo. Um erudito da antropologia do sagrado destaca sua espiritualidade, sua distância, a emoção ao ver, mas ao mesmo tempo, o medo, o terror e a vontade de destruir. O exercício da crueldade favorecido pela animalização do outro, a bestialização, a destruição de sua humanidade. Começando pelo fato de lhe negar um rosto a fim de melhor lhe ver como um piolho, um inseto, um verme, um rato. O outro é uma espécie radicalmente estrangeira e não possui condição humana. Assim, não existe nenhum obstáculo que nos impeça de lhes torturar ou lhes matar.

O racismo poderia se definir por essa negação e imposição de uma categoria depreciativa que contempla todo indivíduo como um “tipo” e indica a conduta que devemos ter para com ele (“o judeu”, “o árabe” etc.). A diferença infinitesimal que distingue o indivíduo e seu nome é completamente destruída. Privado de um rosto para marcar sua diferença, ele se ajusta em um elemento mutável de uma categoria feita pelo desprezo. É-lhe cedido somente uma máscara, praticamente fúnebre que é a do robô, uma caricatura com os traços raciais que tiveram durante o nazismo seu período de glória, mas continua insidiosamente a espalhar seu modelo restrito de categorização. O outro não tem mais um rosto humano. Sua especificidade não existe mais: seus traços físicos revelam o seu interior moral e traduzem na pele seu temperamento, seus vícios, sua deslealdade. A empreitada da fisionomia ou da morfopsicologia tenta destruir o enigma da face para transformá-lo em uma figura, e, finalmente, em uma confissão. A face não é uma máscara, mas sua duplicidade tomba diante da sagacidade do fisionomista que se contenta simplesmente em aplicar uma grade de avaliação. Sua ambição é criar uma fórmula da verdade psicológica do homem diante dele. Após o apagamento da face, não lhe resta mais nada que passar à ação. O racismo não é somente uma opinião, mas uma antecipação do assassinato que começa no apagamento simbólico da face do outro.

A máscara ou o fim da face

O rosto é um verniz essencial que torna possível conectar através da responsabilidade social que dota um indivíduo na sua relação com o mundo. Nas nossas sociedades o princípio de identidade se localiza essencialmente sobre o rosto. Desfazer-se desse rosto utilizando-se de uma máscara, um véu, uma acentuada maquiagem é um ato de grande força, por meio do qual o indivíduo pode, até mesmo sem querer, ter cruzado o limiar para uma metamorfose. O apagamento da face desperta um sentimento próprio dos jogos, da transgressão, da transferência de personalidade. Ao esfoliar seu rosto artificialmente, o indivíduo se libera das amarras de sua identidade, deixa florescer as tentações a que renunciava ou descobre que graças a essa experiência não tem mais satisfações a dar a seu antigo rosto/ identidade. Não existe mais temor em olhar nos olhos de sua face e responder por seus atos uma vez que esconde sua face de sua atenção e também para os outros.

A máscara absorve o rosto vivo do indivíduo, dissolvido na carne de suas familiaridades, desagrega as ressalvas e proibições do sentimento cotidiano de identidade e o substitui por uma face de busca, um manequim, imóvel, uma superfície de projeção na qual o imaginário costura à vontade. Libertar-se de sua face pode possibilitar encarnar todas as faces possíveis, responder a todas as transformações desejadas. É nesse aspecto que está o poder de liberar as contenções das inúmeras facetas que compõem uma pessoa. Uma das razões de ser da máscara consiste em dissimular ou tornar desconhecidos os traços de um rosto, para que possa fazer com toda impunidade uma transgressão de códigos sociais e se esquivar das consequências de seu ato. Se o indivíduo for reconhecido, ele eliminará o traço que lhe deixou vulnerável à indiscrição dos outros. Mas a máscara não assegura somente o anonimato, ela favoriza também a liberdade e o enfrentamento de proibições, ela catalisa as tentações enterradas no indivíduo pela moral, que encontra, por sua vez, identidade na face do indivíduo que a possui. A máscara derruba os traços e anula também as exigências morais. Ela retira a fechadura que impedia o curso das pulsões. Escreveu Kôbô Abé:

Quando se suprime o rosto, se elimina também o coração. É a arte da dissimulação. Podemos agora compreender porque era tão indispensável que o rosto dos torturadores e inquisidores de outrora fosse coberto [...] Aquele que usa uma máscara tem intenção de não somente esconder sua fisionomia – que é passiva, mas também tem intenção ativa de aniquilar as relações normalmente associadas entre o coração e a face e se libertar dos sentimentos mundanos, dissimulando, assim, sua expressão (ABÉ, 1987, p. 79).

Kôbô Abé produz em *La face d'un autre* (A face de um outro) uma reflexão profunda sobre a máscara. O personagem central é vítima de um acidente que o desfigura. Ele cria um rosto de material sintético, bastante fino, para dar leveza e ilusão do que seria o seu rosto. Seu conhecimento em química leva à criação de uma obra quase perfeita. Colocando a máscara sobre os seus traços quebrados e distorcidos, ele se desaponta com a sua inabilidade de fazer-se passar pelo rosto que tinha, pela sua rigidez. Instantaneamente a máscara parece um outro, é preciso guiá-la antes que ela possa tomar decisões autônomas no mundo, é preciso educá-la como uma criança, ensinar traços, gestos e expressões familiares. Com o passar do tempo, a máscara se torna segura, um tipo de possessão se instaura a partir do novo homem que ele se torna a cada dia. A máscara se torna uma face. Desse modo, diante de um espelho o narrador se abandona:

Nós nos olhamos por alguns instantes. Logo o outro começou a rir e eu ri também. Eu escorregava na pele do outro, sem resistir. Estávamos unidos, eu me tornei ele mesmo. Eu não considerava seu rosto particularmente bonito, nem feio. Eu começava a me sentir e a pensar com esse rosto (ABÉ, 1987, p. 105).

Pouco a pouco, “ao invés de lhe guiar eu o seguia. Seguia essa alma com a mesma vontade que tem um prisioneiro que acaba de ser libertado” (ABÉ,

1987, p. 125). É claro que simultaneamente existe uma consciência que a máscara revela, permitindo que sejam visíveis tendências morais já presentes nesse indivíduo.

Não estando hipnotizado ou drogado, era eu que era responsável até o fim por todas as ações de minha máscara [...] A personalidade do mascarado não é nenhum tipo de coelho que sai da cartola do mágico. Ela deveria ser uma parte de mim mesmo, de cuja existência eu não era consciente até o momento em que o rosto nu de meu portador a revelou (ABÉ, 1987, p. 126).

Quando ele seduz sua mulher com a máscara, ele tem a impressão de que ela o trai com outro e sente ciúmes.

O narrador se encontra dividido e transtornado pelas exigências de sua máscara que faz emergir tendências até então ocultas. E, no entanto, ele é ainda o mesmo homem, ferido por seu acidente e desfiguração. Ele leva uma vida dupla, uma com um sentimento de poder sob a égide da máscara, atento ao mundo e aos acontecimentos que o rodeiam, vendo as coisas sob um ângulo diferente; e o outro, a partir de sua face desfigurada, confrontado com os olhares curiosos e compassivos, sofrendo pelo drama de sua identidade perdida e do afastamento de sua mulher.

A autonomia progressiva da máscara deixa o narrador mais distante do que ele gostaria. A resistência de sua antiga personalidade, desprovida de um rosto e socialmente rejeitada, cede rapidamente diante da vertiginosa liberdade que se apresenta. As antigas barreiras morais de sua antiga identidade perdem sua raiz com o que restava de sua face original. Reprimida, um estado de réquiem, se faz cada vez mais invasivo. A desfiguração colocou o narrador em descompasso da lei comum, tornando-o um objeto de olhares amedrontados. Agora, por meio da força e da liberdade pulsante nele, ele busca diferentes maneiras de se isentar. Assegurando-se de sua impunidade, uma vez que ele não seria reconhecido ao cometer seus delitos, ele pondera sobre tornar-se um incendiário ou como se livrar de agressões sexuais etc. “O frisson da liberdade e do álcool faz com que meu corpo se torne um duro desejo [...] minha máscara quer burlar a lei, sem isso ela não tem nenhuma razão de existir” (ABÉ, 1987, 149 e 165). O romance encontra seu fim em uma passagem que aponta para a morte definitiva de sua antiga identidade por intermédio da morte de outrem. Como se o batismo da máscara exigisse uma ruptura radical de qualquer moral anterior e pelo fato de ceder a todas as tentações. A alquimia da máscara opera uma transferência de personalidade. O apagamento da face é uma visão real de acesso a novas possibilidades de ser, até então proibidas ou escondidas. Ela oferece um *laissez-passer* de uma experimentação sem entraves.

O indivíduo se torna uma “persona”⁴, abandonando-se dessa energia na qual rejeita bruscamente a ideia de retirar a máscara, seguido pelo medo,

4 Segunda a etimologia, *personne*, pessoa em francês, vem do latim *persona* – que designa uma máscara de teatro.

recusando ceder o desejo de ser alguém além de si mesmo. A máscara é um agente de metamorfose, segundo o estilo de conformação e as forças que contribuem a cristalizar naquele que veste sua face. Mas seu efeito é imprevisível porque ele traduz a alquimia do encontro de duas potencialidades, as do homem e as da máscara. Ele pode engendrar medo, angústia de ser privado de seu porto seguro que fixam a identidade e a certeza de um rosto. A memória desconcertante de Rilke (1978) ilustra essa ambivalência por meio da proximidade possível desses dois esforços. Em um silo, uma criança descobre uma máscara em um antigo baú de viagem. Ele a coloca sobre seu rosto: “Ela fora grandiosa, para além de toda esperança. O gelo a reproduzia imediatamente: era convincente demais. Era inútil mover-se, era uma aparição perfeita e não precisava de minha contribuição” (RILKE, 1978, p. 95). A criança é maravilhada por esse brilho intenso diante da facilidade de se tornar outro. Ela tem prazer em testar sua liberdade por amplos movimentos que confirmam seu bem-estar.

Até que um barulho a interrompe e bruscamente a retira de seu transe. Um sentimento de despersonalização lhe preenche. Ele busca em vão, se retirar da máscara:

Queimando em cólera, eu me jogava no gelo e seguia o trabalho de minhas mãos com dificuldade através da máscara. Mas ela (a máscara) não esperava por isso. O momento da vingança havia chegado. No momento de angústia que crescia cada vez mais, eu me esforçava para fugir de minha fantasia, ela me obrigava por meios que desconheço a olhar e impunha sobre mim uma imagem, uma realidade, uma estranha e incompreensível realidade que me penetrava apesar de minha vontade: nesse momento a máscara era mais forte e eu era apenas seu reflexo no espelho (RILKE, 1978, p. 96).

Tendo apagado seus traços, a criança não tem mais lugar. Tendo revestido o signo de uma força estrangeira, ele se deixa conquistar por ela. Incapaz de romper a ligação, em pânico, ele foge gritando. Seus pais e sua família lhe cercam. “E enfim, eu me ajoelhava diante deles, como ninguém jamais o fez, eu me ajoelhava e levantava minhas mãos suplicando: “Tirem-me daqui e não me deixem voltar”, mas eles nada entendiam; eu não tinha mais voz” (RILKE, 1978, p. 95)⁵. Brincar com seu rosto, o dissimular é sempre brincar com o fogo, sob o risco de corromper sua identidade ou de revelar facetas novas e perigosas. A criança encontra aqui uma etimologia do termo máscara, tradução do italiano *maschera* que remete a um radical pré-romano, *maska*, que no latim significa “máscara”, “feiticeiro”, “espectro, demônio” (DICIONÁRIO LE ROBERT, 2000, p. 2152). O perigo da máscara, sua ambivalência está registrada no inconsciente da língua.

5 Sobre a antropologia da máscara ver Le Breton (2004).

A desfiguração ou a identidade destruída

Em novembro de 2004, Isabelle Dinoire⁶, inconsciente após ter tomado pílulas para dormir, foi, em parte, desfigurada pelo seu cachorro, enquanto ela estava deitada no chão. Ao acordar, ela descobre o horror de uma existência sem rosto. Após uma intervenção cirúrgica de 15 horas no dia 27 de novembro de 2005, no *CHU D'Amiens*, os professores Bernard Duvauchelle, Jean-Michel Dubernard e suas equipes, obtiveram sucesso no primeiro transplante de região triangular do nariz, lábios e queixo. Os tecidos transplantados foram retirados de uma doadora diagnosticada com morte cerebral. Isabelle Dinoire encontrou, pouco a pouco, a possibilidade de suportar olhares alheios.

De todas as partes do corpo humano, é o rosto humano que representa a mais alta valia: matriz de identificação; espelho do sentimento de identidade; objeto de sedução; nuances da beleza ou da feiura; marcas da idade e marcas da emoção. É um valor tão elevado que toda a marca visível de uma lesão é vivida como um drama: como um rasgo profundo no sentimento de identidade. O rosto é uma totalidade única que não pode ser modificada, nem mesmo em um detalhe ínfimo sem uma profunda transformação. Toda alteração acarretada rompe profundamente um homem ou uma mulher que não se reconhecem mais e não ousam sequer se olhar. “Eu não posso mais me apresentar diante das pessoas”, disse Isabelle Dinoire ao descobrir seu rosto destruído no espelho.

A desfiguração é uma privação do ser, ela anula a matriz de identidade de um indivíduo que se torna inominável, monstruoso (no sentido etimológico da palavra na qual seu infortúnio provoca olhares). A alteração de traços da aparência do rosto induz à impossibilidade de se reconhecer e de ser reconhecido por outros. Machucados, cicatrizes, mesmo mais graves, situados em outras partes do corpo são menos dolorosos. A ruptura do sagrado espaço da face provoca até mesmo o horror em pessoas próximas, o sagrado que fascina dá lugar ao sagrado que repulsa. Albert Cohen (1954, p. 89) diz brutalmente ao lembrar que “se o pobre Romeu tivesse perdido o nariz em algum acidente, Julieta só lhe olharia com horror”.

Como perder um membro, a desfiguração transforma profundamente o sentimento de identidade. Nas sociedades ocidentais, cicatrizes no rosto são frequentemente vividas de forma dramática. Em outras partes do mundo, rituais de iniciação impõem cicatrizes profundas no rosto de jovens. Nessas marcas, carregam o orgulho de tornarem-se um homem ou uma mulher, parte de uma comunidade. O etnólogo Robert Jaulin queria viver um ritual de iniciação Sara, no Chade. Ele foi adiante até o momento em que o ritual implicava uma escarificação no rosto (JAULIN, 1971, p. 167). Ao se negar passar por esse ritual, que, do ponto de vista de um ocidental, era excessivo, ele evoca, paradoxalmente, a diferença de negar simbolicamente se juntar aos Sara e de reivindicar viver o ritual do seu interior.

⁶ Os trechos do testemunho dado por Isabelle Dinoire foram retirados do Jornal *Le Monde* do dia 7 de julho de 2007.

Esses exemplos mostram que a desfiguração (do mesmo modo que a beleza ou a feiura) não é uma categoria universal, mas efeito de um julgamento social determinante no qual os mais íntimos sentimentos do homem são postos em jogo por sua representação facial, ou são desfigurados por cicatrizes ou impressões na pele. As marcas tradicionais sobre o rosto e o corpo, outrora símbolo de orgulho e beleza por seu valor de integração ao grupo, sua inscrição numa linhagem, relações com os ancestrais e a uma cosmologia, hoje perdem seu significado num contexto de urbanização e globalização. Se essas marcas introjetavam nos jovens seu status de homem ou mulher, hoje elas simbolizam nas cidades africanas um estigma difícil de escapar. Desligado do pertencimento ao grupo, um indivíduo portador desses traços cutâneos experimenta um estigma e não mais carrega um símbolo valoroso de filiação. O escritor Kangui Alem (2004) evoca uma mulher Sara, do Chade, cujo rosto é marcado por escarificações:

Ela fala sobre o sentimento de vergonha que experimenta hoje, muito aquém do orgulho que sentiu durante sua iniciação quando vivia ainda em sua aldeia. Ela é militante de direitos humanos em uma ONG, e seu rosto é um obstáculo no estabelecimento de relações com outros. Ela é vítima de piadas e os apelidos maldosos⁷ a acompanharam, da escola primária à universidade (ALEM, 2004, p. 163).

Ela conta ter sido rejeitada por homens que não eram parte da sua etnia, acabando por namorar somente rapazes também marcados pelos mesmos símbolos tradicionais. Paradoxalmente, ela denuncia o risco de um “comunitarismo” provocado pelas marcas tradicionais. Ela diz com humor: “Pelo menos cada vez que vou aos Estados Unidos, tenho a satisfação um tanto irônica de ser tratada como uma verdadeira africana. Ao mesmo tempo que no meu país eu sou motivo de piada, uma serviçal” (ALEM, 2004, p. 163).

O sexo e o rosto são essenciais para a cristalização da identidade e também os mais vulneráveis aos fantasmas do inconsciente. Sua alteração confunde a personalidade e deixa o indivíduo imerso em angústias de dimensões que não correspondem, necessariamente, à gravidade da situação. É por meio deles (sexo e rosto) que apostamos o significado e o valor da nossa existência. A desfiguração não extirpa somente a pele do rosto tornando a pessoa irreconhecível, ela sutilmente rasga a identidade que recebia cotidianamente sua confirmação por meio dos olhares dos outros. O indivíduo machucado não se reconhece mais, no sentido real e figurado. É como se um terremoto colocasse em ruínas suas antigas fundações. Perder o rosto ou não poder salvar as aparências não são mais metáforas para falar da perda da ligação social. Dessa vez a situação é real e com consequências ainda mais concretas. A desfiguração é uma privação do ser enquanto permanece o luto da face perdida, e as pessoas próximas não aprenderam a ver nascer uma outra face no lugar

7 [N.T.] Exemplos de apelidos utilizados pelo autor: “Gueule de fetiche”, “larmes éternelles”, “la fille à la voie ferrée”.

da máscara rígida. Tal tarefa é difícil, sobretudo, quando cada espelho, cada olhar, cada hesitação reenvia a sensação de estigmatização, ao sentimento de ambiguidade pessoal e anomalia da espécie.

Continuamente, a pessoa desfigurada deve assumir essa violência, ser confrontada ao sentimento de ter sua identidade desfeita e à dor de ter enraizada uma imagem do corpo que só se modifica muito lentamente como lembrança cruel do ocorrido. A capacidade de superar tal obstáculo e reencontrar plenamente a vontade de viver está ligada à sua experiência de vida, sua história, sua situação social e cultural, sua idade e também aquela das pessoas que a cercam. Muitas vezes a experiência de aniquilamento é brutal, pois remete a uma perda definitiva de tudo que existia anteriormente. A desfiguração não é uma doença da qual nos recuperamos por um período de convalescença, nem um machucado que se cura por meio de uma cicatrização perfeita. Ela equivale a uma mutilação, mesmo se o indivíduo não perdeu nenhum membro. Ela não nos deixa outra escolha senão aceitar o problema e nos submeter a sucessivas cirurgias reparadoras que dão esperança e memória à face perdida. A desfiguração coloca sobre o rosto uma máscara do mesmo modo que o faria um banho de ácido. Essa máscara nos acompanha por toda a vida, ela precede todo encontro. É daí que vem a impressão de que pessoas desfiguradas raramente saem de casa ou esperam a noite para se perder no anonimato.

Na nossa sociedade, as pessoas desfiguradas chamam atenção a contragosto e, como resposta à sua descrição, tentam se tornar, paradoxalmente, invisíveis para desapercivelmente se deslocarem. A hierarquia do horror coloca em primeiro lugar a alteração do rosto por um acidente ou doença, o homem que não tem mais “aparência humana”⁸, diz a expressão popular. Metáforas marcam a retirada do lugar social e remetem a uma morte social. A particularidade da pessoa desfigurada consiste na carência simbólica que ela oferece ao mundo por meio de suas feições destruídas. Nenhuma de suas competências para o trabalho, para o amor, para a educação, para viajar, para viver, sofreu impedimento por conta de seu estado. No entanto, uma linha demarca seu distanciamento dos outros por meio de uma violência simbólica extrema da qual muitas vezes o sujeito é, ele mesmo, ignorante.

Se a desfiguração não é uma deficiência, uma vez que ela não invalida nenhuma competência física e moral da pessoa, ela se torna uma a partir do momento em que ela suscita um tratamento social cheio de cuidados e distanciamentos. A desfiguração é uma deficiência da aparência, ela salta aos olhos. Ela altera profundamente as possibilidades de relações. Não somente ela bloqueia parte das relações sociais das quais o indivíduo poderia se beneficiar se seu rosto não fosse destruído, mas ela lhe impõe, igualmente, viver como se fosse uma representação, uma infinita fonte de curiosidade para todos aqueles que cruzam o seu caminho. Toda saída é acompanhada de múltiplos olhares, frequentemente insistentes. Essa atenção é, de tal modo virulenta, que ela se renova a cada encontro de olhares. Isabelle Dinoire fala sobre esse assunto e lembra da crueldade da reação

8 [N.T.] O dito popular original é “n’a plus figure humaine”, sem equivalência em português.

de crianças ao lhe observarem antes de sua cirurgia quando deveria usar uma máscara, na rua. No entanto, Dinoire afirma que os adultos também não sabiam como lidar com ela. Para o homem ou a mulher que tem o rosto disforme, a vida social se torna um palco no qual o menor deslocamento chama a atenção dos espectadores. Etimologicamente, essa palavra, desfiguração, funciona como um estigma, sinal de perda dos direitos sociais mais básicos. Ele retira o indivíduo da comunidade humana.

A pessoa que sofre uma deficiência visível mobiliza perpetuamente a atenção dos outros. Perder seu rosto, psicologicamente e socialmente, é perder sua posição no mundo. “Encarar” é uma tarefa impossível, que é retomada constantemente. Tal relação sublinha uma dificuldade considerável por conta de fantasmas e medos arcaicos. Essa deficiência da aparência, que é a desfiguração, é uma das formas mais cruéis e sutis de exclusão dos rituais de interação. Se nas relações sociais toda pessoa possui a seu favor um crédito de confiança, aquela que possui um rosto destruído é afetada por um crédito negativo que impossibilita sua aproximação. Tudo isso se passa sutilmente através de não ditos, de forma discreta, mas eficazmente, por meio dos olhares e das dificuldades que essas pessoas passam para se beneficiar de relações cotidianas, desde as mais banais. Evidenciam que ela deve lutar para conquistar seu lugar diante do constrangimento que suscita nas pessoas que não estão habituados ainda a sua presença. A pessoa desfigurada modifica toda situação pública na qual é exposta, por isso desenvolve estratégias de discricção, evitando transportes públicos e lugares muito movimentados. Muitas preferem não sair de casa. Provisória ou permanentemente, elas vivem uma privação simbólica de sua relação com o mundo que somente uma mobilização total pode reconstruir. Se o rosto se confunde com o ser, sua alteração é ferir o ser, é como se houvesse uma profanação de si mesmo (LE BRETON, 2004, p. 296). O sagrado toma forma de abjeção.

Sob condições normais da vida social, uma ritualização circunscreve as ameaças suscetíveis de ir de encontro ao desconhecido. Sinais tranquilizantes balizam a troca. O corpo diluído num ritual se torna imperceptível, absorvido nos códigos que encontramos nos outros, como num espelho suas atitudes e imagem não surpreendem. Um apagamento ritualizado do corpo se impõe⁹. Aquele que, de maneira deliberada ou a contragosto, perturba os rituais de integração, suscita vergonha ou angústia. As arestas do corpo ou da voz atrapalham as trocas. O desconhecido não pode ser ritualizado. A regulação fluida da troca é interrompida, o corpo não é mais ligado ao ritual e torna-se difícil negociar uma definição mútua de interação fora das situações habituais.

A desfiguração priva o indivíduo de sua plena identidade pessoal e social. Ela o transforma em um ser residual, problemático que deve aprender a lidar com o olhar dos outros e a prevenir-se contra eles. As representações sociais que levam às interações também são desfiguradas. Um “jogo” interfere nesse encontro, produzindo angústia e mal-estar. A incerteza da definição da situação não nos poupa. Todo encontro é uma nova prova de fogo, provocando dúvidas quanto à maneira que será

⁹ Sobre este assunto, ver Le Breton (2011).

acolhido e se será respeitada sua dignidade. Todo indivíduo, cuja integridade física é preservada, tende a evitar infligir uma sensação desagradável.

A pessoa atingida por esse mal passa a ocupar um estatuto intermediário, liminar. O mal-estar que esse indivíduo provoca é resultado da falta de clareza que o cerca. Ela não está doente nem em boa saúde, não está morta, nem plenamente viva, não está fora da sociedade nem dentro, por sua vez é impossível identificar um rosto que salta aos olhos, mas essa pessoa não possui mais sexo. Sua humanidade é evidente, e ao mesmo tempo ela não se encaixa na ideia habitual de humano. A sociedade responde com ambivalência à ambiguidade da situação, ao seu caráter permanente e elusivo. Desconforto a ritualizar envolto em constrangimento. Sob tais circunstâncias, a discricção é um privilégio banal, o sonho do Homem Elefante (*Elephant Man*) de se perder no anonimato da multidão.

A impossibilidade de se identificar fisicamente é para ele a origem dos preconceitos que encontram homens e mulheres desfigurados. A alteração é transformada socialmente em estigma. A imagem do outro não é mais uma janela para a sua própria imagem. Pelo contrário, sua aparência intolerável coloca em xeque sua identidade, sublinhando a fragilidade da condição humana e a precariedade inerente a toda vida. A pessoa desfigurada nos lembra, com sua presença, o imaginário do corpo mutilado que assombra nossos piores pesadelos. Ela cria uma zona de turbulência na segurança ontológica que garante a ordem simbólica. Reações à sua presença tecem uma sutil hierarquia do medo, elas se classificam pelo distanciamento aos padrões da aparência física. Quanto mais visível e surpreendente é a deficiência (um corpo deformado, tetraplégico ou um rosto desfigurado, por exemplo), mais ele suscita uma atenção social indiscreta que vai do horror à surpresa e separa claramente as relações sociais.

Transplante de rosto

Neste contexto doloroso, mesmo se o transplante for “somente” da região triangular, nariz-lábios-queixo, um transplante de rosto é também uma cirurgia dos sentidos. No estado atual da medicina é uma intervenção transgressiva, extremamente arriscada. No caso de Isabelle Dinoire, nenhuma outra intervenção poderia alcançar uma solução viável para que ela reencontrasse, algum dia, seu status no meio social. Pior seria, sem dúvida, ter de continuar a viver como uma lacuna no lugar de seu rosto, excluída definitivamente dos sentidos e das relações com outros. Amputada de uma parte essencial do estabelecimento das relações como o mundo, ela sofre, no duplo sentido do termo, de não poder se encarar nem se reconhecer nessa figura do horror que se tornou sua face. Desse modo, não se trata simplesmente de salvar a vida de um paciente, mas de restaurar seu lugar no mundo e recuperar sua vontade de viver. A cirurgia representa um retorno simbólico ao mundo. No entanto, transplantar um rosto consiste também em transferir os fundamentos de uma identidade. Seguramente, a pessoa que sofreu esse trauma já se encontra em meio a uma situação de abjeção social, e já sentiu tremer suas estruturas identitárias no momento do acidente. Mas o transplante representa um segundo e avassalador

terremoto, ao mesmo tempo em que simboliza a esperança por meio dessa intervenção.

Há no transplante de rosto uma dupla transgressão, pois se trata de retirar uma parte do rosto de um doador morto. Sabemos do valor simbólico referente aos órgãos. Se esses doadores ou suas famílias aceitam a retirada de rins, por exemplo, existem reticências quando se fala do coração ou até mesmo dos pulmões. A retirada das córneas também provoca problemas significativos hoje, já que um número considerável de famílias se recusa a “doar” para não privar o defunto de sua visão e também de seu rosto. Nas nossas sociedades é comum representar e associar os olhos a uma “janela da alma”. Tais representações falam de mais ou menos humanidade em certos órgãos¹⁰. Nesse contexto a retirada de tecidos do rosto é frequentemente percebida como uma profanação do morto, embora a reconstrução faça secundariamente o seu papel.

A segunda transgressão está no fato de viver a partir do transplante com o rosto de outra pessoa, de tomar emprestado seus sinais identitários mais marcantes e se encontrar numa situação de alteridade familiar a cada vez que observa seu reflexo em um espelho ou vitrine, como se alguém tivesse tomado posse de si mesmo no sentido mais íntimo e singular. Receber o rosto do outro nos expõe a um não reconhecimento e à incapacidade de se olhar sem perceber a exposição de um “outro”, ainda que colado ao “eu”. Certamente, não se trata de uma duplicação do rosto emprestado, o tecido se modela à estrutura óssea daquele que recebe o transplante, mas ele não encontra seu rosto anterior, nem é imune ao choque de alteridade que lhe impregna. Esse rosto não será aquele que tinha antes. Eventualmente, para alguns, cujo transplante ocorreu logo após o nascimento ou ainda na primeira infância, esse rosto poderá ser o seu primeiro rosto. O risco de se sentir “possuído”, “despersonalizado” é tangível para personalidades frágeis e que não tinham suficientemente refletido anteriormente, essa é uma das complicações psicológicas do transplante. Perdendo sua face, como no caso de Isabelle Dinoire, perdeu-se a boca, lábios, nariz, sorriso e ao final do transplante ela come com a boca de outra pessoa, sorri com outro rosto, beija com outros lábios. É importante se adaptar do ponto de vista cirúrgico, com a ajuda da fisioterapia, mas também é preciso se adaptar no plano simbólico, para que nesse “rosto de um outro” possamos nos reconhecer gradualmente. É daí que vem a importância de uma equipe médica e de acompanhamento psicológico sólido, além é claro, da importância do suporte familiar para que esse processo tenha sucesso. No final desse percurso existe a possibilidade de um renascimento, que esse processo se torne uma iniciação: “Eu retornei ao planeta dos homens”, disse Isabelle Dinoire. “Esse mundo pertence aqueles que têm um rosto, um sorriso, expressões faciais que permitam comunicar... Eu posso ver isso agora. Eu vivi, ao mesmo tempo, um pesadelo e uma aventura dos quais ainda não sei bem o que dizer”.

10 Sobre essa abordagem antropológica sobre retirada e transplante de órgãos ver Le Breton (2008).

Abertura

Evidentemente, a percepção do rosto de um idoso não revela uma natureza, mas uma avaliação social e cultural que cada um adere à sua maneira. A lista de sociedades que percebem a velhice como algo positivo, sinal de dignidade, valor simbólico no horizonte do grupo, não é longa. Todos nós sabemos que o homem que envelhece é também a criança que foi um dia: o mesmo rosto, a mesma surpresa e fascinação diante do mundo. Da criança ao velho existe uma continuidade desconcertante, uma semelhança que nunca foi desfeita. Somente nós sabemos que quando morremos muito velhos, morremos com o rosto de nossa infância.

O percurso segue por um longo período de cristalização simbólica do conjunto de valores sociais tanto para o melhor quanto para o pior. Ambos falam do sagrado, do puro e do impuro e sua alternância dependendo das circunstâncias. A relação com o rosto é uma relação que se dá sob o mesmo registro das relações com o sagrado. Com toda a ambivalência que carrega, da fascinação ao terror, do amor ao assassinato. O mesmo indivíduo conhece ao longo de sua existência as diferentes intensidades que testemunham seu valor junto de um espaço social no qual ele é submetido à apreciação de outros. Perder o rosto em práticas de racismo ou desfiguração é perder a existência, na medida em que perder a face é profanar o centro de si mesmo. Ao inverso, o amor ou o reconhecimento que inventa um rosto a outrem, só poderá ser destruído por uma mudança no olhar que o construiu. O sagrado de uma face começa e se estabelece nos olhos do outro, na projeção de sentidos que o coloca ou priva do mundo. Este é o verdadeiro teste¹¹.

Referências

- ABE, Kôbô. **La face d'un autre**. Paris: Stock, 1987.
- ALEM, Kangni. Marques du corps en Afrique subsaharienne, permanences et métamorphoses. In: FALGAYRETTES-LEVEAU, C. **Signes du corps**. Paris: Musée Dapper, 2004, p. 149-175.
- COHEN, Albert. **Le livre de ma mère**. Paris: Gallimard, 1954.
- DICIONARIO *LE ROBERT*, Paris: Dictionnaires Le Robert, 2000.
- FLAUBERT, Gustave. **L'éducation sentimentale**. Paris: Folio, 1978.
- JAULIN, Robert. **La mort Sara**. Paris: Ed. 10/18, 1971.
- KUNDERA, M. **La vie est ailleurs**. Paris: Gallimard, 1973.
- LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- _____. **Des visages**: essai d'anthropologie. Paris: Métailié, 2004.
- _____. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2006.
- _____. **La chair à vif**: de la leçon d'anatomie aux greffes d'organes. Paris: Métailié, 2008.
- _____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- OTTO, Rudolf. **Le sacré**. Paris: Payot, 1969.
- PROUST, Marcel. **Du côté de chez Swann**. Paris: Livre de poche, 1983.

11 Para aprofundar diversos pontos abordados nesse artigo, recomendo a leitura de Le Breton (2004).

RILKE, R-M. **Les cahiers de Malte Laurids Brigge**. Paris : Seuil, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Les confessions**. Paris: Livre de poche, 1982
ROUSSET, Jean. **Les yeux se rencontrent**: la scène de première vue dans le roman. Paris: José Corti, 1984.

SIMMEL, Georg. La signification esthétique du visage. In: _____. **La tragédie de la culture**. Paris: Rivages, 1988, p. 137-144.

TOURNIER, Michel (Éd.). **Miroirs**: autoportraits. Paris: Denoël, 1973.

Recebido em 12/10/2017
Aceito em 09/01/2018

Artigos

**EMPREENDEDORISMO DE MULHERES ARTESÃS:
caminhos entre o capital social e a autogestão**

***ENTREPRENEURSHIP OF WOMEN ARTISANS:
paths between social capital and self-management***

Patrícia Moraes Azevedo*
Maristela Oliveira de Andrade**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo debater o papel da mulher artesã no contexto do empreendedorismo feminino, tendo em vista que ela está se posicionando, cada vez mais, no mercado de trabalho com a abertura de seu próprio negócio, seja individual ou de forma coletiva, como acontece nas associações e cooperativas de artesãs, agricultoras, entre outras. Busca-se entender o empreendedorismo feminino sob a perspectiva dos conceitos de capital social, participação e autogestão, tomando como base a experiência do trabalho desenvolvido pelas mulheres artesãs que integram a Associação Mãos que se Ajudam, no município de Lucena/PB. A metodologia de trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica e de observação participante, assim como na realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto aos membros da Associação (presidente, cocadeiras e artesãs da fibra do coco). Também foram entrevistados gestores públicos, participantes diretos do processo constitutivo da referida Associação. Por fim, verificou-se que o empreendedorismo feminino pesquisado resultou em participação e acúmulo de capital social das artesãs na esfera produtiva da cocada, porém, na esfera da autogestão, os resultados se mostraram insatisfatórios. A baixa escolaridade das mulheres, assim como a experiência anterior delas no mundo do trabalho, circunscrita às atividades domésticas seriam fatores a dificultarem a compreensão do papel de empreendedoras. A inserção das mulheres na Associação, em busca de uma fonte de renda, favoreceu uma identificação com o trabalho assalariado e está, portanto, distante da concretização dos objetivos da autogestão.

Palavras-chave: Empreendedorismo Feminino. Capital Social. Participação. Autogestão.

* Professora do Departamento de Comunicação e Turismo da UFPB. Doutoranda do PRODEMA/UFPB/Brasil. E-mail: patriciamoraisrp@gmail.com

** Professora Titular aposentada do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Doutorado em Sociologia pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3/França. E-mail: andrademaristela@hotmail.com

Abstract

This article aims to discuss the role of women artisans in the context of female entrepreneurship, considering that they are increasingly positioning themselves in the labor market with the opening of their own business, either individually or collectively, as it happens with the associations and cooperatives of artisans, farmers, among others. It seeks to understand female entrepreneurship from the perspective of the concepts of social capital, participation and self-management, based on the experience of the work developed by women artisans who are part of the Mãos que se Ajudam Association in the municipality of Lucena / PB. The methodology of the research was based on bibliographical research and participant observation, as well as on semi-structured interviews and application of questionnaires to members of the Association (president, cocada (coconut sweet) makers, coconut fiber artisans). Also interviewed were public managers who participate directly in the constitutive process of this Association. Finally, it was verified that the female entrepreneurship researched revealed the participation and accumulation of social capital of artisans in the productive sphere of cocada (coconut sweet), but in the sphere of self-management, the results were unsatisfactory. Women's low level of education, just as their previous experience in the world of work being limited to domestic activities would be factors that made it difficult for them to comprehend their role as entrepreneurs. The inclusion of women in the association in search of a source of income favored an identification with wage labor, thus far from achieving the objectives of self-management.

Key world: Female Entrepreneurship. Self management. Social capital. Participation.

Introdução

Atualmente, no Brasil, são 12 milhões de pessoas desempregadas (PNAD, 2017), sendo que 49,30% são homens e 50,70% são mulheres. Por isso, alcançar um lugar no mercado de trabalho é desejo de todos, sendo, de forma geral, a busca pelo melhor emprego, pelos melhores cargos e/ou pelas melhores profissões no mercado de trabalho, o que, por sua vez, aumenta a competitividade a cada dia. Por outro lado, o avanço da tecnologia tem sido responsável pela eliminação definitiva de postos de trabalho nas mais diversas áreas, isto porque a automação de processos produtivos provocou uma diminuição na demanda de mão de obra humana, abriu vagas para pessoas especializadas e com maior grau de instrução, e aumentou o número de pessoas desempregadas em todo o país (FECOMÉRCIO, 2017).

Com isso, a falta de oportunidade e de reposicionamento no mercado de trabalho, a falta de qualificação para as vagas existentes em áreas específicas e a necessidade de sobrevivência fazem com que muitos indivíduos, atentos ao mercado e suas demandas, arrisquem suas economias na abertura do próprio negócio, ou seja, alimentando o segmento de empreendedorismo por necessidade e/ou oportunidade (BEDÊ, 2015).

As mudanças ocorridas na estrutura e no processo de produção e de relações trabalhistas sempre existiram. Ao longo do tempo, promoveram grandes impactos na organização dos grupos sociais, assim como na sociedade em seu todo. Com a Revolução Industrial e sua nova forma de produção, o uso das máquinas, a produção em série, a implantação de normas trabalhistas, a contratação da mão de obra de

mulheres e crianças, entre outros fatores, atingiram diretamente a organização de diversos grupos sociais, promovendo um grande impacto e uma desagregação social que estimulou a necessidade de se buscarem novas formas de organização empresarial (POLANYI, 2000).

Para Gaiger (2011), as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, no cenário empresarial e social, oriundas do processo de reestruturação produtiva e, também, as transformações na estrutura econômica e nas relações de trabalho ocorridas no final do século XX, geraram uma mão de obra excedente e de difícil absorção no mercado de trabalho. Este cenário acabou por instigar a busca de novas formas de produção, daí o aumento do trabalho informal, assim como de pequenos negócios e empresas familiares.

A mulher, durante esse processo, foi conquistando seu lugar no mercado, porém, ela também é atingida por diversos fatores que interferem tanto na sua vida profissional como na vida pessoal, tais como desigualdade salarial, ocupação de cargos inferiores, dupla jornada de trabalho etc. O contexto no qual ela está inserida cobra-lhe a responsabilidade de cuidar da família e da realização profissional; conseqüentemente, a mulher busca, trabalhar para si e começa, muitas vezes de forma autônoma, prestando serviço na área em que está mais habilitada ou, até mesmo, abrindo seu próprio negócio de forma legalizada, ou seja, registrando sua empresa e pagando os impostos devidos.

Dentre as atividades mais exercidas pelas mulheres, estão aquelas relacionadas ao seu cotidiano como dona de casa; assim, muitas prestam serviço como diaristas, babás, cuidadoras de idosos e artesãs (COSTA, 2012). Aquelas que possuem qualificação profissional de formação abrem outros tipos de negócio, de acordo com sua habilidade e seu conhecimento sobre o mesmo. Os segmentos de beleza e alimentação são os tipos de negócio que recebem mais investimento pelas mulheres (BEDÊ, 2015), devido a sua afinidade com essas áreas, assim como pela possibilidade de desenvolverem negócio em suas residências ou nas proximidades delas, favorecendo a convivência e o cuidado com a família e, principalmente, com os filhos.

É neste viés do empreendedorismo que será investigado como as mulheres artesãs conduzem seu negócio, sob a perspectiva do capital social e da autogestão. Esta é compreendida como a capacidade de gerir seu próprio negócio com inovação e visão de mercado; capital social consiste na junção do conhecimento individual em prol de um objetivo coletivo, comum a todos que formam uma organização/ associação e têm nela participação, ou seja, envolvimento em todo o processo de gestão do negócio (GUTIERREZ, 1988).

Será tomada por base a experiência de um grupo de mulheres que formaram, em 2003, a Associação Mãos que se Ajudam, no Município de Lucena/PB - AMQSA, com o objetivo de criar uma oportunidade de trabalho em torno de um produto do conhecimento comum e com uso de uma matéria-prima local, o coco, para produzir cocada. A fibra do coco, por sua vez, é usada para produzir o artesanato e as bijuterias e, assim, gerar renda para essas artesãs e suas famílias.

O interesse em desenvolver uma pesquisa com base na experiência da Associação dessas artesãs paraibanas surgiu a partir do acompanhamento dessa

Associação por uma das autoras, graças a sua atuação junto ao Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas - SEBRAE/PB, no período entre 2008 e 2009, quando trabalhou na aludida instituição como Relações Públicas. Nesse período, a ex-presidente e fundadora da Associação foi a vencedora do Prêmio Mulher de Negócios, tanto no âmbito estadual como no nacional, concedido pelo SEBRAE Paraíba e pelo SEBRAE Nacional, respectivamente.

Com isto, busca-se avaliar até que ponto as políticas de incentivo ao empreendedorismo levam em conta o despreparo das mulheres para autogestão?¹

Procedimentos metodológicos

Para a composição do referencial teórico deste artigo se fez uso da pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a livros, artigos, periódicos, anais, teses sobre os temas convergentes nesta pesquisa, tais como empreendedorismo feminino, autogestão, mulheres artesãs, entre outros, embasados em autores como Bourdieu (1980), Bordenave (1994), Dornelas (2007), Polanyi (2000), Gaiger (2011), Gomes *et al.* (2011) etc.

Para o levantamento dos dados, na pesquisa de campo, foram utilizadas as seguintes técnicas: observação sistemática direta, quando o pesquisador se vale dos sentidos (ver e ouvir) para a obtenção dos dados em determinado período de tempo, sistematizando-os durante a produção do diário de campo, com anotações e fotografias do ambiente; e observação participante, para a qual foi escolhido o espaço da cozinha, onde a proximidade com as mulheres foi muito maior e, assim, buscou-se vivenciar as conversas informais e as fofocas do dia a dia das mulheres durante a preparação das cocadas etc. A coleta de dados se deu durante as visitas à Associação Mãos que se Ajudam, no período de março a setembro de 2016, uma ou duas vezes por semana, ao longo de seis (6) horas, seguindo os dias de produção na referida entidade.

A entrevista semiestruturada foi outra técnica utilizada a fim de promover a maior contribuição por parte dos entrevistados, buscando-se sempre o foco da pesquisa (LAKATOS, 2007). Esta foi mais utilizada junto aos gestores públicos de órgãos como SEBRAE² – 01 entrevistado –, Projeto COOPERAR/PB³ – 01 entrevistado e, também, dois membros da Associação: sua presidente e sua tesoureira/cocadeira.

Por fim, vale ressaltar a observação participante realizada na cozinha do estabelecimento, através da permissão obtida pela pesquisadora de acompanhar o

1 Este artigo é parte da tese de doutorado intitulada: “O empoderamento das mulheres na agenda do desenvolvimento territorial sustentável, no município de Lucena/PB”, em vias de produção no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPB.

2 O SEBRAE/PB contribui capacitando as mulheres sobre a autogestão do negócio.

3 Projeto COOPERAR-PB é uma agência governamental da Paraíba para inclusão social que recebe recursos do Banco Mundial para seus projetos.

processo produtivo da Cocada na Quenga, momento em que as conversas informais acrescentaram informações importantes ao trabalho de pesquisa. Elas permitiram ganhar a confiança das mulheres, aprender e trocar experiências pessoais, além de ouvi-las de forma mais espontânea sobre seu trabalho, mesmo cientes do interesse da pesquisadora quanto ao tema do empreendedorismo feminino.

O mesmo procedimento ocorreu com as mulheres do artesanato. Nesse sentido é importante lembrar que a AMQSA tem como carro-chefe a Cocada na Quenga⁴, mas também existe o artesanato da fibra de coco, com a produção de bijuterias, peças de ornamentação e utensílios de cozinha. A pesquisa foi realizada com os dois grupos de mulheres artesãs que integram a referida Associação, e os resultados apresentados envolvem as duas partes.

Capital social e participação para autogestão das mulheres empreendedoras

Um conceito que está diretamente relacionado ao de empreendedorismo e que fortalece o empoderamento das mulheres é o de capital. Para a sociologia, mais especificamente para Marx, capital é sinônimo de produto da mais-valia que o trabalhador produz e que fica sob o poder dos donos da produção (POLANYI, 2000). Porém, há vários tipos de capital reconhecidos e identificados na sociedade, dentre eles, o capital humano, que se encontra nas habilidades e competências desenvolvidas pelo indivíduo; o capital econômico, relacionado aos valores monetários e aquele para o qual tudo converge; e o capital social, que requer a relação entre as pessoas, em busca de benefícios em comum, tais como informações sobre negócios, empréstimos, o aumento da rede de relacionamento etc. (PORTES, 2000), com compartilhamento social de seus valores, resultados econômicos e a promoção do crescimento mútuo. Pierre Bourdieu define capital social como:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p.1).

Esta definição de capital social destaca a formação de uma rede de relacionamento, com interesse comum, que gera solidariedade e promove benefícios a todos aqueles que visam interagir com confiança e obter resultados econômicos, aumentar seu capital cultural e formar instituições que possuam credenciais valorizadas.

4 A Cocada na Quenga tornou-se um doce típico do Município, a partir da produção realizada pela Associação Mãos que se Ajudam.

De acordo com Portes (2000), estudos apontam que, além dos benefícios, o capital social também proporciona algumas consequências e estas estão pautadas em três funções básicas. A primeira diz respeito ao controle social a partir da criação de regras que objetivam manter a ordem social para o bem comum; a segunda diz respeito ao capital social como fonte de apoio paternal e familiar, partindo do princípio de que uma família na qual o cônjuge está presente na formação da criança, favorece a construção de sua personalidade, caráter e, também, no seu desempenho na sociedade enquanto elemento formador e participante de diversas redes de relacionamento. A terceira função do capital social indica como este pode ser fonte de benefícios através de redes extrafamiliares.

Esta terceira função relacionada ao capital social não se mostra condizente com os propósitos de fundação de uma associação, conforme será analisado neste trabalho, pois, além da rede de relacionamento externa, muitas mulheres necessitam do apoio familiar para acreditar em seu trabalho e para desenvolvê-lo. O apoio, o incentivo, a compreensão e o bom convívio familiar são elementos fundamentais para que mulheres artesãs e demais artesãos tornem-se aptos a conduzir seus negócios.

O capital social possui, também, algumas consequências negativas nos seguintes aspectos (BOURDIEU, 1980): 1) impedir a entrada de pessoas que não fazem parte do grupo, 2) exigir dedicação excessiva a membros do grupo, geralmente por terem certa proximidade familiar, dando acesso fácil a cargos e/ou benefícios e prejudicando o crescimento do negócio; 3) restringir a liberdade individual – a sociedade na qual o indivíduo está inserido mantém um controle social forte, a ponto de muitos jovens deixarem a mesma devido à falta de liberdade; e 4) estabelecer normas de nivelação descendente, ou seja, quando alguém almeja participar de um grupo o qual não é o seu de origem, perpassa normas, valores e promove, até mesmo, transformações físicas para ser aceito em outro grupo, sendo, dessa forma, estigmatizado e criticado pelos seus pares.

Apesar de essa abordagem ser relevante, afinal, em tudo há pontos positivos e negativos, busca-se entender como o capital social está inserido no contexto de Associação de mulheres artesãs, tendo em vista que as associações trabalham em prol da melhoria de capacitação profissional, dos interesses comuns e na defesa dos direitos dos associados (DALMORO, 2009).

Outra característica fundamental para os empreendedores e seus negócios é a participação. De acordo com Hellwig e Carrion (2007), o homem, desde sua existência, possui a participação como uma de suas características fundamentais para viver em sociedade. Daí ser importante saber avaliar tanto o grau de participação individual como o envolvimento pessoal no processo decisório dos membros de uma organização.

Para Bordenave (1994), há vários graus de participação e de envolvimento do indivíduo, e que interfere diretamente nas decisões a serem tomadas. O primeiro deles é a informação – quando os dirigentes informam apenas as decisões tomadas e estas podem gerar reação ao ponto de serem reformuladas. O segundo diz respeito à consulta facultativa – consultas esporádicas sobre a opinião dos trabalhadores para a resolução de problemas. A consulta obrigatória é o terceiro grau de participação.

Ela consiste em uma consulta formal aos trabalhadores sobre algo predeterminado. O quarto grau de participação é a elaboração/recomendação realizada pelos trabalhadores aos dirigentes, sendo que estes podem ou não acatar as sugestões dadas. A cogestão é o grau que consiste numa administração compartilhada, na qual os trabalhadores, por meio de colegiados, participam das decisões. O sexto grau é a delegação, ou seja, são limites dados para a tomada de decisões, em determinadas áreas. A autogestão é o grau mais alto de participação, segundo o autor. Por meio dela, o grupo toma suas decisões, escolhe os meios, as formas de controle e seus objetivos. É a que mais se adequa, também, ao contexto das Associações formadas a partir da Economia Solidária.

A partir do momento em que há uma vontade coletiva para produzir algo que proporcione o bem comum, de acordo com a vontade e a decisão de todos, uma empresa passa a ser gerida pelo coletivo e a isto se denomina autogestão. Cada um busca contribuir de acordo com seu conhecimento, sua experiência, porém de forma que haja um incentivo à produção e ao crescimento do negócio (GUTIERREZ, 1988).

Empreendedorismo e sua interface com o mercado de trabalho

O conceito de empreendedorismo é abordado sob diversos aspectos, sendo os principais, para a maioria dos autores, definidos como as formas de gestão de micro e pequenas empresas, e o perfil do empreendedor. O ato de empreender representa muito mais do que criar um produto, uma empresa ou um processo. Ele significa o compartilhamento de ideias, conhecimentos e experiências. De forma geral, o empreendedorismo promove a criação de soluções para problemas no âmbito pessoal, social, por meio de inovação e com viés econômico e social. Como diz Dolabela,

Empreender é um processo humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores, ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambigüidade e no indefinido; consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniquidades sociais. Empreender é, principalmente, um processo de construção do futuro (DOLABELA, 2003, p. 29).

O empreendedor, por sua vez, possui características específicas que o ajudam a desenvolver as habilidades necessárias em seu negócio, tais como: poder de decisão, capacidade de assumir riscos, autoconfiança, responsabilidade, pró-atividade, entre outras. Porém, não basta apenas ter um espírito empreendedor para abrir um negócio. É necessário, também, saber inovar, criar formas de organização, desenvolver produtos e serviços que possam gerar e atender a demandas na sociedade, ou seja, manter um nicho de mercado com potencial de crescimento, desenvolvimento e permanente inovação (DOLABELA, 2003).

De acordo com Schumpeter (1982), existem etapas que devem ser estabelecidas e cumpridas para que o empreendedor possa se estabelecer no

mercado e contribuir para o desenvolvimento econômico. A primeira etapa consiste em colocar um novo produto no mercado para suprir alguma necessidade do consumidor, ou melhorar um produto já existente por meio da inovação. A segunda requer inovação no processo produtivo. A terceira diz respeito à abertura de um novo mercado, de preferência que ainda não tenha sido explorado e para que haja pouco ou nenhum concorrente. A quarta etapa trata de um fornecedor de matéria-prima diferenciado, também, inovador. E, por fim, a quinta etapa diz respeito à estruturação de uma nova forma de organização.

Diante das etapas do empreendedorismo elencadas por Schumpeter (1982) e das características do empreendedor apontadas anteriormente, verificou-se que, de acordo com a mudança dos mercados, há, também, uma mudança contínua e diversificada nas formas de empreender, proporcionando ao empreendedor uma segmentação de áreas de atuação.

Para Dornelas (2007), há oito tipos de empreendedores, dentre os quais dois se destacam para compreender o empreendimento feminino pesquisado. O autor os classifica da seguinte maneira: o empreendedor por necessidade – aquele que, após ser demitido ou por estar fora do mercado há algum tempo, só tem como alternativa abrir seu próprio negócio e, muitas vezes, de maneira informal; e o empreendedor social – aquele que elabora projetos a fim de criar oportunidades de trabalho e renda para outras pessoas, não visa lucro financeiro para si, e sim o desenvolvimento de pessoas.

A partir da leitura de Dornelas (2007), entende-se que é por meio do último tipo de empreendedor mencionado acima que o Empreendedorismo Social está ocupando seu lugar no campo de trabalho, já que favorece e beneficia muitos indivíduos que possuem habilidade, competência, mas que estão fora do mercado. Com isso, há abertura de novos mercados, estímulo à produção e desenvolvimento econômico e social visando à sustentabilidade.

Empreendedorismo feminino na interface entre gênero e trabalho

O conceito de gênero aqui abordado refere-se, especificamente, às relações sociais no âmbito do trabalho, que propõe que deve haver um equilíbrio na relação entre homem e mulher, e que, para que haja equidade entre ambos, é necessário que sejam criadas oportunidades para todos. Entretanto, não é isso o que acontece na sociedade, daí a importância de pesquisas para que se busque o entendimento sobre o papel, os direitos e deveres da mulher na sociedade, assim como seu desenvolvimento profissional.

Gênero não é sinônimo de mulheres, nem tampouco configura situação em que o ganho de um determina perda para o outro, no caso, homens. Pelo contrário, refere-se a ambos, mulheres e homens, e a seu status em relação a cada um deles. Equidade de gênero se refere ao estágio de desenvolvimento humano no qual 'direitos, responsabilidades e oportunidades de indivíduos não serão determinados pelo fato de terem nascido homem ou mulher' (ZAHIDI, 2005, p. 4).

A autonomia econômica da mulher é um dos principais temas do movimento feminista, devendo ser analisados vários aspectos a esse respeito, tais como: a geração do trabalho e renda, a erradicação da pobreza, a economia solidária, o desenvolvimento econômico e social e a assistência social (COSTA, 2012). Avaliar seu acesso ao mercado de trabalho, principalmente o da mulher das classes mais populares, é uma constante nos debates que, também, discutem como a divisão sexual do trabalho interfere nesta autonomia.

De acordo com Gomes *et al.* (2011), existem quatro motivos pelos quais as mulheres buscam o empreendedorismo: o primeiro é a realização pessoal: ser dona de seu próprio negócio é a realização de um sonho; o segundo diz respeito a uma oportunidade de mercado; o terceiro motivo está relacionado ao cenário machista e excludente que há nas empresas: trata-se da dificuldade de ascensão na carreira profissional; o quarto motivo é a necessidade de sobrevivência diante da falta de oportunidade no mercado de trabalho, juntamente com a possibilidade de cuidar mais de perto da família e dos filhos. Na maioria das vezes, as oportunidades são seletivas, pois os homens são vistos como os mais qualificados e preparados para assumir determinadas vagas no mercado de trabalho, permanecendo, assim, a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a desigualdade salarial. Por outro lado, tendo em vista que muitas mulheres não possuem outra profissão, muitas delas iniciam seus negócios ainda dentro de casa ou buscam algo com que tenham mais afinidade para trabalhar.

Uma das áreas de atuação da mulher empreendedora é o artesanato, por ser essa uma atividade de habilidade manual associada ao trabalho feminino. O artesanato proporciona uma forma de produção que pode ou não gerar bens econômicos; entretanto, sua maior vantagem encontra-se na geração de trabalho para grupos de mulheres que almejam ocupar um lugar na sociedade.

A relação do trabalho feminino com o artesanato existe desde o início da Revolução Industrial (GAIGER, 2011). Naquele período, se fazia necessário o emprego de mulheres para conduzir a produção, principalmente a têxtil, que requeria habilidades e cuidados, os quais as mulheres eram mais qualificadas a desenvolver. Com a evolução da tecnologia, os trabalhos artesanais passaram a ser substituídos pelas máquinas, e isto afetou diretamente no posicionamento das mulheres no mercado, pois as mesmas, além de não possuírem capacitação adequada, eram vistas como mão de obra para trabalhos delicados, tais como o artesanato e as atividades domésticas.

A partir da criação de setores públicos focados no desenvolvimento e empoderamento das mulheres, tais como a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (COSTA, 2012), as oportunidades criadas para a geração de emprego e renda, o fomento à criação e gestão de novos empreendimentos econômicos, percebe-se que há um estímulo para que a mulher participe de forma mais ativa no processo econômico, assim como tenha mais autonomia e liberdade financeira, contribuindo, também, para a igualdade de gênero na sociedade. De acordo com a pesquisa divulgada pelo *Global Entrepreneurship Monitor - GEM* (2017), no Brasil, há um equilíbrio entre gêneros na constituição de novos estabelecimentos, sendo 19,9% para mulheres e 19,2% para os homens.

O empreendedorismo feminino da Associação Mãos que se Ajudam de Lucena/Paraíba

Para chegar à AMQSA, faz-se um deslocamento, por balsa, do Município de Cabedelo para o Município de Lucena, situado no litoral Norte da Paraíba, a 52 km da capital. O Município possui uma população estimada de 13.121 habitantes, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é de 0,583 (IBGE, 2017); a cidade possui vocação turística e turismo de segunda residência durante os meses de verão, além de ter, também, a pesca e a agricultura como atividade produtiva.

A AMQSA tem como base produtiva a Cocada na Quenga, além da produção de bijuterias e objetos a partir da fibra do coco, produtos artesanais criados pelas mulheres artesãs, para promover emprego e renda na comunidade. Ela surgiu em 2003, a partir da visão de duas mulheres recém-chegadas do interior de São Paulo, com experiência no mercado de trabalho nas áreas de psicologia e advocacia em grandes indústrias, com formação superior e um olhar diferenciado sobre o papel da mulher na sociedade e, conseqüentemente, sobre o cenário local do Município de Lucena.

As idealizadoras do projeto da AMQSA achavam que as mulheres da comunidade estavam “ociosas” e ouviram de algumas delas, segundo a atual presidente e fundadora da Associação, a necessidade de se sentirem produtivas, pois, em sua maioria, eram donas de casa e mulheres de pescadores, e dependiam financeiramente dos maridos para tudo.

O trabalho no campo teve início em maio de 2014, quando ocorreram as primeiras visitas (no total foram doze visitas) à Associação, para a apresentação do projeto de pesquisa aprovado no curso de doutorado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal da Paraíba.

Em uma segunda visita, no mesmo período, teve-se conhecimento das instalações da Associação e houve apresentação da pesquisadora para as mulheres que estavam na produção da cocada e no artesanato, com informações sobre o objetivo da visita e o trabalho que seria realizado naquela Instituição. A visita foi guiada pela Presidente da Associação, que recepcionou a pesquisadora de forma muito prestativa. Na ocasião foram obtidas as primeiras informações sobre o histórico do surgimento da Associação, numa conversa que durou uma hora e oito minutos e na qual vários temas foram abordados de forma sucinta, tais como: gestão, capacitação, projetos para financiamento, relacionamento interno, relacionamento com clientes e fornecedores, melhoria na vida das mulheres com participação na Associação. Inicialmente buscou-se entender como ela surgiu, conforme se vê no seguinte trecho:

LE- A Associação? A ex-presidente chegou primeiro na Paraíba. Enquanto ela estava... Eu cheguei praticamente uns seis meses depois. Quando ela estava aqui, ela começou a sentir a mesma coisa que eu senti quando eu cheguei: que as mulheres não tinham o que fazer. Estavam todas sentadas na rua e conversa e aquilo lá sem ter o que fazer. Aí ela tava procurando questões. Daí eu cheguei.

Nós já nos conhecíamos lá de São José dos Campos... (Entrevista com a presidente da Associação, realizada dia 05 de maio de 2014).

Analisando a partir dos tipos de empreendedores elencados por Dornelas (2007), e já apresentados anteriormente, as idealizadoras da AMQSA podem ser consideradas empreendedoras sociais, ou seja, pessoas que buscaram criar uma entidade que proporcionasse a geração de emprego e renda para as mulheres da comunidade de Lucena.

Entretanto, com base nas informações iniciais levantadas durante a pesquisa, foi percebido que não houve, de forma clara, um interesse por parte das mulheres da comunidade em formar esta Associação. A principal preocupação delas era conseguir um trabalho e aumentar sua renda para ajudar a família, ou seja, elas foram identificadas como empreendedoras por necessidade, por buscarem um posicionamento no mercado de trabalho.

De acordo com a presidente, as mulheres que participaram da formação da AMQSA moravam em vários bairros de Lucena e foram informadas umas pelas outras sobre o projeto, ou seja, houve um uso das redes de conhecimento coletivo para a elaboração de um produto que pudesse atender aos interesses de todos, assim como a formação de um grupo com reconhecimento de relações na comunidade, ou seja, as mulheres chamavam pessoas conhecidas, com certo grau de afinidade para compor a Associação. Elas somaram, além do conhecimento culinário, várias experiências de vida, de cultura, em prol de um objetivo em comum: criar um lugar onde pudessem exercitar sua cidadania, gerar renda e desenvolvimento mútuo, ou seja, estas características estão relacionadas ao que foi definido por Bourdieu (1980) como uso do capital social.

Atualmente dez mulheres trabalham na produção da Cocada na Quenga e quatro, no artesanato. A faixa etária delas está entre 29 e 56 anos. A maioria possui ensino fundamental ou ensino médio incompleto, apenas três integrantes completaram o ensino fundamental e apenas uma concluiu o ensino médio. Há uma integrante que não possui escolaridade, porém, sabe assinar seu nome. A maioria entrou na Associação por indicação durante os anos de desenvolvimento do trabalho; poucas (duas ou três) estão desde a formação da Associação, que, no início, contava com vinte e duas mulheres, de modo que aquelas que deixaram de contribuir saíram por terem conseguido emprego com carteira assinada ou mudado de cidade ou estado, segundo as que permanecem. Com isso, a Associação perdeu praticamente a metade de suas associadas.⁵

Pressupõe-se, assim, que a formação da AMQSA partiu de um processo de construção do capital social, quando as mulheres buscaram, também, orientação no SEBRAE, para organizar o processo de gestão e aperfeiçoar seus conhecimentos

5 Além das mulheres, há dois homens associados: um motorista e o cortador de coco. O motorista conduz o carro para eventos e faz a entrega de cocadas nos pontos de revenda, e o cortador de coco, além do trabalho braçal de cortar o coco, também, compra coco quando necessário.

técnicos por meio de capacitação. Isso as levou ao crescimento não apenas pessoal, mas coletivo, a partir do momento em que passaram a ter visibilidade, qualificaram melhor seu produto e melhoraram as condições de trabalho para aumentar a produção.

Outro ponto positivo sobre o uso do capital social é o estabelecimento da confiança entre as mulheres, seus parceiros, seus clientes, o que auxilia o fortalecimento da Associação e contribui para seu desenvolvimento e posicionamento no mercado, com a produção de um produto que tem por base o conhecimento coletivo e a representação social de um local.

Em outro relato da presidente, encontrou-se um argumento utilizado para incentivar as mulheres a começar o trabalho e enfrentar as adversidades que surgiram, tendo em vista que todas elas sofreram forte discriminação tanto pelo novo posicionamento frente à sociedade, como pelo nome adotado para o produto que seria comercializado – a “cocada na quenga” –, devido ao fato de o termo “quenga”⁶ ter duplo sentido. O depoimento abaixo revela os preconceitos iniciais dos maridos e da sociedade:

HO – No início... preconceito... eu acho que nem tanto... o preconceito que aparecia antes, antes nome cocada na quenga, aí a gente sempre passava e escutava assim, piadinha: oh, lá vai as quengas; oh, cocada da quenga, não é cocada na quenga. Esse tipo de piadinha que no início a gente escutava, mas levava na esportiva. Até os turistas quando chegava, para aí: eita que aqui tá cheio de quenga, tem quenga de toda qualidade (Entrevista com Cocadeira/Tesoureira, realizada dia 10 de agosto de 2016).

A força de vontade de buscar uma ocupação trouxe às mulheres da Associação, num primeiro momento, muita discriminação, a começar pelos maridos, que não aprovavam a saída das mulheres para o mercado de trabalho e criavam muitos empecilhos, desde a recusa ao auxílio nas atividades domésticas até a negação de refeição às mulheres durante o expediente de trabalho. Na fala anterior, a entrevistada deixa claro que havia um preconceito, porém, a mesma não o reconhece como tal. Percebe-se que é uma sociedade preconceituosa e machista que não incentiva o desenvolvimento do trabalho realizado pelas mulheres artesãs.

Sabe-se que persistência e determinação são características fortes para os empreendedores. Após catorze anos de fundação da Associação, a persistência dessas mulheres fez com que o negócio prosperasse, assim como seu posicionamento na relação familiar e na sociedade na qual estão inseridas. Elas trabalharam muito para tal reconhecimento, conforme fala a tesoureira:

A gente trabalhou muito. Você acredita que teve uma vez, Patrícia, a gente amanheceu o dia fazendo cocada. Ninguém dormiu, a gente entrou era oito da noite porque tinha uma encomenda e era assim se tivesse encomenda a gente

6 Dicionário Aurélio online: [Brasil: Nordeste] Vasilha feita com a metade de um coco. [Chulismo] Prostituta. Disponível em <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>.

tinha que vir a qualquer hora. Se tivesse, sábado, domingo, segunda, feriado, a gente vinha (Entrevista com Cocadeira/Tesoureira, realizada dia 10 de agosto de 2016).

Além disso, leva-se em consideração o fato de “assumir riscos” ser uma característica muito forte e presente durante o processo de desenvolvimento dessa Associação. Passaram a fornecer um produto simples e de fácil acesso a todos, com base em um conhecimento local aprimorado, para se posicionarem no mercado, com inovação tanto em sua forma de produção como em sua embalagem. Outro risco que aceitaram correr foi a participação em concorrência para financiamento de projetos em diversos órgãos, como a Fundação Banco do Brasil e o Cooperar.

Segundo relato da atual presidente da Associação, ratificado em entrevista à tesoureira, a maioria das mulheres aumentou o poder aquisitivo de suas famílias, mobiliou a casa, voltou a estudar, ofereceu melhor condição de estudos para seus filhos e, principalmente, conquistou o respeito e o apoio dos maridos, que hoje tanto as auxiliam nas atividades domésticas, como levam a refeição para as mesmas, durante o dia de trabalho.

Estes dados levantados em entrevistas e durante as conversas informais com as cocadeiras, demonstram que houve um período em que o volume de trabalho favorecia a melhoria da condição de vida delas, pois obtinham uma renda que era mais satisfatória do que atualmente. Foram poucas as mulheres da Cocada na Quenga e do artesanato que, realmente, conseguiram uma evolução significativa equipando suas casas, melhorando as condições de estudo dos filhos, embora esta avaliação seja prejudicada pela permanência de apenas três mulheres do grupo inicial. Diante do atual cenário econômico de crise, retração do mercado, diminuição dos pedidos, do fluxo turístico etc., todas reclamam da baixa remuneração, pois doze dos dezesseis pesquisados têm nessa atividade a única fonte de renda da família e apenas quatro afirmam ter outra atividade com remuneração.

A Associação, após seu registro enquanto pessoa jurídica, participou de diversas concorrências junto aos órgãos estaduais, como o Cooperar e algumas empresas, a exemplo da Fundação Banco do Brasil, a fim de obter recursos financeiros e materiais que viabilizassem o melhor funcionamento da Instituição. Os projetos destinados a concorrer a um financiamento eram elaborados sempre pelas lideranças, ou seja, pela presidente e/ou sua vice, conforme foi relatado pela atual gestora.

Percebe-se que o início da Associação foi fruto de uma ação externa apoiada pelo Governo do Estado e agências estaduais de fomento ao desenvolvimento, e não de um desejo das mulheres locais, embora as mesmas tenham se posicionado ao opinarem sobre o tipo de atividade que se consideravam aptas a desenvolver; uma parte delas optou pela cocada e outro grupo, por confeccionar produtos de limpeza, daí a Associação ter os dois segmentos em sua razão social. O trabalho do grupo começou com uma conscientização de mulheres locais para desenvolver um trabalho com base no conhecimento tradicional e naquilo que viesse a ser referência no Município.

Quanto à forma de gestão da AMQSA, sempre foi centralizada e conduzida pela presidente e vice-presidente, num processo de gestão verticalizado, em que as decisões foram tomadas de cima para baixo. Isso fica claro no organograma repassado verbalmente pela atual presidente: presidente, vice-presidente (membros externos), secretária/tesoureira, cocadeira/cortador de coco/motorista, artesãs do resíduo do coco (demais membros nativos).

Com isso, a autogestão ainda está distante de ser efetivada e sua ausência compromete o desenvolvimento do negócio, tendo em vista que as mulheres da Associação se comportam como funcionárias e não apresentam uma pró-atividade para gerir o negócio. Foi observado, durante o convívio com estas mulheres, que todas as decisões da Associação partem da presidente e da vice-presidente. As mulheres artesãs estão focadas apenas na produção, pelo fato de todas elas terem como objetivo a necessidade de obter renda no final do mês. Além disso, a cultura de valorização do emprego é muito presente, e as associadas esperam que alguém tome decisões e as repasse para elas. Isso se evidencia quando a tesoureira afirma: “Nossa! o salário mínimo tava ótimo. Se fosse mais melhor, mas o salário fixo todo mês, acho que todo mundo trabalhava aqui feliz da vida. Um salário. Não bastava mais que um salário.”

Na atual gestão, percebe-se que a presidente almeja tornar as mulheres mais comprometidas com o processo burocrático e lhes delegar algumas responsabilidades, assim como informar-lhes sobre os trâmites burocráticos em vigência. As mulheres, porém, demonstram muita dificuldade no entendimento desses processos burocráticos e financeiros, assim como não compreendem as exigências da vigilância sanitária dos exames periódicos a qual requer atestados de saúde delas para liberar o manuseio e a produção de alimentos. Do ponto de vista da presidente, o processo de gestão da Associação está restrito apenas às decisões tomadas durante as Assembleias, conforme diz a presidente quando questionada sobre como é o processo de gestão: “o processo de gestão é através de assembleia. Então se apresentam chapas e a própria assembleia vota em quem eles quiserem.”

Em contrapartida, quando a gestora do Programa Cooperar foi entrevistada, um dos pontos que ela ressaltou foi a falta de capacidade das mulheres para gerir o negócio, o que é exemplificado pela preocupação com a continuidade do negócio:

Quando nós chegamos lá pra fazer um trabalho, uma avaliação, da análise física e financeira do projeto e ver a viabilidade deles se tava dando lucro ou prejuízo, a gente viu que elas não conheciam nada. A maior dificuldade até pra gente levantar o patrimônio, elas não sabiam de nada, não tinham acesso à parte de informática, não tinham acesso a uma impressora, a tirar uma xerox, “e esse ventilador foi de qual programa?” “eu não sei”, não sabia de quem era o ventilador, não sabia de que recursos foi, os equipamentos também, aqueles equipamentos também pra própria fabricação da cocada. Tudo isso eles não sabiam de nada. Essa foi a dificuldade que nós tivemos. Levantamos o patrimônio e depois fomos para o custo de produção da cocada. Levantamos o passo a passo com elas (Entrevista realizada com gestora do Cooperar/PB, realizada no dia 11 de julho de 2016).

Apesar da falta de envolvimento direto nos processos de gestão, as mulheres artesãs até buscam a participação, mas, devido à forma de gestão implantada desde a fundação, ela se tornou limitada. Analisando as formas de participação elencadas por Bordenave (1994), pode-se dizer que as mulheres da AMQSA têm sua atuação restrita ao nível de informação das decisões, não sendo consultadas na tomada de decisão; apenas absorvem as informações repassadas pela diretoria. Pouco exprimem sua opinião ou interferem nas decisões tomadas, apesar de a Associação ter um formato de colegiado no qual decisões devem ser tomadas em assembleia, com a participação de todos.

Considerações finais

O propósito deste trabalho foi verificar como as mulheres artesãs da AMQSA, no Município de Lucena, conduzem seu negócio sob a perspectiva do capital social e da autogestão. Com os resultados parciais da pesquisa, verificou-se que essas mulheres, por terem um baixo grau de instrução e não terem recebido capacitação para a gestão financeira e o negócio, apresentaram dificuldade no processo de autogestão da Associação.

De acordo com os dados levantados e aqui apresentados, verificou-se que ser empreendedor vai muito além do que abrir seu próprio negócio. Para tanto, buscou-se avaliar a autogestão, o capital social e a participação no empreendimento dessas mulheres. Verificou-se que a Associação está inserida num contexto de uma nova economia, a economia solidária, cujo principal objetivo é fortalecer uma base social que almeja, de forma coletiva, atender ao mercado e aos interesses dos envolvidos no trabalho, em que o bem de um é o bem de todos. Entretanto, na referida Associação, algumas características para um empreendimento neste formato darem certo, ainda estão em processo de desenvolvimento.

A primeira característica avaliada é o capital social. Verificou-se que este é a base de fundação da AMQSA; porém, o aprendizado para a autogestão precisava ter se mostrado mais efetivo por parte das mulheres, a fim de obter melhor resultado para o trabalho coletivo. Com isso, a participação enquanto característica de um empreendimento solidário ficou restrita ao processo de produção pela maioria das mulheres artesãs.

A última característica analisada foi a autogestão, cujos dados revelaram ainda estar distante de ser vivida pelas mulheres artesãs, tendo em vista que a própria forma de organização da Associação demonstra que a gestão é verticalizada, uma vez que a presidente transmite as informações sobre as decisões tomadas, determinando as atividades a serem realizadas pelas mulheres. Por outro lado, de acordo com as entrevistas realizadas com as associadas, não há motivação nem interesse, da parte dessas mulheres, participar mais das tomadas de decisões e da organização administrativa da AMQSA.

Diante dessa análise, acredita-se que, embora a autogestão, o capital social e a participação sejam essenciais para se construir um empreendimento solidário, antes da sua constituição, se faz necessário desenvolver, nas pessoas, capacidades para

empreender, superando a cultura subalterna de submissão ao modelo de trabalho assalariado. Já as agências de fomento devem oferecer uma qualificação que atenda às suas necessidades e ao seu nível de conhecimento, buscando capacitar para o exercício de cargos e funções gerenciais/comerciais, através de uma linguagem que permita o diálogo. Por outro lado, falta um acompanhamento dos empreendimentos fomentados para avaliar o desenvolvimento das suas capacidades autogestionárias para renovar se necessário as qualificações aos beneficiados que demonstrarem um perfil de liderança. Finalmente, acredita-se que buscar uma orientação sobre as formas de relacionamento que priorizem valores da solidariedade na condução do negócio pode ser um grande diferencial para quem vai entrar num mercado cada vez mais tecnológico e competitivo.

Referências

- BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre, Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, n. 31, p. 2-3, janeiro de 1980.
- COSTA, Delaine Martins. Práticas de empreendedorismo feminino: reflexões a partir de experiências multissituadas. In: SOUZA, Rosimere de; AZEVEDO, Patricia; COSTA, Delaine Martins (Orgs.). **Políticas Públicas, empreendedorismo e mulheres**: olhares que se encontram. Rio de Janeiro: IBAM, 2012, p. 15-45.
- DALMORO, Marlom; WITTMANN, Milton Luiz e LEANDER, Luiz Klein. A presença de fatores geradores de capital social em organizações de natureza cooperativa. **Revistas Sociais e Humanas**. vol. 22, n.1, p. 1-20, 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/722>>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.
- DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- FECOMERCIO. Avanço da tecnologia influencia cada vez mais as relações de trabalho. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/avanco-da-tecnologia-influencia-cada-vez-mais-as-relacoes-de-trabalho>>. Publicado em 29/10/2015 e acessado em: 11 de novembro de 2017.
- GAIGER, L. I.; CORREA, A. S. O diferencial do empreendedorismo solidário. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 34 - 43, 2011.
- GEM - Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**: 2016. Curitiba: IBQP, 2017.
- GOMES, Daniel Teodoro; GUERRA, Paulo Vítor; VIEIRA, Bruna Nobre. O Desafio do Empreendedorismo Feminino. Anais do XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro: ANPAD, p. 1-17, 2011. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1980.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.
- GUTIERREZ, Gustavo Luiz. Autogestão de empresas: considerações sobre um modelo possível. **Revista Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 1988.
- HELLWIG, Beatriz Centenaro, CARRION, Rosinha Machado. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1-14, outubro/dezembro 2007
- IBGE. Lucena. Dados gerais. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250860>>. Acesso em: 26 de julho de 2017.

- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PNAD – Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre de 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?&t=destaques>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PORTES, Alejandro. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 33, p. 133-158, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- BEDÊ, Marco Aurélio (Coord.). **Os donos de negócio no Brasil**: análise por sexo (2003-2013). Brasília: SEBRAE, 2015. [Série Estudos e Pesquisas]. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4b813ba67e266bbdc48177dd04726c87/\\$File/5452.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4b813ba67e266bbdc48177dd04726c87/$File/5452.pdf)>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.
- ZAHIDI, Saadia, LOPEZ-CLAROS, Augusto. Empoderamento das mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero. **WORLD ECONOMIC FORUM**. 2005. Disponível em: <[file:///C:/Users/Patricia/Downloads/empoderamento_mulher%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Patricia/Downloads/empoderamento_mulher%20(1).pdf)>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

Recebido em 22/09/2017

Aceito em 05/01/2018

DA DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO À DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: o contínuo no descontínuo

FROM DIALECTICS OF DEVELOPMENT TO DIALECTICS OF DEPENDENCE: the continuous in the discontinuous

Lucas Trindade da Silva*

Edemilson Paraná**

Resumo

Resgatamos, neste trabalho, o debate entre as matrizes de pensamento histórico-estrutural da Cepal e a Teoria Marxista da Dependência (TMD), discussão de suma importância para a institucionalização das ciências sociais latino-americanas a partir da segunda metade do século XX. No âmbito deste panorama, ao invés de enfatizarmos apenas as rupturas e discontinuidades entre as referidas abordagens, como se tornou prática recorrente, buscaremos igualmente investigar suas correspondências teórico-conceituais. Trata-se, mais especificamente, a partir de uma reflexão em torno das contribuições de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, de trazer à luz o que se conserva de uma tradição a outra (do subdesenvolvimento à dependência). Para tanto, realizaremos um retorno às definições de “dualismo estrutural” e “subdesenvolvimento”, demarcando sua ambivalência e explicitando, assim, as influências e elementos ali presentes que são conservados de forma oculta na formulação marxista (mariniana, de modo mais preciso) da dependência.

Palavras-chave: Dependência. Subdesenvolvimento. Ruy Mauro Marini. Celso Furtado.

Abstract

In this work, we review the debate between the frameworks of Latin American Structuralism thought and the Marxist Theory of Dependence (TMD); a discussion of paramount importance for the institutionalization of Latin American social sciences from the second half of the twentieth century. Under this scenario, instead of emphasizing only the breaks and discontinuities between these approaches, as has become standard practice, we seek also to investigate its theoretical and conceptual correspondence. We intend, more specifically, from a reflection about the contributions of Celso Furtado and Ruy

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília/Brasil. E-mail: lucastrindadedasilva@yahoo.com.br

** Pseudônimo de Edemilson Cruz Santana Júnior. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília/Brasil. E-mail: edemilsonparana@gmail.com

Mauro Marini, to bring about what is preserved in a tradition to another (from ‘underdevelopment’ to ‘dependency’). Therefore, we will hold a return to the definition of the concepts of “structural dualism” and “underdevelopment”, demarcating their ambivalence and explaining thus the influences and elements present there that are kept hidden in the Marxist formulation (Marini’s, more precisely) of dependency

Key words: Dependency. Underdevelopment. Ruy Mauro Marini. Celso Furtado.

Introdução

Um conjunto de fatores levou o estruturalismo latino-americano, primeiro, e as teorias da dependência, depois, à decadência e certo esquecimento nas décadas de 1980 e 1990. A crise do nacional-desenvolvimentismo e da estratégia de industrialização por substituição de importações – seguida de instabilidade monetário-financeira, crise da dívida externa, estagnação econômica e hiperinflação nos países da América Latina –, além de perseguição política a muitos de seus principais formuladores, e mesmo o avanço da hegemonia monetarista e neoclássica no campo do pensamento econômico em nível global, foram determinantes para a configuração deste declínio.

Passados mais de vinte anos, é possível observar certo resgate (BEIGEL, 2006; CARCANHOLO, 2013; CORREA PRADO e CASTELO, 2013) de tais abordagens ou algumas de suas principais formulações. Para além de incontestável influência para toda uma nova geração de pensadores e pensadoras pós e decoloniais em todo o mundo, e na América Latina em especial (WANDERLEY, 2015; BALESTRIN, 2013), nota-se o crescimento do número de teses, artigos e trabalhos a respeito.

Essa retomada não é fortuita. Está diretamente vinculada à conjuntura político-econômica e intelectual inaugurada na região a partir do início deste século, na esteira da chegada ao poder de forças políticas e coalizões ditas “progressistas” ou “pós-neoliberais” (SADER, 2009). Os esforços de integração regional ativados com maior intensidade desde então, consubstanciados em iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União das Nações Sul-americanas UNASUL, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), entre outros, a política de cooperação entre as nações do sul global e a busca por certo rearranjo na correlação de forças geopolíticas no âmbito de fóruns multilaterais como o G-20 e os BRICS (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e mesmo os desdobramentos da crise financeira de 2008, abalaram alguns dos consensos teóricos de outrora, reabrindo o cenário para este resgate. A questão nacional, mesmo que de modo incipiente e de diferentes formas nos distintos países, voltava a ser ponto de reflexão, ação e retórica política. No Brasil, uma das maiores economias do planeta, que se projeta nesse período como *player* global em diferentes áreas, o tema do desenvolvimento ou do “neo-desenvolvimentismo” (BOITO JR, 2012) volta à agenda, reabrindo o debate sobre o papel do Estado na orientação econômica e no combate às mazelas que afligem expressivos setores da população.

Desnecessário, porque amplamente explorado na literatura (KAY, 1989; BLOMSTROM e HETTNE, 1990; MANTEGA, 1984; 1997; BRESSER-PEREIRA, 2005; 2010; SANTOS, 2015), resgatar a enorme contribuição e importância de tais

escolas na institucionalização das ciências econômicas e sociais latino-americanas, para não mencionar seu prestígio e influência política na orientação de partidos, atores e movimentos sociais, bem como na formulação mesma de agendas de governos e políticas públicas entre as décadas de 1950 e 1970. Diversamente, objetivamos, neste trabalho, traçar um panorama dos contrastes e, sobretudo, continuidades entre tais linhagens de pensamento, no movimento da polêmica que os constituiu, em especial no que se refere a dois de seus mais proeminentes representantes: Celso Furtado e Ruy Mauro Marini.

Para além das “rupturas epistemológicas”, amplamente evidenciadas e exploradas no bojo do debate entre essas abordagens, um mapeamento das permanências, continuidades e complementações entre elas pode, em adição, nos permitir um estudo mais cuidadoso de suas heranças teóricas bem como seu potencial no eventual trato de questões contemporâneas, contribuindo para com o rigor conceitual dos novos estudos.

No que compete a essa nossa pequena contribuição, apresentados o contexto e objetivos que orientam a discussão, passaremos a uma reflexão em torno das contribuições de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini, de modo a investigar, no seio de suas formulações – “subdesenvolvimento”, “dualismo estrutural”, “dependência” – o que se conserva de uma tradição a outra (do subdesenvolvimento à dependência), sem deixarmos de apontar as ora sutis, ora radicais diferenças.

Um retorno à letra: da *Dialética do desenvolvimento* à *dialética da dependência*

É considerável a heterogeneidade de posições sobre as relações teóricas e políticas entre as formulações do estruturalismo cepalino e das teorias da dependência. Esta vai desde a hipótese da ruptura ou descontinuidade radical (na crítica da razão dualista de OLIVEIRA, 2003) – onde se afirma que só nos dependentistas foi alcançada uma concepção dialética da relação entre o moderno e o arcaico, e superou-se um quadro teórico-metodológico das relações hierárquicas entre nações para uma análise propriamente das classes, internas e externas, envolvidas na perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência¹ – até a

¹ “No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor ‘atrasado’ e um setor ‘moderno’, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 2003, p. 32). “[...] No plano da prática, a *ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não pode deixar de ser radical*. Curiosa, mas não paradoxalmente, foi sua proeminência nos últimos decênios que contribuiu para a não formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento capitalista no Brasil?’. Com seus estereótipos de ‘desenvolvimento auto-

hipótese do continuísmo (BRESSER-PEREIRA, 2010) – onde a dependência chega a figurar como mero apêndice sociológico da formulação estritamente econômica do subdesenvolvimento nos cepalinos. Faz-se necessário, desse modo, um exercício de retorno às formulações clássicas dos conceitos aqui tratados – subdesenvolvimento, dualismo estrutural, dependência, particularmente nas obras de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini. Só assim poderemos avaliar minimamente a força das hipóteses – formuladas no bojo de uma história das teorias do desenvolvimento latino-americano – anteriormente levantadas.

Como estratégia investigativa, tomaremos a hipótese descontinuísta – dada a sua maior difusão na forma de conceber a relação entre estruturalismo cepalino e teorias da dependência – como um eixo orientador da leitura. Sendo assim, sondaremos em que medida os textos clássicos se aproximam e se distanciam daquele eixo, e a partir da intelecção dos distanciamentos poderemos também perceber a plausibilidade da hipótese continuísta. Afinal, é de fato possível encontrar em Furtado uma formulação da feudalidade ou semifeudalidade em contextos de subdesenvolvimento? No pensamento furtadiano predomina uma concepção rígida, dualista e não-dialética da relação entre “arcaico” e “moderno”? É correto caracterizar o pensamento furtadiano pela centralização da hierarquia internacional na apresentação do par desenvolvimento-subdesenvolvimento em detrimento da análise das classes sociais envolvidas em tal constituição relacional? Primeiramente nos debruçaremos sobre algumas obras fundamentais de Celso Furtado para, após o trabalho exegético, buscar dar respostas a tais questionamentos, já estabelecendo relações entre o pensamento furtadiano e mariniano.

Desenvolvimento e subdesenvolvimento

Como trataremos dos conceitos de *subdesenvolvimento* e *dependência*, comecemos pela própria definição de *desenvolvimento* em Furtado.

No clássico *Dialética do desenvolvimento*, de 1964, Furtado define

desenvolvimento econômico como um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas (FURTADO, 1964, p. 26-7).

Trata-se aqui de enfatizar, como será colocado em ensaio da coletânea *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, “o progresso tecnológico como uma dimensão do processo de acumulação de capital” (FURTADO, 2009, p. 94), em

sustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’, que desviou a atenção teórica e ação política do problema da luta de classes” (OLIVEIRA, 2003, p. 34, grifos nossos).

que o “processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas” (FURTADO, 2009, p. 85).

Temos assim que, num nível de ampla generalidade, falar em desenvolvimento é falar em satisfação da demanda por meio da diferenciação produtiva, esta promovida através da introdução de inovações tecnológicas, o que, por sua vez, acarretará em aumento da capacidade produtiva, intensificação e ainda maior diferenciação da demanda, tendo como resultado último a automatização do desenvolvimento – ou, nas palavras de Furtado, “o crescimento” torna-se “imaneante ao sistema, e não contingente” (FURTADO, 2009, p. 138) – na medida em que o resultado do processo produtivo é dividido parte em consumo, parte em inversão produtiva, ou seja, destinada à reprodução, ampliação e/ou diferenciação da produção.

Para Furtado, é, no entanto, completamente estranha, a formação de modelos teóricos e conceitos que não estejam amparados pela pesquisa histórica. Segundo Furtado,

o problema metodológico fundamental que se apresenta ao economista é o de definir o nível de generalidade – ou de concreção – em que é válida uma relação qualquer de valor explicativo. Em outras palavras, até que ponto é possível eliminar, de dado modelo abstrato, suposições simplificadoras incompatíveis com a realidade histórica em consideração, sem invalidar sua eficácia explicativa (FURTADO, 2009, p.26-7). (...)

[A] teoria do desenvolvimento, após haver sido apresentada em termos muito gerais, para adquirir maior precisão deverá assumir formulações especiais relativas a determinados processos históricos de desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 99-100 – grifos dos autores).

Dito isto, deriva-se a conclusão de que um conceito formalizado de desenvolvimento não pode prescindir da investigação de *como* se deu, em contextos particulares do desenvolvimento capitalista, o progresso tecnológico (este em função do processo de acumulação de capital), e de *como* se realizaram, enquanto especificidades históricas, as combinações de fatores técnicos ou a introdução de inovações técnicas. É também “indispensável”, escreve, “que se desça a explicar os fatores reais que determinam a divisão do produto entre consumo e inversão” (FURTADO, 2009, p. 99), de modo que “os problemas de desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição” (FURTADO, 2009, p. 143). É por isto que, atrelada à formulação da generalidade conceitual “desenvolvimento”, o autor obrigatoriamente realiza uma incursão sobre os processos históricos diferenciados de industrialização.

Ainda num nível de “simplificação teórica”, mas já saturado de historicidade, dado o conceito de desenvolvimento, afirmará que

se pode admitir como plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por

outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas são consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento (FURTADO, 2009, p.85).

Em situações de subdesenvolvimento caracterizadas “pela simples assimilação de técnicas já conhecidas”, há uma forte tendência ao “subemprego estrutural” daqueles fatores transplantados, “dificuldade” que só “poderá ser contornada... através de um esforço de adaptação da tecnologia”. Porém, dado que os países subdesenvolvidos carecem de uma “indústria própria de equipamentos”, tal esforço de adaptação tecnológica geralmente torna-se inviável. No “desajustamento básico entre oferta virtual de fatores e orientação da tecnologia reside, possivelmente, o maior problema que enfrentam atualmente os países subdesenvolvidos” (FURTADO, 2009, p. 85-6).

Depreende-se daí que no processo de industrialização nos países centrais evidencia-se uma relação equilibrada entre a oferta de recursos técnicos e sua utilização, por um lado, e o aumento da produtividade e a diferenciação e intensificação do consumo das massas, por outro.

Esse segundo elemento é melhor explorado na *Dialética do desenvolvimento*, quando Furtado (1964, p. 62) elenca os dois principais fatores que explicam o desenvolvimento nas sociedades capitalistas centrais. O primeiro deles é o “impulso à acumulação – pelo qual a minoria dirigente procura limitar o consumo da coletividade e, ao mesmo tempo, aumentar o seu poder sobre essa coletividade apropriando-se de parcela substancial do incremento do produto”, o que chamaríamos numa terminologia marxista de uma etapa de expropriação do trabalho pelo capital. O segundo fator é o “impulso à melhora das condições de vida que atua entre as grandes massas, tanto no sentido da plena incorporação de suas atividades à economia monetária, como na elevação e diversificação do seu padrão de consumo”.

Não se trata de impulsos que atuam simultaneamente com a mesma intensidade. “Nas primeiras fases de desenvolvimento do capitalismo industrial” no centro prevalece a tendência à acumulação ou, como salientamos acima, expropriação. “Nas fases avançadas” a tendência à melhoria das condições de vida ganha força. O próprio processo de acumulação leva a uma completa incorporação dos trabalhadores no círculo fechado do mercado e da moeda, por meio do assalariamento, o que, ao mesmo tempo, destitui os trabalhadores de meios de produção (terra e instrumentos) e torna-os ainda mais imprescindíveis no processo de desenvolvimento. Vejamos isto de forma mais detalhada.

É reconhecível na experiência dos centros desenvolvidos, um desenvolvimento mais ou menos articulado entre as fases de evolução industrial e a ampliação/diversificação do consumo da população. Debruçando-se principalmente sobre o caso inglês a partir de fins do século XVIII, Furtado (2009, p. 150-1) percebe no início da “mecanização da indústria têxtil” um “extraordinário impulso” à “oferta dos tecidos de lã, em primeiro lugar, e, depois, a dos tecidos de algodão [...]. Sem que a procura global crescesse na forma requerida para absorver todo o incremento da produção”. Este quadro leva a “um prolongado período de baixa nos preços dos

tecidos, baixa essa muito acentuada, que permitiu desorganizar toda produção artesanal dentro da própria Inglaterra, em suas colônias e, mais lentamente, em um grande número de outros países”. Deriva daí que, numa primeira etapa, a Revolução Industrial teve seu polo dinâmico principalmente “pelo lado da oferta, concentrando-se a atenção dos empresários na grande tarefa de, por todos os meios, reduzir os custos”, opera-se uma “firme baixa dos preços de certo número de mercadorias de consumo geral”.

Sabemos do caráter contraditório desse processo. O artesão que se transforma em assalariado ao tempo que perde as condições autônomas de produção daquelas “mercadorias de consumo geral”, confronta-se com esses produtos no mercado com preços progressivamente menores. Os territórios colonizados, por sua vez, veem-se ainda mais incapacitados de um desenvolvimento industrial autônomo diante da concorrência com os preços de mercadorias básicas no mercado mundial.

Superada esta “primeira etapa do desenvolvimento” – também chamada por Furtado, como vimos acima, de fase de “acumulação” – “durante a qual foram erodidas as velhas estruturas econômicas”, a dinamização da “economia industrial” passa então “a operar, simultaneamente, do lado da oferta e do da procura” (FURTADO, 2009, p.151). Os empresários do setor de “bens de consumo” veem-se favorecidos com lucros crescentes devido ao aumento da produtividade neste setor; tais lucros “se traduziam em aumento de procura no setor de bens de capital”. As condições vantajosas de rentabilidade – “mais alta que no conjunto da economia” – no setor de bens de capital deviam-se, inicialmente, ao seu caráter incipiente, quase monopólico, permitindo um lucro extraordinário. Como típico da economia industrial, serão essas próprias condições extraordinárias de rentabilidade que levarão a um crescente investimento, ou orientação de capitais, para este setor. Setor este capaz de grande absorção de mão de obra, que, por sua vez, levará ao aumento da procura de bens de consumo e por conseguinte ampliação do investimento neste último setor, gerando, então, um círculo virtuoso: ampliação do setor de bens de capitais → expansão da procura de mão de obra → acréscimo na procura de bens de consumo → investimento no setor de bens de consumo → ampliação do setor de bens de capital.

Para Furtado (2009, p. 152), interessa “reter” principalmente a caracterização da industrialização nos países desenvolvidos como uma “ação dinâmica”, operando “tanto do lado da oferta como do da procura dos bens finais de consumo”. Em outras palavras, há uma correlação forte entre o desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento do mercado interno.

Não se trata, no entanto, apenas da operação automática de variáveis puramente econômicas, também o fator político é fundamental. “O próprio impulso à acumulação, portanto”, escreve Furtado (1964, p. 63), “levaria, na fase mais avançada do desenvolvimento capitalista, ao fortalecimento crescente da posição da classe trabalhadora na luta pela distribuição de renda”. Reciprocamente, “é a atuação das classes trabalhadoras, no sentido de aumentar sua participação no produto, que cria as condições para o avanço da tecnologia” (FURTADO, 1964, p. 64).

As modernas democracias capitalistas são o coroamento da evolução das forças que vimos se delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras, cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta. No plano econômico, a ação das massas trabalhadoras constitui o fator primário de desenvolvimento, orientando-se as classes dirigentes por uma estratégia defensiva, de caráter compensatório (FURTADO, 1964, p.65).

Sendo o “antagonismo de classes” a base do próprio desenvolvimento econômico nas sociedades capitalistas centrais, o arranjo democrático se caracteriza por uma “flexibilidade institucional”, fundada na abertura à “polivalência ideológica”, capaz de responder aos estímulos promovidos pelo antagonismo ao mesmo tempo em que o mantém em certos limites. “Daí que a greve se haja transformado no instrumento fundamental de convivência social na democracia capitalista” (FURTADO, 1964, p. 66).

Em situações de subdesenvolvimento, por sua vez, há, em primeiro lugar, como já vimos: a “assimilação de técnicas já conhecidas”; a tendência ao “subemprego estrutural de fatores” produtivos; dificuldade de adaptação tecnológica devido à ausência de uma “indústria própria de equipamentos”, criando um hiato estrutural, de difícil superação, entre a “oferta virtual de fatores” e a “orientação da tecnologia”.

Embora também em países subdesenvolvidos seja incontestável o desencadeamento de um processo de

rápida diversificação do consumo, determinada pela elevação da renda disponível para esse fim, a concentração da renda em comunidades de baixa produtividade não conduz a processos cumulativos de crescimento e sim a situações estáticas de desigualdade entre os padrões de consumo dos grupos sociais” (FURTADO, 2009, p. 87).

A inteligibilidade dessa constatação também se encontra na análise do processo histórico de industrialização em situações de subdesenvolvimento. Aqui, ao contrário dos países desenvolvidos, a caracterização da estrutura econômica

não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão” (FURTADO, 2009, p. 174).

Mas, afinal, o que leva à expansão da economia industrial dos países centrais para os países periféricos, ex-colônias sobretudo? Em *Formação econômica da América Latina*, de 1969, no capítulo XVII intitulado *As novas formas de dependência externa*, Furtado (1969, p. 247) concebe a expansão global da indústria

e o conseqüente “enxerto” tecnológico em economias pré-capitalistas como a “única forma de preservar os mercados”, descentralizando “uma parte da atividade econômica, instalando... usinas de montagem ou de produção parcial dos bens anteriormente importados em sua integralidade”, fazendo convergir “o desejo dos países da região de reduzir o coeficiente de importação pela industrialização e o propósito de grupos internacionais de preservar a posição que possuíam tradicionalmente nos mercados”.

Conclusão lógica da concepção do subdesenvolvimento como o resultado da expansão da moderna economia industrial em economias não-industrializadas é a negação de uma ideia, cara à teoria da modernização de matriz rostowiana, do subdesenvolvimento como uma etapa do desenvolvimento, numa ordem linear de sucessão de estágios. Eis a passagem clássica de Furtado (2009, p. 162): “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” ou, como formulado mais à frente no mesmo texto (p. 171), “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”.

Em certa medida, adiantando o que será definido em Cardoso e Faletto (2011), como a distinção entre ‘economias de enclave’ e ‘economias dependentes’, Furtado (2009, p. 171-2) nos fala da possibilidade do “fenômeno do subdesenvolvimento”, seja na forma “mais simples”, como “coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de uma mercadoria de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência”, seja na forma “mais complexa”, em que

a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita para seu próprio crescimento (FURTADO, 2009, p. 171-2).

Na atual etapa da argumentação, é fundamental reter que a noção de ‘setor’ ou ‘economia’ ‘pré-capitalista’ ou ‘de subsistência’ nada tem a ver com a defesa da tese da feudalidade ou semifeudalidade das economias subdesenvolvidas. Desde *Formação econômica do Brasil*, publicada em 1959, dissertando sobre a economia escravista colonial brasileira, Furtado (2007, p. 87-8) contribui decisivamente para uma crítica da tese da feudalidade ou semifeudalidade. Critica aqueles que supõem a economia açucareira como uma “economia de tipo semifeudal” pela “natureza puramente contábil do fluxo de renda” ali existente. Furtado define feudalismo como um “fenômeno de regressão” causado pelo “isolamento imposto a uma economia”, o que impede o desenvolvimento da divisão do trabalho, da especialização, da técnica e, conseqüentemente, da “produtividade”. Diferentemente disto, escreve o autor, a “unidade escravista [...] pode ser apresentada como um caso extremo de especialização econômica” e é completamente voltada para o mercado externo. Superada a unidade escravista e chegando ao período de industrialização das ex-

colônias, a preservação de um “setor de subsistência” não aparece como resquício semifeudal, mas resultado da própria heterogeneidade tecnológica, incapaz de absorver completamente ou absorvendo apenas parcialmente a mão de obra na relação de assalariamento.

Historicamente, nas economias subdesenvolvidas, o “núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer em condições de permanente concorrência com produtos forâneos” (FURTADO, 2009, p. 171). Nesta situação, a principal preocupação do empresário industrial é o de minimamente alcançar o nível de preços das mercadorias produzidas alhures, para isso busca aumentar a sua produtividade, adotando “métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro”. Escreve o autor:

Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e preços dos países exportadores de manufaturas, e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica, pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático disso – mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda *per capita* do conjunto da população – é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para subsistência. Explica-se, deste modo, que uma economia onde a produção industrial já alcançou elevado grau de diversificação e tem uma participação no produto que pouco se distingue da observada em países desenvolvidos apresente uma estrutura ocupacional tipicamente pré-capitalista e que grande parte de sua população esteja alheia aos benefícios do desenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 171-2).

Diferentemente, ou mesmo inversamente, do que vimos na caracterização do desenvolvimento e do processo de industrialização nos países centrais, onde há uma relação relativamente “harmoniosa” entre a disponibilidade de recursos tecnológicos e a sua utilização, entre as etapas do processo de industrialização e a diversificação e ampliação do mercado interno; nas economias subdesenvolvidas, o fato de o desenvolvimento da indústria interna começar em um contexto global marcado por amplo desenvolvimento da indústria nos países avançados, leva os empresários industriais daquelas economias a se orientarem sobretudo pela dinâmica do mercado mundial, seja em seus níveis de preços, seja no padrão de necessidades a serem satisfeitas – valores de uso que veiculam valor.

Resulta daí o divórcio entre os interesses empresariais dinamizadores da industrialização periférica e a dinamização do mercado interno, seja no nível da produção ou do mercado de trabalho – já que a adoção de métodos avançados de aumento da produtividade instala no território uma tecnologia industrial poupadora de mão de obra, o que é fundamental para a reprodução do chamado “setor de subsistência” ou, nas palavras de Furtado (2009, p.173), “a plena utilização do capital

disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho” – seja no nível da distribuição ou consumo.

Isso porque na situação de subdesenvolvimento não é gerado aquilo que acima chamamos de círculo virtuoso, capaz de ensejar um estímulo recíproco entre a indústria de bens de consumo e a indústria de bens de capital. A não geração desse círculo virtuoso, junto à preservação de um amplo setor de subsistência, caracteriza algo, já mencionado acima, que é típico da situação de subdesenvolvimento: “a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia” (FURTADO, 2009, p. 173). Há, portanto, na economia subdesenvolvida, uma situação de “dualismo estrutural”,

[d]ada a existência de duas formas de remuneração do trabalho [assalariamento e subsistência], de duas tecnologias de níveis extremamente diversos [do arcaísmo agrário à produção de bens de capital], de duas concepções de organização da produção [para a satisfação de necessidades e para o lucro] (FURTADO, 1964, p. 79 – trechos entre colchetes foram acrescentados pelos autores).

Aqui, tal como na caracterização do “desenvolvimento”, o autor também irá além de um raciocínio baseado estritamente em categorias econômicas, evidenciando a dimensão política do processo de produção e reprodução do subdesenvolvimento. Na *Dialética do desenvolvimento*, Furtado (1964, p. 80) afirmará que “a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes”, mitigando o dinamismo do “setor capitalista” e acomodando “a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes”. Não se constata aquela relação encontrada nos países desenvolvidos onde o desenvolvimento amparado no progresso técnico e na absorção da mão de obra confere crescente poder de resistência e negociação à classe trabalhadora, que, por sua vez, passa a funcionar como agente fundamental do progresso técnico, aquilo que Marx (2008) percebe na passagem da exploração absoluta para a exploração relativa da mais-valia.

A classe dirigente numa economia subdesenvolvida é, segundo Furtado (1964, p. 81), diferenciada em três principais agrupamentos: i) o “núcleo latifundiário”, “livre-cambista e antiestatizante”; ii) o “grupo controlador dos interesses ligados ao comércio exterior” ou “setor exportador”, responsável pelo dinamismo inicial do processo de (sub) desenvolvimento através da inversão produtiva do excedente, este geralmente também “livre-cambista”, mas apela ao “Estado para defender os seus negócios externos”; e iii) o empresariado “apoiado no mercado interno”, em geral “protecionista”, apelando ao Estado políticas de crédito e câmbio capazes de dar condições ao seu desenvolvimento.

A estrutura de classes da “economia dual” se apresenta em “linhas gerais”, da seguinte forma, escreve Furtado (1964, p. 82): no topo uma classe dirigente heterogênea e, como vimos acima, em vários aspectos cindida e prenhe de antagonismos, “incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional, com um monopólio incontestado do poder”; abaixo os trabalhadores urbanos, em

sua maioria concentrados no politicamente desorganizado setor “terciário, que é mais um estrato social do que uma classe propriamente dita”; segue o pequeno segmento dos trabalhadores industriais que, em 1964, quando a *Dialética do desenvolvimento* foi publicada, correspondia a “um décimo da população ativa no país”, porém mais organizado politicamente; e na base “a massa camponesa”.

Tal estrutura, definida pela extrema concentração de riquezas e de poder nas classes dirigentes, levará à afirmação de Furtado sobre a “ausência de autênticas lutas de classes, no sentido estrito que caracteriza a economia capitalista” – como vimos, com “flexibilidade institucional” capaz de conter o antagonismo em certos limites racionais, mas sem anular seu caráter produtivo –, barrando “o processo de formação de consciência de classe entre os trabalhadores” (FURTADO, 1964, p. 82).

Do subdesenvolvimento à dependência

Parece-nos que a partir do apanhado feito acima dos principais conceitos da teoria furtadiana do subdesenvolvimento, há material razoável para perceber as nuances contrastantes e convergentes daquela teoria em relação ao raciocínio que levará ao conceito de dependência em Ruy Mauro Marini.

Em primeiro lugar deve-se atentar para a importância metodológica da elaboração furtadiana do subdesenvolvimento. Aí está, junto com o esforço prebischiano e da CEPAL no pós Segunda Guerra, um primeiro questionamento frontal, como vimos, de modelos abstratos e generalidades conceituais pretendentes à validade universal e dedutiva, prescindindo da pesquisa histórica e da análise concreta do desenvolvimento. Este mesmo esforço é detectável em Marini, desta em vez num diálogo prioritário com posições de um marxismo dogmático.

Marini (2008, p. 107-10)² está plenamente consciente do menor nível de abstração para a formulação do conceito de dependência em relação à definição clássica das leis fundamentais do modo de produção capitalista n’*O Capital*. Sua preocupação é, sobretudo, evitar seja “a substituição do fato concreto [da dependência] pelo conceito abstrato”, seja “a adulteração do conceito [de dependência] em nome de uma realidade rebelde a aceitá-lo em sua formulação pura”. Para ele, “as categorias marxistas devem ser aplicadas, portanto, à realidade como instrumentos de análise”. Ambos os pensadores, Furtado e Marini, estão conscientes da particularidade dos contextos históricos e espaciais que embasaram as teorias – liberais e marxistas – do desenvolvimento, e da urgência de reelaborar ou superar estas teorias a partir de uma reflexão sobre a particularidade do desenvolvimento do capitalismo na América Latina.

Outra premissa metodológica que é compartilhada por Furtado e Marini é a de analisar a problemática do desenvolvimento em termos integrados de produção e circulação. Isto já está posto, no nível das relações internacionais, na definição geral de dependência em Marini (2008, p. 111), “entendida como uma relação de

2 Trechos entre colchetes foram acrescentados pelos autores.

subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Em Furtado, vimos como, no nível estritamente produtivo, o subdesenvolvimento é caracterizado pelo desequilíbrio entre a oferta de recursos técnicos (enxertados pela moderna economia industrial) e o (sub) emprego destes próprios recursos, implicando também na fraca absorção no interior da relação salarial de vastos segmentos da população, produzindo e reproduzindo inclusive um amplo setor de subsistência. Esta débil absorção da mão de obra implica numa fraca dinamização do mercado interno dos países subdesenvolvidos e na pouca politização das classes trabalhadoras, incapazes assim de demandarem um desenvolvimento tecnológico capaz de superar a situação de heterogeneidade tecnológica e de dualismo estrutural, onde o processo de industrialização dá-se cindido das necessidades de consumo das massas.

Em Marini (1979, 2008), no nível interno à própria economia dependente, a análise integrada dos níveis da produção e da circulação para pensar a problemática da dependência ganha síntese no esquema conceitual do *ciclo do capital na economia dependente* que, assim como em Furtado, também parte de uma reflexão sobre os processos distintos de industrialização central e industrialização periférica ou, na terminologia mariniiana, *industrialização orgânica e industrialização tardia*.

Mas aqui, antes de nos determos nos conceitos de *industrialização orgânica/ industrialização tardia*, é necessário abrir um parêntese, destacando uma diferença de base no que diz respeito à explicação dada pelos autores tratados sobre a expansão da economia industrial durante o século XX, sobretudo no pós-guerra.

Vimos como, para Furtado (1969), a expansão global da indústria e o “enxerto” tecnológico em economias predominantemente ex-coloniais e pré-industriais é explicado como uma forma de os países centrais preservarem os mercados que convergem com o desejo das classes dirigentes dos países periféricos, e aqui se trata da América Latina, de reduzir o seu “coeficiente de importação pela industrialização”.

Em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Furtado (2009) critica explicitamente a imbricação teoria-política presente em Marx que, segundo o autor paraibano, levaria a elaborações teleológicas como as teses da *polarização* – entre burguesia e proletariado como tendência do desenvolvimento capitalista – e da *tendência decrescente da taxa de lucro*. Será justamente amparado nesta última que Marini (2008) buscará explicar a expansão industrial e a configuração da dependência na fase monopolista do capitalismo. Para o autor mineiro, a expansão dos monopólios industriais – posteriormente definidos como *transnacionais* – para as periferias do globo – com seus abundantes recursos naturais, suas vantagens fiscais e sobretudo, sua força de trabalho extremamente barata – é entendida como medida a contrarrestar a curva *decrescente da taxa de lucro* no interior dos países centrais – com suas empresas assoladas pelas conquistas salariais e de direitos alcançadas pelas classes trabalhadoras, junto ao aumento da composição orgânica que age de forma negativa sobre a taxa de mais-valia.

Mas se o ponto de partida para a explicação da expansão monopolista do capital industrial para as periferias ou para o Sul global é distinta, a explicação para os processos distintos de industrialização é completamente convergente. Como vimos anteriormente, ao expormos a distinção *industrialização central/industrialização periférica* em Furtado, Marini (1979) denomina *orgânico* o processo clássico de industrialização inglês, onde há um desenvolvimento contínuo, primeiro da indústria de “bens de consumo necessários” (do consumo ordinário da classe trabalhadora em dado recorte histórico) e “suntuários” (extraordinário para a classe trabalhadora e ordinário para as faixas de mais alta renda), depois a indústria de “bens de capital”, desenvolvimento este que se dá em relação estreita com a ampliação e diversificação do consumo das massas.

A industrialização em países dependentes como Brasil, Argentina, México, por sua vez, é denominada por Marini (1979) de *industrialização tardia*, pois se até o século XIX estes países eram, principalmente, fornecedores de matérias-primas para os países metropolitanos, o seu processo de industrialização durante o século XX é dependente: da “inversão privada interna” – aquilo que Furtado chamava de função dinamizadora do setor exportador na gênese da industrialização periférica –; das “inversões públicas” promovidas pelo Estado populista e/ou desenvolvimentista; mas, principalmente das inversões diretas e do financiamento do capital estrangeiro, introduzindo os meios de produção necessários para viabilizar a produção.

O processo de *industrialização tardia* tem como resultado a conformação, ao contrário da experiência de *industrialização orgânica*, de um ciclo do capital desvinculado do mercado interno das economias dependentes. A distribuição da produção tem como destinatários, sobretudo, um restrito segmento da demanda interna – capaz de absorver os bens suntuários – e o mercado global de mercadorias. Alia-se a isso: baixa absorção da força de trabalho pelo setor moderno da economia e débil organização da classe trabalhadora.

Vemos como é importante para os nossos autores uma reflexão sobre os processos históricos particulares de industrialização para construir os respectivos conceitos de subdesenvolvimento e dependência. Vemos, antes disso, como para ambos os autores a reflexão sobre o *desenvolvimento* tem como critério fundamental o *progresso técnico* e o *aumento da produtividade*: é assim que o capital monopolista se expande e se impõe na concorrência entre capitais, é também por isso que as classes empresariais dos países periféricos buscarão muito mais alcançar, por diversos meios, o nível de preços do mercado global do que dinamizar o mercado interno. Embora não utilize a expressão, o raciocínio mariniano sobre a *industrialização tardia* aponta para aquilo que Furtado define como *heterogeneidade tecnológica*: marcado pelo descompasso e desarmonia entre os vários departamentos e setores produtivos.

Por outro lado, embora a ênfase no método dialético seja muito maior da definição marxista da dependência em Marini, não nos parece correto perceber o conceito de *dualismo estrutural* em Furtado como a antípoda antidialética superada pela definição mariniana. Vejamos.

Retomando o raciocínio anterior sobre a *industrialização tardia* e a conformação do *ciclo do capital na economia dependente*, Marini (2011, p. 135-146)

observa que para reverter os efeitos do intercâmbio desigual ou para ter condições de concorrência com as mercadorias estrangeiras ou produzidas por empresas de inversão direta, as empresas nacionais, dependentes ou não de financiamento estrangeiro, precisam formular “mecanismos de compensação” da “mais-valia extraordinária” (possibilitada pelo monopólio da maior produtividade), transferida para as empresas estrangeiras. Na economia dependente, de débil organização da classe trabalhadora e existência de um imenso exército industrial de reserva, o “mecanismo de compensação” típico chama-se “superexploração do trabalho” (MARINI, 2011, p. 147), que pode se dar mediante o assalariamento abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho; a violação do valor da força de trabalho baseada na “prolongação anormal da jornada laboral”; a “intensificação do trabalho” (OSORIO, 2009, p. 113-4).

Embora Furtado não chegue ao conceito de *superexploração da força de trabalho*, que relaciona dialeticamente o “moderno” e o “arcaico”, a modernização e a pauperização, o desenvolvimento e o subconsumo da maioria da população, não nos parece que o conceito de *dualismo estrutural* não ofereça uma concepção *relacional* dessas duas dimensões – moderno e arcaico.

Como vimos, o conceito de dualismo estrutural, implicado nele a ideia da reprodução de um setor de subsistência e a manutenção de uma situação de despolitização das classes trabalhadoras, aponta para um quadro de referência muito similar ao que Marini terá como base para a construção do conceito de *superexploração da força de trabalho*. Se em Furtado já é destacada a falha da instauração da relação salarial no (sub) desenvolvimento capitalista periférico, em Marini, a relação capital – baseada no assalariamento – simplesmente não gera, em situações de subdesenvolvimento, as condições para a reprodução da força de trabalho.

Por fim, a análise da estrutura de classes avançada na *Dialética do desenvolvimento*, detalhada acima, não deixa dúvidas de que a reprodução do “atraso”, para Furtado, está intimamente relacionada com as *disposições e interesses* das classes dirigentes. E não se trata meramente de enfatizar o conservadorismo de “sobrevivências” arcaicas, como os latifundiários e o setor exportador tradicional. Reiterando o que foi exposto, para Furtado (1964, p. 80), “a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, constitui uma força inibitória de todo o processo da luta de classes”, mitigando o dinamismo do “setor capitalista” e acomodando “a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes”.

Considerações finais

Vimos, no que concerne ao aspecto metodológico, que ambos os autores, Furtado e Marini, estão conscientes da necessidade de mediação entre as dimensões concreta e abstrata na elaboração de seus modelos explicativos. Assim, as generalidades, em ambos os casos, são levadas à escrutínio por pesquisas históricas e análises das realidades concretas das situações de subdesenvolvimento e dependência, observando-se cuidadosamente a necessidade de matizar as

particularidades do desenvolvimento capitalista na América Latina. Outra premissa metodológica compartilhada por Furtado e Marini, e igualmente passada em revista no texto, é a adesão a uma análise da problemática do desenvolvimento em termos integrados de produção e distribuição, simultaneamente nacional, regional e internacional.

É certo que as causas apontadas para o processo de industrialização na América Latina são distintas para os autores. Em Furtado, trata-se de uma forma de os países centrais preservarem seus mercados consumidores em sintonia com o desejo das classes dirigentes dos países periféricos de reduzir seu “coeficiente de importação pela industrialização”. Já em Marini – e essa diferença não é residual – a expansão dos monopólios industriais para as periferias do Sul global é entendida como forma de compensar a curva *decrecente da taxa de lucro* no interior dos países centrais (*tendência* essa que Furtado critica como resquício de uma contaminação política do aparato conceitual marxiano).

Assinalado esse afastamento, a caracterização ou diagnóstico da industrialização nos países latino-americanos (*tardia* em Marini, *periférica* em Furtado) surpreende, no entanto, pela convergência. Em ambos os casos, e ainda que se valendo de terminologias distintas, esta é caracterizada por um grave descompasso entre os vários departamentos e setores produtivos, característico do emprego de meios de produção poupadores de mão de obra em contextos marcados por grande oferta de trabalho. Define-se, desse modo, pela baixa absorção e sub-remuneração da força de trabalho pelo setor moderno (e, portanto, baixo índice de assalariamento) com a respectiva debilidade de organização política da classe trabalhadora e um deprimido mercado interno para produtos de consumo popular. Nesse quadro, o perfil concentrador da distribuição do produto tem como destinatários, sobretudo, um restrito segmento da demanda interna capaz de absorver bens suntuários e o mercado global de mercadorias.

A industrialização torna-se condicionada, desse modo, às desventuras do setor primário-exportador, dependente do investimento do Estado desenvolvimentista e, sobretudo, atrelada ao financiamento do capital estrangeiro, que introduz os meios de produção necessários. Assim, a permanência de um largo setor de subsistência acaba por se tornar funcional à acumulação de superlucros por parte de poucos capitalistas em detrimento da transformação da estrutura produtiva como um todo, atando, por fim, a classe dirigente aos seus vínculos de dependência.

Conforme destacamos, para ambos os autores, a reflexão sobre o *desenvolvimento* tem como critério fundamental o *progresso técnico* e o *aumento da produtividade*. E cumpre adicionar que há aqui, em mais esse encontro, uma preocupação evidente para com a reprodução do “atraso” estrutural condizente com os interesses, movimentos e tensões características da luta de classes, bem como o seu relativo travamento diante das condições em tela (vinculação das classes dirigentes a interesses externos e debilidade de organização da classe trabalhadora face ao enorme reservatório de mão de obra sobressalente ou “exército industrial de reserva”).

É igualmente certo que outro afastamento se apresenta no tocante à conceituação de *superexploração da força de trabalho*, definida por Marini como

situação estrutural de assalariamento abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho – e elevada pelo autor mineiro ao estatuto de *legalidade específica* da economia dependente. Desse modo posto, no entanto, o conceito denuncia ter como base um quadro de referência bastante similar àquele definido pelo dualismo estrutural furtadiano, ou seja, a reprodução continuada de um setor de subsistência e a manutenção da despolitização das classes trabalhadoras diante da falha de configuração plena da relação salarial no (sub) desenvolvimento periférico.

Com é possível perceber, há diferenças importantes, mas também inúmeras e sonoras similaridades que merecem ser destacadas. Tudo somado, esperamos ter deixado evidente que reestabelecer uma via de diálogo, em ambas as direções, entre essas duas matrizes de pensamento demonstra ter muito a contribuir para novos debates e pesquisas, bem como para o contínuo e necessário esforço de superação ou reelaboração de abordagens teóricas, sempre em diálogo com a complexidade em movimento das insubordinadas e desafiadoras realidades emergentes.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 11, Brasília, p. 89-117, maio - agosto de 2013.
- BEIGEL, Fernanda. Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia. In: LEVY, Bettina *et al.* **Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 287-326.
- BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV/EESP**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas FGV/EESP, p. 1-15, setembro de 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>
- BLOMSTROM, Magnus; HETTNE, Bjorn. **La teoría del desarrollo económico em transición**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. São Paulo: Revan, 2005. p. 201-232.
- _____. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CORREA PRADO, Fernando; CASTELO, Rodrigo. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**. v.3, n.1, p. 10-29, novembro de 2013.
- SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Florianópolis: Editora Insular, 2015.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- KAY, Cristóbal. **Latin american theories of development and underdevelopment**. London: Routledge, 1989.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes. 1984.

-
- _____. **Teoria da dependência revisada**: um balanço crítico. São Paulo: FGVSP, 1997.
- MARINI, Ruy Mauro. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Ursula (Coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979, p. 37-55.
- _____. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008, p. 107-149.
- _____. Dialéctica da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 131-172.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política (livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OSORIO, Jaime. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México D.F.: Editorial Itaca, 2009.
- SADER, Emir. Postneoliberalism in Latin America. **Development Dialogue**, 51, p. 171-79, 2009.
- WANDERLEY, Sergio. Estudos organizacionais, (des) colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cad. EBAPE.BR**, v. 13, n. 2, Rio de Janeiro, p. 237-255, abr./jun. 2015.

Recebido em 03/10/2016

Aceito em 31/12/2017

**CLASSES MÉDIAS E MANIFESTAÇÕES
PRÓ-IMPEACHMENT NA CIDADE DE SÃO PAULO:
uma análise dos movimentos e manifestantes**

***MIDDLE CLASSES AND PRO-IMPEACHMENT
DEMONSTRATIONS IN THE CITY OF SÃO PAULO:
an analysis of the movements and demonstrators***

Gustavo Casasanta Firmino*

Resumo

No presente artigo, realizamos uma análise combinada do perfil dos dois principais movimentos que organizaram os atos em favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, e do público que compareceu às manifestações convocadas por essas organizações, na cidade de São Paulo. Desenvolvemos ao longo do texto a ideia de que as manifestações contaram, primordialmente, com um público proveniente das classes médias, em especial da alta classe média, o que pode ser atestado, além de outros fatores, pela marcante prevalência de uma ideologia de tipo meritocrática entre os manifestantes. Levantamos ainda alguns elementos – de ordem econômica, política e ideológica – concernentes ao ciclo dos governos petistas, capazes de explicar a forte rejeição a esses governos entre a alta classe média.

Palavras-chave: Manifestações pró-impeachment. Alta classe média. Ideologia meritocrática. Crise do ciclo dos governos petistas.

Abstract

This article performs a combined analysis of the profile of both main social movements which organized the acts in favor of the impeachment of former president Dilma Rousseff, *Vem Pra Rua* and *Movimento Brasil Livre* and of the public who attended the demonstrations convened by these organizations, in the city of São Paulo. Throughout the paper it has been developed the idea that the demonstrations have counted primarily with a public from the middle classes, especially, the higher middle class, what could be attested, among other facts, by the marked prevalence of a meritocratic ideology among the demonstrators. Some elements also have been raised - from economical, political and ideologic order - concerning the cycle of PT governments, capable of explaining the strong rejection to these governments among the upper middle class.

Keywords: Pro-impeachment demonstrations. Upper middle class. Meritocratic ideology. Crisis of the cycle of PT governments.

* Doutorando em Ciência Política na Unicamp/Brasil. E-mail: gucasasanta@gmail.com

Introdução

As manifestações de rua, ocorridas ao longo de 2015 e 2016 no Brasil, foram um importante ingrediente da crise política que levou ao impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste artigo, propomos uma análise combinada do perfil dos dois principais movimentos que organizaram os atos pró-impeachment, o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*, sua plataforma reivindicativa e ideologia política, e do perfil socioeconômico e ideológico dos manifestantes que compareceram aos atos convocados por esses movimentos, na cidade de São Paulo. A partir dessa dupla análise – movimentos e manifestantes –, argumentamos que as manifestações contaram com um público majoritariamente proveniente das classes médias, em especial, da alta classe média. O perfil dos movimentos e dos participantes das passeatas pró-impeachment é apresentado na primeira parte do artigo. Em um segundo momento, desenvolvemos a tese que orienta nossa comunicação, a de que as manifestações devem ser entendidas como um fenômeno estreitamente vinculado à alta classe média, o que pode ser atestado pela prevalência de uma ideologia de tipo meritocrática entre os manifestantes. Na terceira e última seção, apontamos alguns fatores que nos parecem decisivos para compreender a forte oposição que setores das classes médias manifestaram em relação ao ciclo dos governos petistas.

Movimentos e manifestantes: um perfil¹

As expressivas manifestações pró-impeachment ocorridas no período recente – e que levaram às ruas milhares de manifestantes em centenas de cidades – contaram com a presença de uma profusão de organizações com perfis variados: grupos religiosos, associações profissionais, associações patronais, centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais. Para os fins deste artigo, nossa leitura atentar-se-á apenas para os movimentos *Vem Pra Rua* e *Movimento Brasil Livre* (adiante identificados como VPR e MBL, respectivamente). Dos movimentos antipetistas que emergiram a partir de 2013, o VPR e MBL foram os que apresentaram maior capacidade de mobilização social e maior visibilidade nos meios de comunicação tradicionais.

O VPR surge em outubro de 2014, durante o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano, embora as primeiras movimentações em torno da organização efetiva do movimento remontem ao mês de agosto, quando da fundação do fracassado “Movimento Basta!”. Segundo a história oficial do VPR, a iniciativa teve origem numa rede de profissionais liberais – advogados, jornalistas, médicos – dotados de bons contatos sociais e influência. Na visão de seus fundadores, caberia

¹ Ver tabela no final deste artigo.

a esse grupo de pessoas, privilegiadas por possuírem uma boa educação, informação e posição privilegiada de mercado, a iniciativa de impulsionar o movimento (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 15-16). Também merece destaque a grande quantidade de empresários que se articularam em torno da organização do VPR (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 47). Vale notar ainda que *Vem Pra Rua* havia sido um dos principais motes das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 (que se arrastaram, com menor fôlego, até o mês de julho) e que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, o que indica a intencionalidade de disputar o seu sentido. De acordo com os idealizadores do movimento, as manifestações de junho haviam demonstrado que ocupar as ruas era o caminho para transformar o cenário político do país (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p.15).

Por sua vez, o MBL seria oficializado em novembro de 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais, conquanto sua primeira aparição digital tenha ocorrido em junho de 2013, sem maiores repercussões. Diversas evidências apontam que o MBL surgiu como um braço da organização “Estudantes pela Liberdade” (EPL), fundada em 2012, e que atua como a seção brasileira da *Students For Liberty*, organização de perfil “libertariano” criada em 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de descobrir e treinar jovens lideranças universitárias tendentes ao “libertarianismo”. Mais precisamente, o MBL teria sido uma tentativa do EPL de promover suas pautas nas manifestações de junho de 2013 (GOBBI, 2016, p. 45-74). O próprio termo “MBL” também remonta às manifestações de junho, que se iniciaram com os protestos conduzidos por uma organização de nome quase idêntico, MPL (Movimento Passe Livre²), em oposição ao aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo. Lideranças do VPR e do MBL apoiariam Aécio Neves, candidato derrotado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) à presidência da República contra Dilma Rousseff, candidata à reeleição pelo PT.

É possível notar que os movimentos compartilham princípios semelhantes. O VPR defende a eficiência e transparência dos gastos públicos, redução da carga tributária e da burocracia, liberdade econômica, empreendedorismo e livre iniciativa (VEM PRA RUA, 2018). O MBL exige a privatização dos bancos nacionais, presídios e do transporte urbano, o fim da “função social” da propriedade privada (que não poderia ser, em nenhum sentido, relativizada), redução de impostos e uma ampla abertura comercial ao capital estrangeiro, nos mais diversos ramos da economia (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2018). O apelo à luta contra a corrupção – estreitamente identificada com os governos do PT – foi uma constante nos discursos do VPR e MBL, desde seu surgimento até a deposição de Dilma Rousseff. Em suma, ambos os movimentos compartilham um discurso antipetista, de defesa do “livre mercado” e da concorrência capitalista (TATAGIBA *et al.*, 2015, p.16).

Em que pese as declarações iniciais de “apartidarismo” e um apelo difuso em prol da “renovação política”, lideranças do VPR e MBL concorreram às eleições municipais de 2016 por legendas que fizeram oposição aos governos petistas há

2 Movimento de esquerda com perfil autonomista, formado majoritariamente por estudantes secundaristas e universitários.

muito conhecidas na cena política nacional. Outras lideranças concorreram pelo Partido Novo, agremiação criada em 2011 e que obteve seu registro partidário em setembro de 2015, dias antes do encerramento de prazo para criação de novos partidos aptos a participar das eleições municipais de 2016. Presente nas manifestações pró-impeachment, o Partido Novo apresenta forte viés liberal e defende a redução das áreas de atuação do Estado (PARTIDO NOVO, 2018). Para as eleições de 2018 o mesmo cenário deverá se repetir. Lideranças vinculadas ou oriundas³ do VPR e MBL vêm admitindo publicamente o interesse em lançar candidaturas, por meio de diferentes legendas.

Os movimentos em questão convocaram atos unificados em várias cidades e capitais, abrangendo todas as regiões do país contra o governo Dilma Rousseff (PT) e a corrupção nos dias 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, e em 13 de março de 2016. A adesão aos protestos sofreu oscilações⁴. Tomando por base dados como escolaridade, renda, ocupação e cor de pele dos manifestantes, podemos traçar um perfil socioeconômico daqueles que foram às ruas. Utilizaremos como referência as medições realizadas pelo Instituto Datafolha nas quatro ocasiões. Faremos uso ainda de duas pesquisas coordenadas pelos professores Pablo Ortellado (USP) e Eshter Solano (Unifesp), referentes aos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015. Todas as medições se referem às manifestações ocorridas na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. O alto índice de correspondência entre as respostas fornecidas pelos entrevistados justifica a tentativa de estabelecermos um “perfil” dos manifestantes.

Para facilitar a exposição, apresentaremos os percentuais das pesquisas do Datafolha pela ordem cronológica das manifestações: 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015 e 13/03/2016. No que se refere à escolaridade, declararam possuir Ensino Superior, respectivamente, 76%, 77%, 76% e 77%. O índice dos entrevistados pelo Datafolha que declararam possuir renda familiar mensal entre 5 e 10 salários mínimos mensais foi de 27%, 24%, 25% e 26%; na faixa entre 10 e 20 salários, 22%, 25%, 25% e 24%; entre 20 e 50 salários, 16%, 13%, 14% e 11%; e 3% alegaram que sua renda familiar ultrapassava 50 salários mínimos mensais nas três

3 Os membros do VPR são obrigados a se desligar do movimento antes de anunciarem candidatura e/ou ingressarem em algum partido, o que não ocorre no caso do MBL. No site deste, é possível encontrar uma relação dos parlamentares pertencentes ao movimento (8 vereadores e 1 deputado federal, na sua maioria filiados ao PSDB).

4 Se considerarmos as medições realizadas na cidade de São Paulo (que reuniu o maior número de pessoas nas quatro ocasiões) pelo Instituto Datafolha, o número de manifestantes teria regredido de 210 mil em 15/03/2015 para cerca de 100 mil em 12/04/2015, ao passo que o ato realizado na Avenida Paulista, em 16/08/2015, teria contado com a presença de 135 mil manifestantes. A maior manifestação ocorreu em 2016, no dia 13 de março; ao todo, teriam comparecido cerca de 500 mil participantes. Em 13/12/2015, diversos atos antigoverno foram convocados nacionalmente, mas não contaram com a coordenação do VPR e MBL. Mais esvaziados que em ocasiões anteriores (em São Paulo, segundo o Datafolha, havia cerca de 40 mil pessoas), os atos foram convocados por movimentos defensores da intervenção militar, como o “Revoltados Online” e o “Avança Brasil”. A data dos protestos coincidiu com o 47º aniversário do Ato Institucional n. 5, promulgado durante a Ditadura Militar.

primeiras medições, índice que chegou a 2% na quarta aferição. Os dados sobre ocupação, fornecidos pelo instituto, dão conta de que o número de assalariados registrados era, respectivamente, de 37%, 35%, 33% e 31%; empresários, 14%, 10%, 13% e 12%; profissionais autônomos regularizados, 11%, 15%, 13% e 12%; profissionais liberais de nível universitário, 7% nas três primeiras pesquisas e 8% em 13/03/2016; funcionários públicos, 4%, 6%, 7% e 5%. Quanto à cor da pele, os que se autodeclararam brancos eram 69%, 73%, 75% e 77%; pardos: 20%, 18%, 17% e 15%; negros, 5%, 4%, 3% e 4%. O público masculino foi predominante nas quatro ocasiões: 63%, 56%, 61% e 57% (DATAFOLHA, 2018a).

As pesquisas coordenadas por Ortellado e Solano, nos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015, obtiveram resultados semelhantes. Em relação à escolaridade, declararam possuir ensino superior (completo ou incompleto), 80,1% dos entrevistados na primeira pesquisa e 77,5% na segunda. Respectivamente, aqueles que declararam renda entre 5 e 10 salários mínimos totalizaram 24,3% e 22,5% dos manifestantes; entre 10 e 20 salários, 29,6% e 28,9%; e acima de 20 salários, 20% e 19,5%. Quanto à cor da pele, os autodeclarados brancos totalizavam 77,4% dos entrevistados na primeira manifestação e 73,6% na segunda, enquanto aqueles que se declararam pardos eram 13,3% e 15,1%, e os pretos 4,9% e 5,7%. Mais uma vez o público masculino foi predominante: 54,6% e 57, 3% (ORTELLADO; SOLANO, 2018a; 2018b).

Quando comparamos os dados acima apresentados com aqueles referentes ao conjunto da população da cidade de São Paulo, podemos constatar um grande descompasso (DATAFOLHA, 2018a). É possível afirmar, com base nessa comparação, que os protestos convocados pelo VPR e MBL atraíram, preferencialmente, um perfil específico de manifestante, em geral, branco, com alta escolaridade e renda correspondente. Destaca-se ainda o alto número de profissionais autônomos, profissionais liberais de nível superior e empresários⁵. Tal perfil parece indicar uma forte participação das classes médias nessas manifestações, em especial da alta classe média, como procuraremos demonstrar adiante. Por sua vez, as lideranças dos movimentos são predominantemente homens brancos que se apresentam como empresários (TATAGIBA, *et al*, 2015, p.1).

Ao analisarmos, tendo por base a percepção sobre movimentos sociais, partidos políticos e órgãos de imprensa, aquele que seria o perfil político-ideológico dos participantes nos atos convocados pelos movimentos supracitados, verificamos

5 Notemos também que o número de funcionários públicos, na média (5,5%), é quase duas vezes superior em relação ao conjunto dos habitantes da cidade de São Paulo, segundo levantamento do próprio Datafolha para o ano de 2015 (3%) (DATAFOLHA, 2018a). Já o alto número de assalariados registrados, numa média das quatro manifestações (34%), se aproxima do índice correspondente ao da capital paulista (32%) (*idem*). Os elevados índices de escolaridade e renda entre o conjunto dos manifestantes permitem supor que parte considerável dos assalariados esteja alocada em funções que pressupõem certo nível de qualificação (gerência, supervisão, controle, etc.), o que denotaria um perfil de assalariamento de classe média. Infelizmente não dispomos, no presente momento, da base de dados das pesquisas, que nos permitiria realizar o cruzamento entre a renda, escolaridade e ocupação dos manifestantes.

que a rejeição a partidos políticos e movimentos sociais possuidores de uma base social popular é alta: em 12/04/2015, 73,2% dos manifestantes disseram não ter confiança nenhuma nos partidos (índice que chega a 96% em relação ao PT); 79,2% declaram não ter confiança alguma no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); e 84,4% não têm nenhuma confiança no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Na mesma ocasião, 70,8% declararam confiar muito no *Vem Pra Rua*, enquanto 52,7% disseram o mesmo em relação ao *Movimento Brasil Livre* (este último possuía um maior índice de desconhecimento: 15,9% contra apenas 2,3% do primeiro) (ORTELLADO; SOLANO, 2018a). Quanto à confiança nos canais de imprensa, sobressaem menções positivas à Revista *Veja* (51,8% dos manifestantes disseram confiar muito), ao passo que Reinaldo Azevedo e Raquel Sherazade foram os “comentaristas políticos” que, com larga vantagem, obtiveram o maior índice de menções positivas (ORTELLADO; SOLANO, 2018a).

Isso não significa, todavia, que o discurso econômico liberal disseminado pelos movimentos e suas lideranças seja encampado integralmente pelos manifestantes, como veremos. Indo além, o “livre mercado” não foi o valor prevalecente entre aqueles que exigiam o impedimento de Dilma Rousseff, mas sim a defesa do meritocratism. A estreita conexão entre (alta) classe média e ideologia meritocrática fornece uma importante chave explicativa acerca do sentido das manifestações.

Meritocracia e (alta) classe média

A percepção manifesta dos participantes dos atos pró-impeachment em relação a algumas políticas sociais, encampadas no plano federal pelos governos petistas, nos ajuda a compreender certos valores sociais e políticos predominantes nesse público. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 13/03/2016 revelou que 81% dos manifestantes concordam que beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, ficam preguiçosos (PERSEU ABRAMO, 2018). Por sua vez, 79,5% dos manifestantes de 16/08/2015 concordaram (total ou parcialmente) que pessoas negras não deveriam usar a cor da pele para obter “privilégios” como as cotas raciais, ao passo que 70,4% defenderam (total ou parcialmente) ser justo que aqueles que estudaram e se esforçaram na vida usufruam de alguns “privilégios” (ORTELLADO; SOLANO, 2018b). Segundo a mesma pesquisa, 97,7% dos manifestantes se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça educação a todos os brasileiros (92,3% foram totalmente favoráveis), e 96,5% defenderam que a educação pública deve ser gratuita (86,9% foi o índice dos totalmente favoráveis à essa premissa) (ORTELLADO; SOLANO, 2018b).

Uma interpretação possível desses dados é a de que as políticas de cunho redistributivo e afirmativo ferem a ideologia meritocrática, fortemente presente nas classes médias. Notemos que os benefícios concedidos pelo Bolsa Família desvinculam a renda do trabalho, ao passo que a adoção de medidas como as cotas (raciais e sociais) para ingresso no Ensino Superior afronta o princípio da igualdade

formal na concorrência interindividual às vagas nas universidades públicas (que no Brasil, historicamente, se constituíram como reduto das classes médias e superiores). Ao mesmo tempo, o expressivo apoio à vigência de um sistema de educação público e gratuito pode ser entendido como um reforço dessa mesma ideologia meritocrática, cujo pressuposto fundamental é a existência de um aparelho escolar “neutro” e formalmente aberto a todos⁶.

Avançemos, então, uma definição de “classes médias” capaz de justificar a conexão pretendida entre tais setores sociais e a ideologia meritocrática. Consideramos como pertencente às classes médias o amplo e heterogêneo contingente dos trabalhadores “não manuais”, quer sejam assalariados ou não, independentemente do setor de atuação (público ou privado). A divisão entre trabalhadores “manuais” e “não manuais”, por sua vez, é entendida como decorrente da divisão capitalista do trabalho, que reproduz permanentemente uma oposição entre trabalho de execução e trabalho de concepção/direção (SAES, 2005, p.100-105). Partindo da ideologia burguesa de valorização do trabalho em geral ou da ascensão pelo trabalho (que justifica as desigualdades sociais em razão da capacidade diferencial de trabalho e/ou esforço dos indivíduos), os trabalhadores de classe média chegam a um resultado particular: a valorização de um tipo específico de trabalho – aquele tido como “intelectual” – em detrimento do trabalho manual⁷ (BOITO JR., 2004, p. 221); (SAES, 2005, p. 100). Logo, a meritocracia pode ser entendida como uma ideologia de segunda ordem ou derivada (da ideologia de valorização do trabalho em geral) tendo, como tal, a função de legitimar e/ou reforçar as desigualdades entre trabalhadores manuais e não manuais. Enquanto ideologia orgânica própria aos trabalhadores de classe média, a meritocracia tende a justificar e naturalizar a hierarquia do trabalho como sendo a expressão de uma pirâmide natural de “dons e méritos”, no sentido indicado por Bourdieu e Passeron (2014).

Em decorrência da grande heterogeneidade existente no interior das classes médias, a adesão a valores meritocráticos pode comportar variações significativas. Assim, seria possível identificar dois segmentos distintos entre os trabalhadores não manuais: um primeiro, formado por trabalhadores propriamente intelectuais na acepção estrita do termo (para os quais o exercício da criatividade é um valor importante) e um segundo, composto por trabalhadores cuja atividade é predominantemente mental, porém, dotada de um caráter reiterativo, e não criativo ou inovador (SAES, 2005, p. 100). Entre os trabalhadores intelectuais propriamente

6 A esse respeito, pode-se consultar as indicações contidas em Bourdieu e Passeron (2014). Não é fortuito que tenha cabido à “classe média” o papel dirigente na luta pela instauração de um sistema de educação escolar pública em diferentes formações sociais capitalistas (SAES, 2005, p. 101).

7 Assim procedendo, e para os fins aqui perseguidos, optamos por deixar de fora da nossa reflexão o contingente dos “pequenos proprietários” (pequena burguesia) que, no quadro de algumas análises, são considerados como uma fração das classes médias (MILIOS; ECONOMAKIS, 2011). Ao desempenhar funções “manuais”, o pequeno proprietário não se caracteriza, no plano ideológico, pela defesa do meritocratismo, mas sim pela rejeição ao assalariamento, entendido a partir da perspectiva de subordinação direta ao capital (SAES, 1977, p. 98-100).

ditos, portadores de alto grau de autonomia e criatividade, a ideologia meritocrática tende a se expressar com maior vigor. Certas situações de trabalho – formas e montante da remuneração auferida, nível de socialização do trabalho, conteúdo do trabalho, qualificações exigidas, complexidade das tarefas executadas, grau de autonomia, exercício (ou não) de atividade de direção ou controle sobre outros trabalhadores, etc. – predispõem os trabalhadores de classe média a apegar-se ao meritocratismo enquanto outras não o estimulam tão intensamente (BOITO JR., 2004, p. 222-224). Pois bem, é entre os trabalhadores da alta classe média, que a ideologia meritocrática tende a se afirmar com maior ênfase.

De nossa parte, pensamos que termos como “alta” e “baixa” classe média poderiam ser compreendidos como uma “noção prática de pesquisa”⁸. Isso porque não designam propriamente frações de classe média discerníveis no nível econômico e distintas entre si, mas situações de trabalho portadoras de maior ou menor autonomia e independência ou, ainda, situações de trabalho que guardam maior ou menor distância em relação a uma condição de subsunção (real) ao capital. As diferentes situações de trabalho, derivadas da posição ocupada pelo trabalhador de classe média na estrutura econômica, portam efeitos político-ideológicos que não devem ser desprezados. Entre os trabalhadores de classe média, a ideologia meritocrática se faz acompanhar do rebaixamento social e profissional dos trabalhadores manuais e do temor face à possibilidade (real ou imaginária) de proletarização⁹. Tais indicações, concernentes à posição dos trabalhadores não manuais na divisão capitalista do trabalho, adquirem feição própria numa formação social, como a brasileira, na qual a instituição da escravidão se fez por tanto tempo presente, sobredeterminando o estigma social relacionado ao trabalho manual.

Cavalcante e Arias propuseram a seguinte caracterização da alta classe média brasileira: em termos de renda, são famílias com rendimento superior a 10 salários mínimos e não pertencentes ao 1% mais rico da sociedade; no que respeita às relações de produção e propriedade, seriam assalariados em cargos de gerência técnica e administrativa e profissionais liberais ou autônomos com elevada qualificação; e, no campo social mais amplo, seriam aqueles que monopolizam o acesso ao capital cultural. Engenheiros, economistas, médicos e demais profissionais da saúde, advogados, funcionários públicos de alto escalão e professores

8 A ideia de que a “classe média” corresponde a uma “noção prática” está presente em Saes (1977, p. 99), conquanto a empreguemos aqui de maneira particular.

9 Ao analisar o comportamento político e as percepções sociais da “classe média” paulistana no contexto da crise econômica que se inicia no começo dos anos 1980, e encerra o período do chamado “milagre econômico” da década anterior, Bonelli (1989, p. 54) destacou a forte necessidade dessa classe em distinguir-se dos de baixo, proveniente do seu temor de descenso na estrutura social. No campo sindical, uma característica importante das organizações representativas de trabalhadores de classe média é a defesa do “salário relacional”, isto é, a defesa não apenas do poder aquisitivo salarial, mas também da posição relativa que o salário de determinada categoria “intelectual” deve ocupar na escala social das profissões concebidas pelo meritocratismo, o que pressupõe um rebaixamento do trabalho manual (BOITO JR., 2004, p. 228-31).

universitários seriam, ainda segundo os autores, grupos profissionais típicos da alta classe média no Brasil¹⁰ (CAVALCANTE; ARIAS, 2017, p. 5).

O apego à ideologia meritocrática também contribui para explicar por que a luta anticorrupção sensibiliza preferencialmente a classe média. Tal ideologia dispõe de um terreno particular e privilegiado de realização: o Estado de tipo capitalista, cujo caráter formalmente “público” de suas instituições (erigido em ícone para os burocratas de classe média¹¹) não poderia ser maculado pelo poder econômico (BOITO JR., 2017, p. 17). Embora setores sociais distintos possam engajar-se, por diferentes motivos, na luta contra a corrupção, somente a “classe média” mantém uma relação unívoca e preferencial com a bandeira da luta contra a corrupção, percebida como mal absoluto da sociedade, para o qual prescreve o remédio da reforma jurídica e moral (BOITO JR., 2017, p. 17). Se a afirmação de que o meritocratismo tende a se fazer mais presente entre os trabalhadores da alta classe média é correta, podemos argumentar também que é comumente nesse setor social que o apelo à luta anticorrupção encontra maior adesão. Entre os manifestantes de 13/03/2016, 58% citaram espontaneamente a corrupção como motivação para comparecerem ao ato (maior número de menções), ao passo que a identificavam preferencialmente aos governos do PT (Lula e Dilma), considerados os mais corruptos por 85% (PERSEU ABRAMO, 2016). A “corrupção” também foi apontada de maneira espontânea, por 66% dos entrevistados, como o principal problema do país, muito à frente da “educação”, que ficou na segunda posição, com 7% de menções (PERSEU ABRAMO, 2016).

Se, como vimos, a rejeição a certas políticas públicas (como o Bolsa Família e as cotas étnico-raciais) é massiva, o mesmo não pode ser dito em relação a um ideário econômico de tipo liberalizante. Notemos que 96,5 % dos participantes do ato de 16/08/2015 se declararam total ou parcialmente favoráveis a que o Estado forneça serviços de saúde a todos os brasileiros (88,6% foram totalmente favoráveis) e 96% declararam que os serviços de saúde devem ser gratuitos (afirmação com a qual 74,3% dos entrevistados concordaram plenamente) (ORTELLADO; SOLANO, 2015b). Até mesmo a gratuidade do transporte coletivo foi, total ou parcialmente, apoiada por 49% dos manifestantes (ORTELLADO; SOLANO, 2015b).

10 No site do Partido Novo é possível encontrar um gráfico com a composição de seus fundadores segundo a profissão, no qual figuram administradores, engenheiros, advogados, médicos, economistas, empresários e arquitetos (PARTIDO NOVO, 2018). Para selecionar entre seus filiados aqueles que estão aptos a concorrer a cargos públicos, o partido promove um processo seletivo (pago) com regras fixadas em edital e avaliação das candidaturas por meio de banca. Exige-se ainda envio de currículo profissional.

11 Para o autor, além dos efeitos produzidos pela ideologia meritocrática sobre a classe média, a crítica à corrupção entre esse setor também teria motivações de ordem econômica. Sendo a burocracia estatal majoritariamente composta pela classe média, a ela interessaria que a organização do aparelho de Estado esteja formalmente baseada na competência para o acesso aos cargos públicos. Nessa perspectiva, a defesa do “burocratismo” (não apenas compatível, como também complementar à ideologia meritocrática) serviria para justificar a existência de segmentos parasitários e privilegiados incrustados no aparelho estatal (BOITO JR., 2017, p. 17).

Décio Saes argumentou sobre a existência de um “neoliberalismo de oposição” em segmentos da classe média, atraídos por um discurso de modernização da sociedade e do Estado. Nessa perspectiva, a política neoliberal é entendida como o caminho para o combate a um Estado ineficiente e corrupto, que absorve recursos financeiros do “povo” e os coloca à disposição de uma casta de burocratas e políticos profissionais. No entanto, a adesão a esse neoliberalismo de oposição não significa um apoio irrestrito a todo o programa neoliberal, uma vez que esses mesmos segmentos comumente exigem do Estado intervenção e proteção quando suas condições de vida e de trabalho estão em jogo (SAES, 2001, p. 89). De nossa parte, pensamos que uma certa ideologia neoliberal (seja “pura” ou “de oposição”) e uma ideologia de cunho meritocrático podem não apenas coexistir, como também se sobrepor. Ao preceituar a ascensão, nos planos profissional e social, como decorrência do esforço e mérito individual, o meritocratismo não somente se abstém de impor óbices à noção de “livre concorrência” capitalista, como é capaz mesmo de lhe fornecer certa justificação.

Em outro momento, Saes procurou demonstrar a tese segundo a qual, no Brasil, as “camadas médias tradicionais” com destaque para os antigos “profissionais liberais”, intervieram de forma conservadora e regressiva em diversos momentos da vida política nacional. O desejo de restaurar a política como privilégio social (elitismo) e o temor da proletarização, teriam levado esses setores a apoiar o Golpe Militar de 1964 (SAES, 1985, p. 135-139). As formas ideológicas assumidas por seu discurso e orientação política (antipopulismo, anticomunismo, etc.) seriam filtradas e adaptadas de acordo com a própria conjuntura (SAES, 1985, p. 107). De forma semelhante, significativos contingentes das “novas camadas médias” emergentes durante as décadas de 1950 e 1960 (técnicos, supervisores, administradores, engenheiros, etc.), em parte, devido à sua própria situação de trabalho – balizada pelo exercício da autoridade técnica e administrativa, seja na empresa privada seja no setor público – apoiariam o Golpe de 1964 em razão da crença no caráter racional da autoridade, bem como da necessidade de uma organização hierárquica da sociedade (SAES, 1985, p. 140). Também nesse caso, os efeitos da conjuntura político-ideológica sobre esses trabalhadores não devem ser menosprezados.

Portanto, não se trata de estipular quais grupos ou categorias socioprofissionais seriam pertencentes às classes médias para, a partir daí, deduzir sobre suas possíveis práticas políticas, até porque não existe uma fronteira estanque separando, de uma vez por todas, trabalhadores não manuais e manuais ou, ainda, estabelecendo clivagens intransponíveis entre situações de trabalho, no interior das classes médias, que pressupõem maior reflexividade e autonomia de outras mais rotinizadas e tendentes à “proletarização”. Contrariamente, a análise da relação entre as classes sociais e a ação coletiva requer que se considere não apenas a estrutura de classes numa dada formação social, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, isto é, que se leve em conta a articulação entre estrutura de classe e conjuntura política. Nessa perspectiva, os conflitos sociais – e a ação coletiva – devem ser entendidos como a manifestação de contradições estruturais agravadas por problemas conjunturais (GALVÃO, 2011). A seguir, avançamos uma breve leitura da recente conjuntura de crise política no Brasil,

enfocando alguns aspectos – de ordem econômica, política e ideológica – capazes de auxiliar nossa compreensão acerca da oposição de setores médios da sociedade ao ciclo dos governos petistas e que emerge, com acentuado vigor, a partir do início do segundo mandato de Dilma Rousseff.

As classes médias no ciclo dos governos petistas

A emergência de movimentos pró-impeachment, com destaque para o VPR e MBL, precisa ser entendida no interior de um contexto político específico, marcado pela crise do governo encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores à qual se articulou uma situação de estagnação e crise econômica. Todavia, a crise política (de governo) não está subsumida na crise econômica ou vice-versa. Na verdade, entendemos que as diferentes formas de crise (econômica, política, ideológica, etc.) possuem temporalidades e dinâmicas internas próprias e relativamente autônomas de sorte que, por exemplo, uma crise econômica numa determinada formação social não necessariamente resulte em uma crise política correspondente.

No que diz respeito à crise política (de governo) propriamente dita, destacaremos um fator que nos parece essencial em vista da discussão aqui proposta: o desgaste da relação de representação política dos governos petistas (alvo político preferencial dos movimentos acima citados) com as classes médias. Do ponto de vista do comportamento eleitoral, largos contingentes das classes médias urbanas, que apoiavam as candidaturas presidenciais do PT, deixam de fazê-lo a partir de 2006, ano da reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A perda do apoio eleitoral da classe média urbana (sobretudo das regiões sul e sudeste) foi compensada pela adesão de milhões de eleitores de baixíssima renda à candidatura de Lula, ensejando uma mudança significativa na composição da base eleitoral do petismo (SINGER, 2012, p. 113-114).

Para André Singer, o afastamento de significativas camadas das classes médias urbanas em relação ao petismo se deu com a chamada “crise do mensalão”, em 2005, que expôs o partido, então à frente do executivo político, a escândalos de corrupção fortemente explorados pela grande mídia. Entretanto, tal tese nos parece insatisfatória uma vez que, como o próprio autor argumenta, enquanto o “subproletariado” (a fração mais pauperizada e politicamente desorganizada no interior da classe operária) teria sido favorecido por programas governamentais de redistribuição de renda (em especial, o Bolsa Família), pela expansão do financiamento popular e pela política de valorização real do salário mínimo (a partir de 2005), simultaneamente, houve um achatamento nos ganhos da classe média diretamente dependente de serviços como escolas privadas e planos de saúde¹²

12 Serviços comumente usufruídos pela alta classe média brasileira – babá, caseiro, faxineira, lavadeira, motorista particular, auxiliar de enfermagem, passadeira, empregada doméstica, além de serviços ocasionais de construção e reparo, como pintores e marceneiros – tiveram seus preços elevados a patamares muito acima da inflação no período 2008-2013, na cidade de São Paulo. A

(SINGER, 2012, p. 142). Logo, a partir das próprias indicações fornecidas por Singer, seria possível pensar que o achatamento dos ganhos econômicos da classe média (a qual o autor trata, em geral, como homogênea), acompanhados da melhora relativa da situação econômico-social da fração subproletária, poderia ter como efeito um ressentimento político daquela.

Se é correto que parte substancial da força de trabalho brasileira aumentou sua participação na renda nacional e vivenciou uma queda significativa da sua condição de pobreza no decorrer do ciclo dos governos do PT, isso não significa que tais contingentes tenham ingressado na “classe média” ou que passaram a constituir uma “nova classe média”, tese bastante propalada durante período recente. Na verdade, parece mais exato apontarmos para uma recomposição da classe trabalhadora sob novas bases de consumo, possibilitada pela expansão dos postos de trabalho formais de baixa qualificação e rendimentos comumente alocados numa faixa não superior a 1,5 salários mínimos, ocorrida em meados da década passada (POCHMANN, 2014). De qualquer modo, vale destacar o problema da relação das classes médias com esses setores da força de trabalho que não apenas aumentaram sua participação no mercado consumidor – passando a frequentar espaços tradicionalmente ocupados pela alta classe média, como shopping-centers e aeroportos –, como também foram beneficiados por programas governamentais de redistribuição de renda e políticas afirmativas que, além de atentarem contra a “normalidade meritocrática”, acirram a concorrência por postos de trabalho no serviço público bem como por vagas nas universidades públicas.

Em que pese as diferenças entre os governos Lula e Dilma, é possível afirmar que os governos petistas deram ensejo a um novo ciclo político no Brasil, que manteve o modelo neoliberal do período anterior, parcialmente modificado por políticas com feição desenvolvimentista, o que pode ser atestado, em linhas bastante gerais, pela ação do Estado brasileiro em subsidiar grandes grupos nacionais interna e externamente, bem como pela expansão do mercado interno por meio de políticas de financiamento e crédito. Na visão de Boito Jr. (2012), esse novo ciclo – caracterizado como “neodesenvolvimentista” – expressaria o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico, marcado pela melhora da posição da burguesia interna brasileira¹³ no interior do bloco no poder. Embora a política econômica encampada pelos governos Lula (em especial pelo segundo

lei que regulamentou a profissão de trabalhador (a) doméstico (a), sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, criaria uma fonte suplementar de desconforto entre a alta classe média (CAVALCANTE; ARIAS, 2017, p. 15).

13 Partindo de indicações fornecidas por Nicos Poulantzas, na segunda metade da década de 1970, o autor define a “burguesia interna” como uma fração da classe burguesa que, em formações sociais dependentes (como é o caso do Brasil), ocuparia uma posição intermediária entre a antiga burguesia nacional (passível de adotar práticas anti-imperialistas) e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. Tal fração burguesa, ao mesmo tempo que possui base própria de acumulação de capital (endógena), poderia associar-se ou assumir compromissos com o capital imperialista (BOITO JR., 2012, 67-9).

governo) tenha mantido uma orientação neoliberal reformada (com importantes concessões à grande burguesia interna), observaram-se ganhos marginais obtidos pelos trabalhadores organizados, bem como pelos trabalhadores pauperizados e desorganizados, com os quais estabeleceu, graças aos programas de transferência de renda, uma relação política de tipo populista (BOITO JR., 2012, p. 69; 73). Em meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o cenário torna-se bem menos favorável para a manutenção ou aprofundamento de uma política econômica com traços desenvolvimentistas.

De acordo com Singer, poder-se-ia verificar, a partir do segundo semestre de 2013, a formação de uma frente única burguesa no país – composta pelas finanças, indústria e rentismo –, em oposição à orientação macroeconômica do período anterior (o final dos anos 2012 teria marcado o auge do ensaio desenvolvimentista do primeiro governo Dilma Rousseff¹⁴). O novo bloco político burguês (unificado) contaria ainda com o apoio da “classe média tradicional” (SINGER, 2015). O contexto em que se dá esse reordenamento político da burguesia brasileira coincide com as manifestações de rua de junho de 2013 que, para Singer, acabou por converter-se (embora no seu início tenha sido bem mais que isso) no começo da onda de classe média contra o governo Dilma, que estoura em março de 2015.

Setores organizados da alta classe média, por sua vez, encontrariam terreno fértil para mobilizarem-se contra o governo. É verdade que aqueles já haviam se movimentado antes nesse sentido¹⁵, contudo, dessa vez, as mobilizações atraíram outros setores médios, adquirindo características de um movimento de massas a partir de março de 2015, com as manifestações convocadas nacionalmente pelo *Vem Pra Rua* e *Movimento Brasil Livre*, além de organizações menores. Com efeito, esses movimentos parecem ter hegemonizado a alta classe média, camada média que constitui (não é de hoje) a base social de apoio da coalizão burguesa orientada por um programa neoliberal “ortodoxo” (BOITO JR., 2013). Isso não significa que as classes médias, em seu conjunto, tenham se posicionado da mesma maneira (e do mesmo lado) durante a crise do impeachment.

14 O ensaio desenvolvimentista do primeiro mandato de Rousseff é entendido pelo autor como uma continuidade (e aceleração) do “reformismo fraco” proveniente dos governos Lula, em especial do segundo governo, que pressupunha a consolidação de um pacto político conservador, de um desenvolvimentismo feito por “cima”, para o qual o apoio da grande burguesia industrial era indispensável (SINGER, 2015).

15 Ilustrativa a esse respeito foi a emergência do “Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros”, que ficou conhecido como “Cansei”, no ano de 2007. Tendo como uma de suas lideranças o atual prefeito de São Paulo, João Dória Jr. (PSDB), o movimento elegeu como mote principal a corrupção e o “caos aéreo”. Diversos traços anedóticos e caricaturais foram registrados pela imprensa, que tendeu a ressaltar o caráter “elitizado” dos protestos que teriam contado com um público proveniente das classes “média” e “alta” (TATAGIBA *et al.*, 2015, p. 8). Ainda que o Cansei se declarasse apartidário, os atos convocados pelo movimento frequentemente desembocavam no “Fora Lula”. Um dos idealizadores do VPR participou ativamente nessas manifestações (CHEQUER; BUTTERFIELD, 2016, p. 20).

Embora não tenhamos condições de desenvolver nesse espaço uma discussão de fôlego sobre as manifestações contrárias ao impedimento de Dilma Rousseff, é importante notar que elas também contaram com um expressivo contingente oriundo das classes médias. Se tomarmos por referência as principais manifestações ocorridas em 2015 e 2016 na cidade de São Paulo, é possível notar uma sobrerrepresentação de participantes com ensino superior, se bem que em proporção inferior às manifestações anti-PT, ao passo que o nível de renda médio, superior àquele do conjunto dos paulistanos, é consideravelmente inferior em relação ao dos defensores do impeachment¹⁶. O perfil ocupacional dos manifestantes também comportou diferenças significativas, dentre as quais podemos destacar um menor número de profissionais autônomos regularizados e, principalmente, de empresários e profissionais liberais nos atos anti-impeachment, que, em compensação, contaram com um contingente consideravelmente superior de funcionários públicos. Em ambos os blocos de manifestantes, a proporção de assalariados registrados foi bastante semelhante, por volta de um terço na média, conquanto as diferenças de renda sugeriram que o perfil do assalariamento seja distinto no interior de cada grupo. Nas manifestações contrárias ao impedimento, a cor da pele esteve bem mais próxima do padrão médio paulistano (DATAFOLHA, 2018b). Também do ponto de vista ideológico e de valores, a oposição entre os dois blocos de manifestantes foi bastante nítida (PERSEU ABRAMO, 2018).

Já pudemos notar que a valorização da ideologia meritocrática é tendencialmente menos forte entre a baixa classe média do que na sua camada superior. Que setores da baixa classe média possam, em determinada conjuntura, secundarizar a ideologia meritocrática e se engajar em alguma forma de luta redistributiva é algo que encontra respaldo não somente na literatura sociológica sobre o tema, mas também em diferentes momentos da história política brasileira¹⁷.

16 Nos dois grupos, a faixa de renda familiar mensal entre 5 e 10 salários mínimos foi de cerca de um quarto dos manifestantes na média. Em contrapartida, nos atos contrários ao impedimento de Dilma Rousseff, o montante dos que auferiam renda familiar mensal inferior a 5 salários mínimos foi muito superior em relação às manifestações anti-PT que, por seu turno, contaram com uma participação bem mais significativa de aderentes nas faixas de renda superior a 10 salários mínimos (DATAFOLHA, 2018b).

17 Segundo Saes, quando do Golpe Militar de 1964, as “baixas camadas médias” se achavam essencialmente identificadas com o populismo, integrando uma frente nacionalista por reformas de base. O culto populista do Estado, típico desses setores, o percebia como “Estado-justiça”, capaz de intervir de maneira autônoma em proveito de seus interesses (SAES, 1985, p. 141-144). Principal partido surgido das mobilizações sociais pela redemocratização do Brasil, no início dos 1980, o PT guarda uma relação histórica de proximidade com a baixa classe média. Um estudioso da história do partido fez notar sua relação orgânica com a “baixa classe média”, que se desenvolve sobretudo a partir da década de noventa, período no qual o PT passa por profundas transformações, adquirindo cada vez mais um perfil socialdemocrata (SECCO, 2015, p. 61-66). Setores médios assalariados, sobretudo vinculados ao funcionalismo público, reagiram “à esquerda” após as primeiras reformas de caráter neoliberal levadas a cabo durante o primeiro governo Lula, como a reforma da previdência do setor público em 2003, episódio que está na origem da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no ano seguinte.

Evidentemente, os dois blocos de manifestações (favoráveis e contrárias ao impeachment) foram pluriclassistas, congregando outras classes sociais além das classes médias, da mesma maneira que seria possível afirmar que setores pertencentes à camada inferior das classes médias estiveram presentes nos protestos favoráveis ao impeachment e que contingentes oriundos da alta classe média também integraram os atos contrários ao impedimento. Tais considerações, contudo, não anulam a forte sobrerrepresentação das classes médias em ambos os blocos de manifestações em vista do seu peso numérico na estrutura social do país e tampouco o fato de que diferentes setores médios compuseram, preferencialmente, campos políticos opostos: a baixa classe média foi uma força muito significativa entre aqueles que se opunham ao impeachment de Dilma Rousseff e a alta classe média entre os defensores de seu impedimento.

Analisando as manifestações contra o governo Dilma Rousseff, em 2015, convocadas por movimentos como o VPR e MBL, Cavalcante destacou o peso do histórico conservadorismo liberal da classe média brasileira e, em especial, da alta classe média, balizado por valores como a “meritocracia” e sua aversão a políticas de inclusão social. Adverte contra o risco de superestimação do impacto econômico das políticas promovidas pelos governos do PT sobre a classe média em geral, o que resvalaria numa leitura de viés “economicista”, ao desconsiderar como o componente ideológico potencializa, de forma mais aguda que o econômico, a revolta da classe média (CAVALCANTE, 2015). Assinala ainda o parentesco entre esse conservadorismo liberal, que ganha espaço no debate público, e a tradição *liberal conservative* inglesa, que tem inspirado o surgimento de grupos liberais e libertários (ou “libertarianos”) no Brasil (CAVALCANTE, 2015).

À defesa dos princípios do livre mercado, portanto, parece combinar-se um conservadorismo próprio, “à la brasileira”, tendente a naturalizar a histórica e abissal desigualdade econômico-social do país. Nessa linha, mesmo as mais tímidas medidas adotadas para promover certo grau de distribuição de renda e inclusão social enfrentam grande rejeição por parte da alta classe média brasileira. A visibilidade e projeção alcançadas, num curto espaço de tempo, por movimentos como o VPR e MBL parecem, por conseguinte, dever-se a uma justaposição entre certas disposições político-ideológicas presentes em setores das classes médias às quais se articulou uma aguda crise (econômica e política) do ciclo petista. Isso não significa, todavia, cair numa visão “espontaneísta” dos movimentos, nem tampouco desconsiderar sua instrumentalização por frações burguesas. Esse último ponto, embora certamente decisivo, exigiria uma discussão à parte.

Considerações finais

A recente crise política brasileira, dramaticamente intensificada a partir da reeleição de Dilma Rousseff, quando a pauta do impeachment passa a ser aventada, forneceu terreno fértil para a emergência de movimentos como o *Vem Pra Rua* e o *Movimento Brasil Livre*. Apoiados numa plataforma econômica liberal e mobilizando um forte apelo contra a corrupção (exaustivamente vinculada ao

Partido dos Trabalhadores), tais organizações levaram às ruas um público cujo perfil socioeconômico denota uma forte extração de classe média, em especial, de alta classe média. A camada superior das classes médias tende a expressar, com aguda ênfase, uma ideologia de tipo meritocrática – tendente a justificar as desigualdades sociais com base no critério do “mérito individual” –, bem como uma visão moralizante sobre o tema da corrupção. Certas disposições ideológicas presentes na alta classe brasileira encontrariam espaço privilegiado para virem à tona no contexto da crise do impeachment, evidenciando a oposição desse setor social frente ao ciclo dos governos do PT.

Tabela: Perfil socioeconômico dos manifestantes pró-impeachment
na cidade de São Paulo/SP (em%)

		15/ 03/ 2015	12/ 04/ 2015	16/ 08/ 2015	13/ 03/ 2016	Cidade de São Paulo (28 e 29/10/ 2015)
Participantes						
Sexo	Homem	63	56 / 54,6*	61 / 57,3*	57	47
	Mulher	38	44 / 45*	39 / 42,7*	43	53
Escolaridade	Fundamental	2	3 / 2,8*	4 / 4,2*	4	27
	Médio	21	20 / 17,2*	20 / 17,5*	18	45
	Superior	76	77 / 80,1*	76 / 77,5*	77	28
Ocupação Principal	PEA	85	82	84	82	74
	Assalariado registrado	37	35	33	31	32
	Assalariado sem registro	3	1	2	2	5
	Funcionário público	4	6	7	5	3
	Autônomo regular (ISS)	11	15	13	12	7
	Profissional liberal (autônomo universitário)	7	7	7	8	1
	Empresário	14	10	13	12	2
	Free-lance/bico	4	3	3	4	12

Ocupação Principal	Estagiário/ aprendiz (remunerado)	1	0	1	0	1
	Outros PEA	0	-	1	2	1
	Desempregado (procura emprego)	3	4	4	5	8
	NÃO PEA	15	18	16	18	26
	Dona de casa	2	2	1	2	7
	Aposentado	6	11	10	11	11
	Estudante	5	4	3	4	5
	Vive de rendas	0	0	0	0	0
	Outros não PEA	1	0	0	1	1
	Desempregado (não procura emprego)	0	0	1	1	2
Renda	Até 2 S.M.	7	6 / 4,6*	6 / 6,7*	6	29
	Mais de 2 a 3 S.M.	7	8 / 4,4*	8 / 8,6*	8	23
	Mais de 3 a 5 S.M.	15	14 / 14,2*	13 / 13,8*	17	20
	Mais de 5 a 10 S.M.	27	24 / 24,3*	25 / 22,5*	26	15
	Mais de 10 a 20 S.M.	22	25 / 29,6*	25 / 28,9*	24	8
	Mais de 20 a 50 S.M.	16	13 / 20**	14 / 19,5**	11	2
	Mais de 50 S.M.	3	3	3	2	1
Cor	Branca	69	73 / 77,4*	75 / 73,6*	77	48
	Parda	20	18 / 13,3*	17 / 15,1*	15	33
	Preta	5	4 / 4,9*	3 / 5,7*	4	14
	Outra	5	5 / 4,5*	5 / 5,6*	3	5
	Cidade de São Paulo (12 e 13/08/2014)					

Fonte: Datafolha (2018a).

* Fontes: Ortellado e Solano (2018a; 2018b).

† Renda acima de 20 S.M.

Referências

- BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **Politeia: história e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2004.
- _____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: _____. GALVÃO, Andréia (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.
- _____. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Crítica Marxista**, n. 37, p. 171-181, 2013.
- _____. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 44, p. 09-19, 2017.
- BONELLI, Maria da Glória. **A classe média do “milagre” à recessão: mobilidade social, expectativas e identidade coletiva**. São Paulo: Idesp, 1989.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CODAS, Gustavo; KAYSEL, André; VELASCO E CRUZ, Sebastião (Orgs.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.
- CAVALCANTE, Sávio; ARIAS, Santiane. **A divisão da classe média na crise política de 2013-2016** (mimeo), 2017.
- CHEQUER, Rogério; BUTTERFIELD, Colin. **Vem Pra Rua: a história do movimento popular que mobilizou o Brasil**. São Paulo: Matrix, 2016.
- DATAFOLHA. **Manifestação na Avenida Paulista (13/03/2016)**. Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018a.
- _____. **Manifestação na Avenida Paulista (18/03/2016)**. Disponível em: <<http://www.datafolha.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018b.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 107-126, 2011.
- GOBBI, Danniell. **Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2016.
- MILIOS, John; ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe (uma abordagem crítica da teoria de classes em Nicos Poulantzas). **Crítica Marxista**, Campinas, n. 32, p. 57-84, 2011.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas**. Disponível em: <<http://www.movimentobrasillivre.org>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther (Orgs.). **Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação**. Disponível em: <<http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018a.
- _____. **Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015**. Disponível em: <<http://www.gpopai.usp.br/pesquisa>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018b.
- PARTIDO NOVO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.novo.org.br/partido>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- PERSEU ABRAMO. **Manifestações março – comparativo – 13 e 18 e 2015/2016**. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br>> Acesso em: 21 de janeiro de 2018.
- POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 96-102, 1977.

_____. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 21, p. 97-112, 2005.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 102, p. 39-67, jul. 2015.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; TRINDADE, Thiago. **CorruPTos**: um ensaio sobre os protestos à direita no Brasil (2007-2015). Campinas: Núcleo de pesquisa em participação, movimentos sociais e ação coletiva – Nepac/Unicamp (mimeo), 2015.

VEM PRA RUA. **Manifesto**. Disponível em: <<http://vemprarua.org>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

Recebido em 31/08/2016

Aceito em 25/01/2018

ETNOGRAFIA NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: limites e possibilidades

ETHNOGRAPHY IN THE EVALUATION OF PUBLIC POLICIES: limits and possibilities

Lea Carvalho Rodrigues*

Resumo

O artigo discute as implicações do recurso cada vez mais amplo, em diferentes campos disciplinares, inclusive na avaliação de políticas públicas, das técnicas e métodos de pesquisa próprios ao fazer antropológico, em especial a observação participante e a pesquisa de campo intensiva, designadas de forma generalizante como etnografia. Entende-se que a etnografia é inerente ao campo da antropologia e que, em seu sentido amplo e como parte de um campo disciplinar, constitui um empreendimento maior do que a sua perspectiva metodológica. Assim, indaga-se sobre os limites e possibilidades dos recursos à etnografia como método de avaliação de políticas públicas. Faz-se uma exposição sobre a natureza dos vínculos entre etnografia e antropologia, a inserção da etnografia na avaliação de políticas públicas, os debates antropológicos sobre o estatuto da etnografia e sua expansão além das fronteiras disciplinares, bem como os limites e possibilidades colocados às atuais proposições no campo das políticas públicas.

Palavras-chave: Etnografia. Método Etnográfico. Avaliação. Políticas Públicas.

Abstract

The article discusses the implications of the increasingly extensive use of techniques and research methods belonging to anthropological studies, particularly participant observation and intensive field research, which are generalized as ethnography, in different disciplines, including the evaluation of public policies. It is understood that ethnography is inherent in the field of anthropology and, in its broadest sense and as part of a disciplinary field, offers broader views than the methodological perspective. Thus, we examine the limits and possibilities of resources to ethnography as a method of public policy evaluation. We expose the nature of links between ethnography and anthropology, the insertion of ethnography for the evaluation of public policies, anthropological debates on the status of ethnography, the expansion beyond disciplinary boundaries, as well as the limits and possibilities posed to the current proposals in the field of public policy..

Keywords: Ethnography. Ethnographic Method. Evaluation. Public Policies.

* Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Brasil. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP/Brasil. E-mail: leaufc@gmail.com

Introdução

O que instigou a elaboração deste artigo foi a percepção de que, na área da avaliação de políticas públicas, é cada vez mais frequente a utilização de práticas e técnicas de pesquisa próprias ao fazer antropológico: a realização de entrevistas abertas, a pesquisa de campo e a observação participante – as duas últimas muitas vezes tomadas como sinônimo uma da outra. Entende-se que o uso dessas técnicas e práticas de pesquisa faz parte de um processo profícuo de diálogos interdisciplinares que, sobretudo na área das políticas públicas, são uma realidade evidente. O que inquieta, entretanto, é quando estas técnicas são denominadas, de forma generalizada, de etnografia ou método etnográfico; ou, ainda, quando a pesquisa, apenas pelo recurso a esses instrumentais metodológicos, diz valer-se de uma perspectiva antropológica¹.

Percebe-se esta tendência sobretudo na área de estudos sobre políticas públicas em saúde e na área de administração de empresas. A presença de sociólogos(as) e antropólogos(as) em instituições e grupos interdisciplinares de pesquisa fez com que a etnografia fosse bem aceita na área da saúde, como mostram as produções, no Brasil, sobre metodologias qualitativas desenvolvidas por Minayo (2012) e VÍctora, Knauth e Hassen (2000) e, no exterior, pesquisas como as de Savage (2000) ou Leigh e Vassar (2011). Nos Estados Unidos, pesquisadores como Peregrine Schwartz-Sea e Dvora Yanow (2015)², a primeira cientista política e a segunda da área da administração, e o cientista político Raul Lejano (2012), têm incluído a proposta etnográfica, em especial o interpretativismo de Geertz, como metodologia para a análise e a avaliação de políticas públicas.

Uma vez que a proposta é refletir sobre os limites e possibilidades do recurso à etnografia na avaliação de políticas públicas, é necessário, primeiramente, entender os significados destas noções – observação participante, etnografia, método etnográfico ou mesmo o que seria uma perspectiva antropológica –, hoje, no campo da própria antropologia, para então se posicionar em relação aos intercâmbios metodológicos com outras áreas, o que faremos no primeiro tópico deste artigo. Isto porque, na área da própria antropologia, o uso de terminologias e o estatuto da etnografia já configuram um campo de intensos debates – que dirá então o uso de conceitos e terminologias de forma indiscriminada, como salienta Uriarte (2012), ao externar uma apreensão pelo “entusiasmo que a etnografia vem suscitando nos últimos anos em diversas áreas do conhecimento” (URIARTE, 2012, p. 2). A autora se refere a uma percepção, por parte dos antropólogos, de que fazer etnografia, e o próprio termo, estão sendo objeto de uma certa banalização, como se todos

1 A proposição do recurso à observação participante como “método de avaliação” de políticas públicas está em Gussi e Oliveira (2016), mas sem maiores discussões sobre este caráter de método ou sobre o significado da observação participante.

2 Veja também Dvora Yanow (2009).

pudessem fazer etnografia. Esta constatação tem levado pesquisadores e intelectuais desta área disciplinar a produzir reflexões a respeito do estatuto da etnografia e sua proximidade/distanciamento de aspectos metodológicos da pesquisa de campo, tratamento de dados, reflexão teórica e produção do texto.

Dentre os argumentos aqui apresentados, um afirma que esta banalização apontada por Uriarte deve-se, em primeiro lugar, a uma confusão entre métodos, procedimentos e técnicas de pesquisa. Outro argumento é que há uma apreensão errônea de que o termo etnografia pode ser traduzido por aplicação de métodos qualitativos e realização de entrevistas face a face.

Mesmo se considerarmos que os pressupostos que orientam o fazer etnográfico abrem possibilidades novas e profícuas à avaliação de políticas públicas, do ponto de vista metodológico, outro argumento é que este diálogo, bem como as consequentes trocas metodológicas, não implica que o resultado das pesquisas na área de avaliação e/ou análise de políticas públicas seja a produção de etnografias. Para tecer estas observações e críticas, entretanto, é necessário, também, entender de que forma os pesquisadores dessa área do conhecimento estão inserindo a etnografia em suas proposições teórico-metodológicas, o que deverá ser apresentado no segundo tópico do presente artigo.

Como questionamentos iniciais, podemos nos perguntar sobre a possibilidade de denominar a pesquisa de campo e a observação participante, de forma generalizada, como etnografia – que, como veremos, é a ocorrência mais comum quando a proposta da etnografia adentra outras áreas do conhecimento. Ou seja, até que ponto pode-se considerar como etnografia uma pesquisa que apenas se vale destes recursos?

Estes questionamentos e os argumentos apresentados são os orientadores deste artigo e serão desenvolvidos nos próximos tópicos.

Etnografia: síntese do debate antropológico sobre o tema

O debate antropológico sobre o estatuto da etnografia ganhou impulso a partir dos anos 1990, sobretudo em razão da crítica pós-moderna ao texto etnográfico³. No entanto, se o debate se centrou no questionamento sobre a presença do autor no texto, sua autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2002), isto levou à desconstrução das etnografias clássicas e, assim, acabou por abarcar questões metodológicas fundamentais ao fazer antropológico, dentre elas a relação entre os sujeitos da pesquisa (observador e observado), a prática do trabalho de campo, com ênfase na observação participante, e fortes questionamentos sobre o tornar-se nativo.

No âmbito da antropologia brasileira, no debate mais recente acerca da expansão do campo da antropologia, tanto no que se refere aos temas como aos objetos de investigação, evidenciam-se alguns problemas na própria construção textual desses antropólogos: 1) o uso indiscriminado de termos como prática

3 A respeito da crítica pós-moderna em antropologia ver Caldeira (1988).

etnográfica, experiência etnográfica, método etnográfico, fazer etnográfico, etnografia, texto etnográfico etc., para se referir à prática antropológica; 2) concepções diferenciadas do que seja etnografia: ora referindo-se ao método, ora englobando pesquisa de campo e construção do texto, ora indicando o processo, que vai desde a aprendizagem até o texto, e, ainda outras vezes, dizendo respeito exclusivamente ao texto etnográfico, separando-o, portanto, do que é denominado método etnográfico.

Magnani (2009) distingue prática etnográfica – referindo-se a uma prática programada – e a experiência etnográfica, que para ele é o estar em campo, uma situação aberta ao acaso e que está, portanto, sujeita ao imprevisto. Mas, de qualquer forma, estas práticas dizem respeito a uma parte do empreendimento etnográfico, qual seja, a realização da pesquisa de campo e do que muitos denominam método etnográfico. Este é o caso do autor referido. Já Peirano (2014) nega que etnografia seja método. Para ela, ainda que não exista antropologia e etnografia sem pesquisa empírica, é a teoria que orienta o empreendimento etnográfico, e toda etnografia deve ter como resultado um diálogo e uma contribuição à teoria antropológica. Nesta perspectiva, a etnografia tem um sentido holístico, já que, anterior à ida a campo, há um aprendizado e um domínio do arcabouço teórico da disciplina. Assim, é valorizada a teoria como parte do fazer etnográfico, e neste sentido também vão as proposições de Magnani (2009), Goldman (2003) e Uriarte (2012). Mais ainda, diz esta última autora que a etnografia se constrói por meio do método etnográfico, comportando três momentos que são parte de um mesmo processo: a aprendizagem mediante a leitura sistemática das etnografias clássicas, que resulta na formação do antropólogo e na formulação de problemas de pesquisa próprios a este campo disciplinar; a realização do campo seguindo as técnicas que se tornaram clássicas na antropologia, como a longa permanência vivendo entre os sujeitos da pesquisa; e a escrita, a produção do texto etnográfico. Afirma ainda essa autora que, em razão disto, “nem todos podem ser etnógrafos” (URIARTE, 2012, p.10). Isto porque seria necessária uma “vocação” ao desenraizamento, além do preparo dado pela forma o que, em conjunto, permitiriam interrogar e ler o campo.   preciso observar, ainda, que essas técnicas – a pesquisa de campo, a observa o, a realiza o de entrevistas – fazem parte da pesquisa qualitativa, independentemente do objetivo ser ou não etnográfico. Mas o que então particularizaria a etnografia?

No âmbito internacional, um dos mais proeminentes antropólogos da atualidade, Tim Ingold, considera a etnografia uma descri o de “como as pessoas de alguns lugares e tempos percebem o mundo e como agem nele” (INGOLD, 2015, p. 347). O autor, recuperando a posi o de Radcliffe-Brown na primeira metade do século XX, faz uma distin o entre antropologia e etnografia e entre teoria e descri o, não considerando que a etnografia seja o núcleo central da antropologia. Esta última, por outro lado, ele a define como sendo “uma investiga o sobre as condi es e possibilidades da vida humana no mundo” (INGOLD, 2015, p. 345). O mais importante, contudo, para os propósitos deste artigo,   que o autor considera extremamente pernicioso para a etnografia a sua equipara o a “método etnográfico”. Diz ele, a esse respeito: “Obviamente, a etnografia tem seus métodos, mas não   método” (INGOLD, 2015, p. 345), porque

Não é, em outras palavras, um conjunto de meios processuais formais concebidos para satisfazerem os fins da investigação antropológica. Trata-se de uma prática de descrição verbal. Os relatos que produz, de vida de outras pessoas, são trabalhos acabados para posterior análise antropológica.

Já no contexto francês, encontramos tanto posições em acordo com a perspectiva de Ingold como contrárias. Sperber (1992), para quem a etnografia tem uma vocação interpretativa e a antropologia explicativa, representa a posição mais próxima a Ingold, ainda que a ênfase do primeiro recaia sobre a interpretação e não a descrição apenas. Já Marc Augé representa a visão oposta. Para Augé, antropologia e etnografia se entrelaçam, não existindo uma sem a outra; o campo, mais que uma coisa ou lugar, é o conjunto de relações pessoais por meio das quais o etnólogo constrói seu aprendizado; o autor prefere abrir mão da noção de “observação participante”, por considerá-la muito vaga, ambígua e constrangedora, em proveito de termos como, simplesmente, “relação etnográfica” (AUGÉ, 2015). Em um pequeno livro sobre o que é antropologia, Augé e Colleyn consideram o trabalho de campo a condição primeira de um trabalho antropológico, e tanto a descrição quanto a comparação fundamentam a capacidade de análise da antropologia. E se num primeiro momento do texto recupera as distinções entre etnografia, etnologia e antropologia do início do século XX, considera que, atualmente, na França, quando se diz antropologia, a referência é a uma disciplina que estuda a “diversidade contemporânea das culturas humanas” (AUGÉ; COLLEYN; 2012, p. 16).

Já para Geertz, a antropologia é uma ciência, mas uma ciência interpretativa, posição radicalmente oposta à de Ingold e Sperber, nos contextos britânico e francês. Quanto à etnografia, esta sem dúvida seria definida como “uma descrição densa”, ou, se seguirmos a afirmação de Clifford (2002, p. 40), para Geertz etnografia seria a própria interpretação das culturas. De fato, para este último autor, o objetivo da antropologia é “o alargamento do discurso humano” (GEERTZ, 1978, p. 24), o que poderia sugerir uma separação entre a antropologia e a etnografia, não fosse a afirmação anterior de que “em antropologia ou, de qualquer forma, em antropologia social, o que os praticantes fazem é etnografia” (GEERTZ, 1978, p. 15). E a etnografia é uma prática e um resultado, fixado em texto, não se tratando, em absoluto, de uma questão de métodos. Como frisa o autor, ao definir etnografia, “[...] não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento (GEERTZ, 1978, p. 15).

Percebe-se, portanto, entre os pesquisadores, posturas diferentes quanto à forma de nomear o processo de produção de pesquisas de caráter etnográfico, cujo resultado final, em forma de texto, é também denominado de etnografia⁴. Assim é que mesmo entre antropólogos podemos encontrar afirmativas conflitantes. “Etnografia não é método, toda etnografia é também teoria”, diz Peirano (2014, p.

4 Fato ressaltado por Jacobson (1991), em sua obra voltada especificamente à discussão do texto etnográfico.

383), enquanto outro antropólogo brasileiro afirma que “Etnografia é método e não mera ferramenta de pesquisa, pronta, que se pode usar de qualquer maneira” (MAGNANI, 2012, p. 175). Embora conflitantes quanto à forma de nomear o processo de produção de etnografias, ambos afirmam a mesma coisa: que não se pode dar o título de etnografia a toda pesquisa que se valha de procedimentos e técnicas que fazem parte do *métier* do antropólogo. É neste sentido, também, que Uriarte (2012) relata a surpresa de outra antropóloga, Mariza Corrêa, diante da referência indiscriminada que se faz à etnografia, propagando-a para diferentes áreas do conhecimento, e à forma como se torna praticamente consenso a ideia de que “todos podem fazer etnografia” (URIARTE, 2012, p. 2).

Ainda quanto ao método, quero aqui destacar algumas afirmações importantes para a presente discussão. Em *O trabalho do antropólogo* (2000), Roberto Cardoso de Oliveira afirma que “à questão do método sempre acompanhou a busca da verdade” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 73). A obsessão pelo método e pela busca de objetividade está, para ele, tanto no pensamento de empiristas como no de intelectualistas (racionalistas). Para discutir esta questão nas ciências sociais, o autor remete ao pensamento de Durkheim, seu caráter conceitual, a busca de categorias como organizadoras da realidade. O recurso ao método, pelo qual se atinge a objetividade, diz o autor, é a forma de conferir cientificidade à Sociologia. Mas uma sociologia contemporânea, moderna, teria que dar conta da subjetividade. Lembremos que o autor escreve no final do século XX, quando o paradigma dominante na antropologia era o hermenêutico, que redundou no interpretativismo em antropologia. Assim, o autor busca aprofundar a reflexão em diálogo com a fenomenologia de Gadamer. Diz Cardoso de Oliveira que método, para Gadamer e sua hermenêutica, seria o “caminho para ir em busca de algo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 82): a verdade, ou, da perspectiva positivista, a certeza. Este ideal da certeza faz do método uma forma de “mensurar”, que o autor diz ser substituível por “descrever”, “avaliar” ou “explicar” em sua dimensão qualitativa. Cardoso de Oliveira coloca a compreensão como um substitutivo ao método e à busca da certeza. A hermenêutica ao confrontar a anulação da subjetividade e das pré-noções efetuadas pelo método, propõe a compreensão intersubjetiva que procura dar conta da significação não alcançada pelo método. Para o autor, na antropologia, este momento não metódico, é exatamente o do exercício da observação participante, durante o trabalho de campo. Ou seja, novamente temos a negação do estatuto de método à observação participante, ainda que autores como Clifford (2002) ou Caldeira (1988) insistam no contrário.

Entretanto, se Clifford (2002) considera a observação participante como um método, por outro lado, sua concepção de etnografia difere de todos os autores até aqui apresentados. Para o autor (CLIFFORD, 2002, p.43),

[...] é necessário conceber a etnografia não como a experiência e interpretação de uma outra realidade circunscrita, mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos.

Tudo isto nos mostra que a concepção sobre o que é etnografia, método ou não, tem uma história que acompanha o desenvolvimento da própria disciplina. Isto porque esta concepção varia no tempo e na relação com os paradigmas dominantes em cada período. Houve momentos, como em seu início como disciplina acadêmica e até os anos 1970, em que ela esteve comprometida com uma visão positivista, quando fazer etnografia era a busca da verdade e da explicação. Em outros momentos, mais próximos do nosso presente, como as duas últimas décadas do século passado, quando foram questionados os paradigmas comprometidos com verdades absolutas e a explicação, cedeu lugar à compreensão. A síntese sugerida por Cardoso de Oliveira foi um intento de antropólogos como Sahlins (1990), mas pode-se ainda considerá-la como um projeto inacabado.

Mas voltemos aos clássicos para verificar como se formulou a proposta metodológica inicial e as possíveis relações entre etnografia e método a fim de melhor entender os deslizes contemporâneos acima apontados. A etnografia, que na etimologia do termo significa, aproximadamente, “estudar e escrever sobre outros povos e raças”, ocupou lugar de destaque na antropologia com a publicação da obra *Argonautas do Pacífico Ocidental*, resultado das pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1978), após extensos e intensivos períodos de investigação antropológica entre os nativos das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, entre os anos 1914-18. A obra firmou os pressupostos metodológicos da disciplina, quais sejam: a necessidade de longo tempo de permanência entre os povos estudados, o exercício da observação continuada e detalhada do modo de vida nativo e de todos os pormenores da vida cotidiana, vivendo entre os nativos por longo período e falando sua língua, procedimento que ao longo do tempo converteu-se na observação participante, mas também a sistematização dos dados coletados em campo e seu cuidadoso tratamento analítico, que deveriam resultar no texto etnográfico. Todas estas etapas, procedimentos e técnicas de pesquisa compõem a sua proposta metodológica. Desde então, estas proposições orientam a prática dos antropólogos e o fazer etnográfico, embora, se concordarmos com as afirmações de Peirano, Magnani e Uriarte, tal empreitada não se resume aos aspectos técnicos e metodológicos da pesquisa antropológica, muito menos ao que se possa entender, hoje, por etnografia.

Tendo em vista o exposto, fica claro que a proposta metodológica de Malinowski (1978) segue os cânones do racionalismo científico. O relato etnográfico deve ser como o de qualquer ciência dura como a física ou a química: expor detalhadamente os processos, as condições sob as quais se realizaram as observações e a forma como foram feitas as medidas e se chegou a determinadas conclusões. Há também a afirmação de um compromisso do pesquisador com a teoria (no caso, a teoria antropológica). O etnógrafo, munido de um vasto arsenal de dados, quadros sinóticos, genealogias, mapas etc. “prova” a existência das organizações nativas, “demonstra” como se constitui a tribo, os clãs, o comportamento nativo etc. Ou seja, assim como nas ciências positivas, o etnógrafo estabelece “todas as leis e regularidades que regem a vida tribal” (MALINOWSKI, 1978, p. 24), na totalidade de seus aspectos. A formulação de quadros sinóticos ele denomina de “método de documentação estatística por evidência concreta” (MALINOWSKI, 1978, p. 27). Vale

destacar que Malinowski faz referência constante a métodos e instrumentos ideais para o levantamento, sistematização e análise de dados, bem como a descrição e apresentação dos resultados, mas nunca se refere a método etnográfico. Na verdade, ele apresenta uma metodologia e discrimina uma série de métodos e técnicas que o antropólogo deve seguir. Senão vejamos: ele, em seu texto, faz referência ao “trabalho etnográfico”, à “pesquisa etnográfica”, ou “pesquisa de campo”, às vezes à “pesquisa etnográfica de campo”, ao “etnógrafo de campo”, aos “métodos indutivos”, à “observação”, ao “documento etnográfico” (referindo-se a certo tipo de dados que resultam num documento), ao “método de apresentação de dados concretos sob a forma de quadros sinóticos”, às “regras e regularidades”, ao “comportamento dos nativos”, ao “diário etnográfico” e aos “mergulhos na vida nativa”. Mas, vale ressaltar, ainda que a proposição de Malinowski fosse dotar a antropologia de método, em nenhum momento ele propõe um método etnográfico.

Em uma obra anterior àquela em que afirma que etnografia não é método, Peirano (1995, p. 17) diz que, “embora a pesquisa de campo caracterize a disciplina, ela não é a meta final do antropólogo”. Este estaria muito mais comprometido com os problemas postos à disciplina, com as revisões teóricas e conceituais, com o intuito de que estudos particulares iluminem questões mais gerais que compõem as preocupações centrais da disciplina. Neste sentido é que Gonçalves (2016), em um texto reflexivo sobre a temática aqui desenvolvida, parte do princípio de que um estudo etnográfico se define inicialmente em relação à disciplina antropologia, que tem como categoria fundante a alteridade. Esta centralidade da alteridade fica ainda mais clara nas proposições de Fabian (2013), que a ela resume todo o projeto antropológico, mostrando ter sido a partir desta relação que a disciplina estabeleceu seu objeto. Não apenas o recorte empírico, mas os problemas teóricos e metodológicos e os conceitos centrais na produção de um conhecimento específico. Mais ainda, diz Peirano (1995, p. 18), “[...] o progresso da antropologia consiste em substituir pouco a pouco determinados conceitos (sociológicos ou não) por outros, mais adequados porque mais abrangentes, mais universais [...]”, ou seja, ela afirma que é na produção das etnografias que o conhecimento antropológico vai se acumulando; saberes que as monografias atualizam constantemente, ao mesmo tempo que persistem como fonte desse acervo antropológico de conhecimento sobre o Outro e sobre a disciplina em si mesma.

É neste sentido que, para ler a proposta metodológica de Malinowski, é preciso conhecer os pressupostos do paradigma funcionalista e, no presente, relativizar a noção de totalidade que orienta a mais clássica dentre as monografias antropológicas. É preciso relativizar esta e outras noções, como a possibilidade de tornar-se nativo, ou mesmo a posição de inferioridade em que o nativo era colocado, como não capaz de visualizar seu modo de agir e pensar, para Malinowski só apreensível pelo antropólogo. Ou seja, uma leitura de Malinowski sem um conhecimento da teoria antropológica pode produzir um desastre na prática da pesquisa. O mesmo se pode dizer de Evans-Pritchard, cuja etnografia, *Os nuer*, revela o comprometimento com o paradigma funcional-estruturalista, uma concepção específica de fazer antropologia, cuja centralidade é o conceito de sociedade, organização social e a posição dos indivíduos na estrutura social. Vale destacar

que Evans-Pritchard, além de se preocupar em dotar a antropologia de método, punha em primeiro plano as proposições teóricas do antropólogo. E, por fim, como entender as distinções que Lévi-Strauss realiza entre etnologia, etnografia e antropologia, sem estar a par da sua proposta estruturalista, dos objetivos centrais de sua antropologia na busca de universais?

Para Lévi-Strauss (1975), para quem há uma separação entre etnografia, etnologia e antropologia, a etnografia corresponde aos primeiros estágios da pesquisa antropológica, com a realização do trabalho de campo, observação e descrição; o estudo etnográfico é aquele que resulta dessa experiência pessoal com um grupo restrito. A etnografia engloba os métodos e as técnicas relacionados ao trabalho de campo, com classificação, descrição e análise. A etnologia caminha em direção à produção de uma síntese – é um prolongamento da etnografia; a antropologia social ou cultural elabora uma última etapa de síntese, valendo-se dos dados da etnografia e etnologia, vislumbrando generalizações e formulação de leis. Mas são etapas de uma mesma pesquisa. Para o autor, a primeira ambição da antropologia é “atingir a objetividade, inculcar seu gosto e ensinar seus métodos” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 404); “a segunda ambição da antropologia é a totalidade” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p.406). O autor se refere à ideia de sistema e à construção de modelos em busca de um universal; a terceira ambição, a da significação, para ele, estaria ligada à ideia de sistema, dado que o significado é apreensível pela linguagem, pelo sistema semântico (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 410).

Tudo isto é o oposto ao colocado pelo paradigma hermenêutico em antropologia, a proposta interpretativa de Clifford Geertz (1978). Para este autor, etnografia é o que fazem os antropólogos: “ele inscreve o discurso social: ele o anota” (GEERTZ, 1978, p. 29); ele fixa o significado dos acontecimentos, não o acontecimento em si. Neste sentido, a etnografia é uma “descrição densa” (GEERTZ, 1978, p. 15) e não se trata de uma questão de método ou técnicas e processos pelos quais se obtém os dados. Trata-se, sim, do “esforço intelectual” (GEERTZ, 1978, p. 15) que representa o fazer etnográfico e seu relato em texto. Fica claro, portanto, o não compromisso com verdades ou certezas: a etnografia é uma interpretação dentre outras possíveis; a rejeição aos modelos explicativos que levam às generalizações – a etnografia é um empreendimento microscópico com voos teóricos de pequena dimensão. Nota-se que, em Geertz, a etnografia é mais claramente direcionada ao resultado do fazer etnográfico, o texto que expõe uma descrição densa, capaz de destrinchar a complicada rede de estruturas simbólicas e apreender os significados expressos durante a pesquisa de campo.

Neste mesmo sentido seguirá o pensamento de Jacobson (1991), em sua obra escrita no momento em que o texto etnográfico, bem como a prática etnográfica que o produziu, foram postos em questão. Curiosamente, foi este o momento também em que a etnografia começou a se popularizar e adentrar diferentes espaços disciplinares. Jacobson (1991) inicia seu livro com a afirmativa de Geertz de que etnografia é aquilo que é produzido pelos antropólogos, e, ainda, que para os antropólogos uma etnografia é o relato do comportamento de uma cultura particular, resultado de um trabalho de campo, salientando, ainda, que “uma monografia etnográfica é frequentemente chamada de etnografia” (JACOBSON, 1991, p. 1). Mas, considera

o autor, esta leitura deixa muitos pontos relevantes de fora, dentre eles que toda etnografia envolve interpretação, seleção de dados, em acordo com modelos teóricos, e isto pressupõe questões e problemas particulares, interpretação e perguntas relacionadas a essa problemática, como também dados colhidos em torno desse problema e os argumentos construídos, pois, para ele, é importante considerar que “uma etnografia constrói um argumento” (JACOBSON, 1991, p. 2). Então, é preciso avaliar o conteúdo dos argumentos. Ademais, uma etnografia, para ele, apresenta não apenas uma descrição, mas uma interpretação de um pesquisador sobre os dados que ele coletou, ou seja, há uma dimensão autoral e até autobiográfica na construção de etnografias, com o que também concorda Fabian (2013).

Etnografia e avaliação de políticas públicas: o diálogo possível

Após o exposto, é hora de nos perguntarmos que implicações teriam estas diferentes considerações sobre a etnografia para aqueles que pretendem nela se inspirar para produzir avaliações de políticas públicas. Em primeiro lugar, torna-se necessário verificar as formas como a etnografia adentra a área de avaliação de políticas públicas; em segundo lugar, é preciso refletir sobre a real possibilidade de se produzir etnografias nessa área de estudos.

Um dos autores que, no caso brasileiro, mais vem orientando a avaliação de políticas públicas é Raul Lejano, cuja obra, *Parâmetros para análise de políticas*, traduzida para o português em 2012, teve boa aceitação, sobretudo no meio acadêmico⁵. Sua proposta de análise e avaliação de políticas, que ele situa como pós-construtivista, consiste na elaboração de um modelo experiencial que, como o nome já evoca, funda-se na experiência dos sujeitos. Trata-se de uma proposta fundada na noção de processo, com foco na ação e no aprendizado e ênfase no contexto. O autor não se vale do termo etnografia, mas sim *descrição densa*, que, para os antropólogos convergentes com o pensamento de Geertz, só se realiza como etnografia. A proposta do autor, entretanto, é outra: ele se vale da noção de *descrição densa* para propor uma análise de políticas mais próxima da experiência, mais ampla e multidimensional. Para tal propõe, ainda, o emprego de diferentes técnicas e processos de coleta de dados, assim como, também, a produção de diversos tipos de dados que possam ser posteriormente integrados na análise com recurso à metodologia de “*mixed methods*”⁶. Poderíamos concluir que a forma como está sendo utilizada a noção de *descrição densa*, sendo que para Geertz etnografia é isto, uma *descrição densa*, representa para a antropologia a mesma “banalização da etnografia” anteriormente evocada? Ainda que o autor não proponha a realização de etnografias, técnicas como a observação participante são previstas na obra e é óbvio que, se *descrição densa*

5 Em especial cito o Curso de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) como grande propagador da perspectiva desse autor.

6 Trata-se de metodologia que propõe o cruzamento de dados quantitativos e qualitativos, conhecida no Brasil como triangulação de dados. A esse respeito, ver Creswell e Clark (2007).

se refere ao relato de uma experiência etnográfica, sente-se a esse respeito alguns incômodos na leitura do texto, que soam como ruídos, como algo nada harmônico para os ouvidos de um antropólogo.

Para que tenhamos uma melhor compreensão desses usos da etnografia, sobretudo quando ela é entendida como método, vale a pena nos debruçarmos um pouco mais detidamente sobre dois artigos, fruto de pesquisas na área da saúde, que tomam como foco central a etnografia.

O primeiro autor, Savage (2000), publicou o artigo *Ethnography and Health Care* em um dos mais importantes periódicos internacionais da área de medicina, o BMJ, originalmente *British Medical Journal*. Primeiramente, o autor reconhece que não existe uma interpretação padrão sobre o que é a etnografia. Acertadamente, observa que o termo não é um substitutivo para pesquisa qualitativa em geral ou um caminho para descrever resultados de pesquisas baseadas em entrevistas semiestruturadas, como muitas vezes, e erroneamente, é pensado; está ciente, ainda, de que para muitos pesquisadores o que define a etnografia é o uso da observação participante. Até este ponto parece que concordamos todos com Savage. Dentre os problemas, entretanto, está a afirmação de que o termo pode ser aplicado ao mesmo tempo para designá-la como uma metodologia e para denominar os resultados apresentados. Mais preocupante, ainda, é a afirmação de que “a etnografia pode ser usada num estágio de pré-desenho da pesquisa e pode gerar questões para a pesquisa que podem ser seguidas por outras metodologias” (SAVAGE, 2000, p. 1). Este último ponto desqualifica totalmente a etnografia, tal como ela é entendida pelos antropólogos, mesmo considerando todas as divergências dentro do campo da antropologia. Considerar a etnografia como um método e, mais ainda, que pode ser “usado” não para realizar uma pesquisa completa, mas para fazer inferências que ajudem a desenhar outra proposta de pesquisa, parece realmente algo esdrúxulo. Mas, com efeito, este é um procedimento comum na área de avaliação de políticas públicas, em uma vertente mais positivista, em que os dados qualitativos e/ou a pesquisa de campo figuram como parte de uma fase preliminar da investigação, servindo como base para a montagem de indicadores ou ajuste da proposta de pesquisa, que acaba por ser desenhada recorrendo a métodos quantitativos de análise⁷.

O segundo artigo, de autoria de Goodson e Vassar (2011), intitulado *An Overview of Ethnography in Healthcare and Medical Education Research*, segue a mesma linha de raciocínio quanto ao entendimento da etnografia como um método de estudos localizado em uma única área, largamente dependente da observação participante e entrevistas. Define o uso da etnografia também como um recurso subsidiário para a pesquisa que se desenvolverá recorrendo a métodos quantitativos. Dentre as situações possíveis estão: i) para definição do problema de pesquisa, quando este não está claro (como uma pesquisa exploratória); ii) identificar participantes da situação em estudo; iii) classificar o conjunto de locais onde a situação ocorre; iv) explorar fatores associados com o problema em estudo; e, v)

7 A esse respeito ver Holanda (2006, p. 268).

documentar um processo. Apresenta como fatores limitantes da etnografia a longa duração necessária à pesquisa em razão do período de observação participante, realização e trato das entrevistas; as dificuldades para generalização, uma vez que se trata de estudos feitos em apenas um local ou área; os custos mais altos da pesquisa e a subjetividade inerente à pesquisa baseada na interpretação da experiência cultural.

Nos dois textos acima referidos, fica evidente que a forma como a etnografia adentra o âmbito de outras disciplinas acadêmicas é preocupante, dado que deturpa os sentidos originais não apenas de termos, mas de práticas precursoras e nucleares da antropologia.

Após o apresentado, tomemos para reflexão a seguinte questão: é possível elaborar etnografias na área de avaliação de políticas públicas?

Se nos fixarmos nas colocações feitas pelos antropólogos brasileiros que escreveram sobre o tema da etnografia, diríamos que sim, desde que o pesquisador tivesse uma formação sólida na disciplina, dispusesse de tempo e condições suficientes para realizar uma pesquisa intensiva e de longo prazo sobre a política ou programa sob avaliação e por meio dessa avaliação discutisse questões centrais ao debate antropológico, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina.

Em primeiro lugar, a formação. Realizar etnografias em avaliação de políticas públicas, fazer entrevistas, o que e como observar. Isto demandaria a leitura sistemática de monografias antropológicas, como asseveram Peirano (2014) e Magnani (2012), a apreensão dos temas e questões próprios ao entendimento da alteridade, o domínio de conceitos, o diálogo com autores da área. Ora, seria então impossível ao não antropólogo fazer etnografia? Tudo indica que sim, pois, evidentemente, esta seria uma tarefa muito difícil. A menos que tivéssemos antropólogos contratados pelas instâncias governamentais ou de pesquisa para atuar na dimensão qualitativa das avaliações e que lhes fosse dado um tempo maior do que comumente se exige quando se trata de avaliações de interesse governamental. Porque, de fato, não se faz um estudo etnográfico em poucos meses de pesquisa. A área da antropologia é formada por intelectuais das mais diferentes formações disciplinares, é fato, mas que dedicaram, posteriormente, um largo período de suas vidas à formação em antropologia, como a realização de pós-graduação na área.

Mas talvez a questão seja: em que medida a prática etnográfica pode inspirar os avaliadores de políticas públicas de forma que eles possam inserir em suas pesquisas avaliativas a pesquisa de campo intensiva (outro grande problema, já que dificilmente ele terá como cumprir um tempo largo em campo), a entrevista em profundidade, aberta, rica em variáveis não previamente imaginadas, assim como estratégias metodológicas, como a análise situacional, que orientam a análise de eventos como comemorações, assembleias e reuniões. E quanto a tal proposta, entendo que para alcançá-la não é necessário nem desejável que se busque a realização de uma etnografia.

Quando Malinowski propôs uma metodologia própria para o estudo de outras sociedades, portanto de uma perspectiva antropológica, ele a formulou a partir de métodos e técnicas de pesquisa já utilizados por diferentes áreas do conhecimento, até mesmo as áreas duras como a física e a química. Os pressupostos científicos eram os mesmos e o paradigma funcionalista também a eles se adequava.

Estamos em outro momento, evidentemente. Os paradigmas positivistas, ainda que perseverem nas ciências duras, sofrem vários abalos e abrem flancos por onde se inserem a interdisciplinaridade, a subjetividade, a dimensão cultural, levando até mesmo as ciências médicas a incorporarem outros saberes às suas práticas.

Mas há um aspecto bem mais problemático para a tentativa de se fazer etnografias na área da avaliação de políticas públicas, pois o pressuposto de que avaliar é emitir um julgamento (SILVA, 2008; HOLANDA, 2006) colide frontalmente com a perspectiva relativista da antropologia em face da alteridade, o pressuposto de que sua tarefa é entender a lógica do Outro sem julgá-la a partir de seus próprios referenciais⁸. A única possibilidade, então, de se fazer etnografias de avaliação a partir de uma postura antropológica seria propor que avaliar deve ser a compreensão da política e não um julgamento sobre ela⁹. Mas ainda nos deparamos com outro problema, que diz respeito aos princípios éticos cobrados profissionalmente do antropólogo, em especial os que dizem respeito “à garantia de que a colaboração prestada não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2012), a garantia ao acesso desses sujeitos aos resultados da pesquisa e o respeito aos seus códigos culturais, bem como o direito de correta e detalhada informação sobre “o significado do consentimento informado em pesquisas realizadas no campo da saúde” (ABA, 2012)¹⁰. Ou seja, como garantir que esses pressupostos que orientam toda a prática etnográfica sejam respeitados por pesquisadores insuficientemente formados e informados no campo da antropologia?

A contribuição do diálogo interdisciplinar à avaliação de políticas públicas

No Brasil, Rodrigues (2008) faz uma tentativa de diálogo interdisciplinar entre a área de avaliação de políticas públicas e o campo da antropologia. Ciente de que autores do campo da avaliação, sobretudo nos Estados Unidos, valiam-se de abordagens interpretativas, inspirados nas formulações do antropólogo Clifford Geertz, apresenta uma proposta metodológica que ficou conhecida como *avaliação em profundidade*, composta de quatro eixos analíticos: análise de conteúdo, análise de contexto, trajetória institucional e espectro temporal e territorial.

Ao definir *avaliação em profundidade* por seu caráter interdisciplinar e multidimensional, pela amplitude e densidade analíticas, evidentemente Rodrigues (2008) estava propondo um diálogo com a antropologia, considerando a positividade de sua contribuição aos estudos na área, mas, ao mesmo tempo, não moldava a

8 A respeito da noção de relativismo vide, por exemplo, Levi-Strauss (1976) e Geertz (2001).

9 Em Rodrigues (2008), afirma-se que as diferentes abordagens de avaliação podem ser agrupadas em duas propostas distintas “uma que entende a avaliação como ‘medida’ e outra que privilegia o sentido de avaliação como ‘compreensão’”(RODRIGUES, 2008, p. 11), concluindo que os resultados de uma avaliação são radicalmente diferentes dependendo da abordagem que se adote.

10 Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 24 out. 2015.

avaliação à etnografia, no sentido amplo referido nos tópicos anteriores deste artigo. Inclusive, a autora faz as devidas ressalvas ao recurso ao método etnográfico como proposto por autores da área da avaliação, em razão do extenso debate existente na área da antropologia sobre o estatuto da etnografia, desde a sua definição até a abrangência analítica (RODRIGUES, 2008).

Assim, considera Rodrigues que realizar uma *avaliação em profundidade* não pode se restringir aos aportes interpretativos em busca da significação, via Geertz, como propõe Gussi (2014). Isto porque é preciso, sobretudo para a área de avaliação de políticas públicas, considerar os limites da abordagem geertziana ao se restringir à busca de significados. A esse respeito, Rodrigues (2004) expõe seu entendimento da etnografia não apenas como imersão em uma particularidade e sua posterior descrição detalhada com interpretação dos significados, mas como um empreendimento que envolve interpretação, descrição e análise, como enfatiza Jacobson (1991).

Neste sentido, uma pesquisa na área de avaliação de políticas públicas pautada na *avaliação em profundidade* deve, sim, atentar para os significados dados à política pelos sujeitos e documentos oficiais, mas esta é apenas uma parte da tarefa, bastante útil sobretudo no trato do material coletado para a análise de conteúdo e reconstrução da trajetória da política. No entanto, para a análise de contexto, apreensão do modelo político econômico e social que sustentou a política, mapeamento e análise da sobreposição de políticas, apreensão das redes de atores locais e dos conflitos e interesses em jogo, outros instrumentais são necessários.

A depender da especificidade de cada política ou programa estudado e da situação empírica em questão, a necessidade de aplicação de questionários pode ser fundamental, ou a realização de grupos focais, oficinas de elaboração de cartografias sociais, estudos de caso. No caso de conflitos socioambientais, paradigmas como o da ecologia política podem ser altamente profícuos – este diálogo interdisciplinar já ocorre dentro do próprio campo da antropologia¹¹. E entendo que esta abordagem metodológica da ecologia política possa também orientar conflitos sociais que não envolvam questões ambientais.

Ou seja, há muito ainda a desenvolver a partir da proposta inicial de *avaliação em profundidade*, além dos esforços já empreendidos no sentido de melhor esclarecê-la¹² e da percepção de novas possibilidades de agregar métodos adequados a diferentes situações, bem como as suas possibilidades de articulação. Mas é um diálogo possível.

A título de conclusão

O esforço reflexivo levado a efeito no presente artigo buscou fornecer elementos para a compreensão dos limites e possibilidades de uma proposta de pesquisa etnográfica na área da avaliação de políticas públicas. Para tanto,

¹¹ A esse respeito ver Little (2006).

¹² Ver Rodrigues (2011, 2013).

procedeu-se primeiro a uma abordagem sobre os debates contemporâneos na área da antropologia, sobre o tema da etnografia, e, em seguida, uma sondagem sobre a forma como a etnografia tem adentrado contemporaneamente outros campos disciplinares. Por fim, apresentamos os principais óbices a esta proposta e as possibilidades de diálogo entre antropologia e avaliação de políticas públicas.

Dentre as principais constatações, vimos que, entre os próprios antropólogos, ao menos no caso brasileiro, há uma imprecisão na definição do que seja etnografia. Vimos também que as concepções de etnografia em outras disciplinas, como a área de análise e avaliação de políticas públicas, no campo da ciência política (LEJANO, 2012), e na área da saúde, tendem a limitar a etnografia a um método que pode ser utilizado apenas na parte preliminar da pesquisa, o que sugere uma visão completamente equivocada da etnografia.

Desta forma, percebe-se a necessidade de promover uma reflexão mais acurada sobre as distinções entre etnografia e métodos de pesquisa qualitativa e, considerando-se que este diálogo interdisciplinar, ainda que profícuo, refere-se a uma empreitada processual que se aprimora à medida que novas pesquisas vão se concretizando dentro de novas perspectivas metodológicas e analíticas, como é o caso da *avaliação em profundidade*, acima referida, ressalta-se que, independente de qual seja a abordagem, não se trata apenas de se valer de um arsenal metodológico já estabelecido, como é o caso da etnografia, e sim de desenvolver, inspirados nesses e em outros arcabouços teórico-metodológicos, uma metodologia qualitativa própria para a avaliação de políticas públicas.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ABA. **Código de ética do antropólogo e da antropóloga**. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=3.1>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- AUGÉ, Marc. **Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação**. São Paulo: Ed. da Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.
- AUGÉ, Marc; COLLEYN, Jean-Paul. **Que es la antropología**. Buenos Aires: Paidós, 2012.
- CALDEIRA, Teresa P. R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos - CEBRAP**, São Paulo, v. 21, p. 133-157, 1988.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O lugar – e em lugar – do método. In: _____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. da Unesp, 2000, p. 73-93.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002.
- CRESWELL, John W; CLARK, Vicki L. P. **Desegning and conducting**. Mixed methods research. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2007.
- FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Anti anti-relativismo. In: _____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 47-67.

- GOLDMAN, Márcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.
- GONÇALVES, Alicia F. Etnografia, etnologia & teoria antropológica. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 44, p. 247-261, jan./jun. 2016.
- GOODSON, Leigh; VASSAR, Matt. An overview of ethnography in healthcare and medical education research. **Journal of Educational Evaluation for Health Professions**, v. 8, n. 4, p. 1-5, 2011.
- GUSSI, Alcides F. Avaliação de políticas públicas sob uma perspectiva antropológica. In: VALENTE, Heloísa de Araújo D.; PRADOS, Rosália Maria N.; SCHMIDT, Cristina (Orgs.). **A música como negócio: políticas públicas e direitos do autor**. São Paulo: Letra e Voz, 2014. p.19-29.
- GUSSI, Alcides F.; OLIVEIRA, Breyner R. The cultural dimension of public policy evaluations: an anthropological approach. **Evaluation Connections**, n. especial, p. 12-13, sep. 2016.
- HOLANDA, Nilson. **Avaliação de programas: conceitos básicos sobre avaliação "ex-post"**. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC, 2006.
- INGOLD, Tim. Antropologia *não* é etnografia. In: _____. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 122-146.
- JACOBSON, David. **Reading Ethnography**. New York: State University of New York Press, 1991.
- LEJANO, Raul. **Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino. In: _____. **Antropologia estrutural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975, p. 368-406.
- _____. Raça e História. In: _____. **Claude Lévi-Strauss. Seleção de textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. 51-93. (Col. Os Pensadores).
- LITTLE, Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.
- _____. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa que se pode usar de qualquer maneira. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 169-178, 2012.
- MALINOSWKI, Bronislaw. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dois nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).
- MINAYO, Maria Cecília S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- _____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. **Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **AVAL**, Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, ano 1, n. 1, v. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.
- _____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Caos**, Revista eletrônica de Ciências Sociais, [online], João Pessoa, n. 17, p. 55-53, abr. 2011.

_____. Avaliação de políticas e programas sociais: princípios teórico-metodológicos para uma avaliação em profundidade. In: FLORENCIO, Ana Maria G.; DIÓGENES, Elione Maria N.; CAVALCANTE, Maria do Socorro A. de O. (Orgs.). **Políticas públicas e estado capitalista: diferentes olhares e discursos circulantes**. Maceió, AL: Edufal, 2013. p. 69-78.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAVAGE, Jan. Ethnography and health care, **BMJ**, v. 321, p.1400, 2000.

SILVA, Maria Ozanira S. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA, Maria Ozanira S. (Org.) **Pesquisa avaliativa, aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luis, MA: GAEPP, 2008. p. 89-177.

SPERBER, Dan. **O saber dos antropólogos**. Lisboa: Ed. 70, 1992.

URIARTE, U.M. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe 11**, Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP, [online], São Paulo, n. 11, 2012. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/300>>. Acesso em: 22 de maio de 2013.

VICTORA, Ceres G.; KNAUTH, Daniela R.; HASSEN, Maria de Nazareth A. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

YANOW, Dvora. Reading as Method: Interpreting Interpretations. In: SCHATZ, Edward (Ed.). **Political ethnography: What immersion brings to the study of Power**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine. **Interpretation and method: empirical research methods and the interpretive turn**. New York: Routledge, 2015.

Recebido em 29/12/2016

Aceito em 20/07/2017

Entrevista

**OLHARES E EXPERIÊNCIAS SOCIOLOGICAS PORTUGUESAS:
entrevista com João Teixeira Lopes ¹**

***PORTUGUESE SOCIOLOGICAL PERSPECTIVES AND
EXPERIENCES:
interview with João Teixeira Lopes***

José Roberto Feitosa de Sena*
Giovanni Boaes**



Português nascido em Angola, filho de um “retornado” de esquerda, professor da Universidade do Porto/Portugal, tendo se tornado o mais jovem catedrático do país, João Teixeira Lopes é um dos nomes mais atuantes da sociologia lusitana na atualidade. Realizou seu percurso no Porto, onde desenvolve maior parte de seus estudos multitemáticos e em pluriperspectiva, prezando pela perícia acurada sem negligenciar o engajamento político de seu fazer sociológico. Muito influenciado pela sociologia disposicionalista francesa, tem como referências indispensáveis Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, deste último tem aplicado com frequência a metodologia dos retratos sociológicos em vários de seus trabalhos. Coordenou equipes

em diversas pesquisas e publicou vários livros com resultados empíricos de suas investigações. Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia – APS, a segunda maior do mundo em número de associados, professor João, como é chamado por colegas e alunos, é um ser humano simples, simpático e atencioso, apesar das inúmeras tarefas que assume. Orienta muitos estudantes, portugueses e estrangeiros. No âmbito de sua vida político-partidária, representou o Bloco de Esquerda como deputado à Assembleia da República entre 2002-2006. Sua atuação relevante na Europa lhe rendeu muito reconhecimento e alguns prêmios e distinções como galardão “Chevalier des Palmes Académiques” pelo Governo francês em 2014.

1 Entrevista realizada na tarde do dia 13 de novembro de 2017 no gabinete do Prof. Dr. João Teixeira Lopes. Faculdade de Letras (Bloco B), Universidade do Porto. Porto, Portugal. Foto: José Roberto e Prof. João Teixeira, da esquerda para a direita.

* Doutorando em Sociologia pela UFPB/Brasil. Bolsista do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE/CAPES entre setembro e dezembro de 2017 na Universidade do Porto/Portugal. E-mail: joserobertosena86@gmail.com

** Professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGS/UFPB/Brasil. Doutor em Sociologia pela UNESP/Brasil. E-mail: giboaes@gmail.com

Born in Angola, the son of a leftist “returned”, teacher at the University of Porto/Portugal, João Teixeira Lopes is one of the most active names in Lusitanian sociology today. He completed his course in Oporto, where he develops most of his multi-thematic and pluriperspective studies, emphasizing his expert knowledge without neglecting the political engagement of his sociological work. Much influenced by French dispositional sociology, Pierre Bourdieu and Bernard Lahire are indispensable references, of which he has frequently applied the methodology of sociological portraits in several of his works. He coordinated teams in several surveys and published several books with empirical results from his investigations. President of the Portuguese Association of Sociology - APS, the second largest in the world in number of associates, Teacher João, as he is called by colleagues and students, is a simple human being, friendly and attentive, despite the numerous tasks that he assumes. He guides many students, Portuguese and foreigners. In the context of his party-political life, he represented the Left Bloc as a Member of the Assembly of the Republic between 2002-2006. His relevant performance in Europe earned him much recognition and some awards and distinctions as a “Chevalier des Palmes Académiques” award by the French Government in 2014.

José Roberto Sena: *Fale de sua trajetória social, origem familiar, percurso escolar e a que atribui seu interesse pela sociologia.*

João Teixeira Lopes: Minha mãe era funcionária pública, teve apenas 9 anos de escolaridade e meu pai era um responsável do contencioso no sindicato, tinha frequência universitária. Posso dizer que sou de uma família da pequena burguesia, com uma característica interessante, o meu pai tinha um elevado capital cultural, apesar do capital escolar não ser coincidente, uma vez que nunca teve curso universitário completado, mas era alguém que tinha uma cultura muito ampla, muito virada para as ciências sociais e com uma excelente biblioteca, chegou a vendê-la duas vezes por que precisou de dinheiro, reconstituiu sempre grandes bibliotecas mesmo depois das vendas. Vivemos sempre sem nenhum tipo de luxo, sem nenhum tipo de poupança, porque o que meus pais ganhavam, salários médios, eram gastos com as despesas habituais. Uma particularidade também é que eu nasci em Angola, enquanto ainda era colônia portuguesa. Regressei a Portugal um pouco antes da independência de Angola. Retornados, eram assim denominados os portugueses colonos que regressaram após a independência. Um regresso que se deu em condições muito difíceis porque esses países estavam em guerra conosco, havia a chamada guerra colonial. Mas esses retornados, a maior parte, eu diria quatro quintos, sempre foram muito conservadores no aspecto político, eram antirrevolução, antidescolonização e muito saudosistas em relação ao passado colonial. A minha família não, o meu pai era membro do Partido Comunista Português (PCP) antes de ir para Angola e aos 20 anos fez parte de movimentos estudantis clandestinos, esteve preso, e em Angola, fazia parte do Movimento Popular de Libertação do país (MPLA). Portanto, sou um retornado, mas de uma família de esquerda, isso foi absolutamente marcante.

José Roberto Sena: *Por que seu pai foi para Angola?*

João Teixeira Lopes: Meu pai foi pra lá porque meus avós já tinham ido, como ele não acabou o curso aqui em Portugal, foi trabalhar em Angola como empregado de escritório. Minha mãe foi para Angola com 4 anos de idade porque meu avô também decidiu ir e levar a filha e os irmãos todos. Meu avô era despachante oficial, mas, mesmo em Angola, nunca vivemos com luxo, nunca tivemos propriamente riqueza acumulada, mas vivíamos, apesar de tudo, com mais folga do que depois do regresso a Portugal. Mas essa singularidade é muito interessante porque os retornados são muito reacionários, isto é, tendem sempre a ocultar os fenômenos do racismo, tendem a ocultar toda repressão que se abateu com a colonização e meu pai lutava contra o regime, contra a ditadura em Portugal e contra a sua faceta colonizadora em Angola. Teve, aliás, contato com muitos intelectuais angolanos que hoje são escritores conhecidos, como Luandino Vieira, que fazia parte de um círculo em Luanda que combatia o regime. Meu pai conta que, a certa altura, quando arrebetam os primeiros movimentos que foram particularmente violentos, as primeiras revoltas foram brutais, isto é, houve mortes mais ou menos indiscriminadas de colonos brancos. E, entretanto, em Luanda, antes da vinda dos primeiros soldados daqui de Portugal, as milícias de brancos começaram a organizar-se e na empresa do meu pai queriam dar-lhe uma arma e dar-lhe funções, e ele recusou terminantemente, não faria, pois isso era contra o seu modo de pensar em relação ao colonialismo, apesar de, nessa altura, a revolta desse grupo ter sido muito violenta.

José Roberto Sena: *Com quantos anos veio a Portugal?*

João Teixeira Lopes: Com 5 anos vim a Portugal, fiz todo meu percurso aqui no Porto, nas escolas públicas. Fui sempre bom aluno e sempre muito virado para as ciências sociais, inicialmente para a história e depois, no 11º ano, ou seja, 2 anos antes de entrar na faculdade, tive uma professora de filosofia que dava a cadeira de sociologia e que dava de uma forma empolgante, apesar de não ser uma conhecedora de modo aprofundado, porque era filósofa, muito virada para o debate, para análise dos documentos, para o sentido crítico da análise social. A partir daí, disse-lhe, eu não quero história, eu quero a sociologia. Foi muito importante essa influência e entrei em sociologia com a nota de entrada mais elevada e também concluí o curso com notas altas. Candidatei-me ao concurso de assistente estagiário, coisa que já não existe mais, mas que na altura, em 1992, a carreira universitária iniciava por aí. Assistente estagiário era aquele que tinha uma licenciatura e não tinha mais nada, isto é, fiz todos os degraus na carreira acadêmica,

enquanto hoje, muitos só podem iniciar com doutoramento. Fiz mestrado e passei para professor assistente, fiz um doutoramento e passei para professor auxiliar e fiz avaliação para professor catedrático. Muito cedo, aos 39 anos, fui o professor catedrático mais jovem do país, ainda hoje sou o mais jovem professor catedrático de Portugal na área da sociologia. Por razões institucionais, o curso de sociologia é um curso novo, surgiu aqui na Universidade do Porto, em 1985, e isso para mim foi muito importante porque eu sempre procurei ganhar autonomia o mais rapidamente possível, não vejo ser catedrático como exercício de poder ou de autoridade sobre meus colegas, não tenho nenhum tipo de exercício ritualizado de poder, nem faço valer o meu poder acadêmico a não ser em exercícios de rotina como membro de júri e outras atividades, mas, de fato, não ativo exercícios ritualizados de poder, é uma questão também de orientação ideológica. O ser catedrático me trazia autonomia para decidir os temas da minha pesquisa, autonomia para fazer as minhas intervenções científicas e extracientíficas e no fundo a capacidade de me libertar das tendências alienantes do trabalho. Isso me deu uma motivação muito grande para eu fazer rapidamente meu percurso acadêmico.

José Roberto Sena: *Quais são os temas hoje de interesse da sua pesquisa?*

João Teixeira Lopes: Eu tenho uma grande aversão à hiperespecialização em sociologia e acho que nós devemos sempre comunicar, em nossas pesquisas, com o corpo central da teoria social, ou seja, eu posso fazer uma pesquisa sobre juventude, mas eu nunca posso deixar de refletir sobre os conceitos de agência e indivíduo, de disposição, de reprodução, de reflexividade etc. Ou seja, o que parece é que muitas vezes ao enveredamos por questões de carreira por interesses de competição e de distinção dentro do campo acadêmico, esquecemos o trabalho coletivo que existe no campo científico, a cumulatividade que existe nesse campo e a necessidade de dialogarmos constantemente com a rede de teorias e conceitos que formam a sociologia contemporânea. Eu tento fazer sempre isso, portanto a minha preocupação não é tanto disputar com os especializados, é mais de dialogar com o centro, com *core* das teorias sociológicas através de material empiricamente produzido, isto sim. Eu tenho trabalhos publicados na sociologia da juventude e da educação juntando as duas áreas². Minha tese de mestrado³ é claramente neste

2 COSTA, António. Firmino da; LOPES, João Teixeira ; CAETANO, Ana. **Percursos de estudantes no ensino superior**. Lisboa: Mundos Sociais, 2014.

3 LOPES, João Teixeira. **Tristes escolas**: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano. Porto: Afrontamento, 1997.

domínio, tenho trabalhos da sociologia da cultura e muito particularmente na formação de públicos, ou seja, uma sociologia da cultura orientada para políticas públicas e orientada para aquilo que se chama o alargamento e a formação de público (apesar de a formação, essa palavra ter um caráter que pode ser muito etnocêntrico e paternalista, mas não é este caso). Eu procuro observar a formação do público sobre a égide da democracia cultural e do reconhecimento dos vários tipos de legitimidade cultural. Tenho também estudos na área dos museus, na área das desigualdades sociais e das classes sociais, estudos na área de movimentos migratórios e na área do gênero⁴ também, mas sempre com a preocupação de não cair no fechamento, no gueto, no culto da hiperespecialização.

José Roberto Sena: *A sociologia em Portugal é considerada por muitos autores como uma disciplina tardia, tendo florescido com a Revolução de abril de 1974. Como avalia a evolução recente da sociologia em Portugal?*

João Teixeira Lopes: Isso é inteiramente verdade, ela surgiu muito tarde porque havia um contexto ditatorial que era muito pouco propício ao surgimento do curso de sociologia. Havia algumas cadeiras do curso de sociologia em Évora e havia algumas cadeiras de sociologia também em Lisboa junto ao Gabinete de Investigações Sociais - GIS, mas na verdade não havia um curso autônomo de sociologia. Mas o fato de ter surgido tardiamente teve suas vantagens, a sociologia portuguesa escapou, em boa medida, das querelas científicas que paralisam o debate, a querela agência e estrutura, a querela indivíduo e sociedade ou a querela consenso e conflito, aquelas aporias que não nos permitem avançar no conhecimento científico. Isso aconteceu porque sua entrada institucional foi tardia e sendo possível com isso colher os frutos do avanço científico em várias plataformas internacionais. Por isso eu costumo dizer que apesar de ter sido tardia, a sociologia portuguesa foi menos sectária, mais aberta ao mundo, mais aberta às múltiplas influências, à pluralidade teórica e mesmo à pluralidade metodológica, isso é um ganho enorme. Nós não temos aqui, acho que isso é justo dizê-lo, apenas as leituras do mundo francófono ou apenas as leituras do mundo anglo-saxônico. Sempre fomos muito abertos às múltiplas influências e isso aumentou, creio eu, a riqueza da sociologia portuguesa.

⁴LOPES, João Teixeira *et al.* Gênero e música eletrônica de dança: experiências, percursos e “retratos” de mulheres clubbers. **Sociologia: problemas e práticas**, Lisboa, n. 62, p. 35-56, 2010.

José Roberto Sena: *O senhor tem uma atuação relevante nos meios institucionais acadêmicos e culturais, é um defensor aberto do Porto e o direito à cidade, tem uma militância política-ideológica e partidária, tendo inclusive sido candidato por duas vezes em eleições majoritárias. Como vê o papel do sociólogo frente à política? Decorre dessa visão o seu engajamento político? A sociologia tem uma função social direta?*

João Teixeira Lopes: Eu acho que a sociologia não tem necessariamente um papel de intervenção social direta, acho que nenhum sociólogo deve ser, entre aspas, compelido a fazer alguma intervenção pública e política direta ou como militante ativista, agora, também me parece que é impossível ser sociólogo e não ser atento àquilo que são as desigualdades sociais nas suas mais diferentes formas, não só as de classe, mas também as de gênero, as de etnia e as de orientação sexual. Acho que é impossível ser um bom sociólogo e ser racista ou sexista, acho que isso é uma contradição absoluta para a boa atividade sociológica. Não estou dizendo que o sociólogo seja uma espécie de deus livre de qualquer preconceito, ele está mergulhado no mundo dos preconceitos e nos quadros culturais de uma dada sociedade, mas ele tem ferramentas suficientes para exercitar constantemente uma vigilância epistemológica sobre si próprio e sobre as formas como esses preconceitos podem afetar a sua produção científica e sobre a forma de combatê-los. Mesmo que isso seja um combate contínuo, não se pode dizer que este combate está ganho de uma vez por todas.

Dito isto, esta sensibilidade sociológica que Wright Mills chama “a imaginação sociológica” é a capacidade de ver para além das fachadas oficiais, a capacidade de desocultar os fenômenos para além daquilo que é a sua linguagem tal como é definida pelas instâncias de poder. Sua capacidade de contextualizar, relacionar, de imaginar o social. Isso é uma tarefa que não é diretamente política, mas é eminentemente política, não é diretamente política porque o seu fim primeiro não é ação política, mas, sem dúvida nenhuma, que ela transporta em si um poder de transformação daquilo que são as instituições sociais e da própria organização social. Bourdieu falava muito do “ofício do sociólogo” como um alguém que tem o prazer de desiludir e eu acho que ele tem razão. Desiludir as aparências, de desiludir as verdades feitas, de desiludir os clichês oficiais, de desiludir tudo isso, mas acho que ele também tem um potencial de construção muito grande, embora, enquanto cientista social, ele não tem necessariamente que fazer ação política direta. A sua melhor ação política pode e deve ser a de fazer uma boa, rigorosa e sólida sociologia, mas uma boa, rigorosa e sólida sociologia atenta aos preconceitos e atenta às desigualdades. Isso é um contributo político enorme. Agora o sociólogo é também alguém que pode exercer um papel

social na sociedade, no meu caso, a sociologia acadêmica é um papel social entre outros, eu tenho tido ativismo político muito frequente, muito sistemático. E aí assumo algumas das disposições que me fizeram sociólogo e mais outras disposições que não têm necessariamente a ver de uma maneira direta com a sociologia, embora o diálogo entre os papéis sociais se faça muito facilmente. Eu acho que a ação política direta se alimenta muito, no meu caso, do meu trabalho como sociólogo e acho que meu trabalho como sociólogo também vai buscar muita inspiração em muitos exemplos de trabalhos de terreno (campo) para minha ação política.

José Roberto Sena: *No âmbito das classes sociais em Portugal, o senhor coordenou dois estudos sobre as relações de classes e as desigualdades. Um sobre a burguesia⁵ e outro sobre as classes populares⁶. A que conclusões chegou nesta relação?*

João Teixeira Lopes: Em primeiro lugar, à profunda desigualdade que existe na sociedade portuguesa. Somos uma sociedade fortemente desigual em que o fosso entre a burguesia e as classes populares é muito acentuado em várias dimensões: na dimensão econômica, e nesta dimensão, aquilo que diz respeito ao rendimento, ao salário, mas também, por exemplo, na dimensão política medida pela distância face ao poder, na dimensão cultural analisada pela dificuldade de acesso aos bens culturais. Mas tanto num caso quanto no outro, para além de termos quantificados, chegamos à conclusão de que como é intrincada a computação das elites nomeadamente no que diz respeito às relações entre poder econômico e poder político. Uma análise de redes nos permitiu perceber quais os mecanismos através dos quais o capital político se converte em capital econômico e o capital econômico se converte em capital político, mas também, em terceiro lugar, no que diz respeito às classes populares. O nosso livro chama bem atenção para a existência, por um lado, de práticas de afirmação, momentos e contextos em que as classes populares conseguem exprimir valores autónomos, linguagens próprias, visões do mundo emancipadas, e, por outro lado, momentos de dominação em que a sua linguagem é a linguagem do dominante e em que a sua organização do mundo está formatada pelas lógicas da dominação. Mas essa atenção é muito interessante senão vamos cair em opostos atores, vamos ver apenas o dominante e esquecer que há todo um trabalho de resistência, de

5 LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; COSTA, Jorge. **Os burgueses:** quem são, como vivem, como mandam. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

6 LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO Lígia. **As classes populares:** a produção e a reprodução da desigualdade em Portugal. Lisboa: Bertrand, 2017.

adaptação muito grande das classes populares, ou então, vamos esquecer que elas são, digamos, um ator, num jogo de ação que as remete para uma posição subalterna. A subalternidade comporta sempre uma tensão entre resistência e afirmação e no nosso livro mostramos isso em múltiplos exemplos, como o caso da música pimba ou no futebol, ou ainda, inclusivamente, nas práticas alimentares. Vamos a todos os terrenos que é outra questão que eu prezo, que é importante. As classes sociais manifestam-se sob múltiplas formas, nos contextos em que elas estão ativas, podemos ir a vários contextos e não ficar em um único contexto, não podemos, por exemplo, ficar só no contexto da relação de trabalho ou salarial ou da relação de empresa até porque as classes populares muitas delas estão fora do universo laboral, como os desempregados de longa duração, como os intermitentes e por isso não podemos fazer uma análise das classes sociais apenas pela ótica da centralidade do trabalho, é preciso encarar outras dimensões.

José Roberto Sena: *Neste livro, tanto na música pimba quanto nas torcidas de futebol, nesta relação entre ser incorporada pelos interesses da classe dominante e a resistência frente a esses interesses, tive a impressão que eles são muito mais incorporados pelo interesse dominante do que resistentes a ele. Tive uma leitura equivocada?*

João Teixeira Lopes: É verdade! Não é que seja um *a priori* de nossa parte, é o resultado da análise do material empírico. Isto é em particular no caso da música pimba. Surge um debate entre os intelectuais a considera-la como um gênero que deve ser encarado sem nenhum tipo de juízo de valor, daí entrou-se numa espécie de terreno niilista, num terreno em que não há avaliações de gosto, não há juízos estéticos e não há sequer uma indagação sobre as condições de produção social da música pimba ou sua reprodução. Eu acho que isso é de uma ingenuidade terrível, como é que eu advogo qualquer tipo de estigma a partir de juízos de gosto? As construções de gosto são evidentemente um dispositivo de luta social, nunca o sociólogo deve entrar com armas e munições para alimentar a guerra social sobre categorias distintivas, mas não deve ser ingênuo, deve tentar perceber como a indústria cultural penetra a música pimba de uma forma que torna claramente subalterna sua expressão cultural, não só em toda indústria do espetáculo, mas desde logo até na panóplia de temas que fazem parte do imaginário popular do pimba. Nesse aspecto, nós somos muito adornianos, muito próximos de uma visão crítica das indústrias culturais, mas em outros aspectos do livro nós mostramos também resistências, adaptações e tensões, mas aí é o material empírico que nos obriga a chegar a essa conclusão.

José Roberto Sena: *Seus estudos de classe, tanto o da burguesia quanto o das classes populares se assemelham muito a dois importantes estudos de classe de um sociólogo brasileiro, Jessé Souza. São o “batalhadores”⁷ e a “Ralé brasileira”⁸. Parecem-me abordagens muito semelhantes inclusive no que se refere à perspectiva contextualista e disposicionalista em escala individual orientada pela sociologia francesa.*

João Teixeira Lopes: Sem dúvida é alguém com quem nos identificamos muito, embora não tenha nenhum contato pessoal, não conheci, mas os livros dele nos fornecem relevante contributo e inspiração. Nós estamos elaborando uma trilogia, vamos fazer um terceiro livro abordando as classes médias portuguesas, vamos fazer uma análise marxista da classe média portuguesa. Nós somos marxistas, não um marxismo no sentido canônico ou dogmático do termo, nem no sentido de fechamento dos quadros teóricos, o fato de ser marxista não significa que não advogo pela pluralidade teórica, mas tenho uma visão que procura ver os fenômenos sociais não apenas como fenômenos sociais de classe, mas, em geral, os sintomas e a expressão das relações de exploração, das relações de desigualdade e de luta.

José Roberto Sena: *O senhor tem três livros publicados sobre processos migratórios em Portugal⁹. Como enxerga os problemas migratórios atuais em seu país e no mundo?*

João Teixeira Lopes: Portugal foi, por muito tempo, o país da emigração e depois, nos anos de 1990, com alguma prosperidade econômica, com a entrada na União Europeia e com a chegada de contingentes significativos não só da África, mas também dos antigos países da esfera soviética, Portugal passou a imaginar-se como um país da imigração. Mas um olhar atento aos números, mostra-nos que nunca deixamos de ser o país da emigração. Entramos no século XXI, em particular, com os sintomas da crise econômica, e rapidamente o caráter histórico e estrutural da emigração portuguesa

7 SOUZA, Jessé. **Batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2012.

8 SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

9 LOPES, João Teixeira. **Geração Europa?** Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para a França. Lisboa: Mundos sociais, 2014.

LOPES, João Teixeira; GOMES, Rui Machado (Coord.). **Fuga de cérebros:** retratos da emigração portuguesa qualificada. Lisboa: Bertrand, 2015.

LOPES, João Teixeira; GOMES, Rui Machado. (Coord.) **Entre a periferia e o centro:** percursos de emigrantes portugueses qualificados. Série Investigação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

voltou com força, embora agora com novas configurações, isto é, se nós olharmos para a emigração portuguesa verificamos que ela tem caráter pouco qualificado, mas tem características de novidades. Apesar dessa generalizada pouca qualificação há um quinto de emigrantes que podemos chamá-los de, com todas as aspas, 'cérebros' (as aspas porque é uma palavra que pode criar um estigma como quem migra não tem cérebro, mas vou utilizar esse termo para me referir ao perfil qualificado) que, embora minoritário, aumentou muito junto com o número de jovens e a feminização dos emigrantes. Em certa medida, eu estudei isso como o novo perfil da migração, pois o perfil mais popular já tem uma forte e consolidada intervenção de estudos da sociologia portuguesa. Percebi que os mais qualificados emigravam para computar as transições, a transição para a vida adulta, a transição para o trabalho, a transição para o casamento e para uma família própria e autônoma, coisa que em Portugal viam como difícil de acontecer devido às dificuldades econômicas e uma espécie de convivência forçada entre as gerações que a crise tem obrigado à sociedade. Neste estudo observamos também processo de transferências de capital por meio da imigração, há duas formas de transferência de capital saindo de Portugal: um por meio do pagamento da dívida em que obviamente o país está altamente manietado às condições que os credores impuseram e o outro, o capital humano que nós formamos e que vai para os países do centro da Europa. São duas formas de empobrecimento do país e que contribui para o seu caráter periférico.

Portugal é uma plataforma da migração. Isto é, voltamos a ser um país emigratório, mas continuamos a receber também imigrantes e, portanto, Portugal é uma plataforma entre três continentes, a América, a África e a Europa, e é uma plataforma giratória. Ou seja, a um sistema migratório em que Portugal é muitas vezes o início do percurso, em outros, pode ser o fim ou etapa do percurso migratório, tem essa característica de distribuir para os vários continentes.

José Roberto Sena: *Os jornais têm noticiado aqui em Portugal um recente e volumoso processo imigratório de brasileiros decorrente da crise econômica que o Brasil está passando. Isso tem se multiplicado muito nos últimos meses, e Portugal tem sido escolhido por muitos aspectos como o clima, o custo de vida, a segurança, a lusofonia entre outros aspectos motivadores e afinidades culturais. Como observa essa integração migratória que vem reaproximando esses países na contemporaneidade?*

João Teixeira Lopes: É verdade. Portugal é um país cujos estudos internacionais e as pesquisas empíricas têm mostrado que tem como característica possuir boas práticas de integração e não temos em Portugal uma extrema-direita orgânica, nenhuma

xenofobia orgânica, mas atenção, há em Portugal racismo e há também em Portugal racismo contra brasileiros, e em particular contra as mulheres. E a hipersexualização das mulheres brasileiras é claramente uma forma de sexismo e racismo, isso acontece em Portugal, por isso eu gosto de ver sempre as duas faces da moeda; sim há boas práticas de integração, mas há também fenômenos, em boa medida, não posso dizer que são sistemáticos ou alagados, de racismo.

José Roberto Sena: *O senhor coordenou uma densa pesquisa sobre os percursos e as práticas culturais de jovens estudantes universitários, no que tange aos perfis socioculturais estudantis, quais as conclusões da pesquisa?*

João Teixeira Lopes: Uma das principais conclusões é de que, para além das desigualdades de acesso ao ensino superior e das desigualdades de sucesso, há também desigualdades de percurso, isto é, ao olharmos para aquilo que é a diacronia das histórias de vida e olhando para aquilo que são os próprios circuitos de escolarização, percebemos como e quando são formadas disposições que depois se convertem ou não em sucesso escolar. Só essa perspectiva de percurso é que nos permite ter essa visão. Podemos perceber que o sucesso escolar de um estudante se deve ao fato de sua família, apesar de muito pobre, ter ética ascética em relação aos estudos, no que diz respeito à cultura escolar em que falar dos estudos, dos sacrifícios e da disciplina escolar era algo corrente em casa. E que aparece alguém da família, um parente ou até o vizinho que inculcou gosto pelos estudos e ao se perceber que isso começou a ter, ao longo do percurso, influência na escolha dos grupos de pares, influência nos métodos de estudo, influência até nas escolhas das escolas, influência na ligação da relação com os tempos livres e na construção das identidades juvenis, vemos como o percurso é fundamental para entender o ensino superior. Muitos estudos sobre estudantes universitários cometem o equívoco de estudá-los apenas na medida em que ingressam na universidade ou no momento atual do inquérito sem considerar esse percurso.

José Roberto Sena: *O senhor poderia falar um pouco sobre Associação Portuguesa de Sociologia – APS e a sua importância?*

João Teixeira Lopes: A Associação Portuguesa de Sociologia é a segunda maior associação de sociologia do mundo, a maior é americana, nós temos cerca 2.500 sócios. É uma associação com longa tradição em Portugal. Ela tem uma característica singular, faz uma união entre sociólogos acadêmicos e sociólogos dito profissionais, não está limitada ao campo acadêmico. Sempre privilegamos vários perfis profissionais,

neste momento temos como prioridade a sociologia no ensino secundário porque há cada vez menos estudantes que observam a sociologia como uma alternativa e a maior parte dos professores sequer possui formação em sociologia. Por isso estamos a formar, nós próprios, alunos nos nossos cursos para oferecer às escolas sessões tipo *workshops* sobre o olhar sociológico sobre o mundo, sobre a perspectiva sociológica. Achamos que é a melhor maneira de criar competências, quem sabe até dispositivos de compreensão das sociedades contemporâneas. Isso é um dos aspectos que estamos a fazer, temos também uma revista de sociologia *online* que se caracteriza por ser uma revista indexada com regras, mas muito aberta aos jovens pesquisadores, temos também feito congressos intercalares sobre questões profissionais, sobre a intervenção local do sociólogo e temos os nossos congressos de dois em dois anos feitos em pontos diferentes do país, onde a grande comunidade se reúne, mas sempre com essa preocupação, académicos e não académicos a refletir sobre a sociedade.

José Roberto Sena: *O senhor tocou no assunto que me fez lembrar o Brasil que é a questão da sociologia no ensino médio. Sociologia e Filosofia no ensino médio foram conquistas consolidadas pós-ditadura. Recentemente o Governo Michel Temer propôs uma reforma que retira a obrigatoriedade de tais disciplinas do currículo básico escolar, representado, segundo muitos especialistas das Ciências Sociais e da Educação, um retrocesso. Com se dá o ensino de sociologia nos níveis básicos da educação em Portugal?*

João Teixeira Lopes: Ela existe como uma optativa, não é uma cadeira obrigatória, por isso, apenas cerca de 4 ou 5 alunos por turma é que escolhe a sociologia como uma disciplina optativa. Dito isto, os cursos de sociologia no ensino superior, apesar disso, preenchem sempre suas vagas, apesar dessa fraca oferta do secundário. Mas isso é uma preocupação, não tanto por uma questão corporativa, não quero discutir que os cursos de sociologia deveriam estar cheios, isso para mim não interessa muito, interessa aqui que as pessoas desenvolvam reflexividade sociológica e o poder de compreensão e de crítica que a sociologia inculca. E o olhar para o contemporâneo que a sociologia também propaga, isso é o que eu gostaria que acontecesse mais. No caso brasileiro, eu vejo com muita preocupação as ações desse governo, acompanhei bem o processo através de muitos amigos que lá tenho. Parece-me ser um caso muito nítido de tomada ilegítima do poder através de um golpe constitucional e que demonstra como as elites brasileiras não se dão bem com a democracia e que apesar do interregno social democrático que Lula trouxe, que o PT trouxe, com muitas contradições com muita corrupção, com muitas concessões, apesar disso é com esse interregno social democrático que foram possíveis algumas conquistas na esfera do consumo e na

integração de muitos brasileiros no acesso à educação (o que precisa ser observado de modo detalhado, uma vez que acesso à educação nem sempre se converte acesso ao mercado de trabalho), foi um período de alguma esperança, um interregno em que as classes elitistas não permitiram que continuasse e esse caráter oligárquico das elites brasileiras que é tão violento, é algo para mim que chama muito atenção. Eu gosto muito do Brasil, fui lá inúmeras vezes. Estou com saudades. O pai do Chico Buarque, o Sérgio Buarque de Holanda, falava do brasileiro como “*homem cordial*”. Sendo o homem de um país com o trato tão fácil, como nesse país há tanto preconceito? É um país em que as bundas estão expostas nas praias do Rio de Janeiro, mas é um país que é proibido se fazer *topless* por ser considerado atentado ao pudor. Eu tenho impressão que existe esse trato muito fácil, mas ao mesmo tempo os brancos da zona sul do Rio, por exemplo, tirando evidentemente os homens das favelas, já que são em áreas contíguas, mas em áreas residenciais não vemos tantos negros. A não ser os negros com a condição de babás, motoristas ou faxineiros, temos essa impressão de que a classe média branca do Brasil tenha empregadas domésticas o tempo inteiro e que paga tão pouco. Isso tem raízes evidentemente na colonização, tem raízes na sociedade escravagista e tem raízes também no sistema que perpetuou de forma muito violenta as desigualdades sociais e que agora chegou a um novo patamar, o patamar de uma fachada democrática que mascara a violência enorme sob um verniz democrático.

José Roberto Sena: *Quais os principais autores que influenciaram na sua formação intelectual?*

João Teixeira Lopes: Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, sem dúvida nenhuma; em certa medida, embora menor, Anthony Giddens; e, em Portugal, sociólogos como José Madureira Pinto, João Ferreira de Almeida e Antônio Firmino da Costa. Se eu tivesse que escolher algumas das minhas maiores influências, eu diria estas.

José Roberto Sena: *Muitos de seus trabalhos recentes em autoria e coautoria têm sido embasados na sociologia disposicionalista, especialmente por meio da teoria da pluralidade disposicional de Bernard Lahire e na perspectiva metodológica dos retratos sociológicos¹⁰ (tendo inclusive organizado um livro intitulado Registros do ator plural:*

10LOPES, João Teixeira. Retratos sociológicos: dispositivo metodológico para uma sociologia da pluralidade disposicional. In: TORRES, L. L. & PALHARES, J. A. **Metodologia de investigação em ciências sociais da educação**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2014. p. 99-112.

Bernard Lahire na sociologia portuguesa)¹¹. *Em que medida esse programa científico vem contribuindo para sua produção sociológica? Que tipo de modificações fez à metodologia dos retratos e se isso tem alguma implicação teórica no pensamento de Lahire?*¹² *A necessidade de ajustes remete-se à necessidade de crítica ou prolongamento?*

João Teixeira Lopes: Sem dúvida, eu acho que o Bernard Lahire recebe uma máxima do Philippe Corcuff, embora não a faça explicitamente, que é importante. Nós devemos ter em mente sempre o caráter de conhecimento acumulativo em que nada deve se desperdiçar. Nós também devemos fazer síntese do que nos precede e ao mesmo tempo pensar com a herança teórica e epistemológica, contra essa herança e para além dela. É um movimento dialético e eu acho que o Lahire faz isso muito bem, ele escreve sobre aquilo que é teoria disposicionalista e encontra influências em certos setores das ciências cognitivas, da psicologia, e, principalmente, em Pierre Bourdieu que é a sua maior inspiração, isso é indiscutível. Bourdieu, por sua vez, faz uma síntese altamente sofisticada de Marx, de Weber, de Durkheim, dos interacionistas, da etnometodologia, da história etc. Faz uma síntese magnífica criando um corpo original, mas que precisava de ser atualizado. Bourdieu olha muito para os grandes grupos, para as classes sociais, Lahire, por sua vez, achou que o indivíduo não deveria ser deixado fora da análise social. Por que a sociologia iria abandonar o indivíduo? Por que que o deixa para análise da psicologia ou do senso comum mais conservador? Não se deve achar, de maneira reducionista, que o indivíduo é plenipotenciário, dotado de livre arbítrio, senhor de si e, portanto, é responsável pelos seus próprios fracassos, ora, o indivíduo tem que ser analisado sociologicamente, procurando compreender como é que as sociedades contemporâneas produzem socialmente o indivíduo e como é que esse indivíduo é um processo que resulta das intersecções de múltiplos contextos de socialização ao longo do seu percurso. É isso que, aliás, os retratos sociológicos tentam resgatar através de entrevistas que pretendem precisamente uma visão holística sobre os diferentes contextos de socialização, portanto, uma linha diacrônica e uma linha sincrônica, agentes do contexto de socialização e fases da vida, com isso, percebe-se como algumas disposições foram se formando, percebe-se também como é que algumas surgem outras desaparecem, e, por fim, percebe-se ainda como é que há aplicações dessas disposições na vida dos indivíduos e também o porquê das contradições e dissonâncias. É preciso uma sociologia que constantemente

11 LOPES, João Teixeira. (Coord.) **Registos do actor plural:** Bernard Lahire na sociologia portuguesa. Porto: Afrontamento, 2012.

12 LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

estude não somente os grandes agregados, mas também o indivíduo; não só estudar a coerência, mas também a dissonância; não só estudar a homologia, mas também a contradição e perceber a complexidade que existe no fato de sermos indivíduos sociais de identidades singulares.

José Roberto Sena: *Em “Crescer e tocar na Orquestra Geração”¹³ o senhor apresenta perfis de jovens músicos em uma orquestra-escola com finalidades de inclusão social. Pensando em casos de países periféricos com baixos investimentos em políticas culturais e educacionais, como buscar alternativas?*

João Teixeira Lopes: Esta é uma boa alternativa. É inspirado em um caso da Venezuela, mas com adaptações à realidade portuguesa e que tem um método pedagógico muito próprio para tocar instrumentos em orquestra, e que, através dessa socialização de orquestra e dessa procura de tocar em conjunto, consegue criar nos jovens, disposições que são muito favoráveis em alguns aspectos da vida escolar e da vida profissional futura. Isto é, os jovens da orquestra-geração desenvolvem mais disposições no sentido de certa disciplina, num certo estar em conjunto, num certo regimento. A orquestra toca em sítios diferentes, ela vai às salas consagradas, a orquestra colhe a atenção da mídia e de pessoas que não são apenas do bairro onde as crianças moram e esta pluralidade de oportunidades de socialização que a orquestra oferece, a par destas competências de tocar em conjunto, de modo sincronizado e sintonizado é altamente favorável ao sucesso escolar. Sendo assim, a atividade em orquestra pode fazer com que muitos jovens possam redefinir os seus percursos, orientando-se para música ou ainda, orientando-se para outras profissões, bebendo na experiência da orquestra, fonte para disposições que o permitem escapar às malhas da exclusão social.

José Roberto Sena: *Em “A cidade e a cultura”¹⁴ o senhor discute sobre consumo e produção cultural urbana, tendo como estudo de caso a vivacidade cultural da cidade do Porto. Como avalia as dinâmicas culturais na contemporaneidade?*

João Teixeira Lopes: Entre as muitas características interessantes, estão as várias fontes de legitimidade cultural. Enquanto que há 30 ou 40 anos atrás a distinção entre

13 LOPES, João Teixeira; MOTA, Graça. (Orgs.) **Crescer e tocar na orquestra geração:** contributos para a compreensão entre música e inclusão social. Vila do Conde: Verso da História, 2017.

14 LOPES, João Teixeira. **A cidade e a cultura:** um estudo sobre práticas culturais urbanas. Porto: Afrontamento, 2000.

alta cultura, culturas de massas e cultura popular eram intransponíveis, pois havia uma hierarquia muito fechada, hoje assistimos a hibridações via trânsito e traduções que complexificam as apropriações. As hierarquias de gosto são redefinidas com apropriações mais complexas desde a lógica da dissonância cultural, que fala Lahire, isto é, indivíduos que, sendo de classes capitalizadas, gostam em certos momentos e em certos contextos da sua vida de gêneros musicais mais relaxados, ditos populares ou classes populares que apreciam gêneros e obras da cultura erudita. Isto configura uma pluralidade de agências de consagração, não são apenas os eruditos que classificam a cultura, não são apenas as academias que as classificam, há também a mídia, há também os movimentos sociais, as associações e grupos culturais, tudo isso criou certa deslegitimação do cânone erudito e uma pluralidade cultural. Outro aspecto é a tensão que é gerada na formação dos públicos que eu acho que muitas vezes é uma formação demasiadamente vertical. Setores da elite cultural tentam agir para docilizar e civilizar os públicos das classes populares, sobretudo os mais jovens, quando sua preocupação deveria ser, a partir da experiência dos próprios jovens ou dos próprios grupos sociais, abranger as possibilidades de conhecer códigos culturais diferentes para que então possam optar ou selecionar seus bens e participações culturais. Esse é o princípio da democracia cultural¹⁵, familiarização com códigos distintos para que possam escolher. A cultura erudita sempre definiu um espólio muito limitado de expressões culturais, as “obras da humanidade”, as grandes obras, aquilo que teria, em tese, mais importância, já a democracia cultural, pelo contrário, parte daquilo que são as experiências cotidianas e antropológicas, dos vários grupos, das várias culturas e subculturas, mas sempre com essa preocupação de que elas possam conhecer uma diversidade de experiências culturais e por isso é importante que a formação de públicos permita a familiarização com as obras mais variadas, ou seja, nada serve dizermos que somos a favor da democracia cultural se continuarmos a ter apenas expressões culturais elitizadas ou se o contato com obras culturais mais consagradas e legítimas foram apenas ocasional. Por isso, é muito importante o trabalho de animadores e facilitadores culturais e do trabalho comunitário permanente. A formação de públicos só faz sentido se for continuada, sistemática, essa é uma grande preocupação que eu tenho nesse livro “A cidade e a cultura” em que cidade do Porto se abre a uma pluralidade de formas culturais que vão muito para além da ideia de legitimidade cultural bourdieusiana.

15 LOPES, João Teixeira. **Da democracia à democratização cultural**: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público. Porto: Profedições, 2007.

José Roberto Sena: *Eu achei muito interessante como fundamenta teoricamente ao longo do livro e ratifica em forma de síntese, nas conclusões, que indivíduo simultânea e combinadamente pode estar inserido em contextos pré-modernos, modernos e pós-modernos no que tange aos gostos, consumos e comportamentos culturais.*

João Teixeira Lopes: Exatamente na altura eu não conhecia Bernard Lahire e ele ainda não tinha desenvolvido as suas obras, mas eu tinha, digamos, essa intuição. As intuições nunca surgem como uma maçã que cai da árvore e que desperta o que ninguém faria. As situações sempre surgem ao final de um labor muito grande e essa intuição surgiu por conta de um estudo denso. Na verdade, essa coexistência de assincronismos permite-nos perceber muito melhor a constituição do indivíduo e a subjetividade contemporânea¹⁶. Nós somos sempre o resultado de forças muito díspares, neste caso, num país como Portugal e numa cidade como o Porto, era nítido que em alguns grupos sociais essas influências se cruzavam, esses tempos se cruzavam e fatores de socialização pré-modernos se articulavam, muitas vezes com grande conflito, com fatores de socialização modernos e pós-modernos.

José Roberto Sena: *Em “A vida entre nós: sociologia em carne viva”¹⁷ e em suas publicações mais recentes com outros autores o senhor aborda sobre a sociologia do indivíduo focada no relato do sujeito e suas experiências diversas, afirma ainda que pretende dar voz aos sujeitos e tornar a sociologia um instrumento público aberto aos leitores em geral. Como a sociologia pode colocar os atores no palco da interpretação social?*

João Teixeira Lopes: Este livro faz parte de uma sociologia experimental em que nós procuramos, com grande economia de palavras, mostrar que a sociologia se interessa pelos significados e interpretações que os atores sociais atribuem às suas vidas. Howard Becker no seu livro *Outsiders*¹⁸ diz que não faz sentido uma sociologia em que o cidadão não se veja, não faz sentido que eu esteja a estudar músicos de jazz, que faça um estudo sobre ele, sobre sua subcultura e que depois esses músicos de jazz achem que o que eu escrevi é completamente estranho à sua experiência. Eu acho que isso realmente não faz sentido, também não faz sentido que os músicos de jazz achassem

16 LOPES, João Teixeira. Subjetividade plural no mundo contemporâneo. **Cronos**: Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, v.13, n. 1, p. 81-88, jan./ jun. 2012.

17 LOPES, João Teixeira; AMÂNDIO, Sofia; ABRANTES, Pedro (Coords.). **A vida entre nós**: sociologia em carne viva. Porto: Deriva, 2016.

18 BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

que o estudo era completamente fiel a sua experiência. Porque existe um princípio de não consciência das práticas, nós não temos consciência de tudo que fazemos, de tudo que somos e de todos os sentidos de nossas experiências, pois muito nos escapa, não temos a reflexividade onisciente e por isso somos capazes, em tantas vezes, de cair em erros e preconceitos ou de não ter a verdade sobre as nossas práticas. Não podemos cair também no oposto racionalista de achar que a sociologia é só para acadêmicos e que deve ser estranha em sentido aos próprios atores da vida cultural. Este livro foi uma tentativa de aproximar a sociologia dos atores através da metodologia de retratos sociológicos que precisamente tentam interpretar interpretações, tenta interpretar aquilo que são os sentidos que os indivíduos conferem as suas próprias histórias de vida.

José Roberto Sena: *Como vê a situação do Brasil hoje em termos de produção sociológica?*

João Teixeira Lopes: A produção sociológica no Brasil é de uma riqueza extraordinária, não só pela diversidade regional, mas também pela diversidade institucional e por uma rede de apoios que o governo do Partido dos Trabalhadores criou para investigação científica. Há milhares de temas que são tratados e analisados sobre uma miríade de perspectivas e de pontos de vista. É uma sociologia muito rica com muito trabalho de campo, claro que toda essa riqueza e toda essa panóplia tem que ser também devidamente traduzida em pontos de situação de estado da arte, em síntese, quiçá fará falta no Brasil algum trabalho de síntese sobre o que vai sendo produzido. Mas é uma sociologia fecunda, muitíssimo estimulante e além do mais muito ligada também aos movimentos sociais, ao trabalho de terreno (campo) etc. Algumas delas, se calhar, deveriam estar mais distantes dos movimentos sociais, nesse aspecto. Eu sou completamente contrário ao positivismo e à ilusão do objetivismo, sei que não há neutralidade, não é possível nem é desejável ter neutralidade, mas também acho que é preciso distinguir entre a produção sociológica com cânones e regras científicas e aquilo que é uma produção sociológica militante e ativista. Acho que elas devem ser explicitadas, se eu devo fazer sociologia para servir aos movimentos sociais, eu devo dizer isto, não a fazendo passar por uma sociologia acadêmica, acho que no Brasil nem sempre há essa distinção, eu vejo um monte de estudantes e até de colegas que não fazem essa devida distinção, nem assumem os seus pressupostos com medo de perder em legitimidade científica. O que eu vejo são teses engajadas e militantes, muitas pelas quais eu, inclusive, simpatizo política e ideologicamente, mas em relação aos quais eu gostaria que fossem mais rigorosas, pois eu acho que só pode ser feita uma boa sociologia e uma sociologia potencialmente emancipadora com o uso de

procedimentos metodológicos que atendem às normas e certos rigores científicos. Contudo, de maneira geral, a sociologia brasileira é riquíssima e prolífera, com uma densidade de trabalhos muito maior até que a sociologia portuguesa. Eu tenho muitos amigos em várias áreas com quem tenho trabalhado como Maria da Graça Setton (que também segue Lahire), com a Maria Alice Nogueira (na área de educação), e o Juares Dayrell (a sociologia da juventude), com os colegas da Universidade de São Paulo, como Guilherme Magnani. Tenho aprendido bastante com a riqueza das experiências de campo e a riqueza de perspectivas que a sociologia brasileira vem produzindo.

José Roberto Sena: *Professor, finalizando, gostaria de lhe agradecer – em meu nome e em nome do professor Giovanni Boaes, que me ajudou a pensar a pauta da entrevista – sua disponibilidade para nos repassar informações tão estimulantes. E por último, que mensagem deixaria aos sociólogos brasileiros?*

João Teixeira Lopes: Algo que o Michael Burawoy diz sobre os sociólogos, devemos encarar uns aos outros como companheiros, acho que deve existir uma consciência comum de pertencimento ao patrimônio intelectual. Na sociologia tem muita crítica emancipadora, mas que também tem muito obscurantismo, a sociologia já serviu a causas não nobres, acho que essa consciência comum e esse posicionamento de lutarmos contra as fatalidades através da nossa produção rigorosa, lutarmos contra as naturalizações, lutarmos contra as formas de imaginação do social que hoje acontece no conservadorismo contemporâneo é uma tarefa que nos deve fazer sempre companheiros, eu diria que sociólogos de todo o mundo uni-vos.

Recebido em 31/01/2018

Aceita em 31/01/2018

Resenha

**TURISMO, ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL:
diálogos entre saberes e fazeres**

***TOURISM, PROTECTED AREAS AND SOCIAL INCLUSION:
dialogues between knowledge and action***

Adriana da Rocha Silva Dutra*

IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andrea; COSTA, Helena Araújo (Orgs.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres.** Rio de Janeiro: Ed. Folio Digital; Letra e Imagem, 2015, 292p.

Com o intuito de promover reflexões críticas sobre a temática, a obra *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogo entre os saberes e fazeres* orbita sobre reflexões interdisciplinares no processo de construção das políticas públicas relacionadas à inclusão social, por meio de diálogos com a prática do turismo em áreas de proteção ambiental.

O livro foi produzido por pesquisadores e profissionais especializados de reconhecimento nacional e internacional que compõem a Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social – TAPIS. É um desdobramento da ação de fomento à publicação da Rede, voltada à produção de um arcabouço teórico produzido a partir de um diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, visando contribuir de forma a aproximar a teoria da prática neste relevante segmento nos cenários nacional e internacional como uma das estratégias para a conservação da biodiversidade e cultura local.

Vinculada ao Grupo de Pesquisa em Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social, GAPIS/Lattes CNPq, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Rede TAPIS foi criada em 2005. Formada por professores universitários, pesquisadores de pós-graduação, gestores públicos e interlocutores da sociedade civil, surge de questionamentos em relação às funções da universidade e seu papel social “potencial como liderança no processo de construção coletiva e difusão de conhecimento qualificado para a sociedade” (IRVING *et*

* Presidente do Conselho Municipal de Turismo da cidade de Bom Jardim, Rio de Janeiro/Brasil. Especialista em Turismo Sustentável pelo CEFET-RJ/Brasil. E-mail: adrianarochaeducpatrimonial@yahoo.com.br

al., 2015, p. 29) e do reconhecimento do tema como uma das estratégias para o desenvolvimento na América do Sul.

Atua balizada por cinco linhas de ações: a) fomento à publicação; b) comunicação (site e fórum virtual); c) capacitação; d) institucionalização do processo e parcerias; e e) realização de encontros presenciais inerentes à relação turismo, natureza, cultura e inclusão social, com intuito de colaborar com a reflexão e a ação responsável em áreas protegidas. Bem como, contribuir para o mapeamento e o intercâmbio de boas práticas na atualidade, fortalecendo o diálogo interdisciplinar e interinstitucional com base na temática.

Dividido em oito capítulos escritos por diversos autores membros da Rede, os quais trazem um debate pertinente diante das tendências da atividade turística e dos impactos nas dimensões sócio-cultural-econômica, político-ambiental na contemporaneidade relacionados à prática do turismo em Unidades de Conservação – UC's.

Com a participação de diversas instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Paris 1, entre outras, a Rede promove um diálogo interdisciplinar e interinstitucional entre gestão pública, movimentos sociais e a academia em relação à prática de um turismo responsável dentro das UC's no país e América do Sul, visando novos horizontes para o planejamento na atividade turística, onde a mesma pode ter um papel relevante na conservação da biodiversidade e para a inclusão social.

Neste cenário contemporâneo, o posicionamento promovido pelos autores faz interlocução com a tendência crescente do turismo na América Latina e tamanha importância do setor para o Brasil.

É consenso entre os autores que a prática da atividade turística em Unidades de Conservação pode ser importante ferramenta na conservação da biodiversidade, se planejada sob as bases da sustentabilidade.

São recorrentes temáticas como da inclusão social, participação comunitária qualitativa, empoderamento desses atores sociais nas tomadas de decisão na construção de políticas públicas, uso de tecnologia social, educação ambiental e a necessidade de construção de um novo paradigma a partir do ecoturismo, turismo étnico, turismo rural e turismo de base comunitária (TBC).

Mesmo desenvolvido o TBC de maneira incipiente nas Reservas Extrativistas (um modelo de gestão particularmente brasileiro), ressalta-se um movimento de contracultura nesse universo avassalador do turismo de massa que se apresenta insustentável na atualidade, corroborando com as palavras de Zaoual quando diz “que [o turismo de massa] privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos” (ZAOUAL, 2008, p. 3 – grifos nossos). Inclui-se a apreensão do patrimônio natural enquanto atrativo e produto mercadológico.

Desta forma, o primeiro capítulo, escrito por Mattos, Rodrigues e Irving traz uma abordagem sobre a Rede TAPIS – Rede Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social criada para promover interlocuções entre academia, gestão pública

e movimentos sociais, destacando qual o papel da academia em todo esse processo de conservação e preservação nas unidades por meio da inclusão social. Tendo como papel social da Rede, a construção de saberes para além das pesquisas e extensão universitária conectadas a outras redes afins, vislumbrando fortalecimento para que possa intervir nas políticas públicas setoriais e difundir o conhecimento para a sociedade traduzindo o teórico ao prático.

No segundo capítulo, de autoria de Irving, é dado um enfoque ao turismo contemporâneo como representante do ser e existir da sociedade, pois

o turismo transcende o seu significado, a mensagem dos discursos simplistas do mercado. Mais do que um segmento da economia, representa uma via potencial para a transformação social e para a reflexão ética sobre valores, no contexto de uma sociedade em crise (IRVING, 2015, p. 51).

Como estratégia, a conservação da biodiversidade a partir de políticas públicas de inclusão social, através do turismo, pode representar qualidade de vida para os incluídos, atores sociais endógenos, quando consideradas as demandas locais juntamente com os programas de manejo dessas áreas protegidas.

Sendo assim, deixando de ser tais áreas um obstáculo ao desenvolvimento para a sociedade, mas um desafio na articulação entre atores sociais e poder público, além de adequação de infraestrutura e regulamentação de uso desses espaços, numa inovação na gestão que dialogue com tais indivíduos, o meio, suas inter-relações e desdobramentos, em se tratando do planejamento turístico.

Trazendo o discurso da inclusão para além do mercadológico, da geração de emprego e renda, mas sim pelas vias da justa distribuição de benefícios do desenvolvimento e da reafirmação do sentido de reconhecimento dentro da sociedade, a autora sinaliza tal posicionamento como uma das possíveis soluções do planejamento local, num processo de contracultura na perspectiva da sociedade contemporânea do ter.

Corresponsável, o turista é visto como protagonista e agente de transformação social através da prática do ecoturismo sustentável. Reforçando o sentido de pertencimento e a interculturalidade das identidades no lugar turístico, promovido pelo desejo do encontro entre identidades e com a natureza, uma troca subjetiva que dá, recebe e retribui.

Ao utilizar o termo *blindagem* das unidades de conservação, Irving sugere que essa proteção deve ser quebrada e a gestão deve ser compartilhada com a sociedade, promovendo a justa divisão de benefícios ressaltando a vulnerabilidade da atividade.

No contexto da discussão, ampliando a compreensão ao que remete à *blindagem*, a definição do manejo de proteção integral nas UCs pelo SNUC diz que é a

manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais [onde uso indireto é] aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2011, p. 5-6 – grifos nossos).

Portanto, *blindar* tais espaços à atividade humana, à inclusão social contraria “o próprio arcabouço legal brasileiro (BRASIL, 2000 e 2006) [que] assegura o protagonismo social no processo e, a necessidade de repartição justa dos benefícios decorrentes da biodiversidade, em consonância com a Convenção da Diversidade Biológica” (IRVING, 2015, p. 74).

A necessidade de planejamento adequado para minimização dos riscos revela a oportunidade ímpar para a atividade e a triangulação turismo, unidades de conservação e inclusão social que vem refletir essa possibilidade.

No terceiro capítulo, os autores Nascimento e Costa trazem uma abordagem relacionada ao processo de inclusão e exclusão da população local, ressaltando que um processo não exclui o outro, ou seja, ninguém está totalmente excluído ou incluído. Na verdade, se apresenta como uma dinâmica simultânea e articulada no espaço sócio-cultural-econômico e político-ambiental, num jogo de poder entre atores sociais envolvidos.

Ressaltam que essa problemática pode ser observada a partir do turismo. Destacam que a percepção é diversa da exclusão ou do seu processo, sinalizando sua subjetividade e que condições históricas, políticas e econômicas determinam as fronteiras desse limiar que se apresentam articuladas, imbricadas. Ou seja, um tipo de exclusão conseqüentemente acarreta outro, mas nenhuma pessoa está completamente excluída da sociedade. É a relativização da noção da exclusão em valores absolutos ou relativos à situação em questão.

A exclusão dos atores locais se revela de um modo geral como punitiva. Em contrapartida, a inclusão social dos mesmos está atrelada ao grau de democratização e disseminação dos direitos alcançados pela sociedade, ainda que esse processo se revele incipiente, até mesmo nos países de tradição democrática e demonstre a necessidade crescente de cada vez mais participação social. Segundo os autores, no âmbito do turismo, a dinâmica é similar. Sendo que a atividade na sua potencialidade pode vir a favorecer também o processo de inclusão social e o desenvolvimento, se bem planejados.

Orbitando sobre o processo de inclusão social e a preservação ambiental, Rodrigues e Irving tratam no quarto capítulo sobre a problematização acerca da formulação e implementação de políticas públicas.

De acordo com as autoras, sob a ótica da atividade turística, a partir do viés do direito de acesso e ao uso dos espaços públicos, da responsabilidade da sociedade mediante legislação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC e da ausência de legislação de defesa do usuário de serviços públicos, o manejo pode se dar de maneira sustentável ou na forma da “tragédia dos comuns”. Nesse sentido, as concessões a empresários do setor turístico realizadas pelo Estado em Parques Nacionais se apresentam como um mecanismo que permite e incentiva o turismo de forma sustentável ou não em UC’s, uma vez que se faz “necessário examinar as políticas relacionadas ao uso dessas áreas para assegurar que os benefícios decorrentes de sua utilização sejam distribuídos de maneira equitativa para a sociedade” (IRVING e RODRIGUES, 2015, p. 119).

É o racionalismo financeiro da sociedade. Esta forte tendência sinaliza a complexa discussão sobre a privatização e parcerias público-privadas dessas áreas

naturais protegidas. O acesso necessita ser democratizado de forma a não serem interpretados como locais intocáveis da natureza, de uso exclusivo de alguns grupos sociais e a atividade turística pode ser um dos caminhos.

Na sequência, Rabinovici e Irving trazem no quinto capítulo uma reflexão sobre o papel das ONG's e sua relação com o processo de inclusão social nas UC's através da atividade turística. Lembrando que as ONG's ocupam uma lacuna deixada pelo Estado na ausência de prestação dos serviços públicos ao cidadão. Ainda que seja relevante o papel que desempenham na nossa sociedade, uma vez que não se deve simplificar o trabalho desenvolvido por elas, as autoras ressaltam que o viés que as orienta é o economicista. Sendo assim, torna ineficaz em se tratando de sustentabilidade. Em grande parte, necessitando atender as demandas impostas pelos financiadores, compromete a participação comunitária qualificada, negligenciando a participação nas tomadas de decisão e políticas públicas, desconsiderando entre diversos fatores, a inclusão e tecnologia social e os pilares da sustentabilidade.

É o sentido utilitarista que inviabiliza o empoderamento dos grupos locais e recai sobre o sentido de pertencimento dos mesmos. Em contraponto, Rabinovici e Irving ressaltam que há a oportunidade das ONG's ambientalistas serem também, através da atividade turística, uma das estratégias de conservação da biodiversidade, ampliando as reflexões acerca da sustentabilidade do turismo, segundo as dimensões econômica, ambiental, ética, cultural e política e veem no turismo de base local, base comunitária, no étnico e no ecoturismo uma contracultura para forjar o protagonismo local sob as bases da participação comunitária qualificada.

No sexto capítulo, Botelho, Maciel, Gonçalves e Irving trazem uma abordagem sobre a educação ambiental em parques nacionais também com o viés no turismo. Na atualidade, os dados estatísticos revelam a baixa visitação nesses espaços. Considerando que apenas metade dos parques nacionais no país recebe visitação, reflexo do histórico da prática desses espaços como uma natureza intocável, além da falta de estrutura física e de instrumentos de gestão, essa baixa visitação é um dos fatores que denotam o potencial para a apropriação do turismo. Mas os autores defendem a educação ambiental crítica como uma opção da conservação da biodiversidade e alternativa socioeconômica em UC's.

Se faz necessário a implementação de um processo de construção participativa com metodologia inovadora, criativa e crítica desta educação, adequada a cada espaço devido às peculiaridades que possui, envolvendo todos os atores do processo, sendo o guia, além do turista e do morador, um dos vetores de propagação da conservação por meio da prática dessa educação ambiental crítica.

O sétimo capítulo segue com Moraes e Irving trazendo uma abordagem acerca do ecoturismo na Amazônia em UC's de Reserva Extrativista. Uma proposta conceitual e modelo de gestão particularmente brasileira, as RESEX's denotam o ecoturismo como possível alternativa para o desenvolvimento local qualitativo nesses espaços. Sendo uma das vias na construção de políticas públicas para a conservação da biodiversidade e alternativa sócio-econômico-cultural para grupos que vivem nesse modelo de UC's.

O debate é norteado a partir de um estudo de caso da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema no Acre que aponta a necessidade de empoderamento, de gestão

participativa, criação de parcerias, do protagonismo de atores locais para transformar a realidade da qualidade de vida incipiente. Ressaltam que não é alternativa de fácil realização ou solução mágica, mas uma possível condição na conservação da biodiversidade condicionada aos modos de vida e cultura local, contraponto ao turismo praticado sob a ótica do mercado.

No oitavo e último capítulo, considerando o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma proposta alternativa para a conservação do patrimônio natural e cultural local, Lima e Irving trazem uma reflexão crítica permeando o universo do TBC na região turística de Costa Verde.¹

A abordagem leva em consideração três projetos aprovados pelo edital do Ministério do Turismo (MTur) 01/2008 acerca de comunidades tradicionais locais envolvidas em práticas no segmento. Indicam e destacam dentre diversos fatores pontos convergentes como a capacitação da comunidade e empoderamento local como um caminho para uma melhor solução, e a complexidade e burocracia na prestação de contas dos projetos, falta de apoio da gestão pública como barreiras a serem transpostas.

O TBC é visto como uma proposta alternativa ao turismo de massa muito além do mercadológico, valorizando o patrimônio cultural e natural construindo um novo paradigma para a atividade.

O crescimento urbano e as novas representações das antigas paisagens (ALVIM, 2014) trazem novos olhares em relação à natureza. Neste caso, o acesso às UC's pode ser visto como válvula de escape para o estressante cotidiano da sociedade. Mas, a sua conservação é um desafio.

Tendo em vista uma previsão de aumento considerável do consumo desses espaços (ITPA, 2012), a diversidade dessas unidades de conservação e a legislação incipiente quanto ao uso, é ressaltada a responsabilidade do poder público em prover o planejamento e gestão da conservação de maneira participativa das mesmas, em parceria com a sociedade, pois sua existência está relacionada à questão de integridade social e integração nacional, com grande probabilidade de ser alijada a conservação em detrimento à acumulação de riqueza, mediante a fragilidade de fiscalização, acompanhamento do poder público em caso de privatização e às práticas avassaladoras da sociedade de consumo pelo consumo na contemporaneidade.

São questões que remetem à necessidade de uma reflexão sobre os conflitos dessas inter-relações e os direitos relacionados, uma vez que o Estado deve ser um fomentador da coesão social. Desta forma, o mesmo deve, no âmbito da democracia, permitir e incentivar cada vez mais a participação comunitária qualificada como um dos fatores para o processo de inclusão social. Nesse sentido, considerar que a conservação da biodiversidade é o foco principal das UC's e não o lucro.

Sendo assim, as ideias dos autores nos levam a pensar no turismo sob as bases da sustentabilidade que vem sendo e deve ser cada vez mais utilizado nesses espaços. Devendo ser promovido, principalmente pelo poder público, com vistas à inclusão

¹ Região localizada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, formada pelos municípios de Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba, Itaguaí e Rio Claro (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

social, evocando cidadania, pertencimento e valorização da natureza em detrimento à priorização da captação das receitas decorrentes dos serviços ambientais. Ou seja, o viés econômico como consequência dos resultados das articulações das dimensões social e ambiental e não o inverso.

Para tal, se fazem necessários atores sociais mais envolvidos e conscientes (DUARTE, 2015) a ponto de perceber seu verdadeiro papel dentro da sociedade e assumir a sua corresponsabilidade com os fatos dentro e fora de sua área de atuação, para contrapor o processo opressor mercadológico do sistema capitalista.

Ao pensar o planejamento turístico, a participação comunitária qualificada na atividade deve ser um pressuposto, pois sua ausência pode culminar em transformações adversas na dimensão social, política, ambiental, ecológica, ética, econômica e cultural. O avanço das drogas na sociedade, a prostituição, o subemprego, entre outras questões pertinentes a um universo degenerativo das relações interpessoais dos atores envolvidos são reflexos da referida ausência.

Valorização, participação das comunidades, gestão horizontalizada são alguns dos recursos que denotam uma reversão do quadro caótico em relação às práticas do turismo sob a ótica economicista na atualidade.

O Ecoturismo pode ser sim um dos caminhos para a conservação desses espaços, pois envolve respeito e valorização da natureza e da cultura local promovendo um diálogo horizontalizado entre os atores sociais. Pois é necessário um processo de corresponsabilidade e legitimação da cidadania.

Enquanto forem mantidos prioritariamente os processos de uma sociedade capitalista, consumista e de acumulação de riqueza os mais variados tipos de exploração, seja imposta ao homem e/ou ao meio natural, permanecerão entre os atores sociais, pressupondo uma indissociabilidade simultânea entre o ambiental, cultural, social, político, ético e econômico ao que tange a sustentabilidade.

Portanto, as estratégias de participação, de educação ambiental, de inclusão social, de empoderamento dos grupos locais serão definidores para o sucesso nas tomadas de decisão e construção de políticas públicas neste universo capitalista ao qual a sociedade está imersa nos dias de hoje.

Quando a sociedade se entender como parte e extensão da natureza, pode ser um importante início de construção consciente aos anseios de viver dela e para ela.

Referências

- ALVIM, A. L. Sobre tantas garopabas: a construção do discurso turístico no litoral catarinense. **Revista Rosa dos Ventos**, p. 217-228, 2014. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/viewFile/2607/pdf_262>. Acesso em: junho de 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA/SBF, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivos/areas_protetidas/snuc/Livro%20SNUC%20PNAP.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.
- DUARTE, A. S. As perspectivas do meio ambiente e da cultura em uma sociedade de risco. In: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2015, p.75-92, vol. I. [recurso eletrônico].

Disponível em: <http://www.academia.edu/17886595/Patrim%C3%B4nio_cultural_direito_e_meio-ambiente>. Acesso em: junho de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Site da SETUR**. Cidades Maravilhosas. Costa Verde. Disponível em: <<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costaverde.asp>>. Acesso em: fevereiro de 2018.

ITPA – INSTITUTO TERRA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. **Termo de Referência N° 04/2012**: Fortalecimento e implantação da gestão do uso público para o incremento da visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://issuu.com/itpa/docs/tdr-gest_o-de-usopublico__1_?viewMode=presentation&layout=http://skin.issuu.com/v/light/layout.xml&showFlipBtn=true&e=2653175/3237313>. Acesso em: junho de 2016.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, n. 22, p. 2-14, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115415175001>>. Acesso em: janeiro de 2018.

Recebido em 02/12/2016

Aceito em 01/02/2018